



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Jessica Gustafson Costa

JORNALISTAS EM ALIANÇA

Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero
transnacional

Florianópolis
2023

Jessica Gustafson Costa

JORNALISTAS EM ALIANÇA

Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero transnacional

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de doutora em Jornalismo.

Orientadora: Daiane Bertasso Ribeiro
Coorientadora: Karina Janz Woitowicz

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Costa, Jessica Gustafson

Jornalistas em aliança : Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero transnacional / Jessica Gustafson Costa ; orientador, Daiane Bertasso Ribeiro, coorientador, Karina Janz Woitowicz, 2023.

293 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Feminismo. 4. Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG). 5. América Latina. I. Ribeiro, Daiane Bertasso . II. Woitowicz, Karina Janz . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. IV. Título.

Jessica Gustafson Costa

JORNALISTAS EM ALIANÇA

Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero transnacional

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em sete de março de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Daiane Bertasso (Orientadora), Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Karina Janz Woitowicz (Coorientadora), Dra.
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa. Simone Pereira Schmidt, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Ma. Cruz Tornay Márquez, Dra.
Universidad de Nebrija – Espanha

Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Jornalismo.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Daiane Bertasso, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2023

Às jornalistas feministas latino-americanas que me inspiram com suas trajetórias de luta, afeto e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

É difícil nomear todas e todos aqueles que participaram direta ou indiretamente do processo de elaboração desta pesquisa, pois certamente teve início muito antes do ingresso do doutorado. O jornalismo me ensinou muitas coisas valiosas, talvez a maior delas seja o interesse genuíno pela história das pessoas. Sigo uma adepta da entrevista enquanto prática de apuração jornalística e enquanto técnica de pesquisa. Por isso, agradeço a todos os bons e todas as boas colegas de profissão que tive desde minha graduação. Os feminismos também me modificam constantemente, me tornando cada vez mais atenta sobre as posições de opressão e privilégio que perpassam meu corpo e minha presença. Agradeço imensamente às companheiras feministas por tudo isso.

À Universidade Federal de Santa Catarina e seu corpo docente e discente por ter sido um espaço acolhedor nos mais de seis anos que frequentei seu campus. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelas bolsas de pesquisas recebidas durante o doutorado e que foram fundamentais para a dedicação ao estudo. Aos professores e estudantes do Departamento de Jornalismo da UFSC, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR), que fizeram com que eu me sentisse pertencente a um espaço dedicado ao conhecimento e à amizade. Às colegas do grupo de pesquisa Transverso, pelas reuniões produtivas e divertidas. À professora Terezinha Silva por sua sensibilidade na escolha dos temas trabalhados no projeto coletivo do grupo e por promover bons encontros. À professora Gislene Silva por ter me ensinado tanto sobre pesquisa e sobre docência.

À minha orientadora Daiane Bertasso por me acompanhar em mais uma etapa da minha trajetória de pesquisa e por me permitir pesquisar com liberdade. À minha coorientadora Karina Janz Woitowicz pela confiança e pelos saberes compartilhados sobre o jornalismo feminista.

Aos meus colegas do PPGJOR, em especial, aos da turma de 2018, pelas trocas nos momentos difíceis e pelas alegrias nos bares da vida. Ao amigo Caetano Machado pelos cafés, receitas e dicas acadêmicas. Às amigas Lynara Ojeda, Thais Araujo, Tatiane Queiroz e Isabel Colucci, mulheres que admiro muito, por todas as gargalhadas. Só assim foi possível enfrentar o caos do cotidiano. À minha amiga e professora de pilates Mayara Brucznitski por me estimular a respeitar e cuidar do meu corpo com carinho. À Juliana Rego Silva, minha psicanalista, por me convidar a deitar no divã.

À amiga Fernanda Nascimento pela inspiração, amizade e dedicação. Com toda a certeza esta tese só foi possível porque você esteve ao meu lado na boa e na ruim, amiga. O plano UFSC realmente era bom.

À minha família, principalmente às mulheres que dela fazem parte. A força de vocês sempre foi motivação para mim.

À Lisbela, nossa companheira interespecífica, por integrar o nosso lar e nos presentear todos os dias com a sua alegria.

À minha mãe Margareth Gustafson, entusiasta do estudo, por todo o respeito e amor que fundam a nossa relação.

À Marina Canesin por escolher diariamente me acompanhar neste caminho imprevisível da vida. Que sorte ter te conhecido e viver ao teu lado.

“Esse acordo fala da possibilidade de uma aliança alternativa, que, juntamente com as coincidências, pode incluir a divergência constitutiva das partes: elas podem convergir sem se tornarem as mesmas”.

(Cadena, 2018, p. 113)

“Estar apaixonado significa estar no mundo, estar em conexão com a alteridade significativa e com outros que significam, em diversas escalas, em camadas de locais e globais, em teias que se ramificam. Preciso saber como viver com as histórias que agora conheço”.

(Haraway, 2021, p. 93)

RESUMO

A pesquisa traz como enfoque a relação entre o jornalismo e o feminismo e investiga a organização de jornalistas latino-americanas na *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), formada por integrantes de 36 países. O estudo foi desenvolvido com aporte teórico da perspectiva feminista decolonial, da tradução cultural e da epistemologia feminista. O problema de pesquisa é a tecitura de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional pelas integrantes da RIPVG, buscando perceber como a formulação dessa visão comporta as múltiplas experiências das jornalistas em seus contextos específicos e em diálogo internacional. Reflete sobre a atuação delas na subversão das lógicas masculinistas, racistas, heterossexistas, capitalistas e antropocêntricas deixadas pela matriz de dominação colonial no território geográfico e político hoje denominado de América Latina, presentes também no jornalismo e que afetam diariamente o exercício da profissão. A hipótese desta tese é de que essa articulação transnacional se refere à tentativa de construir novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas, incluindo as mulheres jornalistas. Os procedimentos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa são a análise documental e a aplicação de entrevistas em profundidade com integrantes da RIPVG de cinco países – Brasil, Chile, Argentina, México e Colômbia. Entre os resultados obtidos, está a proposição de que a perspectiva de gênero no jornalismo formulada pelas jornalistas apresenta diferentes significados, estando relacionada à luta pela efetivação dos direitos humanos das mulheres, tema bastante presente na América Latina exatamente porque o combate à violência segue sendo uma luta central na região, compreendendo que o direito à dignidade e à vida das mulheres são os direitos mínimos a serem buscados para qualquer projeto que vise a diminuição da desigualdade de gênero. E o entendimento de que gênero é uma lente de análise das relações sociais, considerando que a experiência das mulheres é múltipla e influenciada por outros marcadores da diferença, como raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, território. A organização em rede é ainda perpassada por uma prática de solidariedade entre jornalistas, que atuam construindo articulações, conexões parciais entre redes nacionais, em que os contextos específicos não são apagados no intuito de uma definição ou ação única na RIPVG. Mas se caracteriza pelo compartilhamento, diálogos, trânsito de saberes e relações de afeto. A partir das histórias vividas e relatadas pelas interlocutoras, percebo os diferentes contextos de atuação jornalística e as formas de violência predominantes, propondo uma reflexão sobre a proteção das jornalistas enquanto uma condicionante que possibilita o exercício da perspectiva de gênero nos moldes que elas defendem e se dedicam, sendo esta forma de resistência um elemento crucial para a compreensão do que significa a perspectiva de gênero dentro da RIPVG.

Palavras-chave: Jornalismo. Feminismo. *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG). América Latina.

ABSTRACT

This research focus on how journalism and feminism are related, and also on looking into the 36-country-member organization of latin-american journalists in *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG) It's a report which was conducted with theoretical contribution by decolonial feminist perspective, cultural translation and feminist epistemology. The central point of this study is making a transnational gender perspective way of journalism by members of RIPVG, attempting to understand how the formulation of this journalistic way carries the multiple experiences of these journalists in their specific context and global dialogue. It considers their work on subversion of masculinist, racist, heterosexist, capitalistic and anthropocentric logical left by the source of colonial domination on the geographic and political territory known today as Latin America – also present at journalism, which have daily effect the professional practice. This thesis hypothesis shows this transnational articulation that refers to the effort of building new protection and resistance forms that can soften the violence women were exposed, including female journalists. The metodological processes of this research are: documentary analysis and survey applications with the RIPVG members from five countries – Brazil, Chile, Argentina, Mexico and Colombia. Between the research results there is the propose of the gender perspective in journalism presents different meanings, relating to the struggle for the implementation of women human rights – a relevant theme in Latin America because combating violence against women is still a central point of struggle in the territory, understanding that the right of women's dignity and life are actually minimum rights for any project that seeks to reduce gender inequality. And comprehending gender is a big and important way of analysis of social relationships' analysis, considering the experience of women is multiple and influenced by others difference markers as race, ethnicity, sexuality, nationality, territory. Web organization is still overpassed by a solidarity practice between journalists who work building articulations, partial connections among national webs of specific contexts that are not erased because of an unique RIPVG's definition or action. However, it distinguishes by sharing, dialogues, know-how transit and affection relationships. From the stories lived and told by the interlocutors, I assume the diferente contexts of journalistic practice and the main ways of violence, proposing a reflection over journalists' protection as a condition that makes possible to practice gender perspective in ways that they fight for and dedicate on – a crucial form of resistance to understand what gender perspective means inside RIPVG.

Keywords: Journalism. Feminism. *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG). Latin-America.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
ALAI	Agencia Latinoamericana de Información
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CERREM	Comité de Evaluación de Riesgo y Recomendación de Medidas de Mujeres
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMAC	Comunicación e Información de la Mujer
CIPD Unidas	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas
COJIRA	Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação
CPI	Comissões Parlamentares de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CSW	Comissão sobre a Situação da Mulher
DANE	Dirección Nacional de Estadística – Colômbia
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FENAJ	Federação Nacional de Jornalistas
FIJ	Federação Internacional de Jornalistas
FLIP	Fundación para la Libertad de Prensa
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
GAMAG	Alianza Global de Medios y Género
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos – Argentina
INEGI	Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática – México
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIAP+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais, Pansexuais

NARP	Negra, Afrocolombiana, Raizal e Palenquera
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGS	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede PAR	Periodistas de Argentina en Red por una Comunicación no Sexista
RIPVG	Red Internacional de Periodistas con Visión de Género
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TVN	Televisión Nacional de Chile
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
WJS	Worlds of Journalism Studies

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 - DISPUTAS INTRA-MUNDO OU ENTRE MUNDOS – O JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DA COLONIALIDADE.....	30
1.1. Um panorama histórico: A rearticulação do mundo a partir de noções de identidade e diferença na construção do Ocidente e da América.....	31
1.2. Um panorama epistemológico: O problema da verdade.....	42
1.3 Um panorama ontológico: Corpos e gramáticas em conflito	51
2 - JORNALISTAS EM CONEXÃO, FORMANDO NOVAS ALIANÇAS.....	62
2.1. As publicações feministas latino-americanas na formação das primeiras redes discursivas.....	63
2.2. As redes de jornalistas com perspectiva de gênero contemporâneas.....	79
2.3. Escritos latino-americanos sobre a perspectiva de gênero no jornalismo.....	87
2.3.1 <i>Las palabras tienen género</i>	92
3 - O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO –TRADUÇÃO CULTURAL, PERSPECTIVA DECOLONIAL E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA.....	112
3.1. As interlocutoras da pesquisa - a complexa trama das identidades na América Latina.....	124
3.2. As trajetórias profissionais e feministas das integrantes da RIPVG.....	140
4 - DIÁLOGOS EM REDE - JORNALISTAS FEMINISTAS ATIVISTAS POR UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO.....	163
4.1 A construção da rede internacional - 17 anos de história.....	170
4.2 Trajetórias locais, diálogos internacionais.....	184
4.2.1 Os diagnósticos produzidos por jornalistas do Brasil, México, Argentina, Colômbia e Chile.....	187
4.2.2 A criação de políticas públicas.....	188
4.2.3 A formação de jornalistas e as representações estereotipadas.....	196
4.2.4 A situação laboral das jornalistas	200
4.2.5 Violência e risco de vida.....	204
4.2.6 Soluções e recomendações frente aos problemas detectados.....	209
5 - DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA – DISCURSOS E PRÁTICAS FEMINISTAS NO JORNALISMO.....	213

5.1 Gênero, Raça e Direitos Humanos – Tensionamentos à concepção hegemônica da DUDH.....	214
5.2 Os direitos humanos das mulheres e o jornalismo.....	226
5.3 Violência contra jornalistas – A construção de um grande <i>acorpamiento</i> , um <i>amamacho</i> de proteção.....	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	270
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	282
APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	283
ANEXO 1 - CAPÍTULO J PLATAFORMA DE PEQUIM.....	289

INTRODUÇÃO

As discussões e reflexões propostas nesta tese são o resultado de um percurso profissional, acadêmico e afetivo e gostaria de ressaltar três momentos chaves dessa travessia, interpretando-os como cruciais para explicar os porquês das escolhas feitas ao longo dos quatro anos de pesquisa. O primeiro deles contempla a minha escolha profissional pelo jornalismo e a descoberta, ainda durante minha formação, de que essa prática social só se efetiva a partir do diálogo e, por isso, nosso ideal de conhecer e traduzir o outro integralmente é sempre frustrado; além disso, praticar o jornalismo tendo um corpo feminizado, um corpo branco e cisgênero, se mostrou rapidamente condicionante para possibilidades e impossibilidades. Já o segundo momento emerge a partir da opção pelo ingresso na academia, assumindo esse lugar sempre incerto e conflituoso de pesquisadora que me revelou a partir do contato contratual com o conhecimento o tamanho do meu desconhecimento e aumentou consideravelmente as minhas incertezas.

O último deles e possivelmente o mais importante diz respeito aos encontros que tive e venho tendo nos mais diferentes âmbitos da vida e da militância, as pessoas que conheci em suas práticas ativistas coletivas e libertárias, em suas experiências e corpos transgressores, em nossas presenças cheias de afeto e amizade, mas também repletas de disputas e poder. Neste sentido, concordo com Judith Butler (2019, p. 34) quando afirma que “a liberdade é mais frequentemente exercida com outros [...]” e que não necessariamente precisamos estar unidas por uma identidade coletiva, mas sim por “um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade” (BUTLER, 2019, p. 34).

E foi nessa intersecção entre a profissão, a academia e as amigas militantes, que passei a conhecer e a me somar a uma série de jornalistas e comunicadoras que compartilham inquietações próximas em nossas localizações diversas. Essas inquietudes se referem a possibilidade de refletir criticamente sobre o campo do jornalismo e propor uma outra prática jornalística que faça frente às desigualdades que estruturam nossas sociedades, tendo a categoria de gênero como eixo central de análise, com vistas à transformação. Nesta mesma direção e sendo a outra face talvez menos visível dessa proposta, está a necessidade de construir alianças que possam fortalecer essas mesmas práticas frente aos ataques reacionários agravados no contexto latino-americano. Isso significa, novamente citando Butler, compreender a partir do diálogo coletivo que o exercício da liberdade não nos é possibilitado

individualmente, sendo algo que “está entre nós, da ligação que estabelecemos no momento em que exercitamos juntos a liberdade, uma ligação sem a qual não existe liberdade” (BUTLER, 2019, p. 59).

Para algumas de nós, este jornalismo que vem sendo projetado e colocado em prática é assumidamente feminista; para outras, um jornalismo que privilegia as mulheres e subverte o poder que os homens mantêm nos cargos de chefia e no enquadramento das notícias; para a maioria das integrantes desse projeto, a perspectiva de gênero é uma perspectiva transversal, uma lente que nos proporciona oferecer novas versões sobre a realidade e denunciar as assimetrias de gênero, em suas intersecções com raça, classe, etnia, geração, sexualidade, nacionalidade, presente em todas as esferas da vida social. E fica nítido a cada dia vivido no Brasil ou em outros países da América Latina que construir e lutar por um jornalismo com perspectiva de gênero é a forma de conseguir realizá-lo nos termos em que acreditamos.

O que complexifica ainda mais esse projeto político (WOITOWICZ; PEDRO, 2010) no jornalismo é que gênero não significa a mesma coisa para todas nós, sendo um conceito que excede a significação hegemônica por conta das múltiplas experiências e diferentes especificidades de quem o enuncia. Assim, existe uma multiplicidade inerente no que significa empreender na construção de um jornalismo que contemple uma perspectiva de gênero. E mesmo assim, e ainda bem que assim, não excluindo as nossas diferenças, alianças estão sendo formadas, compreendendo que somente com a articulação coletiva é possível propor algo e nos sentirmos mais seguras para colocar isso em prática.

Após conhecer o trabalho do *Portal Catarinas – Jornalismo com Perspectiva de Gênero* durante minha pesquisa de mestrado (GUSTAFSON, 2019) percebi o quanto o posicionamento feminista das jornalistas impactava na prática jornalística que elas exerciam. Não somente o conteúdo refletia as motivações políticas das profissionais, mas o próprio fazer jornalístico era alicerçado por uma outra lógica, em que a vida e o bem-estar das fontes e outras mulheres que se relacionavam com o portal era o valor primordial. Contra uma visão utilitarista das fontes, uma relação dialógica; contra uma prática hierarquizada, uma prática colaborativa; contra a ideologia da objetividade, a reflexão constante sobre as suas escolhas. Isso obviamente não significa acertar sempre, mas se responsabilizar pelo que é produzido e assumir que na prática jornalística não existe escolha inocente, como Donna Haraway (1995) destacou ao problematizar a Ciência Moderna.

Ainda durante o mestrado e por intermédio do *Portal Catarinas*, conheci a formação de redes de jornalistas existentes em diferentes países e articuladas à *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG). Em maio de 2019, acompanhei um evento delas e

da *Alianza Global de Medios y Género* (GAMAG) em Montevideu, Uruguai, e percebi o quanto era rico o diálogo estabelecido entre as integrantes das redes e quantas possibilidades essas organizações ofereciam para pensar sobre o projeto de construção de um jornalismo com perspectiva de gênero a partir das especificidades de jornalistas latino-americanas de diferentes países, que são a maioria das integrantes da rede internacional, criada no México, em 2005. Desde o seu surgimento, uma série de redes nacionais foram sendo construídas, como a Colombiana, a Argentina e, mais recentemente, em 2020, a brasileira, da qual faço parte.

Durante o evento no Uruguai, pude perceber que as redes compartilhavam saberes muito próprios sobre a prática do jornalismo feminista com perspectiva de gênero, elaborado a partir de uma construção coletiva de trocas e diálogos entre as redes nacionais e a internacional. Contudo, o principal assunto das conversas se referiu aos ataques de grupos anti-direitos às jornalistas feministas e a disputa de sentido, que incluem a propagação de mensagens de ódio sexistas e racistas, assim como a circulação de notícias falsas e difamação (ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCOSUR, 2019, s/n). Ao acessar essa preocupação das jornalistas, refleti que a formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero e sua articulação em rede contempla a proteção das profissionais e o enfrentamento ao contexto reacionário e anti-direitos humanos presente na região.

Desta forma, para compreender o trabalho que vem sendo articulado dentro da RIPGV, aciono as contribuições teóricas e ativistas do feminismo decolonial¹, em seu olhar para a América Latina. No amplo arcabouço dos Estudos de Gênero, as perspectivas teóricas ultrapassaram, nas últimas décadas, a análise da relação entre homens e mulheres, sem, claro, desconsiderá-las. A consideração de outros marcadores sociais e suas diversas articulações com os contextos sociais, culturais e econômicos em que os sujeitos estão inseridos são de grande relevância (BRAH; PHOENIX, 2017; KERNER, 2012; SCHMIDT, 2017). Destaco a importante reflexão sobre a violenta intrusão colonial na América, África e Ásia, que tentou silenciar e apagar a complexidade de povos que viviam no período pré-intrusão e impor o seu sistema de valores. Para a perspectiva feminista decolonial, com foco nas especificidades da América Latina, a dominação histórica, política, cultural e econômica da colonização não

¹ Optei nesta tese pelo uso da palavra decolonial e não descolonial, reconhecendo que não existe consenso sobre esta escolha na tradução para o português. Sigo o entendimento de Catherine Walsh (2009) de que a supressão do “s” significa marcar a diferença do “des” castelhano, pois entende-se que o decolonial não pretende desfazer o colonial, como se isso fosse possível, mas transgredir e construir novos significados apesar da manutenção da colonialidade.

pode ser deslocada de seus processos de racialização e sexualização das relações sociais, assim como da instituição da heterossexualidade compulsória (CURIEL, 2010; RICH, 2012).

A tentativa de buscar respostas sobre as consequências da colonização na vida das mulheres latino-americanas têm levado a distintas posições sobre como era a vida delas antes do processo de invasão ou mesmo se existia essa divisão binária entre homens e mulheres. Entendendo que as relações de gênero são contextuais, históricas e significadas de formas distintas em diferentes culturas, a antropóloga argentina Rita Laura Segato propõe uma elaboração teórica sobre as mudanças históricas nas relações de gênero causadas pelo colonialismo. A autora se apoia em evidências da “existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades tribais e afroamericanas”² (SEGATO, 2011, p. 77, tradução minha), uma proposta diferente da trazida pelo pensamento de Maria Lugones (2014), que considera o gênero uma categoria colonial.

Entre as proposições de Segato, está a de que o desamparo e a crueldade contra as mulheres aumentam na medida em que a modernidade se expande e agrega novas regiões. Com o avanço do polo modernizador estatal, a autonomia dos povos se debilita e a trama do tecido comunitário, que protegia as mulheres, vai sendo destruída. Ao rasgar a trama comunitária, a desordem profunda na ordem existente gera o agravamento e a intensificação das hierarquias, incluindo as relações de gênero.

Isso não significa que no mundo-aldeia (SEGATO, 2011) não existissem relações de poder perpassadas por gênero, mas sim que as hierarquias não eram tão demarcadas e com maior possibilidade de trânsito entre posições. A antropóloga considera, então, a existência de patriarcados de baixa intensidade, que progressivamente foram intensificados pela penetração das relações de gênero coloniais/modernas nas relações de gênero do mundo-aldeia. Se antes existia entre alguns povos a ideia de dualidade nas relações de gênero, o sistema moderno estabeleceu o binarismo, articulando gênero à matriz heterossexual.

É sobre a construção desses binarismos, as dicotomias modernas, que parece ser possível construir uma crítica sobre o jornalismo, considerando-o um dos instrumentos da colonialidade (QUIJANO, 2005), e caminhar na direção da construção de um jornalismo que consiga se distanciar deste padrão. Concordo com Maria Cruz Tornay-Márquez (2017) quando afirma que a partir de narrativas e representações, os meios de comunicação não só legitimam o racismo, o sexismo e o classismo, mas também o atualizam, a partir de sua autoridade cognitiva. Segundo ela, a dicotomia nós/eles funda as categorias moderno-

² Texto original: “existencia de nomenclaturas de género em las sociedades tribales y afro-americanas”

coloniais, construídas por discursos perpassados pelo poder e “reflexo das relações de dominação” (TORNAY-MÁRQUEZ, 2017, p. 117, tradução minha)³

Como Walter Mignolo explica, a “colonialidade é equivalente a ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde atrás da retórica da modernidade (o relato de salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade” (MIGNOLO, 2014, p. 24, tradução minha)⁴. O principal eixo desse poder, na visão de Quijano (2005), é a classificação social a partir da ideia de raça, codificação da diferença entre colonizados e colonizadores a partir de uma suposta distinção biológica que criou a hierarquização considerada natural entre eles e justificou todas as formas de violência.

A teoria feminista decolonial não apenas seguiu com a discussão sobre a colonialidade, mas a complexificou, incluindo a categoria de gênero, ao lado da raça, como estruturantes do poder colonial. Em sua formulação sobre a colonialidade de gênero, Maria Lugones estabelece a conexão entre as dicotomias humanos/não humanos e homem/mulher, a partir da centralidade da raça. Segundo ela: “Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens” (LUGONES, 2014, p. 936).

Diversos estudos dentro do campo do jornalismo estão se empenhando em analisar o lugar da prática jornalística e de seus fundamentos na reprodução desta lógica de poder, articulando as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade (VEIGA DA SILVA, 2015; VEIGA DA SILVA; MORAES, 2019; FERNANDES, 2015; BITTELBRUN, 2018; PIRES, 2018, 2020; ALMEIDA, 2018). Se o jornalismo é filho da modernidade, produtor e produto de seus valores, a colonialidade é o padrão de poder presente, pois não existe modernidade sem colonialidade (MIGNOLO, 2014). Em denso trabalho realizado durante seu doutorado, que resultou na tese intitulada *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade*, Marcia Veiga da Silva (2015) aponta exatamente a relação do jornalismo com este sistema-mundo a partir dos valores que estão perpassados no ensino da profissão. De acordo com a autora, as “lentes conceituais” de

³ Texto original: reflejo de las relaciones de dominación.

⁴ Texto original: Colonialidad es equivalente a ‘matriz o patrón colonial de poder’, el cual o la cual es un complejo de relaciones que se esconde detrás de la retórica de la modernidad (el relato de salvación, progreso y felicidad) que justifica la violencia de la colonialidad.

Foucault, os estudos *queer*, feministas e pós-colonialistas foram acionados, levando a percepção de que

[...] os tipos de conhecimento jornalístico (seja na forma de notícias, nas teorias ou nas práticas de ensino) (MEDITSCH, 2014) são perpassados por uma racionalidade constituída de forma predominante a partir de um paradigma (moderno/positivista), e de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista), os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 13).

A partir desta constatação, Veiga da Silva (2015) considera que a formação acaba por limitar a agência dos jornalistas em seu encontro com a alteridade, reproduzindo a racionalidade dominante e perdendo o seu potencial crítico e revolucionário, nos termos de Adelmo Genro Filho (1987). Segundo ela, é por meio das notícias que as visões de mundo circulam e são apreendidas, trazendo consigo uma série de hierarquias referentes à raça, gênero, classe e sexualidade. Aprendemos também, por exemplo, sobre a dominação, seja ela exercida sobre sujeitos ou sobre a natureza, sobre a valorização e naturalização de características historicamente ligadas ao que se configurou como masculino, entre elas a agressividade, a força e a disputa. E a relação do jornalismo com a ideia de verdade explica a eficácia destas valorações, tornando-as essencializadoras e não abertas ao questionamento.

Ao fazer um paralelo ao conhecimento científico, Veiga da Silva (2015) afirma que os dois campos compartilham bases alicerçadas na objetividade, universalidade e imparcialidade, e nelas “estão impressos vieses de pensamento que delineiam as possibilidades de apreensão da realidade que, especialmente no caso do jornalismo, acabam por reproduzir sem questionamento os valores hegemônicos na cultura” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 23). Em artigo escrito e publicado com a pesquisadora Fabiana Moraes (2019), Veiga da Silva traz como enfoque a objetividade jornalística. Segundo elas, este fundamento se constitui a partir das “estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno” (VEIGA DA SILVA; MORAES, 2019, p. 1), tendo, portanto, raça e gênero. Como estratégia descolonizadora da prática, Veiga da Silva e Moraes (2019, p. 3) sugerem “uma virada epistemológica em que a prática jornalística preveja a subjetividade como uma ferramenta para a descolonização dos conhecimentos do Jornalismo”.

Em tese de doutorado intitulada *Mulher, mulata e migrante - modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa*, Danubia de Andrade Fernandes (2015), articulando questões de gênero e raça para pensar o jornalismo, também centraliza a questão da verdade e da objetividade contida em sua pretensão de reproduzir os

“fatos da realidade” e resultando em um discurso de autoridade. Segundo a autora, é esta modalidade de discurso que reduz as possibilidades de representar os indivíduos, passando a qualificá-los e hierarquizá-los. “Acredito que um dos mais importantes pilares da lógica autoritária do discurso do jornalismo é fazer crer na sua capacidade de reproduzir a realidade como um espelho” (FERNANDES, 2015, p. 150).

A pesquisadora segue em consonância com a perspectiva de Veiga da Silva (2015), considerando que o instrumento da objetividade serve como ferramenta para noticiar o que é previsível ou o que é socialmente aceito, compactuando com os valores hegemônicos, e impactando na representação de grupos minoritários:

A ênfase no previsível e no socialmente aceito, por sua vez, constrói uma realidade midiática pouco afeita às complexidades e às heterogeneidades típicas das representações das alteridades. Quando as notícias estão baseadas nos enquadramentos dos jornalistas e no senso comum, quais as chances de grupos minoritários se fazerem representar? (FERNANDES, 2015, p. 153).

Entre os exemplos citados por ela, ao tratar dos efeitos de verdade que perpassam o jornalismo, está o de que sujeitos em migração são comumente associados à marginalidade, à prática de atividades ilegais, na cobertura jornalística. Desta forma, a pesquisadora realiza uma crítica a esta construção que defende a existência de uma verdade estável e única no jornalismo, que oculta pluralidades e descontinuidades existentes na vida social. Em contrapartida, propõe a prática de um jornalismo de alteridade, que não apague as diferenças e nem as reduza à uma ideia de normalidade. Assim, “O jornalismo de alteridade é aquele que tece um olhar responsável em direção ao Outro, preservando a sua diferença sem estereotipá-la, mesmo que isso constitua discursos pouco objetivos e, por vezes, complexos” (FERNANDES, 2015, p. 314).

Veiga da Silva e Moraes (2019) e Fernandes (2015) apresentam nos trabalhos citados anteriormente uma perspectiva que consegue articular as categorias de gênero e raça em suas análises, demonstrando que são inseparáveis, proposta que está em diálogo com a perspectiva decolonial. Outra pesquisa que se propõe pensar o jornalismo a partir de uma perspectiva feminista interseccional e dos estudos pós-coloniais e decoloniais é de Gabrielle Bittelbrun (2018). No livro *Cores e contornos – Gênero e raça em revistas femininas do século 21*, a autora analisa como gênero e raça se articulam e refletem em visibilidades e apagamentos na construção do que é ser mulher nos discursos e imagens contemporâneos colocados em circulação por revistas femininas.

As capas e matérias de capa da revista *Claudia*, da editora Abril e a mais antiga do setor no mercado, criada em 1961, e da revista *TPM*, da Editora Trip, que surge em 2001 como a proposta de ser diferenciada, demonstram a explícita operação de um padrão hierárquico, em que os modelos europeus e, principalmente, corpos brancos, são privilegiados nas capas e matérias de capa destas revistas, em uma aberta inadequação à composição da sociedade brasileira, em que mais da metade da população se autodeclara negra. Em *Claudia*, ao longo destes dez anos apenas três mulheres negras apareceram na capa da revista, as atrizes Camila Pitanga, Taís Araújo e Débora Nascimento, significando 5% do total analisado.

Já as mulheres brancas com traços caucasionos predominantes representaram 81% das capas. Personalidades com traços de outras etnias, mas igualmente consideradas brancas, como a atriz Luiza Brunet, apareceram em 14% delas. Na revista *TPM*, conhecida por levantar a bandeira da representatividade, embora com maior variedade de personalidades negras, o percentual de capas representa apenas 9%. Mulheres associadas à branquidade, como a atriz Juliana Paes, representaram 13%. Em 72% das capas o destaque foi para mulheres brancas, como a atriz Grazi Massafera e a apresentadora de TV Angélica.

Para Bittelbrun (2018), as publicações selecionadas legitimam o seu trabalho jornalístico como um canal de comunicação das e para as mulheres. Contudo, enquanto um produto da modernidade, atuam também a partir de uma hierarquização de indivíduos e modos de vida, carregando o antigo padrão da opressão de gênero racializada, colonial, capitalista e heterossexualizada (LUGONES, 2014) sob o véu de um discurso libertário, de emancipação.

Embora sem ter o objetivo de fazer comparações, a pesquisadora aborda o trabalho realizado pela revista digital *AzMina*, lançada em 2015, com o intuito de perceber novas possibilidades de construções discursivas transgressoras a partir de uma perspectiva feminista. Mesmo que as três revistas estejam inseridas no segmento da imprensa feminina, a *AzMina* consegue apresentar um conteúdo que amplia e subverte a abordagem dos temas em uma perspectiva interseccional, trazendo as mulheres negras não apenas como uma exceção e impulsionando novas valorações sociais. Com enfoque voltado para a construção da perspectiva de gênero e trabalhando em diálogo com a perspectiva feminista interseccional, Gabriela Schander (2021) analisa os elementos que compõe essa proposta na produção de reportagens da mesma revista, a *AzMina*. Ela confirma que “a interseccionalidade, a inclusão e a visibilização de mulheres são aspectos constantes na produção da revista” (SCHANDER, 2021, p. 9).

Outra abordagem distinta para refletir sobre o jornalismo, gênero, raça e classe é oferecida por Fernanda Bastos Pires (2018) ao trabalhar com o conceito de acontecimento para analisar a cobertura do assassinato da vereadora Marielle Franco. O enfoque da abordagem da pesquisadora foram os editoriais dos jornais *O Globo*, *Estadão* e *The Guardian*, publicados online, buscando identificar a reprodução do discurso racista. Segundo Pires (2018, p. 4), “*O Globo* minimizou a representatividade da legisladora no que chamou de trinômio ‘preta, mulher, favelada’, tão usado em proselitismos”, além disso, utilizou a defesa do combate à criminalidade como resposta ao assassinato. Já o *Estadão* “ressaltou que a morte de Marielle não podia ser ignorada, mas também não deveria ganhar mais notoriedade do que os assassinatos a policiais que ocorrem todos os dias”.

A grande mobilização gerada pela morte de Marielle fez com que a imprensa internacional pautasse o caso. No *The Guardian*, Pires (2018) encontrou a afirmação de que a vereadora simbolizava a vitória dos movimentos sociais e dos trabalhadores e o alerta sobre a possibilidade de não resolução do crime, o que tornaria ainda mais grave a desilusão da população e fortaleceria o discurso totalitarista no Brasil. Possibilidade que veio a se confirmar nos anos seguintes e sinalizando a diferença de abordagem entre a imprensa nacional e internacional. Já em sua dissertação, Pires (2020, p. 15) considera, a partir da proposta de Deleuze, que o “acontecimento é uma ferida” e, por isso, busca “compreender como o acontecimento público Marielle visibiliza as feridas da democracia brasileira, sobretudo a persistência das desigualdades raciais como discurso naturalizado”.

Em sua análise da imprensa e das mídias sociais, detecta, a partir da atribuição de sentido ao acontecimento, a emergência de quatro núcleos de interpretação que envolvem a credibilidade da vereadora. Os núcleos de sentido paradoxais encontrados por Pires (2020, p. 6) foram: “heroína e anti-heroína, mártir e inimiga, além de sua apropriação como produto de consumo”. Assim, a pesquisadora percebe o que ela chama de “antropofagia de Marielle”, que “favorece a naturalização do acontecimento em prol do triunfo da ideologia da democracia racial como mito persistente na cultura brasileira”.

As pesquisas abordadas nestas últimas páginas demonstram a relação do jornalismo com a modernidade/colonialidade, seja a partir de uma análise sobre a representação das mulheres (BITTELBRUN, 2018; FERNANDES, 2015), da construção do acontecimento (PIRES, 2018; 2020) ou sobre o tipo de racionalidade que alicerça o conhecimento produzido pelo jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2015; VEIGA DA SILVA; MORAES, 2019). Nos últimos anos, a discussão de gênero e/ou mulheres dentro do campo do jornalismo tem apresentado expressivo crescimento, assim como uma multiplicidade de enfoques. Conforme

apontou a dissertação de Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida (2018), intitulada *A mulher na pesquisa em jornalismo teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em jornalismo e comunicação do Brasil (1972-2015)*:

No tempo analisado, 595 dissertações e 141 teses em Comunicação abordam o tema. No Jornalismo foram defendidas 189 dissertações e 34 teses. É notória a expansão de pesquisas que tematizam a mulher e/ou estudos de gênero. De 1972 a 1979 apenas quatro pesquisas da Comunicação tratavam do tema. Na década de 1980, esse número subiu para 28 pesquisas e na de 1990 para 101. Mas, é a década de 2000 que marca a expressividade da pesquisa sobre a mulher e/ou de gênero no Jornalismo, quando foram publicadas 280 pesquisas sobre o tema na Comunicação, sendo 96 dessas em Jornalismo. De 2010 a 2015 foram defendidas na Comunicação 323 pesquisas sobre a mulher e/ou os estudos de gênero e, dessas, 105 também tematizam o jornalismo.” (ALMEIDA, 2018, p. 134).

Almeida apresenta não só um quantitativo das pesquisas, mas também um panorama das principais abordagens que orientam os estudos em questão. De acordo com a pesquisadora, a mulher é estudada no campo por meio do conceito de representação ou representatividade, a partir de uma “matriz teórico-metodológica do pós-estruturalismo em combinação com a teoria queer” (ALMEIDA, 2018, p. 135), e tendo como metodologia mais utilizada a história oral. Aprofundando a análise, a autora seleciona algumas pesquisas para tentar compreender se a perspectiva feminista é acionada e se foram estabelecidas relações teórico-metodológicas com o jornalismo. Dos dez estudos escolhidos, apenas quatro constroem essa relação. Ela explica:

Uma destas pesquisas (VELOSO, 2013) é recortada metodologicamente pela visão feminista da economia política da comunicação. As outras três (VEIGA, 2010; 2015; FERNANDES, 2015), além do recorte metodológico feminista, iniciam reflexão teórica sobre o jornalismo a partir de teorias feministas e preocupadas com minorias. Essas pesquisas ainda podem ser identificadas por dois grupos: I. as que percebem o jornalismo como reprodutor do discurso dominante (VELOSO, 2013; VEIGA, 2010; 2015); e II. a que consegue perceber no jornalismo potencialidade de autonomia do discurso dominante (FERNANDES, 2015). (ALMEIDA, 2018, p. 135).

Ao realizar esse amplo mapeamento de trabalhos, Almeida (2018) consegue perceber que a forma como a mulher é estudada segue privilegiando as mulheres brancas e heterossexuais, sendo elas centrais na construção das problemáticas de pesquisa, carecendo de abordagens que tenham como enfoque a questão de raça e sobre sexualidade. “Apenas quatro dissertações e uma tese tratam especificamente da mulher negra e nenhuma pesquisa trata da mulher lésbica ou bissexual” (ALMEIDA, 2018, p. 135). O desafio que já vem sendo lançado ao campo é fornecer análises que complexifiquem as abordagens, levando em consideração

que as desigualdades não são isoladas umas das outras, mas precarizam a vida de diversos grupos sociais a partir de um mesmo eixo de dominação. São nas pesquisas que conseguem estabelecer essas articulações, que a relação do jornalismo com a colonialidade se torna mais nítida.

Em pesquisas mais recentes, é possível observar uma maior prevalência das reflexões que acionam o arcabouço dos estudos decoloniais para pensar sobre o campo da comunicação e do jornalismo. Dennis de Oliveira (2020) propõe uma práxis jornalística alternativa chamada de “jornalismo emancipatório” a partir das contribuições de Paulo Freire e das teorias decoloniais latino-americanas. O autor considera que estas perspectivas são frutíferas não apenas para uma mudança nos conteúdos jornalísticos, mas também nas próprias práticas produtivas, que ainda reproduzem a lógica colonial.

Moraes e Veiga da Silva (2020) retomam a discussão sobre a objetividade jornalística a partir da perspectiva feminista e decolonial e consideram que o machismo e o racismo, presentes no conhecimento produzido pelo jornalismo são decorrentes do compartilhamento de uma “racionalidade colonizadora limitante para a compreensão da alteridade” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2020, p. 113). As autoras afirmam que é esta racionalidade que limita a leitura da realidade pelo jornalismo e culmina na reprodução de preconceitos e estereótipos.

Em dissertação de mestrado, Gabriela Bregolin Grillo (2022) discute a complexa relação entre jornalismo, afeto e emoção, refletindo, a partir dos estudos feministas e decoloniais, sobre o papel das emoções no conhecimento produzido pelo jornalismo. Enquanto uma prática discursiva que tem suas bases alicerçadas em pressupostos da modernidade, a autora diz que o regime de verdade operado pelo jornalismo “é produzido a partir das relações de poder que ainda hoje se exercem no sentido da manutenção de um sistema de dominação baseado no colonialismo” (GRILLO, 2022, p. 12). A consequência do compartilhamento deste regime é um suposto apagamento das emoções tanto na prática jornalística quanto nos estudos que são realizados no campo.

Centralizando a problematização do jornalismo a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, Karina Janz Woitowicz, Muriel Emídio Pessoa do Amaral e Paula Melani Rocha (2022) trabalham com as lentes dos estudos de interseccionalidade e decolonialidade para refletir sobre a construção de gênero pelo jornalismo, assim como a reprodução de estereótipos e estigmas sociais. O corpus escolhido para a análise de como as mulheres são retratadas é o site vinculado ao projeto de extensão do grupo de pesquisa em Jornalismo e Gênero da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). As autoras consideram que é “um desafio para a academia ensinar o exercício do jornalismo para além do jogo de versões, da

predominância de fontes oficiais e da naturalização da narrativa heteronormativa” (WOITOWICZ; AMARAL; ROCHA, 2022, p. 131), mas vislumbram as possibilidades transformadas de outras abordagens que considerem a interseccionalidade e os direitos humanos, como é o caso dos conteúdos analisados no site do projeto.

Ao oferecer outra abordagem na relação entre os campos de estudo, Afonso de Albuquerque (2022) analisa o estado da arte sobre o debate que articula a decolonialidade para pensar o jornalismo e considera que muitas pesquisas situam as relações de poder apenas no processo histórico de colonização europeia e poucas discutem o projeto colonial do presente, capitaneado pelos Estados Unidos. São as próprias instituições que atuam na circulação de conhecimento, como o sistema acadêmico global, as mantenedoras destas assimetrias, assim como o próprio jornalismo. “Nesse sentido, é importante entender as maneiras pelas quais ele se constitui tanto como objeto quanto sujeito de um processo de colonização” (ALBUQUERQUE, 2022, p. 5). Como agente colonizador, o autor situa a contribuição do jornalismo brasileiro na importação da agenda neoliberal e, conseqüentemente, na produção de sentidos sobre a liderança dos Estados Unidos nesta nova ordem mundial. Tensionar a lógica da circulação de conhecimento acadêmico e perceber os impactos que ela tem no próprio trabalho jornalismo é uma proposta de descolonização apresentada por Albuquerque (2022).

Já Alexandre Barbosa (2022) analisa as teorias do jornalismo, especificamente as que tratam sobre critérios de noticiabilidade, a partir das lentes dos estudos decoloniais e propõe uma atualização delas em sintonia com a prática de um jornalismo latino-americano. Segundo a autor: “Se o continente latino-americano está profundamente marcado pela lógica colonial (racista, machista e opressora), tanto nas relações cotidianas como na transmissão do conhecimento, o jornalismo, como atividade desta sociedade, também vai carregar os traços da colonialidade” (BARBOSA, 2022, p. 5). Em contrapartida, Barbosa (2022) propõe alguns novos valores-notícia que visem a uma descolonização do jornalismo, entre eles: a consideração de que a América Latina deve ser pensada a partir de questões históricas e geopolíticas e não apenas linguísticas ou territoriais; a valorização de outras vozes no jornalismo, em especial sujeitos e sujeitas que foram historicamente silenciados e silenciadas na América Latina; e reforçar a ideia de comunidade na priorização da cobertura da cultura popular latino-americana.

Em diálogo com os estudos apresentados, abordo o jornalismo nesta pesquisa a partir do construto das dicotomias modernas, tomando como pressuposto que ele é uma instituição moderna (GUERREIRO NETO, 2012), herdeira do pensamento positivista científico

(MEDINA, 2008), que apresenta como eixo central de ligação com a lógica moderno/colonial a ideia da verdade (VEIGA DA SILVA, 2015; MORAES E VEIGA DA SILVA, 2020; FERNANDES, 2015; FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011). Para o pensamento decolonial, a modernidade e a colonialidade são os dois lados de uma mesma moeda, figurando na expressão modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2014), escrita sempre de maneira unida com o intuito de expor o que comumente está encoberto: a modernidade só pode existir a partir da disseminação da prática colonialista da Europa sobre outros países, em especial a América, a partir do século XVI.

Deste modo, considero também que o jornalismo é um instrumento da colonialidade, se legitimando a partir de seu ideário, produzindo e reproduzindo sentidos em consonância com a lógica colonial em suas facetas econômicas, culturais e epistêmica, e principalmente por silenciar/não refletir sobre o lado oculto de seus valores – a dominação violenta sobre os povos colonizados e as marcas deixadas na estrutura das sociedades latino-americanas. Contudo, também reconheço que uma grande ruptura está em curso e perpassa diferentes campos e atores sociais, muitas vezes articulados, incluindo diferentes iniciativas de jornalismo, como a construção de um jornalismo com perspectiva de gênero. Como bem definiu Marisol de La Cadena: “O mundo único que o cristianismo e a modernidade construíram e sustentaram de forma conjunta está sendo desafiado – talvez de modo sem precedentes desde sua inauguração, há 500 anos” (CADENA, 2018, p. 105).

Ao propor discutir o jornalismo a partir de uma perspectiva feminista, tendo como enfoque a organização de jornalistas da América Latina em uma rede internacional de jornalistas com visão de gênero, se faz necessário ressaltar que algumas concepções de feminismo também enfrentam questionamentos no que se refere ao compartilhamento desta mesma lógica moderna e, portanto, também colonial, na sua proposta de libertação das mulheres. Se o feminismo hegemônico responde à modernidade a partir de uma razão feminista, como afirma Miñoso (2020), é preciso repensar os efeitos desse feminismo em regiões nas quais a modernidade não representa liberdade ou um projeto de evolução, mas racismo, eurocentrismo, capitalismo, imperialismo e colonialismo (MIÑOSO, 2020).

Miñoso, ao analisar uma vasta combinação de discursos presentes entre os diversos feminismos, seja na Europa, Estados Unidos ou América Latina, percebeu um conjunto de princípios reunidos em uma razão compartilhada e alicerçada na ideia de um nós: nós mulheres dominadas, nós mulheres libertas graças ao feminismo e, de forma mais dissimulada, graças à modernidade. Ela explica a proposta de sua análise:

Estou propondo um exercício crítico que nos permita tomar consciência de como nos tornamos as feministas ou sujeito sexo/genérico ‘livre, transgressor, progressista do nosso tempo’ que acreditamos ser. Um exercício que mostre essa ‘economia política da verdade’ que está evidente nas práticas políticas e discursivas acerca do gênero e da sexualidade (patriarcado e regime heterossexual), cuja produção ajudamos a tornar possível com nossa fê cega e nossas contribuições com certos postulados feministas que se apresentam como universais (MIÑOSO, 2020, p. 103).

A crítica proposta por Minõso é tão potente que permite refletir não apenas sobre o feminismo, mas sobre o próprio jornalismo, entendendo que a modernidade não representou a mesma coisa entre os países do Norte e do Sul ou entre colonizadores e colonizados. Herdar um projeto que significou/ainda significa a dominação de diversos povos, dependências financeiras, violências físicas, epistêmicas e subjetivas, ou seja, um projeto de “domínio e morte” (MIÑOSO, 2020, p. 99), significa compactuar com ele e reproduzi-lo.

Para a autora, interessa discutir o quanto o feminismo latino-americano compactuou com essa razão feminista do Norte global e perguntar os motivos pelos quais a seguimos apesar de contextos históricos tão distintos. O mesmo vale ao jornalismo. Qual o motivo de termos um jornalismo hegemônico que compactua e segue um modelo de influência estadunidense, alicerçado na ideologia da objetividade (SCHUDSON, 2010), que não condiz com as particularidades sociais, culturais, econômicas e históricas da região em que é praticado? Isso se refere a uma não atenção, o que significa reprodução e manutenção ativa das estruturas em que raça, gênero, sexualidade e classe estão interligadas, subalternizando sujeitos e conhecimentos. Dito de forma breve, um “compromisso com a colonialidade” (MIÑOSO, 2020, p. 98).

Mas para o interesse desta pesquisa, não é frutífero trabalhar a partir de um cenário de “terra arrasada”, sem vislumbrar possibilidades subversivas e tentativas, algumas mais e outras menos, bem sucedidas de construir fissuras nesta lógica moderno/colonial que perpassa tanto o feminismo (o hegemônico, branco, do Norte, mas compartilhado também no Sul) quanto o jornalismo (hegemônico, mas compartilhado também entre iniciativas que se propõe contra-hegemônicas, que ainda se legitimam a partir da ideologia da objetividade e da crença na verdade dos fatos).

Aceitando que não existe um “*afuera*” absoluto do ocidente e muito menos uma origem pré-intrusão colonial coerente e intacta que pudesse ser resgatada (GROSFOGUEL, 2012), se torna possível perceber a importância de inúmeras iniciativas e jornalistas, dentro e fora do Brasil, que estão há mais de duas décadas construindo jornalismo de outra ordem, a partir de outros pressupostos ou ressignificando muitos deles (GUSTAFSON, 2019). É no arcabouço da prática de um jornalismo feminista, entre encontros e afastamentos, que a

proposta de um jornalismo com perspectiva de gênero vai sendo construído e se solidificando mundialmente.

Entre os resultados da minha dissertação de mestrado (GUSTAFSON, 2019), propus que uma objetividade feminista no jornalismo, que seria uma objetividade corporificada (HARAWAY, 1995), poderia estar relacionada à visibilização das relações de poder, em que gênero, raça, classe e sexualidade estão imbricadas e que são reafirmadas cotidianamente pelas instituições e suas normativas. Neste sentido, faz parte deste projeto abrir o jornalismo às vozes de distintas mulheres, negras, lésbicas, indígenas, periféricas, prostitutas, quilombolas etc., que ofereçam novos sentidos e saberes. Contudo, acabei percebendo que não basta construir espaços se estes sentidos serão enquadrados em uma mesma lógica de inteligibilidade. Abrir o jornalismo ao diálogo e à pluralidade de vozes significa se arriscar ao novo, ao que não pode ser interpretado somente a partir da matriz hegemônica, sob a pena de reproduzir a violência epistêmica que organiza o mundo há séculos.

As possibilidades de aliança entre diferentes povos, corpos e gramáticas perpassa o exercício de conviver e atuar a partir do equívoco (VIVEIROS DE CASTRO, 2018), em um movimento de resistência tradutória (COSTA, 2010; 2014; 2020). Essa é uma abertura possível para conexões parciais (HARAWAY, 1995; 2019), alianças políticas que considerem o equívoco como parte integrante da comunicação, “levando em consideração que os pontos de vista possam corresponder a mundos que não são apenas os mesmos” (CADENA, 2018, p. 112). Tradução, comunicação e relação são elementos presentes na formulação do equívoco proposta por Viveiros de Castro:

O equívoco não é o que impede a relação, mas aquilo que a funda e a propõe: uma diferença de perspectiva. Traduzir é presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco; é comunicar pela diferença, em vez de silenciar o Outro ao presumir uma univocidade originária e uma redundância última – uma semelhança essencial – entre o que ele e nós ‘estávamos dizendo’ (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 91).

A explicação mais nítida sobre o equívoco aparece na significação do que seria, por exemplo, o conceito de uma bebida refrescante para os humanos e para os jaguares: cerveja e sangue, respectivamente. Compartilhando o mesmo conceito, “O motivo das diferenças entre seus pontos de vista reside em seus diferentes corpos. [...] Quando o equívoco é o modo de comunicação, os conceitos e as coisas estão apenas parcialmente conectados; a mesma palavra pode se referir a duas coisas diferentes, dependendo do mundo no qual é proferida” (CADENA, 2018, p. 99).

Desta forma, sugiro algumas questões para explicar o problema de pesquisa que será enunciado mais adiante: o jornalismo enquanto uma prática social reflete a sociedade em que está inserido, mas também se apresenta enquanto potência transformadora das desigualdades sociais. É na proposta de construção de um outro jornalismo que situo essa expressiva parcela de ativistas e jornalistas, inseridas em suas comunidades específicas, mas viajando por entre lugares (COSTA, 2010) na construção da RIPVG, pensando cotidianamente novas possibilidades de habitar o(s) mundo(s) a partir de suas práticas jornalísticas. E esta busca por outras formas de habitá-lo(s), incluindo a conexão com outros mundos que se estruturam em um movimento dentro e fora da lógica moderno/ocidental, acontece a partir da tradução e do reconhecimento de que os conhecimentos são corporificados e parciais, portanto, limitados e abertos a outras alteridades (HARAWAY, 2019). Questiono, então, o que seria o jornalismo com perspectiva de gênero para as integrantes da RIPVG? Em uma rede com integrantes de diferentes países, culturas, experiências, gênero significa/se refere à mesma coisa? A perspectiva de gênero proposta nesta organização abarca os marcadores sociais de raça, classe, sexualidade e etnia em diferentes contextos locais na sua formulação internacional?

A categoria gênero é uma categoria equívoca, assim como outras categorias da diferença, segundo Claudia de Lima Costa (2020), tendo diferentes significados dependendo de quem a aciona. Ao articular o conceito equívoco, formulado por Viveiros de Castro e o campo da tradução cultural, Costa (2020) passa a teorizar sobre a tradução enquanto equivocação, refletindo sobre as possibilidades de articulação feminista e “as viagens dos discursos e das práticas através de fronteiras geopolíticas” (p. 333). Se a formação de alianças, nos termos de Cadena (2018), implica atuar a partir do equívoco, tendo a incompreensão como parte inerente desta proposta política, a própria formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, construído em rede, também implica em equivocação e tradução.

Admitir que as experiências e perspectivas não são universais, mas pluriversais, demanda, de acordo com Costa (2020), a necessidade de se engajar em um caminho difícil que é o da “tradução cultural”, sempre sob risco de se deixar levar pelas “armadilhas da colonialidade da linguagem e da tradução colonial” (COSTA, 2020, p. 330). Ela explica o processo de tradução, lembrando que assim como o gênero, raça e etnia também são categorias coloniais, pertencentes a dicotomia natureza/cultura:

Para o reconhecimento da existência de mundos heterogêneos e de categorias equívocas – e a possibilidade de articular conexões parciais entre eles – há a necessidade do trabalho da tradução. Equivocação, em outras palavras, implica desde já a tradução, cujo propósito é não perder de vista as diferenças entre ontologias diversas. É a partir de traduções equívocas e politicamente motivadas que

podemos interconectar parcialmente a pluralidade de mundos sem torná-los comensuráveis (COSTA, 2020, p. 330).

Refletindo sobre a possibilidade destas alianças politicamente motivadas dentro do jornalismo, tomo como **problema de pesquisa** a tecitura de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional pelas integrantes da RIPVG, buscando perceber se a formulação dessa visão comporta as múltiplas experiências das jornalistas em seus contextos específicos, mas em diálogo internacional, no intuito de subverter as lógicas masculinistas, racistas, heterossexistas, capitalistas e antropocêntricas deixadas pela matriz de dominação colonial no território geográfico e político hoje denominado de América Latina, presentes também no jornalismo e que afetam diariamente o exercício da profissão.

Me aliando à perspectiva feminista decolonial, minha **hipótese** é que a RIPVG, em interlocução com as redes nacionais, está construindo um tipo de jornalismo de conexões e alianças inesperadas, construindo articulações criativas na construção de novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas (SEGATO, 2011). Esse intento parece se referir tanto a formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, refletindo sobre suas características, quanto na possibilidade de jornalistas que atuam a partir de uma perspectiva de gênero exercerem sua profissão.

As articulações e novas ramificações das redes de jornalistas com perspectiva de gênero⁵ têm se expandido nos últimos anos e considero que essa ampliação seja muito influenciada pelo contexto que a América Latina vem enfrentando, de maiores discussões no âmbito do feminismo, mas também da ascensão de discursos reacionários e autoritários, com a perseguição de ativistas, pesquisadores e jornalistas que abordam as temáticas de gênero e Direitos Humanos. Desta forma, a organização das profissionais parece envolver um duplo movimento: por um lado, a consciência da importância de construção de uma prática jornalística que faça frente às desigualdades de gênero em seus contextos locais específicos, mas também global, a partir da reflexão coletiva sobre os limites e potencialidades do campo, e por outro, a busca pela garantia do exercício desta prática frente aos ataques reacionários, objetivando também a proteção por meio da articulação em rede.

O **objetivo geral** da pesquisa é compreender a tecitura de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional em construção por jornalistas feministas organizadas em rede a partir de múltiplas experiências em seus contextos específicos e em diálogo internacional.

⁵ A própria Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça faz parte dessa ampliação.

Já os **objetivos específicos** são:

1) Apresentar o panorama histórico do surgimento da *Red de Periodistas con Vision de Género (RIPGV)*, identificando os eixos que compõe a formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero.

2) Perceber como são as práticas de tradução cultural na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero em sua proposta internacional a partir das especificidades de diferentes contextos locais, compreendendo que gênero é uma categoria equívoca (COSTA, 2020).

3) Entender se a rede funciona também enquanto “rede de resistência e proteção”, possibilitando o exercício da profissão.

Assumindo que a **metodologia** de pesquisa consiste em “uma série de opções, seleções e eliminações que incidem sobre todas as operações metodológicas no interior da investigação” (LOPES, 2014, p. 101), esta pesquisa de cunho qualitativo utilizará como lente teórico-analítica as contribuições do feminismo decolonial (SEGATO, 2011; LUGONES, 2014), assim como será motivada pelo desafio da tradução cultural (COSTA, 2020) e feminista (ALVAREZ, 2009). As traduções feministas são consideradas aqui estratégias políticas para compartilhar conhecimento na construção de alianças ou para bloquear a circulação de discursos hegemônicos (THAYER *apud* ALVARES, 2009)⁶. Assim, tem se tornado uma necessidade para as feministas “em diálogos e negociações produtivas através de múltiplas fronteiras geopolíticas e teóricas” (ALVAREZ, 2009, p. 748).

Com o intuito de perceber o processo tradutório no interior das redes, que possibilitam a formação das alianças e que as jornalistas se conectem pericialmente na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, utilizo a tradução no sentido linguístico, traduzindo para o português as falas das minhas interlocutoras, a maior parte delas em espanhol, mas também como forma de desenraizamento. Segundo Costa (2010), a tradução cultural se refere principalmente sobre a mistura entre identidade e alteridade que promovem um deslocamento: “Na tradução, há a obrigação moral de nos desenraizarmos, de vivermos, mesmo que temporariamente, sem teto para que a/o outra/o possa habitar, também provisoriamente, nossos lugares” (COSTA, 2010, p. 54).

E utilizo como procedimentos metodológicos a técnica de análise documental (MOREIRA, 2005) dos documentos disponibilizados pela RIPGV; e entrevista individual em

⁶ THAYER, Millie. “Translating against the Market: Transposing and Resisting Meanings as Feminist Political Practice.” *In*: ALVAREZ, Sonia E. et al. (eds.). *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Américas*. Forthcoming.

profundidade (DUARTE, 2005) com nove jornalistas de diferentes países latino-americanos integrantes da rede. A escolha das jornalistas, são cerca de 300 na RIPVG, aconteceu a partir da identidade latino-americana e da ocupação de cargos decisórios e organizativos durante o período da pesquisa. Assim, foram entrevistadas duas jornalistas brasileiras, três mexicanas, duas argentinas, uma colombiana e uma chilena.

No primeiro capítulo da tese, com o título “Disputas intra-mundo ou entre mundos – o jornalismo como instrumento da colonialidade”, é discutida a relação do jornalismo com a modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2014), considerando a instituição do jornalismo como herdeira do pensamento positivista científico (MEDINA, 2008), apresentando marcas iluministas contidas em seus fundamentos, principalmente na relação entre o conhecimento que produz e a verdade. O efeito de verdade (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011) contido em seu discurso e nas justificativas para a legitimação social do campo está diretamente relacionado à garantia de sua credibilidade (BERGER, 1996). Argumento que os fundamentos que legitimam o jornalismo se referem exatamente ao modelo moderno de validação do conhecimento que sustenta o sistema de dominação colonial, a violência subjetiva e epistêmica contra os colonizados.

Por fim, proponho algumas possibilidades alternativas de abertura aos saberes historicamente subalternizados (PELÚCIO, 2012), em busca de uma ideia de verdades no plural, mais fluídas, mais justas por não serem hierárquicas e não excludentes, a partir das contribuições do feminismo decolonial (CURIEL, 2010; LUGONES, 2014; COSTA, 2014), e do perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Destaco que a formação de alianças que comportem a diferença (CADENA, 2018) na busca por conexões parciais (HARAWAY, 1995) podem ser uma forma importante de fazer frente à colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) em territórios em que a modernidade não significou libertação.

Já no segundo capítulo, intitulado “Tecelãs de outros mundos: jornalistas em conexão, formando novas alianças”, reflito sobre subversões que são empreendidas dentro do jornalismo a partir do feminismo, trazendo um panorama histórico sobre a articulação feminista em sua atenção à comunicação e, especificamente, ao jornalismo na América Latina (WOITOWICZ, 2019a; WOITOWICZ; PEDRO, 2010). Desde o final do século XVIII (RUIZ; OLVERA, 2016) temos registro da apropriação das mulheres da palavra escrita na busca por uma série de direitos. Segundo Constância Lima Duarte (2016), os jornais e revistas foram os principais espaços de aglutinação e resistência das mulheres letradas no século XIX. Com atenção a formação de redes de feministas e jornalistas, destaco o período das ditaduras latino-americanas como centrais para a configuração do movimento feminista nos diferentes

países e da construção de publicação, algumas delas produzidas por mulheres no exílio, que atuaram como mobilizadoras, redes discursivas transnacionais, possibilitando o trânsito de discursos, teorias, denúncias sobre a situação autoritária enfrentada na região (VEIGA, 2009; PEDRO, 2010; WOITOWICZ, 2014).

Neste mesmo capítulo, trato sobre o que considero ser um novo momento na relação entre feministas e o jornalismo. Além da produção de jornalistas feministas dentro da imprensa alternativa, prática histórica e que continua forte até os dias de hoje, observo uma nova articulação de jornalistas que contempla profissionais do jornalismo alternativo, mas também da mídia hegemônica. A partir da leitura de algumas publicações e manuais (CHAHER, SANTORO, 2007; SANTORO, 2010, RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011; HERMOSILLA, 2007; RIPVG, 2021), apresento alguns pontos que considere centrais para o entendimento do que consiste essa perspectiva no jornalismo. Percebo que outros marcadores da diferença como raça, classe e etnia, essenciais para compreender as experiências latino-americanas e fazer frente ao contexto discutido no capítulo 1, são pouco abordadas nos trabalhos que trazem gênero como categoria central.

No terceiro capítulo trato sobre o percurso metodológico da tese e a contribuição da tradução cultural para a análise do material e das entrevistas com as integrantes da Rede Internacional. Discuto a forma como alicercei a pesquisa em uma perspectiva teórica e metodológica inspirada em três frentes: a perspectiva decolonial, a epistemologia feminista e a tradução cultural (ALVAREZ, 2009; COSTA, 2010, 2020; HALL, 2013). Abordei também a trajetória feminista das jornalistas interlocutoras da pesquisa, seu contato com a perspectiva de gênero e o significado que construíram sobre essa prática. As dificuldades dos contextos específicos, o que as motivou sobre a percepção da desigualdade de gênero e a necessidade de articulação em rede com vistas a enfrentá-la.

A proposta do quarto capítulo foi elaborar um panorama sobre o contexto de surgimento da Rede Internacional, dando destaque para as iniciativas feministas anteriores dentro e fora do jornalismo, as discussões feministas predominantes e que influenciam os discursos da Rede quando da sua formação e que foram importantes para o início da articulação das jornalistas. Assim como discuto o crescimento de movimentos anti-direitos humanos e reacionários que disputam sentido sobre as temáticas de gênero e que coincidem com a construção da RIPVG e de redes nacionais que faz parte desta aliança.

Na segunda parte do quarto capítulo, reflito sobre as trajetórias locais e os diálogos internacionais das redes nacionais dos países estudados a partir de diagnósticos sobre a situação local do cumprimento ao Capítulo J, que trata sobre meios de comunicação e gênero,

da Plataforma de Pequim, de 1995. A iniciativa de elaboração de diagnósticos foi proposta pela RIPVG e oferece uma densa avaliação sobre os avanços e retrocessos de políticas públicas voltadas para a temática e também sobre como a mídia, em especial o jornalismo, vem se empenhando ou se omitindo na luta pela redução das desigualdades de gênero nos distintos países.

No quinto capítulo, trato sobre um elemento central para a definição do que é a perspectiva de gênero no jornalismo pelas integrantes da rede que é a defesa dos direitos humanos das mulheres. A partir desta constatação, construo uma reflexão sobre os discursos que influenciam, são negociados e acionados, para a construção desta visão dentro da rede. Discuto as possibilidades emancipatórias dos Direitos Humanos nesta luta específica, assim como os seus limites na empreitada de redução das desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade na América Latina.

Por fim, apresento uma das preocupações centrais das jornalistas no exercício da profissão, a violência contra elas, e que se apresenta de forma distinta entre os países, mas é existente em todos eles. A partir das histórias vividas e relatadas pelas interlocutoras, discuto os diferentes contextos de atuação jornalística e as formas de violência predominantes, propondo uma reflexão sobre a proteção das jornalistas enquanto uma condicionante que possibilita o exercício da perspectiva de gênero nos moldes que elas defendem e se dedicam, sendo esta forma de resistência um elemento crucial para a compreensão do que se significa a perspectiva de gênero dentro da RIPVG.

1.DISPUTAS INTRA-MUNDO OU ENTRE MUNDOS – O JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DA COLONIALIDADE

Vou começar contando uma pequena história sobre casos cotidianos do jornalismo na prática vivenciados por jornalistas, sendo uma delas essa pessoa que vos escreve. Para contextualizar melhor, indico alguns pressupostos teóricos que auxiliam na imaginação do cenário em que as situações se passaram. Aí vai: algumas regras existentes no fazer jornalístico não são explícitas, são antes de tudo sutis, aprendidas por osmose, pequenas indicações sobre o que merece maior importância e o que não é relevante ou tão relevante para que se gaste “tinta e papel”. Diversos autores se dedicaram a estudar esses sinais de aprovação e desaprovação que os jornalistas, especialmente aqueles que atuam nas redações, recebem cotidianamente e que moldam o conteúdo das notícias, até se tornarem marcadores rotineiros, cristalizados em critérios de noticiabilidade (SILVA, 2005). É famosa também a proposição de que os jornalistas formam uma comunidade interpretativa (ZELIZER, 1993), transnacional (TRAQUINA, 2002), angulando e construindo certos acontecimentos de forma parecida, sem importar tanto os contornos geográficos, culturais ou sociais. Mesmo que cada jornalista internalize certos “saberes” de reconhecimento, procedimento e narrativa (TRAQUINA, 2005), cada empresa apresenta certas particularidades, mas que de forma alguma estão totalmente deslocadas ou desligadas dos pressupostos centrais da profissão. Tento isso em mente, vamos para a história.

Nos anos em que trabalhei como repórter, vivenciei certas situações que indicavam algumas dessas regras sutis, outras apenas escutei colegas contarem, alguns até de outros veículos jornalísticos. É sabido que jornalistas apresentam a tendência de falar sobre jornalismo em 99% do seu tempo livre, aquele em que não estão fazendo jornalismo. Quando saem da profissão, o percentual reduz para 90%. Enfim, certo dia conversando com uma amiga jornalista sobre jornalismo escutei ela contar que o editor do jornal em que ela trabalhava não a deixou usar a palavra lésbica porque era ofensiva aos leitores. Era melhor usar “gay”, pois lésbica não soava bem aos sensíveis olhos dos assinantes do periódico. Outra vez me contaram que uma matéria sobre o belíssimo casamento de uma mulher negra trans no dia da visibilidade trans, data escolhida por ela para reforçar a importância do amor em vivências tão perpassadas pela violência, foi considerada uma pauta importante. Porém, não suficiente para ganhar uma foto na capa. E, certo dia, eu mesma me surpreendi com a

revelação de que eu não deveria escrever matérias sobre animais, direitos dos animais, mais especificamente, pois com pouco espaço de jornal era óbvio que a prioridade deveria ser os humanos. Boba eu em não saber. Fim da história. Começo das questões. Após escutar todos esses pequenos meandros cotidianos do jornalismo, lanço duas perguntas: Quais humanos? Quais animais? Uma pista: a editoria de economia está cheia de animais que viram carne e leite na prateleira do supermercado. Duas pistas: a capa do jornal está cheia de homens brancos e com gel no cabelo.

Se é possível tirar alguma “moral” dessa pequena historinha cotidiana é que a relação do jornalismo com a matriz colonial de dominação tem como pano de fundo, mais ou menos oculto e facilmente negado por quase todos que a compartilham as dicotomias fundamentais da modernidade: humano/não-humano, natureza/cultura, branco (europeus)/não branco, homem/mulher. Soma-se a isso, a sua credibilidade é garantida pela ideia de verdade (BERGER, 1996), compartilhando com outras instituições o poder e o arbítrio de decidir sobre o “real”.

Início a discussão teórica deste capítulo com um debate sobre os discursos que construíram a América e a Europa, perpassados por noções de identidade e diferença (SILVA, 2010). Posteriormente, discuto sobre a ideia de verdade, presente na religião cristã, na ciência moderna e no jornalismo, pensando nas aproximações do campo com a modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2014). Argumento que os fundamentos que legitimam o jornalismo se referem exatamente ao modelo moderno de validação do conhecimento que sustenta o sistema de dominação colonial, a violência subjetiva e epistêmica contra os colonizados. Ou seja, as “estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno” (VEIGA DA SILVA; MORAES, 2019, p. 1). Destaco que a formação de alianças que comportem a diferença (CADENA, 2018) na busca por conexões parciais (HARAWAY, 1995) podem ser uma forma importante de fazer frente à colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e à colonialidade de gênero (LUGONES, 2014).

1.1 Um panorama histórico: A rearticulação do mundo a partir de noções de identidade e diferença na construção do Ocidente e da América

O que define um país, uma região, um continente, um povo, uma nacionalidade? A resposta mais rápida e ampla poderia ser: os discursos que foram construídos sobre eles. Nesta criação e circulação de discursos, sempre permeados por uma boa dose de contradições e

enfrentamentos ao longo da história, estão os embates que se referem principalmente a quem tem o poder de nomear e quem é nomeado. Entre as disputas por território e pela palavra, o mundo vai se moldando, tornando-se outro a partir da dominação e da resistência. Como um mapa que apresenta o rumo de uma localização, mas carrega consigo a ideologia intrínseca de quem o construiu, assim como as várias outras daqueles que seguem utilizando-o. Lugar não é só espaço geográfico, é ponto de luta, de encontro, é corpo, sempre em movimento. Como afirma Anne McClintock (2010, p. 17), “o mapa também revela um paradoxo”. O mapa é paradoxo.

O paradoxo ao qual McClintock se refere cabe perfeitamente na discussão que estou propondo neste capítulo, a relação entre o jornalismo e a colonialidade, a partir do compartilhamento de uma mesma lógica impregnada de concepções de gênero, raça, classe e sexualidade. O mapa que a autora se refere é encontrado no início do livro *As Minas do Rei Salomão*, de Henry Rider Haggard, desenhado originalmente por um mercador português, em 1590, momentos antes de sua morte, aos pés da montanha “Seios de Sheba”, provavelmente em algum local da África. Situando os caminhos da mina de Salomão, o mercador indica apenas um perigo na rota, a “mãe-bruxa” Gagool, e uma prescrição, que ela seja obrigatoriamente assassinada. Em seus traços temos um caminho desenhado para as ambições do homem branco, mas virado de ponta cabeça o desenho traz a revelação do “diagrama do corpo feminino” (MCCLINTOCK, 2010, p. 17).

Desta forma, o mapa de Haggard junta em miniatura três dos temas dominantes do imperialismo ocidental: a transmissão do poder masculino branco através do controle das mulheres colonizadas; o surgimento de uma nova ordem global de conhecimento cultural; e o comando imperial do capital mercantil [...] (MCCLINTOCK, 2010, p. 15).

O mapa de Haggard faz parte de uma série de relatos de viagem e outras narrativas sobre os “continentes incertos”, a África, a Ásia e América. Entre os componentes mais presentes nos textos e esboços está, segundo MacClintock (2010), o componente erótico do olhar masculino. Esse olhar androcêntrico constrói fantasias sobre mulheres de terras distantes, com suas práticas bizarras e excessos sexuais. A própria Terra, de acordo com a autora, teve a sua forma questionada por Cristóvão Colombo, em 1492, ao afirmar que ela nada tinha de redonda, mas o contorno do seio de uma mulher. Antes mesmo do alto Império Vitoriano “a África e as América já se tinham tornado o que pode ser chamado de pornotrópicos para a imaginação europeia” (MACCLINTOCK, 2010, p. 44).

O mundo, fora dos limites da Europa, se tornou feminino, passível da exploração masculina, pois “na mente desses homens, a conquista imperial do globo encontrava sua figura e sua sanção política na prévia subordinação das mulheres como categoria da natureza” (MACCLINTOCK, 2010, p. 47). E foi desta forma, a partir de discursos carregados de valores de gênero, raça, classe e sexualidade, que a América foi construída discursivamente ao mesmo tempo em que era expropriada materialmente.

A Europa também foi construída, mas a partir de outras “fantasias”. Ao demarcar sua superioridade em relação ao resto do mundo, se autorizou a empreender no processo colonial. A noção de modernidade foi feita para pensar o Ocidente, construída como herança Greco-romana, “tomando impulso na Renascença, período em que a Europa nórdica e ocidental projeta-se para o mundo, conquistando outros povos e redefinido a si mesma” (GUIMARÃES, 2002, p. 01). Se a América não foi descoberta, mas foi inventada, “mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã” (MIGNOLO, 2017), é válido pensar que a Europa também foi formulada a partir de critérios de identidade e diferença (SILVA, 2000).

Tomaz Tadeu da Silva (2000), explica de forma muito simples o aparato de construção discursiva da construção da identidade e da diferença, sendo interdependentes, a primeira se refere ao que “eu sou” e a segunda ao que “eu não sou”. Contudo, essa relação de alteridade é perpassada por um processo de hierarquização, ou seja, pelo poder, sendo a diferença a base valorativa para a construção da identidade. Só posso dizer que sou algo ou alguém a partir de uma série de negações sobre o que não sou, pois a diferença é “compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação” (SILVA, 2000, p. 76), atos linguísticos de diferenciação, portanto sociais e culturais.

Para definir a Europa, foi preciso construir a diferença, o outro longínquo. A identidade da Europa foi formada nesse período a partir de dois pólos, um deles se refere ao estabelecimento de uma aristocracia e, o segundo, ao pólo ideológico da crença na ideia de civilização, como explica Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2002):

Civilização significava o afastamento da sociedade aristocrática em relação às classes subalternas, ao mundo animal, semi-animal, ou bárbaro, através de rituais de sublimação e elevação espiritual, e do refinamento dos gostos e costumes, que se cristaliza num padrão único, de quietude, serenidade e harmonia (Elias, 1985). Erigia-se, assim, uma barreira simbólica e cultural entre a elite dominante e o povo, por um lado, e entre a Europa e os povos de outros continentes, recém-integrados econômica e politicamente à área de poder europeu (p. 1).

Essa barreira simbólica e cultural, ao definir a si e ao outro, deu lugar a uma lógica, um padrão, ao qual chamamos de colonialidade (QUIJANO, 2005). Como Walter Mignolo explica, a “colonialidade é equivalente a ‘matriz ou padrão colonial de poder’, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde atrás da retórica da modernidade (o relato de salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade” (MIGNOLO, 2014, p. 24, tradução minha)⁷. Este conceito foi construído pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos de 1980, para se referir à matriz de poder colonial e é ele mesmo um conceito descolonial, segundo Mignolo.

A partir da proposição de Quijano (2005), consideramos que a Modernidade tem um lado oculto, bastante esquecido quando o “moderno” é enaltecido, que nasce com as invasões de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, a formação do Caribe e das Américas, assim como o sequestro, tráfico e escravização de pessoas oriundas de África (MIGNOLO, 2017). Esse lado oculto é a colonialidade. A modernidade e a colonialidade são os dois lados de uma mesma moeda, figurando na expressão modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2014), escrita sempre de maneira unida com o intuito de expor o que comumente está encoberto: a modernidade só pode existir a partir da disseminação da prática colonialista da Europa sobre outros países, em especial a América, a partir do século XVI.

A disseminação desta prática, que inaugura um padrão de poder, modifica a configuração das civilizações existentes e rearticula o mundo em termos políticos, econômicos, simbólicos, epistemológicos e subjetivos, culminando atualmente no capitalismo globalizado, como destaca Mignolo (2017). Esta prática econômica se conecta com todas as outras formas de violência e estruturas de controle por uma de suas principais características, “a dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana, e da vida em geral, desde a Revolução Industrial até o século XXI”. (MIGNOLO, 2017, p. 3). Escondido sob a ideia de modernidade, o conhecimento produzido estava intimamente ligado à inferiorização de certas vidas humanas consideradas “naturalmente dispensáveis”, justificando principalmente o racismo contido em suas formulações.

A existência de quatro genocídios e epistemicídios é discutida por Grosfoguel (2016), que articula quatro pontos-chave da história para a configuração deste sistema-mundo racista e também sexista. Epistemicídio se refere a destruição do conhecimento a partir da aniquilação da fonte de conhecimento, sejam eles livros ou pessoas. Influenciado pelo

⁷ Texto original: Colonialidad es equivalente a ‘matriz o patrón colonial de poder’, el cual o la cual es un complejo de relaciones que se esconde detrás de la retórica de la modernidad (el relato de salvación, progreso y felicidad) que justifica la violencia de la colonialidad.

trabalho histórico de Enrique Dussel e da obra de Boaventura de Sousa Santos, o autor elenca como primeiro momento, anterior ao processo de colonização das Américas, o genocídio contra judeus e muçulmanos em e Al-Andalus, na Península Ibérica, no final do século XV, pela coroa Espanhola. Sob a bandeira da “pureza de sangue”, a tomada do território foi perpassada por assassinatos, expulsões territoriais e conversões religiosas ao cristianismo, o que Grosfoguel caracteriza como genocídio físico e cultural.

A existência de um protorracismo, um racismo religioso, é identificada pelo autor na ideia da purificação do sangue dos muçulmanos e judeus sobreviventes, naquele momento centrada principalmente na imposição de crença no deus correto. O prefixo proto utilizado antes do racismo exprime uma diferença do racismo que se inaugura no século XVI, pois nesse momento a humanidade desses dois grupos sociais não era questionada, embora a fé fosse condenada. O discurso contido na “pureza de sangue” “buscava vigiar aquelas populações que não tinham ascendência cristã em termos do quanto estavam próximas ou distantes do cristianismo, o seu objetivo era confirmar se a conversão era real ou fingida” (GROSFOGUEL, 2016, p. 33). A conversão era então uma possibilidade.

Embora não se possa de forma alguma considerar que a violência contra esta população tenha sido branda, pois se configurou nitidamente como genocídio, uma modificação no sistema violento contra judeus e muçulmanos é observada por Grosfoguel (2016) após o século XVI. Foi nesse segundo momento, do processo colonizador europeu nas Américas, que uma hierarquia racial foi institucionalizada:

[...] houve um emaranhamento entre a religião centrada na hierarquia global do cristianismo e o centralismo racial e étnico do Ocidente, expresso em um ‘sistema-mundo capitalista, patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista’, criado após 1492, capaz de identificar os praticantes de uma espiritualidade não ocidental, sendo estes racializados como abaixo da linha do humano (GROSFOGUEL, 2016, p. 40).

Ao caracterizar inicialmente os indígenas como povos sem religião, Cristóvão Colombo abriu uma nova discussão ontológica que se referia a falta de humanidade dos povos que aqui viviam. Ter uma religião errada, como era considerada a dos judeus e muçulmanos, não interferia no caráter humano, mas não ter uma religião sim, pois caracterizava a falta de alma. Para tratar sobre esse assunto após décadas de discussão, foi realizado o julgamento de Valladolid, tribunal instituído em 1552 pela monarquia cristã espanhola para definir se os indígenas tinham ou não alma. O resultado foi a consideração de que eram humanos, mas precisavam ser convertidos, “bárbaros a serem cristianizados” (GROSFOGUEL, 2016, p. 39).

Segundo Grosfoguel, com a decisão pela humanidade e a necessidade de conversão a partir da catequização, a escravização deles se tornou um pecado. E a consequência desse entendimento foi, de acordo com o autor, o sequestro, tráfico e escravização de pessoas oriundas de África, consideradas sem alma, e por isso escravizadas ao longo de mais de 300 anos com a suposta permissão de deus. Esse foi o terceiro momento que se articula com a construção do sistema-mundo e “Desde então o racismo contra o negro tornou-se uma estrutura fundamental e constitutiva da lógica do mundo moderno-colonial” (GROSFOGUEL, 2016. p. 39).

O quarto marco histórico ocorreu na Europa e se refere ao que ficou conhecido como caça às bruxas, a caçada contra mulheres, principalmente nos séculos XVI e XVII, que tinham conhecimento xamânicos ancestrais, promovendo formas comunais de organização. Milhares delas foram queimadas vivas durante o primeiro período da Modernidade, pois “dadas as suas qualidades de autoridade e liderança, os ataques constituíram uma estratégia de consolidação do patriarcado centrado na cristandade, que também destruía formas autônomas e comunais de relação com a terra” (GROSFOGUEL, 2016, p. 42). A violência epistêmica contra judeus e muçulmanos consistiu tanto na queima de livros quanto na proibição da expressão de sua fé. Os africanos também foram reprimidos para não vivenciarem seus saberes e cosmologias. Artefatos e símbolos dos povos originários indígenas foram destruídos durante o epistemicídio sofrido. Com as mulheres europeias consideradas bruxas, que apresentavam uma tradição oral na circulação do conhecimento ancestral, a violência física e simbólica consistiu na queima de seus corpos. “Os ‘livros’ eram os corpos das mulheres” (GROSFOGUEL, 2016, p. 52).

Silvia Federici (2017) analisa a questão da caça às bruxas com profundidade a partir de sua centralidade no desenvolvimento do capitalismo. Para a autora, tanto o aumento da perseguição de mulheres consideradas bruxas na Europa, a partir de meados do século XVI, quanto o processo de colonização e extermínio das populações do chamado Novo Mundo foram contemporâneos e não por acaso. A classe e o gênero das acusadas e o contexto histórico no qual se produziu a caçada massiva e institucionalizada contra mulheres consideradas bruxas, levam a concluir que este foi “um ataque à resistência que as mulheres apresentavam contra as relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura” (FEDERICI, 2017, p. 305).

Em resumo, a caça às bruxas, ocorrida tanto na Europa quanto nos territórios colonizados da América, voltada esta última contra indígenas considerados adoradores do

diabo, fez parte da construção de uma nova ordem patriarcal que colocou sob o controle do Estado os corpos das mulheres. O trabalho delas e seus poderes sexuais e reprodutivos foram transformados em recursos para o sistema capitalista. Por isso, racismo e sexismo, segundo Federici (2017), estão diretamente ligados ao capitalismo:

O capitalismo precisa justificar e mistificar as contradições incrustadas em suas relações sociais – a promessa de liberdade frente à realidade de coação generalizada, e a promessa de prosperidade frente à realidade de penúria generalizada – difamando a ‘natureza’ daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização (FEDERICI, 2017, p. 37).

As mudanças bruscas na forma de habitar o mundo e se relacionar com ele aconteceram progressivamente, embora esses marcos históricos nos ajudem a perceber a articulação de um novo tipo de poder, sobre os seres humanos, sobre o conhecimento, sobre a economia. Mignolo (2017) propõe imaginar o mundo em 1500, enquanto um mundo policêntrico, com várias civilizações coexistindo, e sem a existência do capitalismo:

Durante o intervalo de tempo entre 1500 e 2000, três fases cumulativas (e não sucessivas) da modernidade são discerníveis: a fase ibérica e católica, liderada pela Espanha e Portugal (1500-1750, aproximadamente); a fase “coração da Europa” (na acepção de Hegel), liderada pela Inglaterra, França e Alemanha (1750-1945); e a fase americana estadunidense, liderada pelos Estados Unidos (1945-2000). Desde então, uma nova ordem global começou a se desenvolver: um mundo policêntrico e interconectado pelo mesmo tipo de economia” (MIGNOLO, 2017, p. 03).

Outra faceta do que ocorreu nesses séculos, que somou as iniciativas europeias com a escravização de africanos e o desmonte de civilizações e genocídios foi o surgimento de uma “estrutura de controle e administração de autoridade” que se refere tanto à economia quanto às subjetividades e a construção de normas de gênero conduzidas pelos europeus ocidentais. Essa estrutura e suas normas foram colocadas em prática “tanto nos seus conflitos internos quanto como na sua exploração do trabalho e expropriação de terras” (MIGNOLO, 2017, p. 4).

A globalização em curso seria, para Quijano (2005), a culminação de todo esse processo que se inicia com a constituição da América, e resulta no capitalismo colonial eurocentrado enquanto um “novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117). O principal eixo desse poder, na visão do autor, é a classificação social a partir da ideia de raça, codificação da diferença entre colonizados e colonizadores a partir de uma suposta distinção biológica que criou a hierarquização considerada natural entre eles. Essa concepção será posteriormente revista e potencializada pelas teóricas feminista ao incluírem junto com a raça

outros eixos articulados, como gênero (LUGONES, 2014), na formulação de uma matriz de dominação. Quijano explica a centralidade da raça, sendo ela:

uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico (QUIJANO, 2005, p. 117).

Antes da constituição da América, a classificação social a partir desta construção mental de raça não existia, e seu surgimento culminou em uma série de novas identidades sociais, “índios, negros e mestiços”, assim como redefiniu outras, como europeu, português ou espanhol, identidades relacionadas ao país ou lugar de origem e que posteriormente ganham também uma conotação de raça (QUIJANO, 2005). Ao construir a ideia de raça, justificaram e naturalizaram a dominação. Enquanto critério fundamental para a atribuição de lugares e papéis sociais na estrutura de poder social, a raça se tornou o “modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Refletindo a partir da centralidade da raça para a definição da colonialidade do poder, de Quijano, Rita Segato (2021, p. 26-27), ressalta que o racismo é diferente da xenofobia e do etnicismo, pois a raça “resulta da biologização da desigualdade no ambiente da colonialidade/modernidade”, assim como o gênero. Hierarquias biologizadas, pode-se definir. Nos mundos pré-intrusão europeia, terras hoje denominadas como americanas, a inexistência dessa demarcação possibilitava trânsitos entre posições e comutabilidades. A autora considera que, antes da colonização, existia nas sociedades originárias⁸, e aqui ela argumenta a partir do trabalho antropológico com povos originários do Brasil, uma diferença nos espaços ocupados entres atores masculinos e femininos, uma diferença referente à uma divisão do trabalho por sexo, sendo o espaço público destinado aos primeiros. Contudo, para Segato (2021, p. 27), o processo colonial transformou esse lugar em uma esfera pública “branca masculina, mas englobante e entendida como humana em geral e de representatividade universal”. De um mundo dual, passamos para:

⁸ Rita Segato (2021) contesta autoras que consideram gênero enquanto uma categoria colonial e afirmam sua inexistência antes da colonização, pois acredita que não seria possível a captura, torção e reinterpretação impostas em posições marcadas pelo sexo e transformadas nas de gênero colonial-modernas se não existisse algum tipo de patriarcado antes da intrusão colonial. Por isso, defende a existência de patriarcados de baixa intensidade ou baixo impacto no que ela chama de mundo-aldeia. Já o patriarcado colonial-moderno se caracteriza pela alta intensidade de misoginia e violência.

[...] um mundo binário, em que o outro essencializado – biologizado – em sua posição particular de outro, nada mais é do que uma função do *um*, e no qual a diferença constitui, portanto, um problema, ao menos que possa ser filtrada por uma grade ou equivalente universal que a converta em comensurável ou a ejeite como residual em relação ao mundo relevante do *um*, masculino e branco, proprietário, letrado e *pater familias*, habitante nato da esfera de valor geral e relevância política, construída a sua imagem e semelhança e proclamada neutra (SEGATO, 2021, p. 27).

A biologia passa a ser um destino, sendo o processo de construção dessa violenta hierarquia apagado da história, competindo à desigualdade à esfera da natureza. No caso da raça, ela é “um produto da estratégia racista do expropriador” (SEGATO, 2021, p. 21), em que a narrativa que a produziu é camuflada. De acordo com Segato (2021, p. 29), o outro que se difere do *eu* - pessoas vistas como desviantes, racialmente marcadas, mulheres e com sexualidades dissidentes - perde progressivamente seu poder, nessas tradições “misóginas e homofóbicas que são envernizadas com uma pátina artificial de tempo para ocultar seu caráter colonial-moderno”.

Associado a esta noção de raça estava o controle do trabalho, esferas distintas, mas que implicava uma no reforço da outra, impondo o que Quijano (2005) chama de “sistemática divisão racial do trabalho”. Na região colonizada, essa nova organização consistiu em escravizar a população negra e atribuir aos indígenas o papel da servidão. Uma parcela pequena da população indígena, por seu trabalho de mediação com as forças dominadoras, foi eximida da servidão e pode atuar em outros ofícios, aqueles reservados para espanhóis e portugueses que não possuíam grandes recursos.

Europeus podiam atuar de forma independente em distintos trabalhos, mas apenas a nobreza ocupava postos mais altos da administração. Assim, Quijano demonstra que o controle do trabalho estava articulado com a distinção racial, e isso conseqüentemente levava ao controle de cada grupo específico. “Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido” (QUIJANO, 2005, p. 119).

A Europa, enquanto centro do capitalismo mundial na época, também passou a implantar outra forma de dominação, impactando na intersubjetividade mundial, a partir da imposição de seu “sistema mundo”. Desta forma, “a Europa também concentrou sob sua hegemonia todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121). Expropriação, repressão e reprodução foram as tônicas desse processo de tentativa de apagamento das subjetividades, práticas culturais e saberes dos povos colonizados, implicando com o passar

do tempo em uma forma de colonização das perspectivas e dos vários modos de atribuir sentidos:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. Em terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis em cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã (QUIJANO, 2005, p. 121).

As consequências da disseminação do eurocentrismo oriunda dos três métodos apresentados por Quijano ganhou uma centralidade específica após a sua experiência na América, sendo esta a classificação da raça. Isso os fez supor que não eram apenas superiores, mas naturalmente superiores, segundo o sociólogo peruano. As populações colonizadas não apenas foram consideradas inferiores, mas “primitivos” por anteriores, a partir de um sentido temporal de evolução que começa na Natureza e termina na Europa. A partir da classificação racial e temporal, a modernidade e a racionalidade receberam o atributo de ser uma exclusividade europeia, produto e experiência dos europeus.

A relação da Europa com o restante do mundo passou a ser codificada em termos dicotômicos a partir da criação de novas categorias: “Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa” (QUIJANO, 2005, p. 122). Essa perspectiva de conhecimento, a partir das novas classificações binárias tornou-se hegemônica e resultado da imposição do domínio colonial da Europa sobre outras regiões. Neste sentido, evolucionismo e dualismo são os grandes mitos que constituem o eurocentrismo, de acordo com a proposta de Quijano.

Considerar, assim, o jornalismo um instrumento da colonialidade, é dizer que essa instituição se legitima a partir de um ideário, produzindo e reproduzindo sentidos em consonância com a lógica colonial/moderna explicitada acima, em suas facetas econômicas, culturais e epistêmicas, assim como costuma silenciar/não refletir sobre o lado oculto de seus valores - a dominação violenta sobre os povos colonizados e as marcas deixadas na estrutura das sociedades latino-americanas. Maria Cruz Tornay-Márquez (2017) traz um questionamento importante sobre a manutenção de um regime de visibilidade excludente: “Na época colonial, o mestre decide quem é visível, quem pode falar, enfim, existe. E neste momento? Quem é o mestre, o soberano, que decide sobre a existência do outro?”

(TORNAY-MARQUÉZ, 2017, p. 115, tradução minha⁹). É na esfera discursiva, na articulação de diversos discursos, que as relações de dominação são mantidas:

É evidente que para que subsistam as relações de dominação - para além da igualdade jurídica e da proibição da discriminação como princípios e normas dos Estados do Ocidente - é necessário que colaborem e confluem discursos, estereótipos e práticas que conformam os sentidos comuns que amparam as formas de exclusão, mais ou menos veladas, e que constituem e naturalizam a subalternidade, ou seja, o outro que se situa nas margens da hegemonia branca, heterossexual, ocidental (ou ocidentalizada) (TORNAY-MÁRQUEZ, 2017, p. 115, tradução minha¹⁰).

Assim, a autora considera que a matriz de exclusão, que envolve o racismo, o sexismo e o classismo não é apenas reproduzida pelos discursos, mas atualizada cotidianamente e legitimada a partir da construção de narrativas, da representação ou ausência delas pelos meios de comunicação. A construção de estereótipos e demarcação de normas sociais que afetam principalmente as mulheres, população negra e indígena, fazem parte de uma exclusão racista e sexista que se articula com a esfera econômica e apresentam sua origem no contexto colonial (TORNAY-MARQUÉZ, 2017), embora possam ganhar novos contornos na atualidade.

A modernidade, antes de ser um marco temporal, pode ser considerada então um marco conceitual, paradigmático, uma virada de página nos estados da natureza, o ápice de um processo civilizatório, pois somente esse culminar evolutivo seria capaz de produzi-la. Segundo Quijano (2005, p. 122), entre as suas principais características estão as ideias de “novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular”. Se a modernidade estivesse relacionada apenas aos atributos citados, todas as outras culturas receberiam o título de modernas, em especial, as denominadas “altas culturas (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) anteriores ao atual sistema-mundo, (que) mostram inequivocamente os sinais dessa modernidade, incluído o racional científico, a secularização do pensamento” (QUIJANO, 2015, p. 122)

Esse complexo fenômeno não pode ser lido apenas a partir da sua originalidade ou propriedade, mas também como “um processo histórico específico do atual sistema mundo”

⁹ No original: En la época de la colonia, el amo decide quién es visible, quién puede hablar, en definitiva, existir. ¿Y en este momento? ¿Quién es el amo, el soberano, quién decide sobre la existencia del otro?

¹⁰ Es evidente que para que las relaciones de dominación subsistan –más allá de la igualdad jurídica y la prohibición de discriminaciones como principios y normas de los Estados en Occidente- es necesario que colaboren y confluyan discursos, estereotipos y prácticas que conforman los sentidos comunes que amparan las formas de exclusión, más o menos veladas, y que constituyen y naturalizan la subalternidad, es decir, al otro que se sitúa en los márgenes de la hegemonía blanca, heterosexual, occidental (u occidentalizada).

(QUIJANO, 2005, p. 123), sendo este o primeiro sistema-mundo global, que abrange de forma sistêmica a população de todo o planeta, em uma homogeneização das formas de existência social, a partir de três pilares: “a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005, p. 124). E esse compartilhamento não significa um apagamento total de especificidades culturais e históricas entre as diferentes populações do mundo, mas um lastro valorativo que orienta as relações:

O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto. Por isso as instituições hegemônicas de cada âmbito de existência social são universais para a população do mundo como modelos intersubjetivos. Assim, o Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica (QUIJANO, 2005, p. 124).

E são essas orientações valorativas, compartilhados com outras instituições sociais, que observamos circular cotidianamente no jornalismo, mesmo que com outras aparências e muitas vezes permeados de contradições. A própria ideia de que os jornalistas são uma comunidade interpretativa (ZELIZER, 1993), transnacional (TRAQUINA, 2002), indicam esse compartilhamento. Os cânones que orientam as práticas, a sua relação com a objetividade, a verdade, a crença nos fatos, fazem com que o jornalismo acabe se legitimando a partir da demonstração de que só esse (sistema) mundo é possível, atuando como mais um dos mecanismos da colonialidade, solidificando o poder que estrutura as relações sociais, marcadas por raça, classe, gênero, sexualidade, etnia e geração.

1.2 Um panorama epistemológico: O problema da verdade

Na tentativa de melhor compreender o que seria uma perspectiva feminista e de gênero dentro do jornalismo e a ruptura por ela provocada em um modelo de prática que perdura há pelo menos um século, proponho uma revisão do problema da verdade dentro do jornalismo, compreendendo que este é o eixo central de ligação entre o jornalismo e a modernidade. Se tentarmos fazer uma aproximação entre o cristianismo, a ciência moderna e o jornalismo, apesar das diferenças e distanciamentos existentes principalmente entre o primeiro campo e os dois últimos, talvez seja possível detectar a similaridade compartilhada entre os três na ideia mítica de verdade. Em passagem escrita no novo testamento da Bíblia Jesus afirma: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (João 14:6). Em diversos trechos do livro bíblico, a verdade

absoluta, a inquestionável, está relacionada ao filho do deus do cristianismo, compreendido como o portador da sua palavra, a única que leva ao caminho da salvação. A catequização de indígenas e pessoas negras escravizadas, a “conversão das almas ao catolicismo” (SODRÉ, 2017, p. 8), nas colônias dominadas pela Europa, e isso inclui o Brasil, versava exatamente sobre os ensinamentos da fé verdadeira, a cristã, e na tentativa de apagamento de religiosidades diversas e práticas pagãs.

Muniz Sodré (2017) destaca a influência durante a Idade Média da religião cristã no campo da filosofia, reduzindo a ética aristotélica ao monoteísmo e transformando o ideal cívico em essência divina. Nesta relação ambígua entre a religião e a filosofia se estabelece o conceito renascentista de humanidade ocidental. E esta elaboração do humano foi central para constituição da grande divisão colonial – a separação entre humanos e não humanos ou humanos e selvagens (LUGONES, 2014). A concepção nascida da junção entre filosofia e religião passa a atribuir ao homem, ao longo do século XVI - momento de fortalecimento da ação dominadora da Europa sobre outros povos -, uma razão única, um ponto de vista geral, como destaca Sodré:

Mas essa ideia de ‘humanidade’ – fachada ideológica para a legitimação da pilhagem dos mercados do Sudeste Asiático, dos metais preciosos das Américas e da mão de obra na África – consolida conceitualmente, na medida em que contribui para sustentar o modo como os europeus conhecem a si mesmos: ‘homens plenamente humanos’ e aos outros como ‘*anthropos*’, não tão plenos (SODRÉ, 2017, p. 14).

A filosofia secular referenda a cosmologia cristã e, a partir delas, se forja o juízo epistêmico sobre esse “outro” não totalmente humano e sem capacidade racional e, por isso, inferior. Segundo Sodré, a hierarquização da humanidade a partir deste juízo epistêmico serviu como justificativa para as maiores violências praticadas contra os considerados “não tão humanos” em comparação aos “humanos ocidentais”.

Como bem veremos na proposta descolonizadora dos saberes, esses empreendimentos de imposição de uma forma única e legítima de ver o mundo, perpassados fortemente pela religião cristã, não foram tão bem-sucedidos como o colonizador fez ênfase ao relatar. O resgate das formas de resistência dos sujeitos e sujeitas colonizados, em sua faceta epistêmica, cosmológica, subjetiva e religiosa, faz parte da subversão e ruptura desta verdade única que circulou como válida por séculos. O chamado sincretismo religioso, por exemplo, tem sido compreendido como uma estratégia de hibridação, segundo Ramón Grosfoguel (2012), um movimento de subversão e redefinição dentro da visão de mundo da cosmologia africana e

não da europeia, pois “cada santo se converteu, assim, em um Deus africanizado” (GOSFOGUEL, 2012, p. 353).

Ao orar para os santos católicos as possibilidades de ressignificações e interpretações subversivas por parte dos indígenas e africanos escravizados foram muitas. Como afirma Maria Lugones (2014), a colonização só seria totalmente bem-sucedida se praticada contra seres vazios, e não cosmológica, política e subjetivamente complexos como eram os povos colonizados. Mas isso não diminui a violência da empreitada ou minimiza as suas consequências, pois um tipo de regime começa a ser instaurado, perdurando por muito tempo, embora quem detém a autoridade sobre ele vai sendo aos poucos substituído.

Ao realizar uma análise sobre as instâncias de controle discursivo na sociedade ocidental, Michel Foucault (1999) aborda as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos séculos, possibilitando a aparição de uma vontade de verdade enquanto sistema de exclusão com apoio institucional e que rege a nossa vontade de saber. Os “Três cortes na morfologia de nossa vontade de saber”, (FOUCAULT, 1999, p. 63), podem inicialmente ser situados desde Sócrates, na época sofística, na qual o discurso tinha um caráter ritual, investido de poderes e perigos e foi se configurando lentamente na separação entre discurso verdadeiro e discurso falso. Outro corte que merece destaque ocorre entre os séculos XVI e XVII, com o surgimento de uma filosofia natural e inseparável da ideologia religiosa:

[...] época em que apareceu, principalmente na Inglaterra, uma ciência do olhar, da observação, da verificação, uma certa filosofia natural inseparável também da ideologia religiosa: nova forma, por certo, da vontade de saber. Enfim, o terceiro ponto de referência será o início do século XIX, com os grandes atos fundadores da ciência moderna, a formação de uma sociedade industrial e a ideologia positivista que a acompanha (FOUCAULT, 1999, p. 62-63).

É, então, a partir do século XVIII na Europa que a ideia de verdade vai aos poucos deixando de pertencer à Igreja, que perde parte de sua autoridade enunciativa, e passa a pertencer a outra forma de significar o mundo, a Ciência Moderna. No Iluminismo a analogia à salvação é também explícita, embora a partir de um caminho distinto, agora o do conhecimento científico, que cria um feixe de luz entre as trevas – considerado este o lugar da crença, do mito, da escuridão.

A partir da Revolução Científica, a forma e o método de produzir conhecimento, que origina a Ciência Moderna, começam a alicerçar seus pilares e entre os principais está a neutralidade factual (OLIVEIRA, 2008). A cultura ocidental passa então a ser delineada por

uma separação profunda entre os fatos e valores como garantia do carácter factual da ciência, não contaminada pelos valores subjetivos e intersubjetivos dos indivíduos.

Essa característica, ao contrário da neutralidade que tentava sustentar, reflete-se também em uma hierarquia de saberes, pois é ela que funda o carácter universal da ciência. Como destaca Marcos Barbosa de Oliveira (2008), os valores que a produção científica demanda estar distante são os valores sociais, variantes de cultura para cultura, históricos e relacionados a épocas específicas, constantemente tensionados, revistos, modificados e reafirmados. São principalmente os valores construídos em sociedades marcadas por muitas contradições. A universalidade da ciência moderna factual a afasta idealmente das contradições, das hierarquias, da complexidade e se afirma universal em seu carácter ocidental:

Ao isolar a ciência da esfera valorativa, a tese da neutralidade, primeiro, coloca a ciência fora do alcance de questionamentos em termos de valores sociais – sendo essa a implicação mais relevante de um ponto de vista interno à cultura ocidental – e, segundo, permite que a ciência seja posta como um valor universal – o que é relevante especialmente no que se refere às relações da cultura ocidental com outras culturas (OLIVEIRA, 2008, p. 98).

A ruptura entre a filosofia e a ciência, a partir do entendimento de que à filosofia caberia os valores, como a moral, e à ciência os fatos, resulta no que Edgar Morin chama de “corte epistemológico” (MORIN, 2011, p. 85). Este corte se reflete na divisão binária da cultura humanística, mais geral, e a científica, das especializações, desencarnando seres e coisas, a partir da redução, e desintegrando a complexidade dos fenômenos, a partir da disjunção (MORIN, 2011). Entre as disjunções ocasionadas pelo corte está a mais brutal e permanente, a que alicerça o pensamento ocidental, a separação entre a Natureza e o Homem ou a Natureza e a Cultura. Essa divisão binária trouxe profundas consequências para o entendimento do mundo, pois a humanidade passa a ser situada fora da Natureza e a vida passa a ser refletida de forma bipartida (KESSELRING, 2000).

A separação em dois pólos implica não só uma divisão, mas uma hierarquização, em que o Homem e a Cultura ocupam o andar mais alto de privilégio frente à Natureza – passiva e pronta para a dominação. A analogia entre o gênero feminino e a Natureza foi diversas vezes estudada nas teorias feministas, sendo a divisão considerada uma das construções simbólicas da desigualdade de gênero. Como destaquei na minha pesquisa de mestrado (GUSTAFSON, 2019), a crítica feminista foi decisiva ao apontar o carácter masculinista da ciência e da objetividade, principal característica do modelo positivo-empírico, que servia

muito bem aos propósitos de dominação masculina ao afastar as mulheres da produção de conhecimento.

A explicação para essas hierarquias é embasada pelas divisões inerentes ao paradigma científico, consideradas analogias à desigualdade de gênero (SARDENBERG, 2001). Os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade e cultura, atributos da Ciência Moderna, são identificados como masculinos. Já os conceitos de objeto, corpo, emoção, subjetividade e natureza fazem parte do que historicamente se compreendeu como feminino.

A característica androcêntrica do conhecimento levantou diversos questionamentos sobre como as feministas obteriam validade no conhecimento produzido – a subjetividade delas estaria sempre figurando como atributo impeditivo para a busca da “verdade” (SARDENBERG, 2001). Mas como veremos na crítica feminista decolonial, essa proposta de subversão epistemológica, embora importante, ainda privilegiou um tipo específico de mulheres – as mulheres brancas ocidentais. A articulação de gênero com a construção da raça, pois “a raça não é nem mais mística, nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas”¹¹ (LUGONES, 2008, p. 68) e a produção de conhecimento localizado no Sul Global ainda demandam maiores reflexões para que efetivamente as engrenagens do poder e do conhecimento sejam transformadas.

A divisão entre sujeito e objeto é mais uma das separações binárias que alicerçam a ciência moderna e sua metodologia da objetividade, ponto de encontro entre a Ciência e o Jornalismo. Podemos considerar então que, assim como na Ciência, existe um método na prática jornalística que possibilitaria a aproximação da notícia com a verdade, e esse método é a objetividade. Em sua proposta sobre o espírito positivo, uma das formulações de Augusto Comte é a de que, no regime definitivo da razão, a observação é a única base possível para conhecimento da verdade. E a realidade objetiva seria o privilégio do espírito positivo.

Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019, p. 2) consideram que o jornalismo se apoia na mesma racionalidade que perpassa a própria sociedade, a moderna, e discutem que “as bases epistemológicas sob as quais a noção dominante de objetividade jornalística se assenta têm servido como um dispositivo restritivo nas lentes de leitura da realidade na prática jornalística”:

Servindo como uma das bases do jornalismo, esta racionalidade delineou as noções de verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos, partindo da negação/interdição da subjetividade nos processos cognitivos e baseando seus métodos e técnicas em

¹¹ Texto original: La raza no es ni más mítica ni más fictícia que el género – ambas son ficciones poderosas.

estratégias (como a verificação e a prova empírica) típicas do cientificismo moderno (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2).

O jornalismo herda esses pressupostos masculinistas e racistas (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019) e, ao longo do tempo, a profissão vai solidificando o que Michael Schudson (2010) chama de ideologia da objetividade, a partir da primeira guerra mundial. Sendo “só então é que o ideal da objetividade, entendido como declarações consensualmente validadas sobre o mundo, com base numa separação radical entre fatos e valores, passa a se estabelecer” (SCHUDSON, 2010, p. 144). Ao contrário do que possa parecer, o apego ao ideal não se referiu a um “empirismo ingênuo”, mas “a imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis” (SCHUDSON, 2010, p. 144).

A perda de confiança na sociedade democrática de mercado a partir dos anos de 1930, nos rumos decididos pela coletividade, na própria ideia de natureza humana, além do surgimento das relações públicas e da propaganda de guerra, foram condicionantes para o sentimento crescente de necessidade de segurança sobre a realidade. Os jornais não sabiam mais em quem confiar e muito menos os leitores, que demandavam a crueza dos fatos. Uma precisão científica (precisão científica das ciências exatas ou naturais, hoje também bastante relativizada) era exigida e almejada pelos próprios jornalistas. Contudo, a matéria prima do jornalismo são as relações sociais e toda a complexidade que as envolvem. Ao desprestigiar a complexidade, a prática se desqualifica, a partir de uma “racionalidade que simplifica muito mais do que complexifica as formas como a realidade é concebida” (MORAES E VEIGA DA SILVA, 2019, p. 5). Para Miquel Alsina (2009) a tendência da racionalidade, de objetivar ao máximo a realidade social, implica na redução das interpretações alternativas. Toda a interpretação que ultrapasse o universo de possibilidades aceitas será creditada como sem propósito informativo (ALSINA, 2009).

Assim, a objetividade jornalística tem uma história e um contexto de surgimento e ela também é polissêmica, se referindo tanto ao posicionamento do jornalista frente aos fenômenos sociais quanto ao formato do texto. E são os procedimentos jornalísticos para obtenção de informações os principais modos de agregar valor de veracidade às notícias, orientados pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade (VEIGA DA SILVA, 2014; 2015). A objetividade, então, pode ser entendida como uma meta, que nos aproximaria idealmente da verdade; um mito, pois se inalcançável é uma tarefa ilusória; ou um método de apuração, de escrita jornalística, de se referir aos acontecimentos da vida social. Em resumo,

Bem-Hur Demeneck afirma que o fundamento pode ser entendido como “como um conjunto de valores e procedimentos orientados à verdade no jornalismo” (2009, p. 19).

A partir de um olhar feminista, a objetividade jornalística seria o que Donna Haraway chama de objetividade descorporificada, pois exige os sujeitos jornalistas de suas práticas de visualização do mundo. O distanciamento, a suposta imparcialidade, a falta de engajamento e a separação entre sujeito e objeto são algumas das características (GUSTAFSON, 2019). Se acreditamos que a partir de certos métodos e técnicas conseguimos nos distanciar dos acontecimentos e construir uma narrativa que não reflita nossa interferência, interpretação, apreensão do mundo, assumimos a onipresença do olhar de Deus (HARAWAY, 1995), ver sem ser vistos, logo livre de críticas e responsabilidades.

Haraway propõe que é possível ver o mundo de maneira objetiva, a partir de perspectivas parciais e localizadas, corporificadas, que ofereçam possibilidades de conexões com outros saberes também parciais. O jornalismo também pode adotar um sentido de objetividade jornalística corporificada, a visão desde um corpo que assume sua posição, se engaja na transformação das desigualdades e reflete sobre sua prática (GUSTAFSON, 2019). Como afirma Haraway, a objetividade feminista se refere mais à ética e à política do que ao distanciamento.

Caso contrário, ao reafirmar esses princípios positivistas, o discurso jornalístico se torna um juízo oracular, a resposta de deus sobre um questionamento humano, falando o que as coisas realmente são, como destaca Wilson Gomes (2009), ao considerar o discurso autolegitimador do jornalismo de que as notícias não seriam uma narrativa, mas uma revelação das coisas como são. Novamente podemos notar o caráter mítico da verdade enquanto revelação e salvação, agora no jornalismo.

A visão de mundo espelhada na ideia de que a verdade jornalística se refere à adequação entre o fato e a notícia garante o paralelo entre a realidade e a representação (GOMES, 2009). Assim, a apreensão da realidade em sua totalidade, a partir do maior distanciamento possível e da subjetividade controlada do jornalista, dialoga com a divisão científica entre fatos e valores e que resulta na revelação de um conhecimento universal. As proximidades na concepção de verdade do campo jornalístico e da Ciência não surpreendem, pois como ressalta Américo de Souza (2002), lembrando Michel Foucault, “Antes de ser verdade jornalística, a verdade há de ser verdade, simplesmente” (p. 1). O que pode gerar um tanto de surpresa é que a Ciência tem um longo percurso de autorreflexão e autocrítica no que se refere à verdade, encontrando formas alternativas de justificar o conhecimento científico. Por exemplo, como um conhecimento intersubjetivamente válido, com resultados que são

considerados aceitáveis pela comunidade científica (CUPANI, 2018), assim como seu caráter histórico e contextual, perpassado por preocupações localizadas geográfica e socialmente.

Em contrapartida, exceto raras exceções¹², o jornalismo mantém uma “estranha e inquietante inércia discursiva” (GOMES, 2009, p. 76) ao legitimar o trabalho que desempenha, apesar da modificação constante de suas práticas. Gera ainda mais curiosidade quando o discurso legitimador da verdade dos fatos, essa que o jornalismo deveria descobrir, no sentido de tirar o véu que a encobre, faz parte do discurso de veículos alternativos e contra-hegemônicos¹³. Exatamente porque prometem algo fora da matriz que se configurou como jornalismo tradicional/hegemônico, considerado um reproduzidor dos valores hegemônicos.

Lara Linhalis Guimarães (2016), ao analisar em sua tese de doutorado o trabalho de midiativistas, considera que “a defesa das parcialidades do repórter no registro do acontecimento, bradada não raro pela Mídia Ninja e tantos outros coletivos de midiativismo, muitas vezes assume o viés de lente de aumento do real” (GUIMARÃES, 2016, p. 9). Ela detecta essa característica ao mesmo tempo em que considera no jornalismo tradicional o traço de compreender o real como algo fora do acontecimento. “Entretanto, a combinação das duas tendências existentes – a que acessa o real de dentro, e a que acessa o real de fora – não necessariamente precipita algo que seja efetivamente poderoso” (GUIMARÃES, 2016, p. 9).

O apego aos fatos enquanto realidade intacta e encontrada a partir da apuração dos jornalistas assim como a concepção de verdade (no singular) se fazem presentes no jornalismo, pois estão diretamente relacionados ao seu capital simbólico, a credibilidade (BERGER, 1996). Credibilidade esta, cabe retomar, mantida pela crença na superposição entre o texto e acontecimento real. Gislene Silva (2013, p. 89), ao abordar a problemática do acontecimento, ressalta que a noção mais em voga para defini-lo é a sua relação com os “fatos que acontecem *na realidade*”. A crença na transparência do texto está presente nas teorias do campo:

¹² O coletivo *Jornalistas Livres* e a Revista *AzMina* definem o jornalismo que praticam a partir de outros pilares que não a verdade dos fatos. Em *AzMina*, por exemplo, temos como valores na prática jornalística o respeito à diversidade, o diálogo, a leveza, a empatia e a excelência e responsabilidade na apuração. Na linha editorial do *Jornalistas Livres* encontramos uma problematização interessante sobre o distanciamento dos jornalistas ao afirmarem que se assumem enquanto participantes ativos dos fatos que reportam.

¹³ Em uma breve busca nas justificativas editoriais de alguns veículos independentes encontramos o seguinte: “Eu acredito que você assinou esta newsletter porque se interessa por um jornalismo que persegue a verdade” (*The Intercept Brasil*); “A produção jornalística que preza pelos fatos e dados abertos é nosso carro-chefe” (*Gênero e Número*); “Todas as nossas reportagens são feitas com base na rigorosa apuração dos fatos e têm como princípio a defesa intransigente dos direitos humanos” (*Agência Pública*); “Nosso noticiário busca sempre a verdade factual (...) A nossa postura política jamais se sobreporá aos fatos” (*Sul 21*).

Quase sempre é a noção de verdade fundada no referente que justifica a pretensão da prática profissional e conseqüentemente a fundamentação de muitas sustentações teóricas. Conforme dissemos naquele momento, em sua prática o jornalismo constitui-se como exercício profissional e intelectual a partir do momento em que forja um discurso ético que prevê a separação da opinião da informação, a supressão das discussões ideológicas por um discurso de neutralidade, a troca da persuasão pela busca pela verdade e a crescente importância do texto escrito de modo direto, claro e conciso. Portanto, pode-se dizer que, no exercício profissional, são hegemônicas as buscas pela objetividade, verdade, transposição dos fatos em relatos objetivos e seleção dos acontecimentos que importam para o público (SILVA, 2013, p. 89).

Sabrina Franzoni, Daiane Bertasso Ribeiro e Silvia Saraiva de Macedo Lisboa (2011) caminham na mesma direção de Christa Berger e Gislene Silva ao considerarem que a legitimação da instituição social do jornalismo perpassa fortemente a ideia de que seu papel é retratar fielmente a realidade. Esta concepção de legitimidade dentro do campo, construída no final do século XIX, se mantém até os dias de hoje (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011).

A partir de uma perspectiva foucaultiana, as pesquisadoras destacam a relação histórica entre a verdade e os saberes, ou seja, o conjunto de práticas discursivas que fazem algo ser enunciado como a verdade. “As condições de produção de discursos ‘verdadeiros’ na sociedade, neste caso, não manteriam relação com uma realidade exterior, mas a jogos de poder e práticas discursivas, que o discurso jornalístico ajuda a instaurar” (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011, p. 52). O resultado seria um discurso que produz um efeito de verdade.

A verdade, então, não existe fora do poder. Por isso, não podemos vislumbrar uma verdade sem poder, mas sim possibilidades de verdade fora da matriz hegemônica do poder. Da mesma forma, “a verdade no jornalismo não se constrói unicamente através de sua referência ao real, aos fatos, mas é fruto de relações de poder e do contexto histórico que condicionam o seu aparecimento e tem repercussões importantes na construção social da realidade” (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA 2011, p. 52).

As condições históricas de aparecimento de certos discursos em detrimento de outros e que fazem com que alcancem ou não o estatuto de verdade são objeto de uma série de exclusões e interdições. Para Foucault (1999), é sabido que não se pode falar de tudo, e isso depende da circunstância e de quem fala sobre certa coisa. “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 1999, p. 09).

Sendo objeto de desejo, o autor define o discurso como “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do

qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Compreende-se desta forma o desejo pelo poder do discurso que o jornalismo tem ao reforçar o seu papel enquanto detentor da verdade dos fatos. Enquanto instituição social, reforça a vontade de verdade:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se, sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1999, p. 17).

A palavra entendida como “sem verdade” é aquela sem importância, vítima da rejeição, como demonstra o filósofo ao analisar a oposição entre razão e loucura desde a Alta Idade Média. Mesmo que em um movimento inverso, a palavra do louco fosse em algumas ocasiões investida de razão, de uma forma até mística, na ideia do visionário, nos dois casos ela não existia, pois “nunca eram recolhidas nem escutadas”. Entre a possibilidade de defesa da verdade e a exclusão, existem saídas alternativas para o jornalismo.

1.3 Um panorama ontológico: Corpos e gramáticas em conflito

Mais uma forma de exclusão contida no discurso e que muito nos interessa por aqui é a dependência de contextos históricos muito específicos e restritos para que a voz da população originária da América Latina, ou outras vozes que se situam fora da matriz hegemônica ocidental tenham validade. E essa forma de exclusão está apoiada na dicotomia Natureza/Cultura, a partir da divisão entre humanos e não-humanos. O antropocentrismo que também ocupa lugar expressivo na configuração do mundo ocidental, e por isso dentro do jornalismo, vem sendo pensado como uma característica que não apenas explora a vida de animais não-humanos e outros entes da terra, levando a extinção de inúmeras espécies e ecossistemas, mas como uma lógica que afeta diretamente a vida também dos humanos. Esta lógica nos atinge não apenas por tornar a cada dia o mundo em que vivemos mais precário, mas também por considerar a Natureza comum (CADENA, 2019). Somente a perspectiva da existência de inúmeras culturas, mas uma só natureza, tem possibilidade de verdade e esse

pensamento de matriz ocidental pode nos ajudar a refletir sobre a instituição jornalismo enquanto um dos instrumentos da colonialidade.

Como afirma Marisol de La Cadena (2019), partir da visão moderna de que existe uma natureza e diversas culturas, o modo como determinadas “interpretações” do mundo são tratadas e respeitadas depende de determinado contexto histórico, sendo majoritariamente compreendidas como de segunda classe. A determinante será a moderna, ocidental, a hegemônica. Segundo ela, as populações indígenas compreendem a linguagem moderna e dialogam com ela, atuando dentro e contra o estado, dentro e contra a colonialidade há mais de cinco séculos. Mesmo que em diálogo com essa linguagem, existem especificidades não compreendidas e muito menos consideradas válidas para qualquer decisão por parte do Estado e das instituições sociais, como por exemplo, o entendimento de que um rio não é somente uma entidade geológica, mas biológica, sendo uma pessoa não no sentido moderno de humano.

A antropóloga peruana parte da percepção de que as áreas mais devastadas em termos de recursos naturais geralmente estão em territórios nos quais vivem as populações indígenas, que frente à destruição estão atuando politicamente junto com outros movimentos de luta em prol do meio ambiente¹⁴. A partir dessa constatação, propõe conceitualmente uma política radical denominada antropo-cego: “um processo de criação de mundo por meio do qual mundos heterogêneos que não se fazem com uma divisão entre humanos e não humanos são obrigados a operar com essa distinção, ao mesmo tempo que a excedem” (CADENA, 2018, p. 95).

Conta-nos Cadena (2018) que em um conflito violento ocorrido em 2009, na cidade Bagua, no Peru, policiais entraram em confronto com um grupo de pessoas pertencentes ao grupo indígena AwajunWampi que estavam protestando contra uma decisão do governo que autorizava e cedia parte de seu território para a exploração de petróleo. Além das 30 mortes ocorridas, diversos AwajunWampi foram presos. O antropólogo Shane Greene, escrevendo sobre o confronto, destacou o seguinte trecho do depoimento de um jovem líder indígena:

Estamos falando dos irmãos que matam nossa sede, que nos banham, que cuidam das nossas necessidades – estes [irmãos] são o que chamamos de rio. Nós não usamos o rio como esgoto; um irmão não pode esfaquear outro irmão. Nós não apunhalamos nossos irmãos. Se as corporações transnacionais se preocupassem com o nosso solo, como nós temos feito há milênios, teríamos prazer em dar espaço para que eles pudessem trabalhar aqui – mas eles se importam apenas em se beneficiar

¹⁴ No Brasil, temos uma situação oposta. Divulgado em 2021, o estudo com o uso de satélites feito pela organização MapBiomias demonstrou que as áreas mais preservadas do país se encontram em terras indígenas.

economicamente, em acumular fortuna. Não entendemos por que o governo quer arriscar nossa vida com esses decretos. (GREENE *apud* CADENA, 2018, p. 97-98).

Ao falar do irmão que mata a sede, o Rio, o líder indígena apresenta outra forma de viver o/no mundo, de se relacionar com outros entes da terra. Para Cadena (2018), considerar esse tipo de relação entre pessoas e territórios extrapola a relação entre humanos modernos e a natureza moderna, embora não a exclua. É um complicador surge, parecendo intransponível: o conflito dificilmente será resolvido. Porque perpassado por um constante mal-entendido, e o Estado pode responder a partir de sua incompreensão dos termos propostos pelos indígenas com “a negação dos termos de existência AwajunWampi. Assim visto, o conflito é ontológico” (CADENA, 2018, p. 98) e não epistemológico.

Para elaborar a complexidade deste confronto, Marisol de La Cadena recorre a Eduardo Viveiros de Castro (2018), antropólogo brasileiro, e seu conceito de equívoco, que trata da relação de comunicação entre humanos ameríndios da Amazônia e não-humanos. “O equívoco, diz ele, abriga ‘a alteridade referencial entre conceitos homônimos’ com a qual entidades que povoam mundos ameríndios se comunicam – ou se traduzem – entre si” (CADENA, 2018, p. 69). Tradução, comunicação e relação são elementos presentes na ideia de Viveiros de Castro:

O equívoco não é o que impede a relação, mas aquilo que a funda e a propõe: uma diferença de perspectiva. Traduzir é presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco; é comunicar pela diferença, em vez de silenciar o Outro ao presumir uma univocidade originária e uma redundância última – uma semelhança essencial – entre o que ele e nós ‘estávamos dizendo’ (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 91).

No perspectivismo ameríndio, o equívoco pressupõe uma visão relacional, em que cada uma dessas entidades se veja como humano, mas considere a outra como animal, independente se “são”, na nossa percepção, humanos ou animais. Segundo Cadena, para Viveiros de Castro, o ponto de vista está relacionado ao corpo que vê, que comunica, e não ao conceito, que é compartilhado por ambos.

Enquanto uma estrutura intelectual, o perspectivismo amazônico se refere não ao multiculturalismo, mas ao multinaturalismo, concebendo o mundo não como uma variedade de naturezas, mas a partir da naturalidade da variação ou a natureza como variação. “O perspectivismo supõe uma epistemologia constante e ontologias variáveis: mesma representação, outros objetos; sentido único, mas referências múltiplas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 68).

A perspectiva investigada pelo etnólogo Eduardo Viveiros de Castro entre os índios amazônicos não se dirige a uma multiplicidade de representações, que seriam construções do espírito, mas sim do corpo, o ponto de vista do corpo. Assim, os seres humanos e não humanos veem o mundo da mesma maneira, a partir das mesmas categorias e valores compartilhados, o que modifica é exatamente o mundo que veem. “O que para nós é sangue, para os jaguares é cerveja; o que para a alma dos mortos é cadáver podre, para nós é mandioca fermentada; o que vemos como um barreiro lamacento, para os tapires é uma grande casa cerimonial, e assim por diante” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 64).

O ponto de vista do corpo, contudo, pode levar a uma interpretação enganosa, segundo o antropólogo. A afirmação de que os animais veem coisas diferentes de nós porque têm corpos diferentes dos nossos não significa apenas uma diferença que contempla a fisiologia ou a anatomia, mas os afetos que perpassam os corpos. Entre esses afetos estão o *habitus* constituído pelo modo de ser e de viver, a alimentação, um *ethos* próprio, a forma como se comunica. “Longe do essencialismo espiritual do relativismo, o perspectivismo é um maneirismo corporal” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 66).

Entre os trabalhos recentes que se dedicam a abrir a porta da ontologia para pensar o jornalismo está o realizado por Lara Linhalis Guimarães (2016, 2019), que propõe um jornalismo de perspectivas a partir da inspiração no xamanismo, “essa prática-vida de tradução do mundo que possibilita o diálogo transespecífico nas cosmologias ameríndias” (GUIMARÃES 2019, p. 6). De forma muito criativa, Guimarães define o jornalismo de perspectivas:

O Jornalismo de Perspectivas está sempre disposto a ser capturado por outro universo de ideias e dedica-se a traduzi-lo à “gente comum” durante a captura e após o retorno à perspectiva de origem, de modo análogo aos xamãs na cosmologia ameríndia. Tomar o ponto de vista daquilo que se busca conhecer é seu ideal de conhecimento, sua tarefa antropofágica (GUIMARÃES, 2019, p. 7).

A figura do xamã expõe a possibilidade de habitar o ponto de vista do outro e ver como ele vê, capacidade esta que apenas alguns indivíduos possuem. Segundo Viveiros de Castro (2018), os xamãs apresentam uma capacidade especial, uma “dupla cidadania” que torna possível a comunicação entre as perspectivas. Mesmo que se relacione a uma prática específica, realizada em condições controladas, o xamanismo apresenta sua potência reflexiva ao estar, para Viveiros de Castro, nas antípodas da epistemologia objetivista moderna e ocidental. Esta forma de conhecer, ao contrário da máxima conhecer é objetivar ou

dessubjetivar, propõe que conhecer é personificar, “tomar o ponto de vista daquilo (ou daquele) que deve ser conhecido” (2018, p. 50).

Pensar o jornalismo a partir desta virada significa, de acordo com Guimarães (2016), enfrentar alguns de seus ideais compartilhados e influenciados pela lógica moderna, como a busca pela natureza dos fatos ou da realidade objetiva, que seria “a verdadeira”. Empreender nesse esforço a partir de um método adequado é central à configuração do jornalismo ideal, que compreende a verdade de duas formas: para alguns “essa verdade assume de fato um sentido absoluto, totalitário e uno; para outros, ela é resultado de um processo seletivo, que envolve também o público, na busca por consensos estabilizadores de um mundo atordoado” (GUIMARÃES, 2016, p. 27-28).

E a forma mais canônica de acessar essa realidade é o processo de objetivação ou dessubjetivação apontado por Viveiros de Castro, ver de fora a realidade que passa aos nossos olhos. Guimarães (2016) propõe então uma subversão – estar imerso de forma radical para depois ver de fora e saber o que acontece dentro. “E estar do lado de dentro implica habitar os mundos aí existentes – que são muitos!” (GUIMARÃES, 2016, p. 30). Ou seja:

Talvez, deixar-se capturar por outra perspectiva seja mais preciso. Não temos pontos de vista, mas habitamos pontos de vista, escolhidos não de maneira aleatória, mas com o peso de intencionalidades que conhecemos e outras que sequer consideramos a existência – tantas agências vindo em nossa direção! (GUMARÃES, 2016, p. 30).

A atitude dos jornalistas enquanto tradutores de mundo aproxima xamãs e jornalistas na proposta de Guimarães, reconhecendo que as ontologias que os diferem são irreconciliáveis. Enquanto uma nova possibilidade de reflexão sobre o trabalho jornalístico, ela oferece uma terceira rota de saída das duas vias percebidas pela pesquisadora para tratar da relação do jornalismo e a realidade. Uma pressupõe o afastamento para “enxergar” melhor e a outra reivindica a parcialidade, tão presente esta última no jornalismo que se concebe ativista, independente ou alternativo, como bem detectei durante a minha pesquisa de mestrado sobre o jornalismo feminista (GUSTAFSON, 2019).

Aqui está a virada de chave construída por Guimarães a partir de uma boa dose de imaginação e ironia, tornando exequível aproximar duas práticas diametralmente opostas, mas que trazem de fundo uma “essência” que pode ser considerada próxima. Jornalismo e xamanismo só existem na relação. “E está no xamanismo, como inspiração, por ao menos dois motivos: pela legitimidade e reconhecimento da natureza performática da tradução de mundos realizada e pelo modo como os xamãs encaram o outro – como próprio” (GUIMARÃES, 2016, p. 140). A ação performática no jornalismo se opõe ao discurso da manipulação, da

fabricação do real ou deturpação do real para interesses próprios que se opõe à neutralidade do discurso:

Ao invés de manipulação, falemos de performances: a primeira pressupõe a existência da aleatoriedade, do discurso neutro – seu oposto; a segunda carrega em si a ideia de intervenção no mundo, e, admitindo-a como sina de toda construção discursiva, faz transparecer a opacidade a todos os atores envolvidos no processo comunicativo (GUIMARÃES, 2016, p. 145).

Desta forma, o jornalismo e o xamanismo enquanto práticas performáticas necessitam da relação entre diversas perspectivas. No caso do jornalismo, isso se dá mais nitidamente na relação com as fontes. O deslocamento existente dentro do xamanismo para conhecer o outro é o que inspira Guimarães para propor o Jornalismo de Perspectivas. Na prática, isso significa, segundo a pesquisadora, primeiramente adotar uma nova ontologia para o campo em que não exista lugar para a ideia de fatos e nem mesmo de representação. O que existem são relações entre diferentes mundos, buscando nos sujeitos as diferentes “dobras” da realidade, construindo novos leads que indiquem os “porquês, comos, ondes, o quês, quando, ‘quem” (GUIMARÃES, 2016, p. 146).

Fica explícito que a construção do pensamento ameríndio diverge da forma ocidental de pensar. Mas, como questiona Viveiros de Castro (2018), o que significa levar a sério essa forma alternativa? Tomemo-la como uma nova verdade sobre o mundo? Embora tenhamos nos esforçado para refletir sobre a existência e a vivência de diferentes corpos que habitam um mesmo mundo, em localizações distintas nas relações de poder que estruturam uma mesma sociedade compartilhada, talvez possamos ampliar e complexificar essa perspectiva a partir da ideia de existência de diferentes mundos, que sempre serão acessados reconhecendo a incompreensão como parte do diálogo.

Ao reconhecer o equívoco (VIVEIROS DE CASTRO, 2018), o primeiro passo é buscar controlá-lo, mas apenas parcialmente, tornando possível a comunicação. Para Cadena (2018), se o conceito enquanto compreensão ao que ele se refere é o mesmo, o que emerge como diferente é a própria coisa na qual o conceito se refere dependendo de quem profere o conceito. “Quando o equívoco é o modo de comunicação, os conceitos e as coisas estão apenas parcialmente conectados; a mesma palavra pode se referir a duas coisas diferentes, dependendo do mundo no qual é proferida” (CADENA, 2018, p. 99).

Tentador pensar em uma perspectiva como essa, que considera a possibilidade de que as coisas possam ser compreendidas como conceitualmente as mesmas, mas “objetivamente” diferentes (CADENA, 2018), em relação ao ideal de objetividade jornalística. Frágil na sua

essência, um fim nem tão precoce poderia ser decretado. Mas seguindo Viveiros de Castro, não se trata de tomar o pensamento alheio como nosso, nem o tornar uma opinião, possível de crença ou descrença, nem mesmo como uma proposição, aberta aos juízos da verdade. Para a Antropologia, segundo ele, “a tarefa não é explicar o mundo de outrem, mas a de multiplicar o nosso” (2018, p. 231). Ao reconhecer a multiplicidade, podemos flexibilizar a nossa ideia de verdade.

Voltando ao conflito em Bagua, Cadena (2018) aciona o conceito de dissenso de Rancière, para se referir a uma situação em que duas pessoas dizem uma mesma palavra, mas não compreendem o mesmo a partir dela. Assim, o evento no Peru é entendido como um dissenso que contém um equívoco, pois o “o conflito também pode ser interpretado como uma disputa em torno de uma entidade – o território – que não é a mesma coisa e não pode ser as coisas diferentes que podem surgir nas interlocuções entre os AwajunWampí e o Estado” (CADENA, 2018, p. 100). E essa disputa se localiza no Antropo-cego, em que tanto o antropos humano da modernidade e sua vontade de “transformar tudo aquilo que ele e ela conhecem”, quanto o antropos desobediente, que não é apenas humano.

O sufixo “cego” que a antropóloga agrega ao antropos não se refere a um regime de visibilidade, mas a uma condição histórica que criou antagonismos e relações antagônicas, incluídas no antropo-cego:

A invenção da política moderna secularizou o antagonismo: a guerra contra a insubmissão quanto à distinção entre Natureza e Humanidade foi silenciada; mas continuou em nome do progresso e contra o atraso, o mal que substituiu o Diabo. Dada a sua vocação hegemônica, as práticas de guerra incluíam formas de produção de vida. Os humanos inferiores se tornaram objeto de inclusão benevolente e inevitável, inimigos que nem sequer contavam como inimigos: a guerra foi travada por meios silenciosos (CADENA, 2018, p. 101).

Os antagonismos são partes inerentes ao antropo-cego, mas não são só eles que estão incluídos nesse complexo. As alianças também. Alianças que envolvem humanos e não humanos, assim como humanos e humanos, que se situam em distintos mundos. Um desses exemplos é o de uma mulher camponesa “guardiã da lagoa”, de nome Máxima, conforme relata Cadena (2018). Suas terras querem ser compradas para a mineração, mas ela nega a quantia alta que é oferecida e começa a sofrer diversos atentados com o objetivo de intimidá-la. “Eu luto para proteger a lagoa foi uma das suas respostas. E afirmando o apego ao lugar, ela acrescentou: ‘Eu não vou parar; eles podem acabar comigo. Mas vou morrer com a terra’” (CADENA, 2018, p. 108).

A partir da lógica moderna, Máxima pode ser considerada uma defensora do meio ambiente, segundo a antropóloga, em uma gramática que a situa enquanto um sujeito frente a um objeto. Porém, uma aliança de outra ordem pode existir na negativa de vender as terras, uma relação “mulher-terra-lagoa (ou plantas-pedras-solos-animais-lagoas-humanos-canais-calhas!!!) emergem inerentemente juntas – um emaranhamento de entidades necessitadas umas das outras, de tal forma que separá-las as transformaria em outra coisa” (CADENA, 2018, p. 108). Máxima é ambientalista, mas isso não é somente o que ela é. Embora mostre os documentos de propriedade para reivindicar o território, ela extrapola essa gramática moderna, figurando em um “tornar-se com a terra”. “Não apenas” ou “não apenas isso” são expressões que Cadena propõe para perceber o incomum ou narrar o incomum.

Considerando (ao invés de negar) a possibilidade do excesso – a saber, a afirmação de que a natureza não é apenas isso, ou que os materiais que a fazem também são específicos de um lugar e podem incluir os seres humanos –, essas histórias podem abrir o pensamento e o sentimento para não apenas o que são nossos sentidos comuns. O requisito para essa abertura pode ser uma disposição para dar uma chance política ao equívoco. Isso significa uma disposição para considerar que o que é hegemônico – por exemplo, a natureza (para continuar com o mesmo tema) – também pode ser diferente da natureza, mesmo que ocupe o mesmo espaço: não apenas um rio, também uma pessoa; não apenas água universal, também água local; não apenas montanhas, também seres da terra; não só terra, também Ixofijmogen (CADENA, 2018, p. 112).

Alianças inesperadas, acordos que comportam a diferença (CADENA, 2018), a possibilidade de formar coletivos, inclusive com outras pessoas que atuam em prol a causas “semelhantes” nem tão semelhantes assim, mas nem por isso excludentes, que compartilham gramáticas diferentes, como é o caso da advogada de Máxima. De acordo com Cadena (2018), “familiarizada com as práticas dos ‘guardiões da lagoa’– (a advogada) entende isso, e com isso, sua própria impossibilidade de traduzir plenamente a insistência de Máxima em permanecer para a linguagem legal da propriedade” (CADENA, 2018, p. 110). Essa é uma abertura possível para conexões parciais (HARAWAY, 1995, 2019), alianças políticas que considerem o equívoco como parte integrante da comunicação, “levando em consideração que os pontos de vista possam corresponder a mundos que não são apenas os mesmos” (CADENA, 2018, p. 112).

Por tudo isso, Marisol de La Cadena propõe abrir um pouco mais a porta da ontologia e fechar a da cultura para subverter a lógica que nos faz conceber a existência de uma natureza e diversas culturas, que realiza um controle dos discursos, nos termos de Foucault. Isso porque “trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha

acesso a eles”, pois, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1999, p. 37).

A partir desta reflexão sobre as condicionantes históricas e sociais que fazem com que o jornalismo possa enunciar algo como verdadeiro em detrimento de outros saberes, se faz possível considerar que a prática jornalística contribui para a visibilidade de alguns pontos de vista na construção da realidade ao tornar certos acontecimentos inteligíveis (HALL, 1999), mas, em contrapartida, atua em prol do silenciamento e apagamento epistêmico de distintas outras formas de ver o mundo, assim como costuma não levar em consideração pontos de vista que correspondem a mundos que não são os mesmos (CADENA, 2019), mundos não compartilhados com os jornalistas. Ao se debruçar sobre os alicerces do pensamento ocidental e os valores contidos neles, valida o pensamento da matriz hegemônica do poder e subalterniza os que não fazem parte dela.

Se enquanto instituição social é possível propor generalizações, seria injusto não admitir as inúmeras contradições, no bom sentido, que a prática contempla. É nesse arcabouço de contradições, de pontos fora da curva, que é possível vislumbrar no jornalismo a possibilidade de conexões parciais (HARAWAY, 1995, 2019), alianças inesperadas (CADENA, 2018), que comportem o equívoco (VIVEIROS DE CASTRO, 2018) enquanto parte inerente do diálogo que realiza com outros mundos.

A perspectiva feminista acionada aqui elucida a compreensão de que a dicotomia Natureza/Cultura está presente até hoje na organização das relações sociais a partir do binarismo de gênero, em suas interseções com raça, classe e sexualidade. Segundo Costa e Funck (2017), esse movimento teórico que atende a um novo movimento político está sendo chamado de novo materialismo e realiza uma virada ontológica, deslocando-se da racionalidade eurocêntrica para pensar não mais na centralidade do humano, mas do pós-humano:

Essas abordagens teóricas inovadoras também convocam uma mudança ontológica, isto é, um deslocamento do ponto de vista de que há diferentes perspectivas sobre uma realidade objetiva e universal para um reconhecimento de múltiplos mundos/realidades. A virada ontológica efetua um movimento em direção às coisas, aos corpos, aos organismos, a qual não reduz o processo cognitivo apenas aos seres humanos. Enfim, estamos diante de uma ecologia de saberes e de cosmo políticas que prometem revolucionar as teorias feministas, os campos disciplinares e, principalmente, os limites da perversa dicotomia do humano e não humano, instituidora da modernidade ocidental e constitutiva da colonialidade do poder. (COSTA, FUNCK, 2017, p. 904).

E resistir à colonialidade do poder e à colonialidade do gênero (LUGONES, 2014), como afirma Costa (2014), perpassa a resistência linguística e a resistência tradutória. Para a autora, isso quer dizer colocar os paradigmas eurocêntricos que se ancoram na lógica dicotômica apontada anteriormente sob rasura. Assim, ela afirma que devemos

nos juntar àquelas feministas – latino-americanas, latinas, negras, indígenas e feministas ocidentais situadas nas ciências (ditas) exatas, entre outras – para repensar as fronteiras coloniais entre humano e não humano, matéria e discurso que estruturaram a colonialidade do gênero e a colonialidade do poder. Ao rompermos essas fronteiras, estaremos certamente iniciando uma nova fase descolonial (o feminismo antropoceno?), convidando (ou sendo obrigadas a receber) outros entes além do humano para a interlocução (COSTA, 2014, p. 933).

Desta forma, me parece instigante analisar a tecitura de um jornalismo com perspectiva de gênero, a partir da formação da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), com um olhar para quem a integra e como essas jornalistas definem/disputam/deslocam o conceito de gênero contido nesta formulação, compreendendo que esta é uma categoria equívoca (COSTA, 2020). A possibilidade de projetar um jornalismo que se constitui a partir de alianças, algumas mais outras menos inesperadas, está aberta a partir desta atuação conectada.

Conectar pode significar aqui, nos termos de Deleuze, “fazer comunicar os dois extremos de uma distância, mediante a própria heterogeneidade dos termos” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 82 *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 119). Mas também, pode ser uma proposta feminista, nos termos de Donna Haraway, porque “precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes – e diferenciadas em termos de poder” (HARAWAY, 1995). Renunciando ao “falogocentrismo” e à visão incorpórea, persegue-se as parcialidades corporificadas, pois são elas que oferecem possibilidades de conexão, aberturas inesperadas a partir de um lugar em particular, criativas e especulativas, maleáveis e flexíveis.

Discuti neste capítulo a relação do jornalismo com a colonialidade, apresentando uma contextualização histórica sobre a violência colonial e a matriz de poder vigente no compartilhamento desta lógica moderna/ocidental. Abordei ainda outras possibilidades epistemológicas e ontológicas que podem inspirar o jornalismo a tensionar alguns pressupostos solidificados quando da sua institucionalização e que reproduzem a violência epistêmica que organizou e ainda organiza o mundo ocidental. No próximo capítulo trato sobre o que considero ser o início da articulação de jornalistas feministas na América Latina e

trago, a partir da leitura de publicações e manuais, os eixos centrais que são partilhados na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero.

2. TECELÃS DE OUTROS MUNDOS: JORNALISTAS EM CONEXÃO, FORMANDO NOVAS ALIANÇAS

Quando iniciei os Estudos de Gênero, acompanhada e incentivada por um grupo de amigas e amigos, militantes por uma comunicação que não violentasse corpos já tão estigmatizados pelo preconceito, mas que utilizasse seu poder de ligação social para transformar uma sociedade injusta e hierárquica, meu mundo virou de ponta-cabeça. Diversos mundos se abriram, diversas formas de viver, sentir e amar surgiram. Descobri que muitas coisas já estavam na minha frente, mas eu não via.

Os valores que tinha aprendido ao longo da vida, inserida dentro de uma cultura específica, tornavam **quase** impercebíveis as múltiplas possibilidades de existir. E esse quase se refere a uma constante insatisfação por algo que não sabia nem sentir, imagina nomear. Como aprendi depois em sessões de psicanálise, que descobrir algo é retirar o véu que o encobria, não sendo necessariamente o surgimento de algo novo, mas o aparecimento daquilo que só pode emergir no momento em que estamos prontos pra abraçá-lo com todas as suas alegrias e dores. E não trago isso somente enquanto relato pessoal, sobre a “descoberta” de ser uma mulher lésbica. Uma mulher feminista. Uma mulher cis branca, feminista, lésbica, brasileira, jornalista e acadêmica. Uma série de categorias que querem dizer muitas coisas. Mas falo sobre isso exatamente porque esses marcadores têm consequências irremediáveis na minha existência, e que estão presentes nas narrativas que construí e venho construindo, seja no jornalismo, seja na pesquisa acadêmica, seja nos encontros que o estar presente proporciona.

E essa nova etapa de percepção só pode emergir da forma como aconteceu, pois me tornei parte de uma rede, não uma rede no sentido formal, mas uma aliança de pessoas e afetos, que me ensinaram e compartilharam comigo saberes outros, saberes profissionais, novas teorias, novas perspectivas que comportavam a diferença de nossas vivências e tornavam tudo mais rico, criativo e possível. E essas transformações tiveram impacto em todos os âmbitos em que estava inserida. Porque a rede fortalece, a rede questiona, a rede disputa, a rede modifica no contato com o outro. A rede pede mais. Mais contato, mais trocas, mais diálogo, mais trânsito. Ao ingressar na pós-graduação conheci outras jornalistas feministas engajadas que me apresentaram um outro jornalismo, espaço para a subversão e contestação. Espaço para abalar as estruturas canônicas que por tanto tempo nos diminuíram. O jornalismo que elas propõem as modificaram no processo cotidiano de produzir notícias.

Me modificaram no contato com elas e seguem modificando o espaço que todas nós ocupamos.

Com a teoria que surge não só na academia, mas nas ruas, na militância, não foi diferente. A teoria refletiu na minha vida e na vida das aliadas e aliados que fiz e nossas vidas estão representadas nos estudos que hoje nos dedicamos. Como muito bem escreveu Simone Pereira Schmidt (2015, p. 486) “o sujeito sabe que é a paixão pelo seu objeto que o levará ao conhecimento mais profundo e mais verdadeiro. E tal como um Narciso a se debruçar sobre as águas, ele não sabe, mas suspeita, que no fim do caminho o encontro mais definitivo será com alguma parte de si mesmo”.

Neste capítulo discuto a formação das redes de jornalistas com perspectiva de gênero, inicialmente enquanto um “desejo” das feministas, em suas trocas discursivas entre diferentes países, e mais contemporaneamente com a formalização da articulação entre profissionais. A partir das publicações feministas latino-americanas apresento semelhanças e distanciamentos nos contextos locais que influenciaram na organização do movimento feminista e conseqüentemente na construção de revistas e jornais que trouxeram como enfoque as questões de gênero. As revistas e jornais foram de grande importância para despertar a reflexão das jornalistas sobre a necessidade de articulação para repensar a sua prática e propor a construção de um jornalismo nos moldes que desejavam. Assim como o contexto das ditaduras latino-americanas foi crucial, nos anos de 1960 e 1970, não apenas para a articulação das feministas, mas também para a formação das redes discursivas. Por fim, apresento algumas características centrais na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero a partir de textos latino-americanos.

2.1 As publicações feministas latino-americanas na formação das primeiras redes discursivas

A mídia e o jornalismo, mais especificamente, fazem parte do foco de atenção feminista há décadas, sendo observados na sua capacidade de “intervenção significativa” na produção de sentidos sobre gênero e na construção de agendas para os debates públicos, de acordo com Claudia Nora Laudano (2010). Se nos detivermos em um resgate histórico, desde o século XIX, a presença de publicações feministas é encontrada, sendo os “jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência” (DUARTE, 2016, p. 14).

Ao contrário da chamada “imprensa feminina”, surgida no ocidente já no século XVIII, em que o gênero das leitoras era a condição para definição do público leitor e, conseqüentemente, do conteúdo publicado, a imprensa feminista assume o tom crítico sobre a opressão vivida pelas mulheres e a reivindicação de direitos civis e políticos (DUARTE, 2016). Entre as duas modalidades, periódicos “femininos” e feministas, Constância Lima Duarte (2016) mapeia 143 títulos de jornais e revistas no Brasil somente no século XIX, constatando o volume e a diversidade da imprensa da época. Zahidé Lupinacci Muzart (2003) já havia detectado tanto a pluralidade dos veículos quanto o pouco destaque que muitos deles tiveram com o passar do tempo. Um “esquecimento político”, segundo ela, pois o motivo de certo apagamento não foi apenas por se tratar de uma escrita feita por mulheres, mas foram “esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra” (MUZART, 2003, p. 227).

Segundo Muzart, o número de mulheres que escreveram em livros e periódicos no século XIX foi enorme e não se restringiu apenas à produção de mulheres de classe média alta, sendo registada em diversas regiões do País, oriundas de variadas classes sociais, sendo brancas e negras. Embora estas últimas fossem minoria devido à baixa escolaridade ocasionada pelos séculos de exclusão e pela tardia abolição da escravatura no Brasil, ocorrida somente em 1888¹⁵. E as “razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto” (MUZART, 2003, p. 226).

No século XX, a produção de revistas feitas por mulheres e para mulheres aumentou significativamente na América Latina. De acordo com Claudia Monteiro (2009), a organização política de mulheres a depender do contexto de cada um dos países culminou em organizações sociais e partidos políticos que intervieram de diversas maneiras no espaço público. As revistas feministas foram uma forma significativa de organização política das mulheres nos diferentes países, gerando discursos comuns e especificidades de cada contexto social:

Um dos discursos emitidos pelas mulheres neste primeiro terço do século foi o feminismo, que se desenvolveu como um contradiscurso dentro da experiência da modernidade, dando conta da denúncia da subordinação feminina. Ecoando o discurso feminista gerado na Europa e nos Estados Unidos, que enfatizava a ideia de que as relações de poder masculinas sobre as mulheres não eram atribuídas a um desígnio ou natureza divina, mas sim produto de uma construção cultural, as

¹⁵ Somente a partir da segunda metade do século XIX a presença de pessoas negras em processos de escolarização se torna mais evidente no Brasil no que se refere ao acesso a escolas públicas (CRUZ, 2005).

mulheres latino-americanas coletavam as reivindicações por igualdade, e elaborou estratégias para subverter a discriminação, reivindicando igualdade social e política (MONTERO, 2009, S/N, tradução minha)¹⁶.

De acordo com as pesquisadoras Rosa María Valles Ruiz e Azul Kikey Castelli Olvera (2016), a possibilidade de emancipação das mulheres na América da Latina teve como elemento central a apropriação da escrita e “a participação de professoras e mulheres ilustradas de classe média e média alta nas publicações das primeiras décadas do século XX, permitiu divulgar o pensamento feminista da época” (RUIZ; OLVERA, 2016, p. 18, tradução minha)¹⁷. Já neste momento, em que a luta das mulheres articuladas de classe média se referia principalmente à questão do sufrágio, o contexto em que esse pensamento circulava modificou a sua significação a partir de demandas próprias em cada um dos países, como afirmam as pesquisadoras sobre o uso do termo “feminismo”:

O termo "feminismo" se espalhou, embora em cada país aqueles que o praticavam deram-lhe uma denotação específica. Para alguns, significava "emancipar" as mulheres de todas as sujeições sociais, conforme destacado por Alexandra Kollontai; para outros, o acesso à educação era primordial; para os outros mais tratava-se de reconhecer o valor de um sujeito social até então marginalizado e deixado para trás (RUIZ; OLVERA, 2016, p. 18, tradução minha)¹⁸.

Buscando maior divulgação de suas demandas, as publicações feministas se intensificaram na América Latina, sendo as revistas os principais veículos de divulgação escolhidos na época para esse intuito, contendo elas uma diversidade de ideologias e temáticas, como família, política e trabalho, e se constituindo, ao lado da docência, como “espaços de participação possível para a mulher” (RUIZ; OLVERA, 2016, p. 18, tradução minha)¹⁹. A luta por direitos, como veremos no próximo capítulo, segue sendo uma das grandes frentes de militância das jornalistas feministas. Já era no início do século XX e se

¹⁶ No original: Uno de los discursos emitidos por mujeres en este primer tercio del siglo, fue el feminismo, que se desarrolló como contradiscurso dentro de la experiencia de la modernidad, dando cuenta de la queja por la subordinación femenina. Haciendo eco del discurso feminista generado en Europa y Estados Unidos, que enfatizaba la idea que las relaciones de poder masculino sobre las mujeres no eran atribuibles al designio divino ni a la naturaleza, sino que eran producto de una construcción cultural, las mujeres latinoamericanas recogieron los reclamos por la igualdad, y elaboraron estrategias para subvertir la discriminación, reclamando igualdad social y política.

¹⁷ No original: La participación de profesoras y mujeres ilustradas de clase media y media alta en publicaciones de las primeras décadas del siglo XX, permitió divulgar el pensamiento feminista de la época.

¹⁸ No original: El término “feminismo” se extendió aún cuando en cada país quienes lo practicaban le daban una denotación específica. Para unos significaba “emancipar” a la mujer de todas las sujeciones sociales, como subrayaba Alexandra Kollontai; para otros, el acceso a la educación era primordial; para otros más se trataba de reconocer la valía de un sujeto social hasta entonces marginado y rezagado.

¹⁹ No original: espacios de participación cultural posible para la mujer.

mantém até hoje. Se muitos deles já foram conquistados no século XXI, a possibilidade de retrocessos torna contínua a defesa de marcos legais.

Em uma breve revisão das revistas que circularam em diferentes países latino-americanos nessas primeiras décadas do século XX, Ruiz e Olvera (2016) percebem aproximações e distanciamentos nas abordagens. Elas ressaltam que as diferenças, e não discrepâncias, de perspectivas estão relacionadas com a promoção de soluções para reverter o quadro de desigualdade de gênero em diferentes contextos. Um dos temas centrais na imprensa feminista latino-americana nessa época foi a luta pelo sufrágio, a busca por direitos políticos.

No Chile, antes da criação de revistas próprias, as feministas contribuíram na escritura de artigos em periódicos e estiveram vinculadas a clubes de leitura, inspirados nos existentes nos Estados Unidos. Segundo Ruiz e Olvera (2016), essas organizações eram formadas por mulheres de classe alta, interessadas em angariar capital cultural e qualificar a educação dos filhos. Porém, temas altamente controversos na época também eram abordados em suas produções, como os escritos por Delia Rojas, que trataram sobre alcoolismo, divórcio e questões de classe. Por sua obra, chegou a ser classificada como uma mulher sem sensibilidade e essência feminina e foi duramente atacada pela imprensa. Rojas é considerada uma das pioneiras da literatura feminista no Chile e junto com outras escritoras teve uma grande participação, perpassada de contradições, “numa arena simbólica que recentemente começou a ensaiar suas possibilidades de significação” (KOTTOW *apud* RUIZ, OLVERA, 2016, p. 18, tradução minha)²⁰.

Embora reconhecendo a relação entre a condição das mulheres e o sistema capitalista, as revistas chilenas, argentinas e mexicanas explicitaram e atribuíram ao sistema patriarcal a sujeição das mulheres frente aos homens. Em resposta, defenderam a educação laica e ingresso no espaço público com o objetivo de participar da tomada de decisões. Ao criar, em 1915, a revista mexicana *La Mujer Moderna*, Hermila Galindo defendeu a educação formal como indispensável para a obtenção de direitos políticos. Já a revista peruana *Amauta*, fundada por José Carlos Mariátegui em 1926, entendia que uma mudança só aconteceria com a substituição do sistema individualista e capitalista por um sistema coletivista e socialista (RUIZ; OLVERA, 2016).

Ao analisar o discurso feminista em revistas de organizações políticas de mulheres na década de 1930, no Chile, Claudia Montero (2017) percebe a influência de mudanças que

²⁰ No original: en una arena simbólica que recién comenzaba a ensayar sus posibilidades de significación

impactaram outros países, como a segunda República Espanhola e a Guerra Civil, nas páginas das publicações chilenas. De acordo com ela, “essas imagens foram recebidas na América Latina e especificamente no Chile como modelo de ação política para mulheres ativistas pelos direitos das mulheres” (MONTERO, 2017, p. 777, tradução minha)²¹, um triunfo da democracia e da liberdade, trazendo esperança para as lutas internas. Sendo um exemplo para as feministas chilenas, o reconhecimento de direitos sociais e políticos para as mulheres espanholas, fomentou as reivindicações locais. Esses discursos se tornaram presentes na imprensa feminista da época, principalmente nas revistas e jornais alternativos, sem viés comercial, que se envolveram na construção de textos políticos e se tornaram espaços de formação coletiva e articulação interna.

A relação entre as publicações e os partidos políticos de mulheres, feministas ou socialistas é ressaltada por Montero (2009) ao comparar as publicações argentinas e chilenas *Nuestra Causa*, (Buenos Aires, 1919-1921), *Vida Femenina* (Buenos Aires, 1933-1942) e *Acción Femenina* (Santiago, 1922-1939). Segundo a autora, entrevistas, artigos, crítica literária, notícias sobre atividades do momento feminista, replicação de informação de outros meios com conteúdo de interesse ideológico e partidário, além de documentos oficiais, preenchia as páginas dessas revistas. E as contradições são percebidas na reafirmação de algumas normas sociais hegemônicas:

Elas fazem parte de um núcleo comum latino-americano, onde o peso do papel tradicional atribuído às mulheres e a forte presença da Igreja Católica definem um tipo de feminismo que faz a mediação entre a libertação social feminina e o papel materno. No entanto, as realidades particulares de cada região, e especificamente de cada país, moldaram discursos feministas que evidenciam particularidades, fruto das condições culturais e políticas a que devem legitimidade (MONTERO, 2009, S/N, tradução minha)²².

Embora disputem o que Montero (2009) chama de espaço público latino-americano da modernização, as publicações não devem ser consideradas produtos diretos da moderna indústria editorial, exatamente por sua vinculação a organizações político-sociais. Além disso, os textos, assim como no jornalismo feminista da atualidade, são escritos por jornalistas

²¹ No original: “Estas imágenes fueron recibidas en América Latina y específicamente en Chile como un modelo de acción política para las mujeres activistas de los derechos femeninos

²² No original: forman parte de un núcleo común latinoamericano, donde el peso del rol tradicional asignado a la mujer y la fuerte presencia de la iglesia católica, define un tipo de feminismo que media entre la liberación social femenina y la función materna. Sin embargo, las realidades particulares de cada región, y específicamente de cada país, dieron forma a discursos feministas que muestran particularidades, fruto de las condiciones culturales y políticas donde se deben legitimidad.

profissionais, mas também por ativistas com outras formações, e algumas revistas seguiram sendo feitas de maneira muito artesanal e para um público bastante segmentado.

O que fica nítido nestas primeiras décadas do século XX, é o aumento gradativo das publicações feministas na América Latina em suas múltiplas matizes políticas. Assim como a sua utilização enquanto estratégia de intervenção na esfera de debates, que visou principalmente a busca por direitos e a circulação dos discursos feministas, muitos deles inspirados nas lutas de países da Europa ou dos Estados Unidos, em um momento de ebulição das pautas feministas. Considero que esse foi um momento de consolidação da imprensa feminista latino-americana pela variedade e impacto que as publicações tiveram na mobilização política. Passadas algumas décadas, a imprensa feminista na América Latina ganha uma nova configuração, tornando-se elemento de aliança e de circulação discursiva entre mulheres ativistas de diferentes países.

As décadas de 60, 70 e 80, foram emblemáticas por se tratar de um período em que diferentes países latino-americanos enfrentam contextos de ditadura, e temos uma grande modificação tanto na imprensa feminista quanto no próprio movimento social a que está ligada. Esse momento é importante de ser abordado, principalmente para os intuítos desta pesquisa, porque temos mais nitidamente o início de formação de algumas redes de mulheres feministas de diferentes países latino-americanos, mas ainda não identificadas desta forma. É possível perceber que as publicações, os jornais e revistas, se tornam elementos centrais de ligação entre elas, sendo plataformas eficientes para o trânsito de discursos. Foi neste cenário de repressão e resistência, que o contorno dos diferentes movimentos feministas começa a ficar mais nítido, a partir da intensificação da articulação entre as mulheres e a sua proximidade com os grupos de esquerda.

Para Ana Maria Veiga, a “situação política, social e cultural deste momento compõe o cenário para o início das manifestações feministas na América Latina, principalmente a partir dos anos 1970” (VEIGA, 2009, p. 11). Também é neste período, salvo as diferenças locais dos países latino-americanos, que podemos perceber a formação de redes feministas transnacionais, em que a produção de conhecidos jornais e revistas possibilitou as trocas discursivas e a circulação das experiências entre países (VEIGA, 2009).

Veiga define as redes como “as relações que se deram em nível local, com a união esporádica de grupos até mesmo divergentes em prol de uma causa comum, na mesma cidade, estado ou país e as relações do movimento feminista no contexto mais amplo das trocas transnacionais” (VEIGA, 2009, p. 67). Com o enfoque nas relações entre brasileiras e argentinas, a autora considera que suas estratégias de trocas discursivas apontam para a

vontade de solidariedade e apoio entre elas, de construção de alianças não hierarquizadas, “já que a imagem de uma rede ou uma teia não dá margens ao mundo das hierarquias” (p. 68). Mesmo que essa articulação não estivesse formalizada, foi possível perceber nos depoimentos coletados em sua pesquisa e na análise dos conteúdos publicados pelas feministas, “a reivindicação da existência de uma ‘rede’ feminista; rede que cruzaria fronteiras, chegaria aos países vizinhos, atravessaria continentes, daria a volta ao mundo” (VEIGA, 2009, p. 68). Rede que viria a se formalizar décadas depois. No Brasil, por exemplo, a consolidação do movimento feminista pode ser, inclusive, percebida a partir dessas publicações alternativas impressas, conforme destaca Karina Janz Woitowicz (2014, p. 105), sendo importantes “fontes para observação das dinâmicas sociais”.

Em um denso projeto de entrevistas sobre as narrativas feministas e de gênero nos “anos de chumbo” nos países do Cone Sul²³, Joana Maria Pedro (2010) traz elementos importantes para a compreensão das diferenças locais na articulação feminista nos períodos de ditaduras. A autora ressalta que a resistência das mulheres em prol dos direitos humanos e na defesa da democracia e cidadania foi fator crucial para a união delas, resultando muitas vezes na construção posterior de grupos feministas.

Os anos 60 e 70 foram de grande efervescência das discussões feministas. E o exílio foi um espaço importante para o contato das latino-americanas com o feminismo da época, chamado de “Segunda Onda”, nos Estados Unidos e na Europa. Embora no Norte Global esse novo momento de articulação feminista tenha iniciado na segunda metade dos anos 60, nos países integrantes do Cone Sul é detectado um certo “atraso” e sua presença se torna mais nítida a partir dos anos 70 no Brasil e na Argentina. Já na Bolívia e no Paraguai mais tardiamente, ocorrendo nos anos 80:

O que é preciso destacar, entretanto, é o peso que estas ditaduras tiveram não só na forma como estes feminismos foram apropriados, como também na questão do tempo [...]. O contexto político tornou difícil, senão quase impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações. (PEDRO, 2010, p. 116).

Por conta das dificuldades no contexto político dos países, muitas entrevistadas relataram que foi no exterior o primeiro contato que tiveram com as temáticas feministas. Pedro (2010) lembra que o lugar escolhido para o exílio não se restringiu aos Estados Unidos e países da Europa, sendo o México um dos principais lugares apontados como escolha pelas

²³ Cone Sul: Região formada por cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

feministas. Brasil e Argentina também foram citados como referências nas mobilizações feministas dos anos 70. Muitas latino-americanas saíram de seus países por motivo de estudos no exterior, o que também influenciou na construção de um feminismo acadêmico a partir da década de 1980.

No que se refere aos temas discutidos dentro dos grupos feministas da época, as divisões entre as esferas pública e privada estavam em franco questionamento, tendo no movimento a grande bandeira do “privado é político”. De acordo com Simone Pereira Schmidt (2015), o feminismo das décadas de 60 e 70, rompeu com a ideia geral na sociedade de que as questões que ocorriam dentro do lar, da casa, da família, entre os casais, deveriam permanecer entre eles, em silêncio, em nome da “privacidade”²⁴. Assim, o movimento “propôs o rompimento definitivo dessa parede que ocultava o privado do público; bradou, nos anos 70, que quem ama não mata, e que lavar a honra conjugal com sangue não era direito do marido; pelo contrário, era uma barbárie cometida diariamente contra as mulheres” (SCHMIDT, 2015, p. 487).

Mapeando algumas características sobre os feminismos nos países do Cone Sul, Pedro (2010) apresenta algumas proximidades e certas diferenças contextuais importantes para os movimentos feministas. No que se refere ao Brasil, a participação das mulheres nos grupos de resistência de esquerda foi uma das características da formação feminista da época. De acordo com a autora, um dos elementos que diferiu o feminismo praticado por aqui em relação aos outros países do bloco foi a intensa influência do exílio na formação dos grupos feministas e outras organizações de mulheres. “O retorno destas mesmas exiladas trará novos valores e embates para o feminismo que era representado pelas que ficaram no país durante a ditadura, principalmente por aquelas que tinham militado em grupos de resistência e que, no processo, teriam se identificado com o feminismo” (PEDRO, 2010, p. 126).

Sobre a Bolívia, a pesquisadora ressalta o envolvimento das mulheres, maioria de origem indígena, nos eventos políticos e históricos do país. Figuraram também uma forte resistência durante a ditadura do General Banzer (1971-1977), em oposição às prisões ocorridas, sendo bastante conhecida a greve de fome feita por mulheres pela liberdade de líderes mineiros. Mesmo com a intensa participação na resistência à ditadura no país, por conta da instabilidade política, a articulação feminista, a partir da organização de grupos de

²⁴ A discussão sobre a construção dos lugares sociais destinados às mulheres, relacionados ao âmbito privado, já aparecia de forma pontual em escritos feministas anteriores, como, por exemplo, no clássico “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, e nas obras da escritora Virgínia Woolf (1882-1941). Contudo, o caráter político das questões que envolviam o espaço considerado doméstico se tornou bandeira mais presente nos feminismos nas décadas citadas.

consciência, é mais presente na década de 1980, e principalmente após 1985, segundo as narrativas presentes na pesquisa de Pedro (2010).

A pesquisadora ainda marca atualmente uma característica importante do movimento na Bolívia, que é o surgimento de um feminismo de origem indígena. “Marisol Cadena, num artigo publicado na revista *Estudios y Debates*, lembra-nos que, nos Andes, ‘Las mujeres son más indias’, ou seja, na relação que cruza gênero e raça, os homens são menos desqualificados por suas origens nativas que as mulheres” (PEDRO, 2010, p. 123).

Outro caso semelhante ao do Brasil, de grande influência dos debates que vinham ocorrendo no exterior, foi a experiência das feministas chilenas. Esses trânsitos foram motivados tanto pela necessidade de exílio, sendo elas ligadas a organizações de esquerda e tendo contato com outros grupos de resistência aos contextos ditatoriais, quanto relacionados às viagens de estudo, e aqui a aproximação acontece principalmente com o feminismo acadêmico. “Entretanto, pode-se dizer que uma das características do feminismo que se constituiu no Chile no período estudado, foram as fragmentações” (PEDRO, 2010, p. 129). Essas fragmentações se relacionam principalmente, segundo a pesquisadora, entre o feminismo autônomo, independente principalmente dos partidos políticos, e o socialista.

A experiência feminista no Paraguai, entretanto, é totalmente marcada pelas longas ditaduras que o país enfrentou, entre os anos de 1954 até 1989. Essa durabilidade da repressão foi fator crucial para a demora na organização do movimento feminista. O voto das mulheres, por exemplo, só foi conquistado em 1967, mais de três décadas de atraso em comparação ao Brasil. Pedro (2010) identifica ainda a participação das mulheres nos movimentos rurais, muitos deles próximos à Igreja Católica, principalmente na vertente da Teologia da Libertação²⁵. O exílio e a luta pelos direitos humanos também marcaram os contornos do movimento no Paraguai.

Em situação oposta, o Uruguai tem sua história influenciada pela antecipação dos direitos das mulheres em comparação aos outros países do bloco. “Muitos dos direitos reivindicados pelo feminismo foram conquistados, ali, muito antes da década de 1960. Lá, o divórcio era legal desde 1907. Além disso, as mulheres participavam, de forma crescente, do mercado de trabalho liberal, e tinham acesso à educação universitária” (PEDRO, 2010, p. 131). Contudo, nas entrevistas realizadas, a pesquisadora nota que a luta mais articulada das

²⁵ A Teologia da Libertação é um movimento latino-americano, com várias vertentes de pensamento, que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960, em um cenário de agravamento das condições sociais e de regimes ditatoriais, e que tinha como foco a reflexão e ação contra opressão da sociedade, a luta por direitos e atenção à população mais pobre.

mulheres, principalmente as reivindicações da Segunda Onda, só se tornam mais disseminadas no Uruguai na década de 1980.

Foi a partir da contribuição dos movimentos sociais que surgem na década de 1970 como forma de oposição ao cenário ditatorial, contando com a expressiva participação das mulheres, que a organização feminista se consolida na América Latina. Esse pequeno panorama sobre a articulação feminista nos diferentes países do Cone Sul, possibilitada pela pesquisa de Pedro (2010), fornece elementos para refletir sobre as similaridades e diferenças da organização feminista nos “anos de chumbo”, e principalmente, as consequências dessas lutas travadas em prol da democracia pelas mulheres. O contato entre elas, em suas diferentes nacionalidades, proporcionou elementos de união no âmbito das discussões feministas até hoje.

Veiga (2009) consegue perceber a partir da circulação de discursos e teorias entre feministas do Brasil e da Argentina, a construção de uma rede de informações entre o final da década de 1960 até os anos de 1980. Destaco aqui no trabalho da pesquisadora a parte que mais interessa nesta tese, que é a relação do jornalismo com a articulação feminista. Veiga (2009) analisa os jornais brasileiros *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* e os argentinos *Persona* e *Brujas*, buscando semelhanças e diferenças entre os grupos, pois “A simultaneidade das questões que eram debatidas na imprensa feminista de ambos os países aponta para uma espécie de ‘clima’ generalizado” (VEIGA, 2009, p. 100).

Ela também oferece elementos importantes para pensar na articulação entre feministas de diferentes países no exílio a partir da publicação *Nosotras*, do Grupo Latinoamericano de Mujeres en Paris, no início dos anos de 1970. A troca de ideias e de experiência sobre os regimes autoritários entre as latino-americanas exiladas em Paris fez surgir a publicação em 1974, inicialmente pensada para divulgar os diálogos travados no Grupo. Desta forma, “A ‘missão’ do periódico era servir como meio de informação e intercâmbio, além de ser um agente motivador de lutas reivindicatórias, propondo formas de ação para as mulheres” (VEIGA, 2009, p. 117). Sobre o público, a pesquisadora destaca que, a partir das cartas das leitoras, é possível perceber que o periódico era lido tanto em países da América Latina quanto da Europa.

Outra iniciativa importante de articulação feminista transnacional foi a revista *Fempres*, inicialmente uma pequena publicação regional, criada em 1981 por duas chilenas exiladas no México, e que se torna nos anos de 1990 a *Red Latinoamericana de Comunicación Alternativa de La Mujer*. Em entrevista à revista *Chasqui*, a jornalista e diretora da *Fempres* Adriana Santa Cruz (1997) relata a trajetória da iniciativa que na data

era editada em Santiago do Chile e contava com correspondentes na Argentina, Peru, Brasil, Uruguai, Paraguai, Ecuador, Venezuela, Colômbia, Costa Rica, Porto Rico, México, República Dominicana e Bolívia. Uma das sessões da revista era escrita em português. As comunicadoras e ativistas feministas abordavam a questão das mulheres nos distintos países, com o objetivo de suprir uma demanda informativa qualificada e criar efetivamente uma rede de comunicação entre as feministas latino-americanas e voltada para às mulheres:

[...] concluimos que elas [as revistas feministas latino-americanas da época], assim como os outros meios, não estavam refletindo os reais problemas e preocupações de nossas mulheres, que não forneciam as informações de que as mulheres precisavam e que insistiam em definir a mulher ideal como uma aspiração que - por razões étnicas, culturais e econômicas - é inatingível para grandes maiorias; e tudo isso por interesses políticos e econômicos em jogo (SANTA CRUZ, 1997, p. 28, tradução minha)²⁶

A *Fempres* reconhecia, assim, a disposição política das mulheres para transformar as suas condições de vida, em busca de liberdade dos “grilhões da tradição” e das “armadilhas da modernidade”. Destacando em suas páginas a importância da organização do movimento social, tentava despertar uma consciência feminista nas jornalistas, situando os meios de comunicação como centrais para mudança cultural. Em 1993, a *Fempres* inicia também um programa de rádio, motivadas pela falta de acesso aos produtos impressos principalmente de mulheres camponesas, algumas delas sem letramento formal.

No contexto brasileiro, temos na década de 1970 o surgimento mais expressivo da imprensa alternativa e feminista. De acordo com Woitowicz (2014), no final desta década, começa a ficar mais nítida a especificidade das lutas das mulheres dentro dos setores de esquerda:

Em decorrência das lutas promovidas pelas mulheres, surgem vários clubes de mães, que começam a levantar discussões sobre custo de vida, baixos salários, creches para mães trabalhadoras, sexualidade, violência sexual e doméstica. São realizados congressos de mulheres, marchas, cartas às autoridades exigindo mudanças, entre outras ações, e começam a ganhar espaço lutas feministas como o direito ao corpo e sexualidade. E é neste contexto de mobilização que a imprensa feminista surge como espaço de resistência e luta das mulheres (WOITOWICZ, 2014, p. 106-107).

Importante salientar que a pesquisadora insere a imprensa feminista dentro de um arcabouço mais amplo, o da imprensa alternativa, que atuou fortemente nos anos 70 e 80, enquanto resistência ao contexto de ditadura. As publicações do movimento feminista com

²⁶ No original: concluimos que ellas, al igual que los otros medios, no estaban reflejando los reales problemas y preocupaciones de nuestras mujeres, que no entregaban la información que las mujeres necesitaban y que insistían en definir a la mujer ideal como una aspiración que -por razones étnicas, culturales y económicas- es inalcanzable para las grandes mayorías; y todo ello por intereses políticos y económicos en juego.

diferentes linhas editoriais passaram, então, a tematizar sobre inúmeros assuntos, “como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outras” (WOITOWICZ, 2014, p. 107), e apresentava muita proximidade com as trabalhadoras e as mulheres de diversos setores de base. Além da resistência, as publicações também estiveram relacionadas à construção identitária das feministas, “uma vez que o discurso projetado nos veículos constitui também um fazer/agir do feminismo, que conquista espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade” (WOITOWICZ, 2014, p. 116).

Ao trazerem à tona a discussão sobre a desigualdade que perpassava os diversos setores em que as mulheres estavam inseridas ou buscavam alcançar, uma série de jornais foram surgindo no intuito de abarcar as múltiplas reivindicações feministas. Segundo Woitowicz (2014), destacam-se o *Brasil Mulher* (1975-1979), *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Mulherio* (1981-1987):

No *Brasil Mulher*, primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres, publicado pela Sociedade Brasil Mulher, o destaque é para o discurso da igualdade e das lutas pelas causas democráticas, que envolvem homens e mulheres. O enfoque nas questões de classe é a tônica do jornal, que se revela na maior parte das suas edições. As contradições ou impasses da dupla militância manifestam-se logo na primeira edição, diante de um editorial que causou polêmica ao anunciar que o *Brasil Mulher* “não é um jornal da mulher” (WOITOWICZ, 2014, p. 109).

Lançado logo depois, o *Nós Mulheres* declara abertamente a sua posição feminista se aproximando principalmente das mulheres de classes populares a partir da articulação entre “opressão de sexo” e luta de classes. Além da preocupação com a política local, o *Brasil Mulher* apresentou uma grande atenção, segundo Veiga (2009), a política nacional e também latino-americana, ressaltando diferenças entre os distintos países no que se refere à opressão das mulheres. “A rede é tecida, sob este ponto de vista, a partir do âmbito local, priorizando problemas específicos (o que Kathy Davis chamaria ‘política de localização’).” (VEIGA, 2009, p. 111).

Já o *Mulherio* não simbolizou apenas uma substituição aos dois jornais mencionados anteriormente. De acordo com a pesquisadora Viviane Gonçalves Freitas (2014), o jornal abordou a partir de textos analíticos as pautas feministas e atuou na troca de informações entre os movimentos sociais, de mulheres e feministas, contribuindo “para o fortalecimento das reivindicações na arena pública” (FREITAS, 2014, p. 16), incluindo a defesa da redemocratização do País.

Apresentou entre suas principais pautas as relativas à maternidade, creches, aborto, licença-maternidade e paternidade e uma série de desdobramentos sobre as configurações

familiares, incluindo a divisão sexual do trabalho (FREITAS, 2014). A publicação nasce “A partir da vontade de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (São Paulo) de fazer intercâmbios entre as várias instituições e grupos que estudavam as condições das mulheres no Brasil, na década de 1980” (FREITAS, 2014, p. 150).

Importante destacar que a década em que esses veículos surgem é marcada pelo Ano Internacional da Mulher, criado pela Organização das Nações Unidas, em 1975, com o objetivo de impulsionar no mundo a discussão sobre o protagonismo das mulheres e temática nas mais diferentes áreas, como saúde, cidadania e violência. Por esse motivo, segundo Freitas (2014), é possível notar uma circulação desses temas em diferentes âmbitos do movimento feminista, incluindo as publicações, assim como a possibilidade de consolidação da organização feminista a partir desse impulsionamento mundial, apesar do contexto ditatorial.

Uma análise importante destes periódicos latino-americanos na década de 1970 e 1980 é a que percebe a defesa de um sentido de união entre as feministas. Em sua pesquisa sobre o trânsito de discursos nos jornais brasileiros e argentinos do período, Veiga (2009) destaca que nos segundos, a ideia de “uma grande irmandade (*sisterhood*) composta somente por mulheres” (2009, p. 148), uma das bandeiras feministas que circulava em diferentes países, foi muito presente.

Na Argentina, os grupos feministas que publicavam jornais estavam mais alinhados com a proposta de união das mulheres. *Persona*, em seu primeiro exemplar, expressava o desejo de ver todas as mulheres “de mãos dadas” na luta contra a opressão específica; falava ainda sobre a importância da conscientização (conceito originado nos *consciousness raising groups* estadunidenses) e da irmandade entre as mulheres. (VEIGA, 2009, p. 148).

Ao contrário, nos periódicos brasileiros, a pesquisadora encontra pouquíssimos discursos que abordaram essa ideia de união. Ela intui que o comprometimento das feministas com a política de esquerda foi um dos motivos de não abordar essa ideia. Apenas uma matéria é encontrada no jornal *Mulherio*, nos anos de 1980, tratando de uma consciência latino-americana, algo compartilhado entre as distintas experiências das mulheres.

Embora nem todas as perspectivas das publicações tenham sido compartilhadas, levando em consideração a diferença das linhas editoriais e também dos movimentos feministas nos diferentes países, Veiga (2009) percebe a formação de uma rede feminista nestas décadas, com a circulação de discursos, informações e teorias, em que a sua principal

característica “é o desejo, e a possibilidade criada por ele, desta rede de fato existir” (VEIGA, 2009, p. 155).

Refletindo sobre o contexto mexicano dos anos de 1970, Márgara Millán (2009) também detecta essa relação contraditória entre feminismo, união das mulheres e partidos de esquerda. Se a década foi marcada pela ebulição do feminismo no mundo, na América Latina, ao lado da revolução cultural, a emergência das guerrilhas foi definidora de um “feminismo militante, vanguardista e radical” (p. 822, tradução minha)²⁷, tornando paralelas a luta pela libertação feminina e a libertação nacional. Contudo, Millán (2009) ressalta que “os partidos políticos de esquerda não reconheceram a luta feminista, considerando-a pequeno-burguesa” (p. 822, tradução minha)²⁸.

É no sentido de compreender as disputas internas e externas do movimento, que a autora questiona se existe pertinência em falar de um “feminismo mexicano”, destacando exatamente o ponto sobre a ideia de uma unidade no movimento. Para ela, se torna muito mais frutífero perceber os trânsitos discursivos e o conteúdo desses discursos, em diálogo e em disputa com outros discursos críticos, alguns deles de caráter mais global, porém situados junto aos processos políticos do contexto local.

Assim, Millán assume a concepção do feminismo enquanto um fenômeno transnacional, mas que precisa ser compreendido em sua localização geopolítica e em relação ao nacional, fazendo parte de uma cultura ao mesmo tempo em que rompe com esta:

O mundo global não significa, nesta perspectiva, a homogeneização dos conteúdos de ideias e teorias, mas apenas a sua circulação inevitável, a ser ‘traduzida’ ou ‘transferida’ e articulada aos contextos locais, às tradições de luta que historicamente constituem a densidade do território vivido (MILLÁN, 2009, p. 820-821, tradução minha)²⁹.

E foram as revistas e outros projetos editoriais plataformas importantes para essas “viagens, traduções, apropriações e ressignificações” (MILLÁN, 2009, p. 821, tradução minha)³⁰ do feminismo enquanto prática multilocalizada, sendo relevantes em comunicar essas distintas práticas. Enquanto “aparato material discursivo”, as revistas feministas são

²⁷ No original: feminismo militante, vanguardista y radical

²⁸ No original: Sin embargo, los partidos políticos de izquierdas no reconocían la lucha feminista, considerándola pequeño burguesa.

²⁹ No original: El mundo global no significa desde esta perspectiva, la homogenización de los contenidos de las ideas y las teorías, sino sólo su circulación inevitable, para ser “traducida” o “trasladada” y articulada a los contextos locales, a las tradiciones de lucha que históricamente componen la densidad del territorio vivido.

³⁰ No original: viajes, traducciones, apropiaciones y resignificaciones.

consideradas pela pesquisadora mediadoras culturais entre os distintos discursos e teorias, traduzindo-os e disseminando-os.

Nos anos 70, a articulação feminista mexicana foi formada principalmente por mulheres intelectuais, alinhadas à esquerda, em busca de emancipação e mudança de vida a partir da ação política. Contudo, é possível perceber, segundo Millán (2009), uma forte articulação com outros grupos e identidades, inclusive no conteúdo das publicações:

A efervescência dos grupos feministas nesta década e suas discussões internas e intergrupais mostram o caldeirão do movimento; intelectuais, esquerdistas, autonomistas, anarquistas, institucionais, heterossexuais, lésbicas e homossexuais, foram definições de identidade que operaram no feminismo mexicano em um diálogo com a teoria feminista, especialmente anglo-saxônica, e com a cultura política mexicana e seus referentes precisos: um Estado autoritário e seu exercício de poder como repressão e cooptação. (MILLÁN, 2009, p. 823, tradução minha)³¹.

La Revuelta, de 1976, *Cihuat*, de 1977, e *Fem*, de 1976 foram as principais publicações feministas desta época no México, de acordo com a autora. *Fem*, fundada pela guatemalteca Alaíde Foppa, doutora em letras e crítica de arte, e pela jornalista Margarita García Flores, é considerada a primeira revista da América Latina (MILLÁN, 2009), tendo em 2005 sua publicação impressa convertida para o formato digital. Cultura e política, principalmente as reivindicações das mulheres, eram os enfoques da revista, que apresentava um feminismo amplo, voltado para um público abrangente de homens e mulheres.

Já a *La Revuelta*, fundada por intelectuais e militantes desconhecidas, tinha como eixo central as discussões sobre os âmbitos privados e públicos, ou sua contestação, a partir da importante proposição feminista de que o pessoal é político, em diálogo com as bandeiras do feminismo chamado de segunda onda. Conta a pesquisadora que “As reuniões do pequeno grupo forneceram o material para redação e o jornal *La Revuelta* foi distribuído na saída das fábricas. (MILLAN, 2009, p. 824, tradução minha)³². Maior diferença entre as três revistas é percebida na *Cihuat*, sendo um informativo da Coalición de Mujeres Feministas. O convite à articulação das feministas contra a opressão e exploração das mulheres foi a tônica da publicação.

³¹ No original: La efervescencia de grupos feministas en esta década y sus discusiones internas y entre grupos muestran el crisol del movimiento; intelectuales, izquierdistas, autonomistas, anarquistas, institucionales, heterossexuales, lesbianas y homosexuales, eran definiciones identitarias que operaban en el feminismo mexicano en un diálogo con la teoría feminista, sobre todo anglosajona, y con la cultura política mexicana y sus referentes precisos: un Estado autoritario y su ejercicio del poder como represión y cooptación.

³² No original: Las reuniones del pequeño grupo daban el material para la escritura, y el periódico de La Revuelta se repartía a la salida de las fábricas.

O trabalho realizado nesses jornais e revista impulsionaram uma série de reflexões entre as jornalistas que participarem desses projetos e que foram culminando na necessidade de formação de alianças e no investimento na formação de profissionais sobre o jornalismo feminista e com perspectiva de gênero para ampliar e qualificar a produção jornalística. Neste resgate das publicações e articulações feministas até a década de 1980 não houve a pretensão de esgotar as inúmeras nuances existentes no contexto de cada um dos países, mas apenas destacar similaridades e diferenças, principalmente no que se refere à imprensa feminista destas décadas. O próprio movimento feminista latino-americano não deve ser pensado como uma homogeneidade, mas a partir da multiplicidade de feminismos e momentos de articulação feminista (HASAN; GIL, 2016) e suas alianças, como foi o contexto de resistência à ditadura.

Fica nítido no enfrentamento aos contextos ditatoriais, a aproximação das feministas aos partidos e ideias da esquerda, a necessidade do exílio para algumas e a busca pelo estudo fora do país. Essas características moldaram os rumos dos feminismos latino-americanos e da própria imprensa feminista. Como aponta Woitowicz:

No trajeto das teorias latino-americanas, as experiências de uma ‘outra’ comunicação estão ancoradas nas lutas pela democracia, permitindo uma visão não instrumental da mídia que inclui processos de organização e mobilização a partir de espaços e formas de comunicação (2019b, p. 49, tradução minha)³³.

O caráter contra-hegemônico destas outras formas de comunicação, em sua relação íntima com os movimentos sociais, é atributo central desta visão latino-americana, sendo que “Historicamente, os movimentos, em seu processo de constituição, desenvolveram práticas de comunicação não hegemônicas que integram suas formas de ação política” (WOITOWICZ, 2019b, p. 54, tradução minha)³⁴. Pensando sobre o movimento feminista, a pesquisadora destaca que as identidades coletivas, perpassadas por outros marcadores como raça, etnia e sexualidade, se unem e se tornam mais fortes exatamente pela formação de redes que visam transformações sociais, políticas e culturais. Essas formações identitárias articuladas são parte dos ativismos, “articulando redes de colaboração de atores sociais para estratégias de

³³ No original: En el trayecto de las teorías latinoamericanas, las experiencias de una “otra” comunicación están ancladas a luchas por la democracia, permitiendo una visión no instrumental de los medios que comprenden procesos de organización y movilización a partir de espacios y formas de comunicación.

³⁴ No original: Históricamente los movimientos, en su proceso de constitución, desarrollaron prácticas comunicacionales no hegemónicas que integran sus formas de acción política.

intervenção via mediação na esfera pública” (WOITOWICZ, 2019b, p. 59, tradução minha)³⁵.

Os jornais e revistas foram utilizados neste sentido, como espaço de circulação de informações e teorias, no trânsito de discursos entre diferentes países, e na circulação das pautas feministas na região, formando verdadeiras redes comunicacionais, como destaca o trabalho de Veiga (2009). Talvez a maior diferença destas articulações feministas, principalmente das décadas de 1970 e 1980, que centram sua atenção na comunicação e no exercício do jornalismo, em comparação com a articulação contemporânea é que a organização parece deixar de ser centralizada no veículo ou publicação, principalmente da imprensa alternativa, e passar a congregar jornalistas de diferentes frentes de atuação, sejam elas profissionais da mídia alternativa ou da mídia hegemônica. Hoje, a centralidade que as une é exatamente a profissão de jornalistas.

Mesmo que jornais e revistas feitos por feministas continuem sendo estratégias políticas que visam a transformação social, as redes que nos interessam aqui – e que parecem indicar um novo relacionamento entre feministas e jornalismo – são as organizadas por jornalistas feministas. Nesta articulação profissional e identitária enquanto jornalistas e feministas aparece o entendimento de uma perspectiva de gênero no jornalismo enquanto uma qualificação, uma metodologia, uma formação, um valor e um comprometimento ético que precisa estar presente na prática jornalística independente do veículo em que se atua. É sobre essas características atuais que discutiremos nos próximos tópicos do capítulo.

2.2 As redes de jornalistas com perspectiva de gênero contemporâneas

Seja por considerarem que os estereótipos e representações limitadoras sobre as mulheres seguem em franca circulação nos meios apesar de mudanças culturais recentes, seja por compreenderem a potência do jornalismo enquanto mecanismo de transformação social, a articulação feminista continua dedicando atenção especial à comunicação e ao jornalismo. Segundo Woitowicz (2019a, p. 64), sabe-se que desde antes da Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), “a comunicação já era não apenas feita como também refletida e teorizada enquanto um espaço onde se processam as lutas das mulheres”.

³⁵ No original: articulando redes de colaboración de los actores sociales a las estrategias de intervención vía mediación en la esfera pública

Desta forma, o jornalismo produzido por feministas pode ser considerado uma estratégia de ação política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010). Entre as especificidades desta estratégia política está a construção de redes, como já demonstrado nas décadas de 70 e 80, pelo menos até aquela época enquanto uma forma de “desejo” das feministas (VEIGA, 2009). E a partir da década de 1990, enquanto uma realidade. Uma discussão importante que necessita ser trazida aqui para situar o surgimento mais institucionalizado das redes e articulações feministas, a partir da década de 1990, é sobre a influência da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras organizações internacionais e não-governamentais na articulação feminista da América Latina e o tensionamento entre as “autônomas e as institucionalizadas”, que marca a organização do movimento na região e a sua transnacionalização (ALVAREZ, 1997).

A década de 90 é marcada pela consolidação do projeto neoliberal no mundo e para os nossos países um período lembrado pelo agravamento do desemprego, da desnutrição, da crise educacional, surgindo neste momento a expressão “feminização da pobreza”, demonstrando que a crise social e econômica afeta principalmente as mulheres (HASAN; GIL, 2016). Juntas, as mulheres começam a construir grupos para enfrentar o contexto dramático, algumas delas vinculadas ao feminismo e outras não. Ao mesmo tempo, as feministas começam a se especializar em temas considerados específicos das mulheres. “Este é então o momento de eclosão de autônomas e institucionalistas” (HASAN; GIL, 2016, p. 249, tradução minha).

O feminismo considerado institucionalizado é aquele que surge com os fenômenos das organizações governamentais e não-governamentais na América Latina, com a criação de leis e políticas públicas sobre e para as mulheres, instrumentalizadas pelas ONGs assim como a inclusão da discussão sobre a situação das mulheres nas instituições de poder. A outra frente, formada pelas autônomas, estava articulada em coletivos e grupos informais e acreditava que a relação do feminismo com instituições governamentais, não-governamentais e partidos políticos prejudicavam seu caráter libertário (HASAN; GIL, 2016; ALVAREZ, 1997). Os conceitos e perspectivas acionados pelos diferentes eixos também merecem destaque para refletir sobre a agenda política da época. O movimento autônomo ou contra-hegemônico com uma agenda prioritária para “sexualidades, lesbianismo, homossexualidade, biodiversidade, tráfico de mulheres e prostituição, somados aos clássicos aborto, etnocentrismo e racismo” (HASAN; GIL, 2016, p. 253). Já o feminismo “institucionalizado” reflete questões consensuadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e

introduz temas como: “violência contra as mulheres, feminicídio, justiça, desenvolvimento, equidade, direitos humanos das mulheres, direitos econômicos, sociais e culturais, direitos sexuais e reprodutivos, despenalização do aborto, diversidade sexual, racismo e discriminação [...]” (HASAN; GIL, 2016, p. 253).

Segundo Alvarez (1997, p. 150), o processo de Pequim, com a preparação para a Conferência Mundial de Mulheres, induziu as feministas “a forjar novas coalizões locais, nacionais, regionais e mundiais, com o que se reforçou a crescente tendência a transformar os tão informais vínculos que se estabeleceram na década de oitenta mediante numerosos encontros locais e regionais, nas redes ou ‘articulações’ mais formais dos anos noventa”. Momento em que ocorre uma transnacionalização do movimento feminista, tornando-o mais proativo e influente em diferentes âmbitos políticos. De acordo com a autora, ao mesmo tempo em que a articulação transnacional representou avanços no poder político das organizações feministas, também gerou tensões com aqueles setores que acreditam que a institucionalização não representa uma subversão às instituições patriarcais. Para Alvarez, o movimento feminista latino-americano tornou-se ainda mais complexo e dividido em facções.

Esses embates de perspectivas são emblemáticos dos feminismos latino-americanos, demonstrando reflexões e tensionamentos internos na construção de uma agenda de lutas, evidenciada pelos meios de comunicação e suas contradições. Embora essas diferentes posições pareçam segregadas, muitas vezes eles confluem no discurso jornalístico e nas práticas das jornalistas feministas da região. A circulação de saberes sobre uma prática jornalística feminista demarca essa nova fase de articulação a partir da década de 1990, quando começam a ser formadas as primeiras redes de jornalistas, influenciadas pelo contexto descrito acima.

Ao analisar o fortalecimento da mídia alternativa e feminista na América, Karina Woitowicz (2019a) ressalta a comunicação enquanto um espaço bastante estratégico para os projetos feministas, afirmando que “é inegável reconhecer que os meios, na perspectiva feminista e de gênero, ajudam a redescobrir formas de resistência, a denunciar opressões e desigualdades, a lançar o debate sobre questões que costumam ser ignoradas e a pautar o debate público” (p. 67-68). E a formação de redes de jornalistas com perspectiva de gênero ou feminista, dependendo da forma como se denomina³⁶, faz parte desta resistência, como contextualiza Woitowicz:

³⁶ Em artigo publicado no portal de jornalismo feminista argentino *LatFem*, a jornalista María Florencia Alcaraz traz um debate sobre as diferenças entre conceituação de um jornalismo com perspectiva de gênero ou com

Esse fenômeno tem origem na articulação de grupos de mulheres que, desde os anos 1990, passam a se apropriar das tecnologias como forma de luta política, o que acaba por motivar a criação de redes de jornalistas com visão de gênero (CHAER, 2007). Segundo dados apresentados por Hasan e Gil (2014), em 1993 se tem registro da criação do programa APC-Mujeres en Ecuador, dando origem às primeiras redes de mulheres na internet. Em 1995, o CIMAC impulsionou a criação de redes na América Latina, com a Red Nacional de Periodistas de México. Em 1998, na Guatemala, é criada a Red de Mujeres Periodistas; em 2001, a Red Dominicana de Periodistas con Visión de Género; em 2003 a Red de Mujeres Periodistas de Nicaragua; em 2005 a Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG); em 2008, a Red Nacional de Mujeres Periodistas de Peru; e em 2009, a Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género (2019a, p. 66).

A organização *Comunicación e Información de la Mujer* (Cimac)³⁷, fundada no México em 1988, é pioneira na América Latina na articulação em rede de jornalistas com perspectiva de gênero (HASAN; GIL, 2016). Foi ela que impulsionou a criação da *Red Nacional de Periodistas do México*, em 1995, construída antes da formação da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), que inicia seu trabalho em 2005. A criação da Cimac teve como influência a trajetória construída por duas iniciativas jornalísticas, que estimularam a reflexão das profissionais – a revista mexicana *Fem*, considerada, como já citado neste capítulo, a primeira revista da América Latina (MILLÁN, 2009), e o suplemento *doble jornada*, do jornal *La Jornada*, criado em 8 de março de 1987.

De acordo com Lucía Lagunes Huerta³⁸, atual diretora da Cimac, a linha editorial do suplemento era de esquerda, e o jornal em que circulava estava muito preocupado com a pobreza e a anti-democracia vivida no México. O objetivo do *doble jornada* foi apresentar informações sobre a situação das mulheres com uma perspectiva feminista. Segundo Huerta (2021, s/n, tradução minha), a reflexão das jornalistas no final da década de 1980 era: “Por que nos conformar com esses lugares colocados nos meios de comunicação uma vez ao mês, como se o que ocorria com as mulheres não fosse de importância cotidiana nos meios de comunicação?”. Essa reflexão levou as jornalistas a perceberem a necessidade de evidenciar o que ocorria com as mulheres na vida cotidiana e que estava sendo omitido pelos meios de comunicação. Ao serem excluídas da agenda jornalística diariamente, o direito das mulheres de serem informadas era violado, assim como o seu direito à liberdade de expressão.

A Cimac então inicia a sua atuação enquanto uma agência de notícias, tornando-se um paradigma nesta atividade (HASAN; GIL, 2016), produzindo conteúdos jornalísticos para

perspectiva feminista. Disponível em: <https://latfem.org/de-la-perspectiva-de-genero-al-periodismo-feminista-la-identidad-como-manifiesto/>

³⁷ Disponível em: <https://cimac.org.mx>

³⁸ Entrevista realizada para esta tese com a jornalista e diretora da Cimac no dia 11/10/2021.

alimentar os meios de comunicação, investindo na circulação do jornalismo com perspectiva de gênero, e se organizando como “uma mesa de redação sobre os temas das mulheres” (HASAN; GIL, 2016, p. 261, tradução minha). Ainda hoje distribui notícias para mais de 300 meios de comunicação e conta com um portal de notícias próprias com cerca de 50 mil visitas diárias³⁹. De acordo com Huerta (2021), esse foi o primeiro eixo de trabalho da organização e apresentou um desafio na sua elaboração: a necessidade de formação das jornalistas para a incorporação da perspectiva em seu trabalho. E foi a partir da percepção dessa demanda que a *Red Nacional de Periodistas do México* vai sendo articulada, auxiliando nas reflexões sobre a construção de um fazer jornalístico com perspectiva de gênero. A formação de profissionais se tornou um eixo fundamental e em duas vias, não somente com jornalistas já em trabalho profissional, mas também com estudantes de comunicação. “Isso nos parece fundamental porque a academia segue sem incorporar esse dever. Então, temos feito alianças com diferentes universidades, para colocar de maneira cotidiana os temas de uma comunicação e a construção de um jornalismo feminista” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha).

Foi a partir de 1996 que a Cimac inicia seus cursos de formação no México sobre o jornalismo e o feminismo, com enfoque nas rotinas produtivas jornalísticas e na invisibilidade das mulheres (CARBALLIDO; ROCHEB; HERNÁNDEZ, 2019). Sara Lovera, diretora na época, “lembrava às presentes o gênero a que pertenciam, gênero que esqueceram em busca das notícias do dia em que aquela latente situação feminina passa, de qualquer modo, despercebida pelo sexismo, pelo sistema patriarcal e pelo machismo que caracteriza o jornalismo (CARBALLIDO; ROCHEB; HERNÁNDEZ, 2019, p. 28, tradução minha)”⁴⁰. O objetivo da formação se resumia a três tópicos, segundo as autoras: sensibilizar sobre a situação das mulheres nos meios de comunicação; informar sobre temas importantes como saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos e cidadania, a partir do convite à participação de especialistas; e investigar sobre os temas tratados nas reportagens jornalísticas, com o intuito de aprofundar e qualificar o tratamento jornalístico.

Outra linha de atuação importante da Cimac nos seus primeiros 15 anos foi a criação do centro de documentação Adelina Zendejas: “Víamos como fundamental contar com uma abordagem histórica, que é a história do feminismo e da construção dos direitos humanos” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha). De acordo com a diretora, havia certos temas que

⁴⁰ No original: Con argumentos y ejemplos sólidos recordaba a las presentes el género al que pertenecían, un género al que olvidaban en búsqueda de la noticia del día cuando esa situación femenina latente en cualquier suceso pasa desapercibida por el sexismo, el sistema patriarcal y el machismo que caracteriza al periodismo.

começaram a ser colocados na agenda informativa, mas muito timidamente, como por exemplo o direito ao voto feminino. Porém, de uma forma muito a-histórica, sem destacar a luta feminista para a sua implementação. Assim, “nos parecia muito importante nos aproximarmos dessa história porque o jornalismo necessita da história para situar os momentos cotidianos que estamos vivendo na atualidade” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha).

A consideração de que não é possível significar os acontecimentos sem o conhecimento da história, das condicionantes que influenciam a atualidade, está presente nessa proposta de documentação. E se torna mais relevante ao percebermos que a luta das mulheres foi muito ofuscada no registro historiográfico. Desta forma, o centro Adelina Zendejas oferece um arquivo rico sobre as disputas sociais e trajetórias feministas para que os fenômenos atuais sejam abordados no jornalismo em toda a sua complexidade. Essa é uma aposta importante na construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, que não apenas olha para o mundo a partir de uma lente específica, mas os acontecimentos são inseridos em um contexto em que a história feminista seja considerada.

Embora a proposição e produção de um jornalismo feminista com perspectiva de gênero continue sendo uma das tônicas da Cimac, é nos anos 2000 - momento em que a América Latina começa a enfrentar uma onda conservadora e reacionária, com a ascensão de grupo anti-direitos humanos, que uma nova frente de atuação se impõe à organização, com a observação do aumento da violência contra as jornalistas. A organização passa, então, a registrar e acompanhar jornalistas mexicanas vítimas de violência no exercício da profissão: “Nós jornalistas não conseguimos avançar dentro dos nossos meios de comunicação, nessa aposta de colocar dentro da vida cotidiana a condição social das mulheres, se estão nos matando, se estão nos violentando, se nossa preocupação é como fazer jornalismo sem que nos assassinem” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha). A violência se agrava ainda mais quando é desconsiderado o seu aspecto de gênero na proteção e acompanhamento das jornalistas. Como veremos ao longo desta tese, a proteção das jornalistas se torna um aspecto central da articulação que envolve a proposta do jornalismo com perspectiva de gênero.

A trajetória da Cimac é emblemática sobre os elementos que compõe essa empreitada na América Latina nas últimas décadas. Atuar na formulação de um jornalismo feminista, na reflexão sobre práticas que serão mantidas ou experimentadas, no fomento à circulação de informações que garantam os direitos das mulheres, assim como a formação de profissionais, fizeram parte desse percurso e se mantêm atuais. Se soma a essas atividades a defesa do direito à liberdade de expressão das mulheres e da garantia do exercício profissional de

jornalistas feministas. Sobre esses pilares que a organização segue trabalhando e impulsionando iniciativas na região, como é o caso das redes de jornalistas com perspectiva de gênero.

Segundo Woitowicz, as principais propostas para uma comunicação com perspectiva de gênero trazidas por estes grupos dizem respeito à imagem que os meios ainda promovem sobre mulheres, consideradas degradantes; à criação de políticas de paridade nos meios; o combate à linguagem sexista; e à formação de mulheres no uso das tecnologias. “Apropriar-se da mídia a partir de uma perspectiva voltada às demandas das mulheres representa a possibilidade de produção de discursos capazes de interferir na realidade” (WOITOWICZ, 2019a, p. 67).

A partir de uma revisão de publicações sobre o jornalismo feminista, Carballido, Rocheb e Hernández (2019) estabelecem alguns eixos em relação a forma e ao conteúdo da proposta. Consiste nessa empreitada a partir da visão dos autores: denunciar a opressão vivenciada pelas mulheres nos meios e na sociedade de forma geral, se opor aos estereótipos que desqualificam as mulheres, criticar a masculinidade hegemônica, destacar a composição distinta de homens e mulheres nos diferentes âmbitos públicos, e qualificar as imagens delas quando ilustram os conteúdos jornalísticos.

Promover a cooperação e a socialização da informação entre as profissionais também figura como objetivo do jornalismo feminista e com perspectiva de gênero, com a construção de alianças, tornando menos valorizada, embora ainda existente, a competição jornalística, bastante característica do ofício (CHACHER, 2007). Convém ressaltar que as articulações e novas ramificações das redes têm se expandido nos últimos anos e considero que essa ampliação seja muito influenciada pelo contexto em que a América Latina vem enfrentando, ascensão de discursos reacionários e autoritários e a perseguição de ativistas e pesquisadores. Como afirma a *Articulación Feminista Marcosur*, os setores anti-direitos têm avançado na região questionando o marco dos direitos humanos. As estratégias de disputa de sentido incluem a propagação de mensagens de ódio sexistas e racistas, assim como a circulação de notícias falsas e difamação (ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCOSUR, 2019, S/N).

Huerta⁴¹ (2019), refletindo a partir do pensamento da teórica Marcela Lagarde, destaca que a violência contra as mulheres se potencializa em contextos de violência social, de violência delitativa, de estruturas autoritárias, porque se naturaliza muito mais a violência contra as mulheres e há uma maior permissividade social da violência contra elas. Ao mesmo

⁴¹ Entrevista realizada para esta tese com a jornalista e diretora da Cimac no dia 11/10/2021.

tempo, a América Latina tem enfrentado o ressurgimento de governos autoritários, anti-democráticos ultraconservadores e abertamente contra os direitos das mulheres, e vivido uma dupla tensão. Ao mesmo tempo em que se constroem espaços em que é possível garantir a autonomia e direitos específicos, existe uma reação desses grupos contra os avanços. “E me parece que aqui se geram essas tensões que em um mundo misógino e patriarcal a violência se volta como instrumento pelo qual se quer submeter as mulheres. Não estamos dispostas a ceder esses espaços, retornar ao espaço privado e ceder ao espaço público” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha).

É sobre essa tentativa de reversão de espaço e direitos que Huerta (s/n, 2021) também situa a violência contra jornalistas:

Digamos que a irrupção das mulheres no espaço público, com uma voz própria, como exercemos nós jornalistas, rompe com todo esse mandato de gênero, de submissão e de silêncio, ao qual foram submetidas as mulheres. E nós jornalistas somos uma peça fundamental para colocar no cenário público os direitos humanos das mulheres. Então, a forma de violentar as mulheres jornalistas é uma violência muito misógina, muito perpassada pela desqualificação da autoridade com que participamos do espaço público [...]. Essa é uma discriminação que nós jornalistas enfrentamos não só no espaço digital, mas principalmente no espaço físico.

Assim, a condição das jornalistas mulheres acaba sendo marcada por uma dupla violência – dentro das redações, por parte de superiores hierárquicos ou colegas dos mesmos cargos que “creem que não somos suficientemente profissionais”, ao mesmo tempo em que enfrentam ataques de outros atores sociais de fora das empresas jornalísticas. Segundo Huerta, as investigações realizadas pela Cimac têm demonstrado que os ataques partem, muitas vezes, “de homens com poder político, que são absolutamente autoritários e que não permitem que nós jornalistas questionemos seu governo, sua forma de governar, e coloquemos na luz pública a corrupção. Então, esse sistema patriarcal está tanto em casa, no mundo das redações e no mundo público onde atuamos” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha).

Para enfrentar esse contexto, percebemos o aumento do financiamento de organismos internacionais para iniciativas que trabalham com a centralidade da temática de gênero (CHACHER, 2007), com ênfase em relações que perpassam as experiências de mulheres. Assim como a formação de novas redes de jornalistas no sentido de fortalecer estratégias que possam frear e combater a desinformação e as mensagens de ódio, limitando a liberdade de expressão de defensoras de direitos humanos, ativistas feministas e jornalistas. Mesmo que o contexto não seja o mesmo vivido nas ditaduras latino-americanas, a defesa da liberdade de

expressão, a defesa dos valores democráticos e a resistência à intolerância seguem sendo elementos impulsionadores da articulação.

Huerta considera a existência das redes fundamental por ser uma forma de organização de jornalistas para que elas possam se defender dos ataques que estão infelizmente submetidas, para potencializar o trabalho jornalístico feminista, evidenciar a misoginia que todavia prevalece, exigir a democratização dos meios de comunicação, e o respeito ao trabalho jornalístico das mulheres. “Então, me parece que tem sido uma forma de organização muito nobre, muito desde a coletividade das jornalistas onde colocamos no centro nosso fazer jornalístico. E rompemos além disso com a estrutura patriarcal de sindicato, de organização formal, tradicional masculina, onde existe o dirigente” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha).

Os encontros realizados pelas redes e pela *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* servem exatamente para a realização de reflexões conjuntas e prioridades de trabalho desde o fazer jornalístico, articulando o individual e o coletivo, o local e o internacional: “acredito que por nos possibilitarem isso elas têm sobrevivido por tanto tempo. Porque não são uma camisa de força, mas são absolutamente horizontais e construídas desde o consenso e não desde o mandato” (HUERTA, 2021, s/n, tradução minha). A partir de uma perspectiva feminista e democrática, segundo Huerta (2021), elas pactuam não somente na coincidência, mas sobretudo na diferença.

2.3 Escritos latino-americanos sobre a perspectiva de gênero no jornalismo

A perspectiva, enfoque ou visão⁴² de gênero no jornalismo tem ganhado destaque há mais de 20 anos em diferentes países da América Latina e do mundo, em sintonia com um novo momento de articulação das mulheres (WOITOWICZ, 2019b). Embora crítica do modelo de jornalismo tradicional, a perspectiva de gênero apoia-se e acredita na possibilidade transformadora da prática jornalística, a partir de uma outra forma de olhar para a realidade:

É uma perspectiva que compreende o potencial do jornalismo em romper com certos padrões hegemônicos da sociedade que contribuem para a manutenção de estereótipos, desigualdades, discriminações e que impactam a cobertura jornalística,

⁴² É possível encontrar em portais jornalísticos e redes estas diferentes palavras para nomear uma prática que acredito ser a mesma.

em favor da necessidade de promover outras narrativas para dar maior visibilidade às mulheres como sujeitos (WOITOWICZ, 2019b, p. 123, tradução minha)⁴³.

Ao analisar dois portais alternativos de jornalismo feminista do Equador, *Wambra* e *La Periódica*⁴⁴, a autora elenca algumas categorias que caracterizam a atuação jornalística dos veículos, como as temáticas abordadas, as fontes escolhidas, formatos e recursos multimídias e o enquadramento discursivo. As trocas entre movimentos organizados de mulheres e os portais foi uma de suas percepções, observando que esse contato reflete na própria escolha das fontes jornalísticas, ligadas às organizações, assim como a escolha das temáticas, também pautadas por esses grupos, em busca do “fortalecimento de uma agenda feminista” (WOITOWICZ, 2019b, p. 162, tradução minha).

Como percebido em outros países, o jornalismo praticado pelos veículos tradicionais no Equador apresenta um caráter bastante retrógrado sobre as pautas de gênero, como o aborto, assim como uma invisibilidade das bandeiras propostas pela comunidade LGBTQIAP+. Desta forma, a característica contra hegemônica dos portais feministas analisados fica nítida, segundo a pesquisadora, e figura como impulsionador das práticas realizadas. Sendo a disputa discursiva uma “estratégia para fortalecer as lutas feministas a partir dos processos de midiatização canalizados pelo jornalismo alternativo” (WOITOWICZ, 2019b, p. 162, tradução minha)⁴⁵.

Entre as características que indicam aproximações entre *Wambra* e *La Periódica* está a priorização de fontes mulheres, recurso bastante comum no jornalismo com perspectiva de gênero, assim como o caráter combativo e de denúncia nas pautas trabalhadas, presentes em uma prática colaborativa, autônoma e inovadora. Woitowicz (2019b) destaca ainda que essas nuances aproximam os dois veículos do Equador de outras iniciativas latino-americanas que estão construindo suas práticas de resistência em uma intersecção entre a militância e o jornalismo.

Concordo com a autora sobre essa circulação de saberes sobre a prática feminista entre diferentes países, pois algumas características percebidas nos portais do Equador também

⁴³ No original: Se trata de una perspectiva que comprende el potencial del periodismo en la ruptura con determinados patrones hegemónicos de la sociedad que contribuyen al mantenimiento de estereotipos, desigualdades, discriminaciones y que repercuten en la cobertura periodística, en favor de la necesidad de promover otras narrativas a fin de dar mayor visibilidad a las mujeres como sujetos.

⁴⁴ A pesquisadora Karina Woitowicz (2019b) define o portal *Wambra* como um portal feminista de jornalismo comunitário. Criado em 2010, apresenta um perfil jovem, que investe no jornalismo investigativo e é ligado aos movimentos sociais. Já o *La Periódica*, criado em 2017, é uma revista digital feminista que apresenta como proposta produzir jornalismo popular com bastante vínculo com os movimentos de mulheres. Entre os principais temas abordados estão os direitos humanos e a violência contra às mulheres.

⁴⁵ No original: estrategia de fortalecimiento de las luchas feministas a partir de los procesos de mediatización canalizados por el periodismo alternativo.

foram detectadas durante minha pesquisa de mestrado, quando analisei o trabalho do *Portal Catarinas – Jornalismo com perspectiva de gênero* (GUSTAFSON, 2019), de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Ao tratar sobre a perspectiva de gênero, questionando as jornalistas sobre como elas definiriam essa prática, percebi que não existia uma definição final, divergindo entre elas sobre a consideração de uma especialização ou uma visão transversal:

A proposta do *Portal Catarinas* inicial era atuar com jornalismo especializado em gênero, feminismos e direitos humanos, mas essa definição vai sendo aprofundada ao longo da consolidação da iniciativa para se tornar um olhar transversal, em que todos os assuntos podem ter experimentada essa perspectiva. As jornalistas demonstram atuar a partir do entendimento de que a generificação das relações sociais se reflete em experiências diferentes na vida das mulheres, demandando enquadramentos diferenciais nas pautas tratadas (GUSTAFSON, 2019, p. 251).

A partir da escolha das fontes, o portal aposta nas vozes que são comumente invisibilizadas na mídia tradicional e no enfoque não estereotipado das mulheres, buscando a multiplicidade das fontes. Isso significa uma oposição ao trabalho realizado pelo jornalismo hegemônico, em que as fontes institucionais são privilegiadas e, como aponta Hall *et. al.* (1999), reproduz a visão dos poderosos. Essa subversão da lógica das fontes na qual as mulheres são privilegiadas, como observado também por Woitowicz (2019b), foi a característica mais fácil de detectar, tanto pelo conteúdo que elas colocam em circulação quanto pela defesa explícita desse protagonismo e o intuito de sempre buscar uma diversidade de mulheres, articulando gênero com outros marcadores sociais como raça, etnia, classe e sexualidade.

Isso se refere também a uma tentativa de ultrapassar o círculo do ativismo, em um movimento de aproximação e distanciamento com o movimento feminista na busca por uma autonomia jornalística. Outra percepção durante a pesquisa no que se refere às fontes jornalísticas foi que a relação das jornalistas com as entrevistadas não se dava de forma utilitarista, como comumente vemos na prática jornalística tradicional, mas visava um cuidado mais amplo e um apoio que ultrapassava o trabalho profissional.

A construção coletiva das pautas e a proposta colaborativa das jornalistas indicaram uma disponibilidade de ampliação do acesso ao portal, assim como a tendência de horizontalizar o trabalho e descentralizar as práticas, sendo esta: “Não apenas uma alternativa às necessidades de estrutura do grupo, o modo de trabalhar das jornalistas demonstra uma subversão de valores no que se refere às atitudes masculinistas na produção do conhecimento jornalístico (VEIGA DA SILVA, 2014, 2015; VEIGA DA SILVA; MAROCCO, 2018)” (GUSTAFSON, 2009, p. 251).

A falta de um referencial definitivo sobre o jornalismo que o *Portal Catarinas* se propõe a construir foi uma das questões centrais que surgiram na análise, possibilitando a reflexão constante sobre quais práticas e cânones serão mantidos ou desconsiderados. Isso resultava em uma sensação de experimentação constante, o que acredito ser positivo. Por outro lado, muitas resoluções eram compartilhadas e isso aproxima a cobertura feita pelo veículo de outros existentes não apenas no Brasil, mas na América Latina, demonstrando uma “inspiração” sobre essas boas práticas.

As proximidades entre as iniciativas feministas de jornalismo estão presentes em manuais e outros textos que se dedicam ao tema, à tentativa de definir mesmo que provisoriamente o que seria um jornalismo com perspectiva de gênero e quais práticas devem ser empreendidas. Algumas delas são consensos centrais para delinear as bases iniciais desta prática. Em sua dissertação de mestrado, Gabriela Schander (2021), criou uma série de categorias para analisar elementos constitutivos de uma perspectiva de gênero na revista *AzMina* a partir da leitura de 20 manuais e textos acadêmicos sobre o tema. Foram elas: “: a) incorporação das mulheres nos meios de comunicação; b) diversificação de fontes; c) linguagem inclusiva; d) subjetividade feminista; e e) transversalização temática” (SCHANDER, 2021, p. 19).

Da mesma forma, propôs omár rincón (2009), ao situar o contexto de publicações do importante livro *¡Sin nosotras, se les acaba la fiesta! [América Latina en perspectiva de género]*, em que as autoras e autores “Nos reunimos, tecemos, conversamos e narramos essas histórias jornalísticas feitas por mulheres e a partir de uma perspectiva de gênero para produzir uma ‘outra’ América Latina, um ‘outro’ jornalismo” (RINCÓN, 2009, p. 6, tradução minha)⁴⁶. Os eixos amplos que compõe esse outro jornalismo para o autor são:

1. Uma opção política para revelar a posição de desigualdade e subordinação das mulheres em relação aos homens.
2. Outra agenda, outra esfera pública. Privilegiar outros valores como a preservação, o cuidado, a solidariedade, a colaboração, o diálogo. Isso significa reivindicar aspectos específicos da condição da mulher e das circunstâncias materiais imediatas em que vive.
3. Um radar para descobrir os modos de discriminação instalados. Uma abordagem que considera como mulheres e homens são afetados de forma diferente pelo mesmo evento ou realidade. Você deve estar atento ao tipo de imagens, metáforas, referências que são usadas para contar a realidade.
4. Uma estética experiencial. Produza um jornalismo mais colaborativo, mais tecido, mais experiencial e mais dramático.

⁴⁶ No original: Nos juntamos, tejimos, conversamos y narramos estos relatos periodísticos hechos por mujeres y en perspectiva de género para producir una “otra” América Latina, un “otros” periodismos.

5. Uma narrativa testemunhal. Uma iniciativa de contar a partir do subjetivo, na primeira pessoa e contando com o cotidiano.
6. O emocional vale a pena. É preciso buscar a expressão afetiva, contar a partir e com a cultura emocional. A raiva, a raiva, o pessoal vale a pena.
7. Uma linguagem cuidadosa e expressiva. O uso de linguagem inclusiva e não sexista; mas, por sua vez, a presença de uma linguagem cotidiana, a linguagem da vida.
8. Fontes que entendem mais do que opinam. Trabalhar com fontes especializadas, esperançosamente mulheres, com sujeitos que contam com sua experiência de vida e com analistas que levem em conta a posição da mulher e outras sensibilidades (étnicas, sexuais, ambientais) diante das agendas atuais.
9. A perspectiva de contar está sempre em outro lugar. Enfatizar outros pontos de vista para os fatos, reivindicar outras identidades, mudar a perspectiva dos modos centrados na mídia e centrados no poder para outras formas de compreender e explicar, para outras entradas para os fatos.
10. Jornalismo de possibilidades. Jornalismo que sempre levanta soluções, alternativas, pesquisas. (RINCÓN, 2009, p. 7-8).

Rincón complementa que a perspectiva significa se comprometer com a visibilidade e reconhecimento das mulheres, subvertendo a histórica sub-representação nos meios. Contudo, se gênero diz respeito às relações de poder que estruturam as instituições e sociedade (SCOTT, 1995), o compromisso político deve dizer respeito a todas as maiorias minorizadas, pois a subalternização de diferentes grupos está perpassada pelas hierarquias de gênero, em maior ou menor grau. Desta forma, considerando a existência de um eixo de dominação, constituído por raça, gênero e sexualidade (CURIÉL, 2011), que constitui as relações desiguais a partir da modernidade/colonialidade, a perspectiva de gênero deve contemplar não só mulheres, mas toda uma sorte de sujeitos sociais marcados pela desigualdade de gênero em seus contextos específicos. Como ressalta Lydia Cacho (2009)⁴⁷, no prólogo do livro “Hacia la construcción de un periodismo no sexista”, editado pela *Comunicación e Información de la Mujer* (CIMAC): “Jornalismo com perspectiva de gênero não é jornalismo de mulheres. Sua função é renovar a linguagem para torná-la socialmente inclusiva para que, na realidade e no simbólico, toda a população seja vista e reconhecida” (CACHO, 2009, p. 2, tradução minha). E a linguagem considerada não apenas nas normas gramaticais excludentes, mas em toda a sua relação com a cultura:

É somente graças ao desenvolvimento do pensamento filosófico feminista que nós entendemos que por centenas de anos uma série de absurdos sexistas surgiram da postura pessoal de um grupo relativamente pequeno de homens de poder, em cujas mãos estava a responsabilidade iluminar e orientar a humanidade, impondo modelos de educação e comunicação. A sociedade é

⁴⁷ No original: El periodismo con perspectiva de género no es periodismo de mujeres. Su función es renovar el lenguaje para hacerlo socialmente incluyente para que, en lo real y en lo simbólico, toda la población se vea y se reconozca”.

simplesmente o produto dessa cultura (CACHO, 2009, p. 2, tradução minha).⁴⁸

Compreendendo a importância destes manuais “guias”, entendo que o trabalho das jornalistas feministas dialoga com essas propostas e que elas são fruto de discussões travadas no âmbito do feminismo há décadas, em sua atenção à comunicação, suas falhas e possibilidades. Contudo, suponho que as publicações não esgotam as possibilidades desse jornalismo e, muito menos, os dilemas que à ele se impõem. Seria o mesmo que pensar que a complexa prática jornalística, em suas questões técnicas, políticas e éticas, é resolvida com a leitura de manuais de redação. Penso principalmente que a construção de uma perspectiva de gênero é perpassada pelo décimo ponto apresentado por Rincón (2009), um jornalismo de possibilidades, de múltiplos contextos, em que a perspectiva de gênero apresenta diferentes contornos dependendo do mundo em que é acionada, dependendo dos sujeitos corporificados que a praticam. Assim, abre-se a possibilidade de trânsitos de discursos e saberes sobre a prática jornalística feminista, abertos à reflexão e ressignificação a partir das localizações específicas das jornalistas, suas vivências ativistas e suas experiências profissionais.

2.3.1 Las palabras tienen género

Ao analisar publicações que abordam a prática de um jornalismo com perspectiva de gênero⁴⁹ é possível perceber um dos pressupostos centrais das diferentes iniciativas e autoras que se dedicam à temática: a comunicação como direito humano. Esse ponto parte do entendimento de que a comunicação, ao contrário do que se convencionou na própria consolidação das empresas jornalísticas, não é uma mercadoria, mas sim um direito, um direito humano. Estão contemplados nesta defesa tanto o direito a se comunicar, alcançando

⁴⁸ No original: No es sino gracias al desarrollo del pensamiento filosófico feminista que comprendimos que durante centenares de años una serie de disparates sexistas surgieron de la postura personal de un grupo relativamente pequeño de hombres de poder, en cuyas manos estaba la responsabilidad de iluminar y guiar a la humanidad, imponiendo modelos de educación y comunicación. La sociedad es, simplemente, producto de esta cultura.

⁴⁹ É possível encontrar uma diversidade de manuais e publicações que fornecem propostas para a produção de um jornalismo com perspectiva de gênero ou jornalismo não sexista. Neste capítulo, escolhi alguns deles para abordar os temas que considero centrais nesta proposta. Contudo, acredito que ao longo do andamento da tese, este tópico precisará ser atualizado a partir de novas contribuições do campo e o contato com outras produções. Além dos citados, destaco a importância das seguintes publicações: *Hacia la construcción de un periodismo no sexista*, produzido pelo CIMAC com apoio da UNESCO, com primeira edição em 2009; os *minimanuais de jornalismo humanizado*, da Organização Feminista brasileira Think Olga; *Manual de Género para Periodistas*, da América Latina Genera; e *Comunicación. organización y género - Ellas tienen la palabra*, da Agencia Latinoamericana de Información (ALAI).

protagonismo e voz dentro dos processos comunicativos, quanto o direito a receber informações qualificadas sobre os mais diversos âmbitos da vida. No prólogo do livro *Las palabras tienen sexo - Introducción a un periodismo con perspectiva de género* (2007), organizado por Sandra Chaheer e Sonia Santoro, Maria Elena Herмосilla considera que avançar na qualificação da comunicação é considerá-la um direito fundamental assim como uma série de outros, tais como a vida, a paz e a educação.

Soledad García Muñoz reforça esta ideia da comunicação enquanto direito fundamental para vida das mulheres, demarcando a responsabilidade que as comunicadoras e comunicadores têm no sentido de visibilizar a realidade das mulheres em seus respectivos países, possibilitando “o conhecimento sobre seus direitos e as ferramentas disponíveis para protegê-los” (2007, p. 74, tradução minha)⁵⁰. Reduzir as desigualdades de acesso à informação qualificada faz parte da garantia dos direitos humanos das mulheres:

O nível de igualdade entre mulheres e homens é um dos indicadores mais precisos de uma sociedade para medir o grau de respeito pelos direitos humanos, a democracia real e o nível de desenvolvimento. Nesse espírito, é urgente aprofundar alianças estratégicas entre instituições estatais com responsabilidades na matéria, pessoas e organizações que defendem os direitos das mulheres e profissionais da comunicação, a fim de refletir e desenhar estratégias comuns, nas quais cada um assuma sua cota de responsabilidade no objetivo de dar aos direitos humanos das mulheres a importância que eles merecem e torná-los realidade. (MUÑOZ, 2007, p. 74, tradução minha)⁵¹.

Desta forma, a construção de uma perspectiva de gênero se refere a um percurso que envolve tanto uma vontade quanto uma necessidade, sendo uma exigência da justiça de gênero entender a comunicação enquanto um direito humano e trabalhar politicamente para torná-la uma prática (HERMOSILLA, 2007). Essa justiça, que significa a redução das assimetrias entre masculino e feminino em todos os âmbitos, anda de mãos dadas com a democratização da comunicação, com a possibilidade de ampliar a distribuição de poder que estrutura a produção e circulação de significado para as audiências.

É possível detectar um consenso na comunidade internacional, segundo Maria Cruz Tornay Márquez (2017), sobre a importância da comunicação para o fortalecimento dos

⁵⁰ No original: el conocimiento de sus derechos y las herramientas disponibles para protegerlos.

⁵¹ No original: El nivel de igualdad entre mujeres y hombres es uno de los indicadores más certeros para medir en una sociedad el grado de respeto de los derechos humanos, de democracia real y de nivel de desarrollo. En ese espíritu, resulta urgente profundizar las alianzas estratégicas entre las instituciones estatales con responsabilidades en la materia, las personas y organizaciones defensoras de los derechos de las mujeres, y las y los profesionales de la comunicación, a fin de reflexionar y diseñar estrategias comunes, en las que cada quien asuma su parte de responsabilidad en el objetivo de dar a los derechos humanos de las mujeres la importancia que merecen y lograr hacerlos realidad.

direitos humanos das mulheres, figurando como um eixo estratégico para a sua garantia. O tratamento oferecido pelos meios, que muitas vezes resulta na exclusão das mulheres, está relacionado com a divisão social moderna, “à caracterização de identidades feminina e masculina feita por Rousseau – que inferiorizou o conhecimento de mulheres e excluiu sua participação como cidadãs plenas na esfera pública para estarem confinadas ao espaço doméstico” (TORNAY-MÁRQUEZ, 2017, p. 185, tradução minha)⁵².

Essa divisão afeta não apenas a produção discursiva, simbólica, das representações que são colocadas em circulação sobre o feminino, mas na própria configuração do trabalho e das empresas de comunicação. Tornay-Márquez (2017) apresenta uma discussão interessante sobre a profissão e sua característica masculinista. De acordo com a autora, a inserção das mulheres dentro do jornalismo já significa uma transgressão na lógica generificada das profissões, a um ideário que historicamente atribuiu às mulheres funções relacionadas principalmente ao cuidado ou que envolvam habilidades consideradas domésticas, como enfermagem, docência e culinária.

Desta forma, “falar em público, opinar, debater, participar, foram atividades tipicamente masculinas por um longo tempo” (TORNAY-MÁRQUEZ, 2017, p. 185, tradução minha)⁵³ e mesmo que o cenário seja perpassado por um longo avanço, com um maior número de jornalistas mulheres dentro das redações, não existiu uma normalização desta presença, pois segue imperando uma hierarquização dos cargos de poder e na própria organização das rotinas produtivas. De acordo com Roseli Figaro (2018), permanece válida a reivindicação por condições salariais iguais, ocupação de cargos superiores e maior possibilidade de ascensão na carreira apesar de mudanças expressivas no setor, ocupado no Brasil em sua maioria por mulheres. “O perfil profissional no jornalismo em grande parte do mundo é feminino e jovem, com menor permanência de tempo na profissão (FIGARO, 2018, p. 578)”. O assédio – moral e sexual – também tem sido relatado frequentemente pelas jornalistas, segundo a autora, demonstrando que os espaços de trabalho no jornalismo continuam perpassados pela lógica misógina e machista.

O racismo também é uma constante dentro dos espaços jornalísticos, demonstrando que a lógica colonial/moderna de raça e de gênero perpassa a profissão em consonância com a sociedade brasileira. Na pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021), somos

⁵² No original: en referencia a la caracterización de identidades femeninas y masculinas realizadas por Rousseau-que inferiorizó el conocimiento de las mujeres y excluyó su participación como ciudadanas de pleno de derecho en la esfera pública para ser recluidas en el espacio doméstico.

⁵³ No original: hablar en público, opinar, debatir, participar, fueron actividades típicamente masculinas por mucho tiempo.

informados de que dentro das redações apenas 20,1% dos jornalistas são negros e que em todos os âmbitos da profissão a desigualdade racial impacta no exercício profissional. Entre os exemplos reunidos a partir de entrevistas, temos uma maior prevalência de mais de um emprego entre os profissionais negros, assim como os jornalistas brancos ocupam em maior proporção os cargos gerenciais e os negros os cargos operacionais.

As diferenças salariais também foram mapeadas, indicando que as menores rendas também são atribuídas de maneira predominante aos profissionais negros comparados aos brancos. Além disto, “as promoções de cargo e salário no trabalho principal indicam um possível ritmo de desenvolvimento na carreira que é interrompido mais cedo entre os negros do que entre os brancos, já que mais de uma promoção de cargo e/ou salário é bem menos recorrente entre os negros do que entre os brancos” (JORNALISTAS&CIA; PORTAL DOS JORNALISTAS; INSTITUTO CORDA, *et al*, 2021, p. 5). Por fim, ações discriminatórias mais explícitas foram relatadas por 57% dos entrevistados e quase a totalidade dos jornalistas que participaram da pesquisa, 98%, disseram identificar dificuldades maiores para o desenvolvimento de suas carreiras se comparado aos colegas brancos.

A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013) já havia assinalado as desigualdades de gênero e raça presentes na profissão no que se refere ao trabalho dos jornalistas. Ao analisar os dados do relatório, Pontes (2017) destaca que gênero impacta negativamente na remuneração das mulheres, que recebem salários inferiores aos homens. Ao mesmo tempo

Enquanto 64,5% das mulheres brancas ganham menos de cinco salários mínimos, 73,5% das pardas e 78,3% das pretas estão nessa situação. A diferença de renda por raça também atinge os homens, pois 40,8% dos brancos que exercem a profissão ganham menos de cinco mínimos, situação de 60,3% dos pardos e 66,7% dos pretos. A profissão precisa enfrentar as desigualdades de gênero, mas também as desigualdades de raça (PONTES, 2017, p. 8).

Garantir o direito das mulheres, pessoas negras e outras minorias sociais à comunicação é também atuar na reversão dessas diferentes formas de tratamento dentro das organizações de mídia ao mesmo tempo em que se garanta liberdade e condições para a produção de conteúdos que promovam uma outra perspectiva sobre a sociedade em que a subalternização e discriminação das mulheres não seja a tônica. Para Tornay-Márquez (2017), esse empoderamento individual e coletivo defendido nas iniciativas que tensionam as desigualdades dentro da comunicação remete à construção da cidadania, à possibilidade de existência de sociedades mais justas.

O direito de comunicar tem impacto ainda maior para as mulheres de setores populares, que enfrentam nítidas dificuldades de participar da produção comunicativa das

grandes empresas que controlam o setor. Por essa desigualdade de acesso, diversos setores empenhados em promover os direitos das mulheres têm construído inúmeras pautas amplas sobre o tema, “o direito à comunicação passa a ser o canal para o exercício de outros direitos humanos, principalmente daqueles necessários para a participação cidadã e a construção da cidadania, como liberdade de expressão e direito à informação” (TORNAY-MÁRQUEZ, 2017, p. 187, tradução minha)⁵⁴.

Por toda a importância da comunicação sobre a esfera dos direitos, a atenção dada ao jornalismo pelas feministas, sejam elas jornalistas ou atuantes em outras áreas, apresenta uma longa trajetória. Uma recuperação histórica interessante é oferecida por Lea Fletcher (2007) sobre o *Primer Congreso Femenino Internacional de la República Argentina*, ocorrido no ano de 1910, em Buenos Aires. Um dos textos produzidos para o evento demonstra que, mesmo a denominação em voga na época se referir principalmente à produção de um “jornalismo feminino”, as reivindicações apresentadas e pensadas para a prática eram eminentemente feministas, tanto que em alguns escritos as duas palavras parecem ser utilizadas como sinônimos.

Em sua apresentação para o congresso, María F. Caminos trata sobre a importância do jornalismo feminino para a difusão das ideias e propagação da educação das mulheres, argumentando sobre o poder do jornalismo nos debates feministas, e traça ainda um riquíssimo resumo elencado em pontos sobre o tipo de prática jornalística necessária para o projeto já em 1910:

1º A divulgação do jornalismo feminino é uma necessidade urgente como meio de divulgação da educação das mulheres e da Causa do Feminismo.

2ª O jornal feminino deve ter um caráter eminentemente liberal, combatendo os preconceitos e as convenções arcaicas.

3ª Seu programa cobrirá os tópicos mais importantes de educação, sociologia, direitos, ciência, arte, literatura e indústrias.

4ª O jornal feminista deve se separar absolutamente de todas as idéias sectárias.

5º Um dos principais propósitos do jornalismo feminista será a propaganda da escola secular e racionalista, segundo a ciência moderna.

6º O jornal feminino (note a mudança da palavra feminista para feminino) irá corporificar os ideais da Humanidade, suplantando as atrofiadas ideias locais.

7ª As colaborações feministas (agora retoma a palavra feminista) publicadas isoladamente em qualquer jornal ou revista também são eficazes para a causa da educação. (CAMINOS *apud* FLETCHER, 2007, p. 79, tradução minha)⁵⁵.

⁵⁴ No original: el derecho a la comunicación se convierte en el canal para el ejercicio de otros derechos humanos, especialmente aquellos que son necesarios para la participación ciudadana y la construcción de ciudadanía, como la libertad de expresión y el derecho a la información.

⁵⁵ No original: 1ª La difusión del periodismo femenino es una necesidad imperiosa como medio de propagar la educación de la mujer y la Causa del Feminismo. 2ª El periódico femenino debe tener un carácter eminentemente liberal, combatiendo los prejuicios y convencionalismos arcaicos. 3ª Su programa abarcará los temas más importantes de educación, sociología, derechos, ciencias, arte, literatura e industrias. 4ª El periódico feminista

Entre todas as proposições de Caminos está o sentido moderno de sociedade, que era entendido como a chave para a superação do conservadorismo vigente. Ao indicar os pontos que deveriam ser seguidos em um jornalismo “feminino/feminista”, ela deixa transparecer a forma como a imprensa da época tratava sobre as questões de gênero e o quanto precisava avançar na defesa de direitos para as mulheres, sendo o principal deles o direito à educação. Crítica ao jornalismo tradicional da época e novas proposições estão presentes em seu escrito.

Neste sentido, segundo a Herмосilla, as jornalistas que se dedicam ao projeto há tanto tempo têm atuado na crítica “feroz” da mídia a partir da vontade de modificá-la, pois muitas vezes, na prática profissional são “obrigadas pelas necessidades de sobrevivência, a produzir exatamente o que criticamos” (2007, p. 8, tradução minha)⁵⁶. Compreendendo os meios de comunicação enquanto “fonte de conhecimento das pessoas e agentes socializadores de representações sociais e identidades” (CIMAC, 2009, p. 14, tradução minha)⁵⁷, se torna urgente impulsionar novas estratégias com o intuito de modificar as relações de gênero nos sistemas de comunicação em diferentes países da América Latina. Esse trajeto vai sendo sedimentado a partir da crítica aos saberes profissionais do campo aliada à emergência das discussões e estudos de gênero dentro da academia nas últimas décadas, tendo uma parte deles um forte olhar para a comunicação. E a emergência destas discussões têm demonstrado certos avanços na abordagem das questões de gênero no jornalismo, como explica a autora:

De Pequim⁵⁸ a esta parte, em muitos lugares do mundo houve progresso na dimensão de gênero do conteúdo do jornalismo (pelo menos em alguns aspectos), temas anteriormente “invisíveis” foram incorporados (como violência doméstica ou aborto), tem havido uma significativa apropriação das TICs pelo movimento de mulheres, se tem avançado na constituição de redes, há maior equidade no número de mulheres e homens no exercício das práticas comunicativas (HERMOSILLA, 2007, p. 8-9, tradução minha)⁵⁹.

debe apartarse absolutamente de toda idea sectaria. 5ª Uno de los principales fines del periodismo feminista será la propaganda de la escuela laica y racionalista, de acuerdo con la ciencia moderna. 6ª El periódico femenino [fijense en el cambio de la palabra de feminista a femenino] encarnará los ideales de la Humanidad, suplantando las raquíticas ideas localistas.

7ª Las colaboraciones feministas [ahora retoma la palabra feminista] publicadas aisladamente en cualquier diario ó revista son también eficaces para la causa de la educación. 8ª Propongo al Honorable Congreso Femenino, la fundación de un periódico ó revista que sea el pedestal de su grandiosa obra [es decir, el Primer Congreso Femenino Internacional de la República Argentina que tomó lugar en Buenos Aires los días 18 a 22 y el 23 de mayo de 1910].

⁵⁶ No original: obligadas por las necesidades de la sobrevivencia, a producir justamente aquello que criticamos.

⁵⁷ No original: fuente de conocimiento de las personas y agentes socializadores de representaciones sociales e identidades.

⁵⁸ Referência a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995.

⁵⁹ No original: De Beijing a esta parte, en muchos lugares del mundo se ha progresado en la dimensión de género de los contenidos del periodismo (al menos en algunos aspectos), se han incorporado temas antes “invisibles” (como la violencia intrafamiliar o el aborto), ha habido una importante apropiación de las TIC’s por parte del

A própria escrita do livro *Las palabras tienen sexo*, lançado em 2007, uma das publicações pioneiras para tratar da perspectiva de gênero no jornalismo, propõe uma análise crítica da comunicação, mas também se dedica a responder a difícil pergunta: “o que fazer?”, oferecendo reflexões sobre novas formas de produção, de acordo com Hermosilla (2007). Assumindo a importância desta proposta, discutirei a partir de algumas publicações que refletem sobre o jornalismo com perspectiva de gênero estas duas vertentes que se encontram em sua formulação: a análise crítica do que a mídia e o jornalismo oferecem ao público e a construção de uma outra forma de produzir jornalismo, para romper com uma prática que constrói e reproduz a desigualdade de gênero.

Em relação à análise crítica das coberturas, os estereótipos relacionados aos gêneros e que levam a um processo de negação da cidadania das mulheres, estão no foco de atenção. Foi nas pesquisas acadêmicas, que tiveram início nos Estados Unidos e na Europa, na década de 1970, que os estudos de mulheres começaram a discutir problemas na representação. Movimento que se refere à maior inserção das mulheres nas universidades, que passaram a perceber a necessidade de não apenas lutar pelo ingresso na academia, mas também para que a situação das mulheres pudesse ser um tema de estudos válido cientificamente. Chaher (2007) afirma que na América Central e Latina essa área de interesse acadêmico começou a ser tratada posteriormente, “relegada em parte pelos governos democráticos que demoraram na atualização dos estudos universitário em todas as áreas” (CHAHHER, 2007, p. 95, tradução minha)⁶⁰.

A invisibilização das mulheres por uma história que por séculos foi perpassada pela “hegemonia masculina sobre o poder e o saber” (CHAHHER, 2007, p. 95, tradução minha)⁶¹ foi a primeira tendência desses estudos, que se dividiram em duas linhas, a primeira dedicada a buscar o saber invisibilizado ao longo dos séculos, chamada de revisionista, e outra destinada a analisar a situação das mulheres na sociedade contemporânea. Foi dentro deste segundo grupo de estudos que o olhar se voltou para a mídia, principalmente para a imagem construída sobre as mulheres. Neste debate, a mídia passou a ser compreendida como espaço de socialização e mediação de sentidos, assim como outras instituições sociais, tais quais a família, a escola e a igreja. Como afirma Guacira Lopes Louro (2008), estas instâncias

movimiento de mujeres, se ha avanzado en la constitución de redes, hay una mayor equidad en el número de mujeres y varones en el ejercicio de las prácticas comunicativas.

⁶⁰ No original: relegada en parte por los gobiernos no democráticos que demoraron la actualización de los estudios universitarios en todas las áreas.

⁶¹ No original: hegemonía masculina sobre el saber y el poder.

inscrevem nos corpos as marcas e normas que devem ser seguidas e, por esse motivo, a importância de estarem no centro das análises sobre o âmbito cultural e social.

Nestes primeiros estudos, a categoria de análise “gênero” ainda não era acionada, por isso mesmo os estudos se chamavam de mulheres, sendo elas o foco e a categoria central também nos trabalhos que abordam a comunicação:

Esses primeiros estudos são chamados de mulheres, e não de gênero, porque o objeto de análise são as mulheres, não existindo avanços na comparação com a abordagem de gênero também aplicada aos homens. Embora se pudesse dizer que tudo o que foi escrito e construído pelo conhecimento até o momento foi feito do ponto de vista masculino, essa visão não incluiu uma perspectiva de gênero comparativa e relacional (CHACHER, 2007, p. 95, tradução minha)⁶².

A partir dos anos de 1980, em um processo ainda não encerrado, as pesquisas latino-americanas começam a tratar de gênero enquanto uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1995), oferecendo explicações mais complexas sobre a desigualdade e a contribuição da mídia no processo de generificação da sociedade. Os estereótipos construídos pelos meios de comunicação foram facilmente encontrados nessas análises, sendo uma parte deles ainda reproduzida hoje, como a vinculação das mulheres ao âmbito privado, a “depositária da honra familiar, porém, ao mesmo tempo, a causa da perdição dos homens a quem é permitido o descontrole dos instintos que elas lhes negam” (CHACHER, 2007, p. 96, tradução minha)⁶³. Difícil não perceber o quanto esse tipo de representação impacta simbolicamente na justificativa de uma série de atrocidades cometida contra as mulheres.

Segundo uma publicação da CIMAC, produzida em parceria com a Unesco, o estereótipo é construído a partir de uma lógica dual e, no que se refere às questões de gênero, significa ressaltar as características consideradas masculinas como positivas e, conseqüentemente, as femininas como negativas. Outras dualidades que se cristalizam em estereótipos frequentes são o do homem ativo e da mulher passiva, ou “quando se diz que os homens são racionais e as mulheres emocionais” (CIMAC, 2009, p. 22, tradução minha)⁶⁴ ou se relaciona a masculinidade com a objetividade e a subjetividade com a feminilidade. No jornalismo, essas dicotomias se tornam nítidas quando há:

⁶² No original: Estos primeros estudios son llamados de mujeres, y no de género, porque el sujeto de análisis son las mujeres, no se avanza en una comparación con el enfoque de género aplicado también a los varones. Si bien podría decirse que todo lo escrito y construido por el saber hasta el momento había sido hecho desde un punto de vista masculino, esta mirada no incluía una perspectiva de género comparativa y relacional.

⁶³ No original: y depositaria del honor familiar pero a la vez causa de perdición de varones a los que se les permite un descontrol de los instintos que a ellas se les niega.

⁶⁴ se dice que los hombres son racionales y las mujeres emocionales

ausência da mulher nos temas e como pessoas, vivência de imagens tradicionais com novas versões de feminilidade, imagens de lideranças ambiciosas e supermulheres, uso de adjetivos masculinos que remetem à competência e força e adjetivos femininos que se associam à fragilidade, incompetência e beleza e simplificações em temas como o abuso: vítimas contra algozes, “pobre vítima” ou “maldito carrasco” (CIMAC, 2009, p. 33, tradução minha).⁶⁵

Contemporaneamente, a partir de uma maior participação delas em todos os âmbitos sociais, Chaher (2007) ressalta o surgimento de um novo estereótipo, com a reprodução de atributos masculinos para tratar de mulheres em postos de poder. Neste sentido, a valorização de características consideradas masculinas se mantém a partir da desvalorização do feminino, não significando uma ruptura na dicotomia estrutural de gênero.

Pensar hoje na produção midiática a partir de uma perspectiva de gênero é compreender que a crítica ao conteúdo e à prática jornalística deve se voltar para a manutenção dessa dicotomia, que pode assumir novos contornos e ficar até mesmo camuflada nas representações que se pretendem subversivas. Diana Maffía (2007) acerta ao ressaltar a importância de pensar na construção dos estereótipos não somente sobre a feminilidade, mas também sobre a masculinidade, promovendo uma dicotomia que gera prescrições sobre ambos. Desta forma, “Os homens são separados das características que se degradam quando vinculadas ao doméstico e ao feminino, são pensadas como desprovidas de qualquer valor epistêmico, sem valor para conhecer e configurar o mundo” (MAFFÍA, 2007, p. 33, tradução minha)⁶⁶. Esses estereótipos primários são, infelizmente, efetivos na construção histórica e cultural das subjetividades de mulheres e homens, segundo a autora, e muito produzidos e reproduzidos pela esfera midiática.

Pensar em maneiras de modificar culturalmente estas noções de masculinidade e feminilidade perpassa centralizar o papel dos meios de comunicação e atuar construindo novas representações sem reforçar e reproduzir esse sistema de subordinação. Sistema em que “estamos incluídas e onde não podemos nos salvar sozinhas” (MAFFÍA, 2007, p. 33, tradução

⁶⁵ No original: Entre los estereotipos de uso más frecuentes en la producción informativa están: ausencia de las mujeres en temas y como personas, con vivencia de imágenes tradicionales con las nuevas versiones de feminidad, imágenes de las líderes desde la ambición y como supermujeres, uso de adjetivos masculinos que hacen referencia a competencia y fuerza y adjetivos femeninos que se asocian a la fragilidad, incompetencia y belleza y simplificaciones en temas como el maltrato: víctimas contra verdugos, “pobre víctima” o “maldito verdugo”.

⁶⁶ No original: Se aparta a los varones de cualidades que al vincularse con lo doméstico y lo femenino están degradadas, están pensadas como carentes de todo valor epistémico, sin valor para conocer y configurar el mundo.

minha⁶⁷). Sendo parte de uma mudança cultural, Maffía destaca que qualquer mudança precisa ser empreendida coletivamente, assumindo que os meios de comunicação “podem produzir, com seu poder, uma subversão semiótica e se tornarem instrumentos de emancipação” (2007, p. 33, tradução minha)⁶⁸

Concomitantemente ao avanço dos estudos acadêmicos, e em diálogo com eles, dentro das redações também começa a emergir uma vontade de mudança nas representações exatamente por quem as produz. Não apenas o conteúdo precisa ser mudado, mas a distribuição de poder e saber dentro do jornalismo e das redações. Desta forma, Chaher (2007) explica que a “agenda feminista incluiu entre seus objetivos a paridade nas posições de gestão dos meios de comunicação de massa como elemento essencial para alcançar a igualdade de gênero na sociedade” (p. 96, tradução minha)⁶⁹. As práticas simbólicas precisam ser alteradas, assim como a organização empresarial, o que até agora continua sendo um desafio no âmbito do jornalismo.

Essas mudanças começam a ser lentamente percebidas nos últimos anos, após um longo percurso de tensionamento. Os primeiros contatos entre o mercado jornalístico e as pesquisas acadêmicas que traziam um enfoque de gênero para pensar a comunicação não foram muito profícuos, resultando em uma série de atritos entre os setores diretivos e as feministas que ofereciam uma visão crítica sobre o conteúdo produzido. Chaher (2007) ressalta que neste período as mulheres saíram mais prejudicadas do que os meios de comunicação, mas encontraram fora da mídia hegemônica um espaço mais receptivo para se dedicarem ao trabalho que acreditavam. Assim, entendendo que não seria fácil acessar e modificar a mídia hegemônica “o movimento feminista produziu uma forte corrente de comunicação alternativa, tão fecunda, intensa e volumosa que é denominada ‘indústria da mensagem’” (CHAHER, 2007, p. 98, tradução minha)⁷⁰.

Esse processo de construir alternativas aos meios tradicionais gerou, nos anos 80 e 90, uma despreocupação e desresponsabilização da grande mídia com as reivindicações feministas, que encontraram suas próprias publicações para lutar contra a desigualdade de gênero. Atualmente, percebemos um movimento contrário, de apropriação das pautas

⁶⁷ No original: estamos incluídas y donde no podemos salvarnos solas.

⁶⁸ No original: pueden producir, con su poder, una subversión semiótica y transformarse en herramientas de emancipación.

⁶⁹ No original: La agenda feminista incluyó entre sus objetivos la paridad en los puestos directivos de los medios masivos como elemento imprescindible para lograr la equidad de género en la sociedad. Se debía cambiar la organización social, pero también la empresarial.

⁷⁰ No original: Ante la imposibilidad de modificar o de acceder a los medios masivos, el movimiento de mujeres produjo una fuerte corriente de comunicación alternativa, tan fructífera, intensa y voluminosa que se habla de ella como “industria de mensajes” (p. 98)

feministas antes rechaçadas pelas grandes empresas de comunicação da América Latina. Os motivos dessa atenção são inúmeros, tanto empresariais de atender à demanda do público quanto por uma conscientização maior da importância dessas temáticas a partir de uma cobrança e mudança da sociedade. A efervescência do movimento feminista a partir de 2015, momento conhecido como Primavera Feminista, que vem pautando o debate público sobre inúmeros temas. Impacta ainda, com grande força, a atuação feminista das jornalistas dentro das redações não só dos veículos alternativos, mas também do jornalismo tradicional.

A partir dessa atuação dentro das mídias alternativas e da mídia hegemônica, as jornalistas vêm não apenas criticando a cobertura jornalística, mas construindo pressupostos para uma perspectiva de gênero dentro do jornalismo. Como destacado anteriormente, a comunicação enquanto um direito humano é o alicerce em que se constrói essa visão e a luta contra os estereótipos faz parte deste projeto. Entretanto, a perspectiva de gênero pode ser entendida não apenas como uma categorização de passos que devem ser cumpridos para a realização de uma boa reportagem, mas sim como uma metodologia analítica e reflexiva sobre as práticas sociais e jornalísticas. Como responde Santoro, ao ser questionada sobre como fazer essa proposta de jornalismo, “Em princípio, acho que implica um exercício constante de autoconsciência e reflexão sobre onde estamos” (2007, p. 137, tradução minha)⁷¹.

E, por ser uma metodologia, é inerentemente transversal, não significando uma especialização jornalística: “O jornalismo com perspectiva de gênero pretende analisar as informações com que trabalhamos, perguntando-nos se elas afetam mulheres e homens de forma diferente” (CHAER, 2007, p. 126, tradução minha). Essa diferença corresponde ao aparato de gênero que normatiza e hierarquiza o masculino e o feminino e está presente em todas as temáticas tratadas por todas as editorias. Na introdução do livro *“Hacia la construcción de un periodismo no sexista”*, é enfatizada essa outra lente de análise contida na ideia da perspectiva de gênero, informando que o objetivo da publicação é oferecer uma ferramenta útil às jornalistas para “analisar e compreender as características que definem a condição social em que vivem as mulheres e as condições sociais, ideológicas e culturais geradoras de desigualdades e discriminações construídas e reconstruídas há séculos contra as mulheres” (CIMAC, 2009, p. 5, tradução minha)⁷².

⁷¹ No original: En principio, creo que implica un ejercicio constante de autoconciencia y reflexión sobre el lugar donde estamos paradas.

⁷² No original: analizar y comprender las características que definen la condición social en que viven las mujeres y las condiciones sociales, ideológicas y culturales que generan la desigualdad y la discriminación construidas y reconstruidas por siglos contra las mujeres.

A *Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género* aposta nesta mesma chave, afirmando que a perspectiva é como uma espécie de óculos para olhar a vida, que torna a visão mais ampla, mais complexa, para compreender a outra ou o outro sem preconceitos ou estereótipos. Chaher (2007) oferece um exemplo interessante sobre a transversalidade da perspectiva:

Se houvesse, por exemplo, uma greve de mineiros, um artigo jornalístico com essa abordagem perguntaria como a greve afeta a vida dos mineiros, principalmente homens, mas também das mulheres que vivem com eles - mães, filhas, companheiras -: se elas têm que ir trabalhar enquanto a greve continua para cobrir as necessidades da família; se os motivos da greve as envolveram de alguma forma etc. E também poderia escrever um artigo perguntando por que tão poucas mulheres trabalham nas minas e quais são as consequências para a saúde de mulheres e homens neste tipo de trabalho (CHAHER, 2007, p. 126, tradução minha)⁷³.

Não apenas a análise de gênero é possível a partir desse enfoque que percebe os impactos diferenciais da desigualdade nos diferentes âmbitos, mas como ressalta Chaher, as diferenças de raça, classe, etnia, geração e sexualidade também impactam e são marcadores da diferença que devem ser contemplados na cobertura jornalística. Hasan e Gil (2016) compartilham sobre essa necessidade de observar as “duplas ou triplas” discriminações, perpassadas pela articulação desses outros marcadores na formulação da perspectiva de gênero. Isso se refere a uma ruptura na ideia de universalidade, de que homens e mulheres são categorias homogêneas, opostas e universais. Essa proposição é de suma importância, pois muitas vezes observamos esse tipo de tratamento nas pautas, até mesmo naquelas produzidas por jornalistas feministas, que constroem matérias jornalísticas sobre desigualdade de gênero, mas não complexificam a análise a partir de outros marcadores sociais capazes de informar de maneira mais aprofundada sobre a estrutura da sociedade e a vida material das mulheres e dos homens.

Essa proposta transversal se opõe ao tratamento que o jornalismo vem dispensando em suas editoriais, sendo algumas delas consideradas “leves” ou “brandas”, como cultura, comportamento, colunas sociais, em que a presença das mulheres é maior, e as consideradas “fortes”, como economia e política, sendo estampadas prioritariamente por homens. Veiga da Silva (2014) detectou em sua pesquisa de mestrado que até mesmo a escolha dos repórteres

⁷³ No original: Si hubiera, por ejemplo, una huelga de mineros, un artículo periodístico con este enfoque se preguntaría cómo afecta la huelga a la vida de los mineros, mayormente varones, pero también a las mujeres que viven con ellos –madres, hijas, parejas–: si ellas deben salir a trabajar mientras se mantiene la huelga para cubrir las necesidades familiares; si las razones por las que se realiza la huelga las involucran de alguna forma, etc. Y también se podría hacer un artículo preguntándose por qué tan pocas mujeres trabajan en las minas, y cuáles son las consecuencias para la salud de mujeres y varones en ese tipo de empleo.

homens e mulheres para as pautas segue essa divisão nitidamente generificada entre as “hard news” e as consideradas “soft news”. Segundo a autora, os critérios de noticiabilidade também são perpassados por essas relações de poder que impactam tanto na relação entre repórteres e editores quanto no conteúdo publicado.

Assim, a generificação dentro do jornalismo não resulta apenas em uma classificação de assuntos por editoria, mas na própria possibilidade de um tema ser reconhecido como digno de se tornar notícia, pois: “Essa distribuição de questões de gênero e/ou mulheres nas diferentes seções da mídia responde ao que consideram ‘notícias’ ou ‘dignas de notícia’” (CHAHER, 2007, p. 130, tradução minha)⁷⁴. Esse aspecto central da prática jornalística, o reconhecimento de um fenômeno social para a sua construção em formato de notícia, é perpassado por essas hierarquias de gênero.

Em oposição à essa lógica, Chaher (2007) propõe pensar a transversalização da perspectiva de gênero na própria formação regular dos jornalistas, “como é a economia, a história, a semiótica ou as relações internacionais” (p. 113, tradução minha)⁷⁵. Isso evitaria até mesmo a necessidade de construção de novas editorias ou suplementos para tratar sobre as temáticas de gêneros, entendendo que gênero não se trata de um assunto apartado de outras dinâmicas sociais. Justificar essa necessidade implica em considerar alguns pontos, como destaca a autora: 1) Homens e mulheres constituem de forma quase equivalente a população mundial, mas elas são subrepresentadas na mídia de forma quantitativa e qualitativa; 2) A mídia é uma das instâncias de socialização mais potentes da atualidade, com grande poder simbólico, ao lado da família e da escola; 3) Já está mais do que na hora de romper com os ideais estereotipados e não realistas de masculinidade e feminilidade na cobertura jornalística, que muitas vezes limitam a atuação das mulheres à esfera privada em oposição ao espaço público, supostamente ocupado pelos homens (CHAHER, 2007).

Essa divisão estereotipada resulta na própria escolha das fontes, sendo os homens as principais fontes para tratar de temas que mobilizam a agenda pública e apresentam impacto mais amplo na vida da população. A menor participação das mulheres nas mais diferentes esferas de poder, como a política e a economia, reflete em uma possibilidade menor de aparecerem como protagonista das notícias ou mesmo como fontes jornalísticas (CIMAC, 2009), assim como a forma como são acionadas para falar seguem perpassadas por dicotomias e o enaltecimento de características consideradas femininas:

⁷⁴ No original: Esta ubicación de los temas de género y/o mujeres en las diferentes secciones de los medios responde a lo que éstos consideran “noticia” o tema “noticiable.

⁷⁵ No original: como lo es la economía, la historia, la semiótica, o las relaciones internacionales.

A mídia ainda se situa na dicotomia de mulheres boas e más, vítimas e vitimizadoras, não importa o papel ou função ocupar - funcionários, legisladores ou magistrados - a lógica é a mesma, elas são vistas a partir do que tradicionalmente tem sido atribuído ao feminino: sensibilidade, carinho, carinho pelo próximo e boa apresentação (CIMAC, 2009, p. 16, tradução minha)⁷⁶

A subversão feminista da lógica das fontes (GUSTAFSON, 2019) não significa apenas buscar mais mulheres para figurar nos conteúdos jornalísticos, equiparando quantitativamente aos homens, mas ampliar as fontes atentas à diversidade de mulheres, a partir de outros marcadores sociais da diferença, que também impactam na distribuição de poder. Perceber como o poder opera na escolha das fontes, aquelas consideradas fontes autorizadas sobre os temas “quentes” do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014), assim como a presença delas entre os especialistas para falar sobre os múltiplos assuntos da vida social, faz parte dessa empreitada.

Além disso, abrir para outras possibilidades significativas do que aquelas oferecidas pelas fontes oficiais. Santoro enfatiza essa questão, ressaltando a necessidade de trazer vozes que apresentem essa perspectiva de gênero em sua forma de analisar o mundo: “Para fazer jornalismo de gênero, devemos buscar nossas próprias fontes confiáveis, pois se as oficiais reproduzem o imaginário sexista reinante, há que buscar em outro lugar” (SANTORO, 2007, p. 140, tradução minha)⁷⁷.

Estas são algumas das considerações iniciais sobre a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo. Na última década, a discussão tem se ampliado e novos elementos estão sendo apresentados como fatores que impactam na reprodução e construção da desigualdade de gênero pelo jornalismo. Um desses pontos diz respeito à centralidade atribuída atualmente à linguagem não sexista. Lançado em 2010, o livro *Las palabras tienen sexo II: herramientas para un periodismo de género*, organizado novamente por Chaher e Santoro, atualiza e prossegue com a discussão proposta na publicação anterior.

A temática é abordada por Santoro (2010) a partir do questionamento sobre as possibilidades efetivas de mudança na linguagem, de criação de fissuras no engessamento que muitas vezes é observado nas narrativas que produzimos. Mesmo que tenhamos um enfoque

⁷⁶ No original: os medios de comunicación siguen situados en la dicotomía de mujeres buenas y malas, víctimas y victimarias, no importa que papel o rol ocupen –funcionarias, legisladoras o magistradas– la lógica es la misma, se las mira desde lo que tradicionalmente se le ha atribuido a lo femenino: sensibilidad, cariño, cuidado de otros y buena presentación.

⁷⁷ No original: Para hacer periodismo de género debemos acudir a nuestras propias fuentes fiables, ya que si las oficiales reproducen el imaginario sexista reinante, hay que buscar por otro lado.

feminista nas pautas, a linguagem utilizada entrega a estrutura masculinista, o universal masculino. Sendo assim, “nessa fase do desenvolvimento do feminismo no mundo, o questionamento da linguagem que usamos por considerá-la sexista não há como refutá-lo” (SANTORO, 2010, p. 115, tradução minha)⁷⁸.

O masculino genérico é, para Santoro, a forma mais evidente de invisibilização, mas também a mais difícil de modificar, por ser resultado do androcentrismo que estruturou e segue estruturando o conhecimento e a linguagem. Sendo um reflexo da cultura, *a Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género* destaca em sua cartilha de apresentação a não neutralidade da língua, sendo possível perceber na sua construção toda a hierarquia de gênero que perpassa a própria sociedade e a necessidade de modificá-la: “É assim que o mundo deve deixar de ser nomeado no masculino e passar a ser nomeado também no feminino. Quando se usa o masculino com a intenção de também nomear o que é feminino, na realidade este último acaba escondido e invisível” (RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, p.15, tradução minha⁷⁹).

Ao usar a palavra homem como sinônimo para toda a humanidade, se demarca o referencial de humanidade – os homens, excluindo metade da população. Algumas possibilidades de enfrentar essa configuração são conhecidas, mas não modificam estruturalmente o sexismo da linguagem. Santoro (2010) destaca algumas dicas, que funcionam para o espanhol e para o português: utilizar substantivos abstratos e a palavra “homens” apenas para nomear os homens; trazer a palavra mulher quando nos referimos ao coletivo, homens e mulheres; utilizar diferentes artigos para substantivos que contemplem os dois gêneros, como as/os estudantes; assim como modificar a estrutura das frases quando possível, tornando-a mais neutra.

Contudo, a autora ressalta que essas mudanças são muito superficiais para abarcar a complexidade do assunto e também outros gêneros, que não sejam perpassados apenas pelo masculino e feminino. O problema, talvez, não esteja realmente localizado na linguagem, pois línguas menos sexistas como o inglês não são reflexo de uma sociedade menos hierárquica. Desta forma, Santoro (2010) reflete que o aparato da linguagem atua na reprodução de uma estrutura social desigual e por isso as propostas para transformá-la precisam ser mais amplas e olhar para além da própria língua.

⁷⁸ No original: esta altura del desarrollo del feminismo en el mundo, el cuestionamiento al lenguaje que usamos por considerarlo sexista no hay con qué rebatirlo.

⁷⁹ No original: Es así, que el mundo debe dejarse de nombrar en masculino, y comenzarse a nombrar también en femenino. Cuando se usa el masculino con la intención de nombrar también lo femenino, en realidad este último termina ocultado e invisibilizando. Lo que no se nombra es como si no existiera.

Uma discussão ética e política sobre a utilização de linguagem neutra é proposta por Sam Bourcier (2020), ao considerar que sua experiência enquanto trans não-binário lhe ensinou que não deve atribuir aos outros a neutralidade de gênero, mas desafiar abertamente os erros de designação nas interações interlinguísticas específicas. “Sem constância ou sistematicidade, então. Ao inferno com a correção e o estruturalismo da gramática e da ortografia de boa reputação” (BOURCIER, 2020, p. 8), pois “o desafio não é tanto a ressignificação quanto a rematerialização” (BOURCIER, 2020, p. 10), considerando que realidade social e realidade textual são indissociáveis. Desta forma, não é uma “universalização reversa do ‘eles’ que nos transportaria para um estatuto impessoal além dos sexos ou para fora dos sexos” (BOURCIER, 2020, p. 10). Discutir linguagem envolve um olhar amplo e complexo para as sistemáticas de construção de corpos e gêneros. O uso da linguagem neutra não garante a não produção de outras formas de violência nos textos e discursos.

Inserindo no debate o caráter tradutório do gênero, Butler (2021) considera que reconhecer-se com um gênero ou modificar de gênero inclusive na língua, em seu caráter dinâmico, envolve tradução. Exatamente porque gênero não tem um referente único e muito menos é vivido ou significado da mesma forma dependendo do contexto em que é experienciado. A autora destaca que “Nenhuma língua tem o poder exclusivo de definir o gênero ou regular seu uso gramatical” (2021, p. 380), entretanto, reconhece que no âmbito individual, “podemos sentir a urgência e a necessidade de que se refiram a nós de uma maneira e não de outra; podemos, de maneira compreensível, nos sentir desrespeitados quando se referem a nós de maneira equivocada” (BUTLER, 2021, p. 380).

Ao ressaltar que existem uma variedade de reivindicações e de maneiras de se relacionar com a estrutura binária do gênero, Butler destaca que todas elas são possibilidades e formas justas de buscar viver uma “vida vivível dentro da língua”, seja dentro desta estrutura ou recusando-a e recriando o vocabulário”:

Algumas pessoas gostam muito da estrutura binária de gênero e querem encontrar nela seus lugares adequados – seja como um homem ou uma mulher – e viver em paz, senão com alegria, com base nesses termos. Para elas, o gênero é um pré-requisito para viver no mundo. Elas lutaram para nomear a si mesmas com a categoria e para se sentirem em casa na língua do gênero que falam, para descobrir que se reconhecem no nome pelo qual são abordadas. Quando consideradas do ponto de vista ético, essas afirmações devem ser honradas – radicalmente e sem exceções. Ao mesmo tempo, existem outras pessoas que não podem viver muito bem, não podem viver uma vida vivível nesses termos binários, incluindo as pessoas trans que compreendem que ser ‘trans’ se situa num ângulo crítico em relação ao binarismo e, para elas, outros vocabulários de gênero são necessários para viver se sentindo em casa no mundo, ou relativamente em casa na língua que usam, ou recusando a língua usada para nomeá-las; essa recusa também é uma abertura para um mundo vivível (BUTLER, 2021, p. 381).

Ao honrar as múltiplas possibilidades de relação com a língua, Butler pondera que o único cuidado é a tentação de impor uma nova norma que seja generalizante e diga como se referir as pessoas sem antes questioná-las sobre como gostariam de ser chamadas. Esse questionamento deveria ser um compromisso ético indispensável dos jornalistas ao tratar sobre as pessoas em suas matérias. Contudo, a discussão sobre linguagem não sexista e linguagem não-binária dentro da profissão costuma esbarrar na necessidade do jornalismo de escrever textos compreensíveis para uma grande audiência, muitas vezes não conhecedora destes recursos. Em uma análise sobre a utilização de linguagem neutra no jornal argentino *Página/12* em momentos específicos, Marcelo Rodríguez, Cristiane Pereira e Greici Bender (2020) percebem o crescimento de seus usos, mas destacam dificuldades para uma utilização mais ampla no cotidiano jornalístico. A busca no site do portal foi pela palavra “todes” e, no primeiro ano pesquisado, 2016, não encontraram nenhum resultado. “Já no mesmo período do ano de 2017 foi constatada a utilização da palavra em duas publicações. Em 2018, esse número foi para seis. Já em 2019 houve um salto significativo: vinte e seis publicações utilizando a palavra. Quase o mesmo ocorreu em 2020: trinta publicações” (RODRÍGUEZ; PEREIRA; BENDER, 2020, p. 140).

Além do aumento da palavra nas publicações, a pesquisa destaca que as temáticas tratadas nas matérias que a utilizavam não se restringiram apenas as pautas sobre gênero e diversidade, demonstrando uma ampliação da linguagem neutra no veículo tanto em conteúdos informativos quanto em textos de opinião. Embora se trate de um caso específico, os resultados indicam tanto um maior comprometimento com uma linguagem que tensione o binarismo de gênero quanto o desafio imenso que é pensar em usos cotidianos de uma linguagem neutra ou não-sexista, regida pelo masculino universal, no jornalismo. São iniciativas como essa que começam a pedagogicamente mostrar aos leitores e leitoras outras possibilidades da língua no respeito as diversas identidades de gênero e por isso devem ser multiplicadas.

Longe de defender que este debate deve ser encerrado, Santoro (2010) acredita que ele deve se intensificar, com novas propostas, com a inclusão de palavras e com o abandono de outras, com tentativas, erros e acertos, mas sem descuidar de quem recebe o conteúdo jornalístico. Ao assumir o poder das palavras em criar realidades, a discussão sobre linguagem se torna central na construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, sendo ainda inacabada e cheia de nuances. Não se trata apenas de mudar artigos ou letras, embora essas

modificações possam representar exclusão ou inclusão, mas compreender a língua como mais um aparato de desigualdade, possível de transformação.

Nestes breves apontamentos sobre as principais tônicas da construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, é notável algumas questões que parecem centrais ao intento de tornar a prática jornalística uma instância de modificação simbólica das relações hierárquicas de gênero. Como destacado, o entendimento da comunicação enquanto um direito humano, enquanto garantia do exercício dos direitos das mulheres e da sua cidadania, é central para esse enfoque. A luta feminista se volta para a comunicação e para o jornalismo reconhecendo o seu poder e passa a atuar propondo outras representações, enfrentando os estereótipos sobre as mulheres e os homens que circulam historicamente na mídia, e buscando outras condições no exercício da profissão.

A linguagem é encarada em toda a sua complexidade como aparato cultural, difícil de ser modificada, mas porosa e maleável às transformações. A transversalidade ganha destaque ao significar um olhar macro para a generificação da sociedade, em todos os âmbitos da vida. Editorias que tratam especificamente sobre gênero, assim como pautas pontuais, não transformam efetivamente o fazer jornalístico. O jornalismo se modifica a partir do esforço coletivo, do engajamento, de novas propostas que repensem toda a sua organização, seus cânones, seus saberes, suas relações, e pode estar presente em todas as pautas, em todos os assuntos. O jornalismo com perspectiva de gênero é uma outra forma de olhar o mundo e se relacionar com ele.

E essa lente que revela as hierarquias de gêneros em todos os âmbitos precisa se opor à construção dicotômica entre masculino e feminino. Como destaca Márquez (2017), essa é uma divisão social moderna, relacionada à modernidade ocidental, situada em um contexto histórico, político, social e cultural. Mas essa não é a única dicotomia que funda a modernidade. Como discutido no capítulo anterior, a construção da raça ao lado do gênero significou os parâmetros de humanidade e segue justificando a violência cotidiana contra mulheres, a população negra e indígena. Por isso, pensar na desigualdade de gênero em países que foram colonizados e ainda vivem sob a colonialidade é pensar na articulação entre esses marcadores da diferença.

É fácil perceber que encontramos pouquíssimas abordagens que incorporem as questões de raça, etnia e sexualidade para a definição da perspectiva de gênero nas publicações que temos hoje sobre essa temática. Ao mesmo tempo em que essa questão já vem sendo detectada dentro da prática do jornalismo feminista e iniciativas tentam modificá-la. A Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Perspectiva de Gênero e Raça, por

exemplo, surge em 2020 demarcando em seu nome essa necessidade e demonstrando que trabalhar com a categoria de gênero isoladamente não daria conta de compreender e atuar a partir das complexidades sociais vivenciadas no Brasil, marcadas não só por gênero, mas definitivamente pela raça.

Certamente, esta questão está gerando tensionamentos dentro do próprio campo do jornalismo feminista na América Latina, que deve ser pensado enquanto uma prática não uniforme e não homogênea. Outro exemplo dessa pluralidade é o questionamento feito pela jornalista e codiretora do portal argentino *Latfem*⁸⁰, María Florencia Alcaraz (2019), que considera a definição de jornalismo com perspectiva de gênero, denominação construída nas últimas décadas para nomear uma prática que “veste” a lente de gênero para analisar as relações sociais, já está muito apertada, incômoda e pode asfixiar.

E isso se deve à compreensão de que gênero é uma das estruturas de opressão, não abarcando necessariamente uma série de outras variáveis que precisam ser contempladas pelo olhar feminista em sua atuação dentro do jornalismo. Ela questiona se essa forma de enxergar/analisar o mundo abarca classe, raça, geração, etnia, entre outras que são inseparáveis de gênero. Ou seja, María Florência propõe alguns delineamentos sobre uma nova aposta, a prática de um jornalismo feminista situado, encarnado:

Um jornalismo feminista deve ser um jornalismo situado com um olhar encarnado, cujas posições explícitas dão prova de pontos de vista parciais e contextuais. Deixar claro os posicionamentos desde que se escreve, fala ou intervém na comunicação colabora em uma melhor descrição do mundo e a um pacto ético com as audiências (ALCARAZ, 2019, tradução minha).⁸¹

A crítica feita por Alcaraz (2019) caminha ao encontro da proposta desta tese, de pensar no jornalismo com perspectiva de gênero enquanto uma prática encarnada, corporificada e situada, sendo esta a possibilidade de virada para a produção de um jornalismo feminista que coloque em xeque os paradigmas eurocêtricos que subalternizam a maior parte da população latino-americana, incluindo as mulheres, como bem vem destacando o feminismo decolonial. Por isso, seus pressupostos precisam ser amplos, indicando caminhos, diretrizes, que serão aplicados em contextos sociais, culturais, políticos e econômicos

⁸⁰ O *Latfem*, criado em 2017, se define como um meio de comunicação feminista nativo digital, com enfoque na cobertura da América Latina e do Caribe a partir de uma perspectiva interseccional.

⁸¹ No original: Un periodismo feminista debe ser un periodismo situado con una mirada encarnada, cuyas posiciones explícitas dan prueba de puntos de vista parciales y contextuales. Dejar en claro los posicionamientos desde que se escribe, habla o interviene en la comunicación colabora en una mejor descripción del mundo y a un pacto ético con las audiencias.

específicos, contemplando as diferenças inerentes nas relações de gênero, de raça, de classe, de sexualidade, de geração, de etnia em cada localidade em que se exerce a profissão e que são apreendidas por jornalistas inseridas nestas múltiplas realidades. Mais que tudo, as desigualdades precisam ser pensadas juntas, entendendo que as normas de gênero não impactam apenas na vida das mulheres e que não é apenas o gênero que informa sobre possibilidades ou impossibilidades, mas sendo ele um elemento central na organização das relações sociais.

Este capítulo trouxe o contexto histórico da formação das primeiras articulações de jornalistas feministas na América Latina e discutiu a atuação das redes de jornalistas com perspectiva de gênero nas últimas décadas, além de apresentar alguns pressupostos centrais contidos em manuais e publicações sobre o tema. No próximo capítulo, trato sobre o percurso metodológico da tese, explicando os procedimentos trabalhados e contando como se deu o contato inicial com a RIPVG. Além disso, traço um perfil de cada uma das jornalistas participantes desta pesquisa.

3. O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO – TRADUÇÃO CULTURAL, PERSPECTIVA DECOLONIAL E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

O interesse em pesquisar a tecitura da perspectiva de gênero no jornalismo pelas integrantes da *Red Internacional de Periodista con Visión de Género* (RIPVG) foi explicitado na introdução desta tese, quando destaquei que minha própria trajetória está perpassada pela articulação das diferentes esferas profissional, ativista e acadêmica. Assim, a curiosidade sobre uma prática jornalística que contempla esses diferentes posicionamentos, conectados, e que acontece sempre repleta de muitas contradições, envolve uma reflexão sobre o próprio lugar que venho ocupando no mundo e da convicção de que não estou sozinha, o caminho vem sendo trilhado há pelo menos dois séculos por jornalistas feministas. Pode-se dizer, assim, que esta pesquisa se refere ao que Luciana de Oliveira (2017, p. 73) chama de ciência engajada, “não somente com a produção acadêmica, mas com a vida pública na qual habitamos nós e os sujeitos e coletividades com os quais nos relacionamos”.

Para a realização deste estudo, me alicercei em uma perspectiva teórica e metodológica inspirada em três frentes: a perspectiva decolonial, a epistemologia feminista e a tradução cultural, fortemente discutida nos Estudos Culturais. Quando estudei o trabalho realizado pelo Portal Catarinas, de Florianópolis, durante o mestrado, com sua prática jornalística, trabalhei em uma definição provisória sobre o que seria a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo. Ao mesmo tempo, percebi que saberes acionados por elas para justificar suas práticas estavam em diálogo com outros discursos feministas e de jornalistas feministas não somente brasileiras.

Notei que existia um fluxo de saberes feministas sobre o jornalismo que misturava muitas vertentes da própria militância feminista, de perspectivas teóricas sobre gênero e entendimentos específicos sobre essa prática profissional. Por ocasião do curto tempo do mestrado, e mesmo porque esse não era o objetivo da pesquisa, não consegui aprofundar sobre o compartilhamento de conhecimento que extrapolava as jornalistas do portal. Mas surgiu assim o interesse em mapear a construção de uma história, de discursos feministas sobre o jornalismo e de jornalistas sobre o feminismo que viajam entre fronteiras latino-americanas e internacionais nas últimas décadas. Como a empreitada é ampla demais mesmo para os quatro anos de doutorado, tomei como objeto empírico a *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* por considerar que a articulação de jornalistas de diferentes países, e sua origem latino-americana, possibilitaria compreender um pouco mais sobre esses

trânsitos discursivos feministas e conhecimentos sobre o jornalismo que estão parcialmente conectados.

É por esse motivo que opto por trabalhar com o conceito de tradução cultural, considerando, como afirma Claudia de Lima Costa, que o contexto de múltiplas fronteiras e deslocamentos, que influenciam os trânsitos, incluindo os teóricos e conceituais, torna frutífero pensar na tradução enquanto “um espaço único para análise dos pontos de intersecção (ou transculturação) entre o local e o global [...]”, a partir de um “deslocamento da noção de diferença para o conceito derridiano de *différence* que, segundo Stuart Hall, aponta para um ‘processo que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade’” (2020, p. 323).

Ao abordar o momento pós-colonial de muitas nações em um contexto de globalização, Hall (2013), discorre sobre dois movimentos observáveis no campo da cultura, sendo um deles o da homogeneização, não completa, que envolvem a destradicionalização em direção ao que é global, e a proliferação de diferenças locais que o “global-vertical”, em seu poder cultural, econômico e tecnológico, é obrigado a considerar. Essa contradição entre local-global, que disputam interesses, segue em curso, no que Hall (2013, p. 67) classifica, tomando emprestado o conceito de Jacques Derrida, de *différence*. Um movimento que produz efeitos de diferença, não em termos binários, mas enquanto ondas de diferenças, proximidades e similaridades. Suas estratégias não inauguram formas totalmente diferentes de vida e nem conservam estáticos os modos tradicionais, mas “constituem sítios potenciais de resistência, intervenção e tradução” (HALL, 2013, p. 67). A partir desta produção de diferenças sempre em processo, nunca de forma definitiva, são construídos o que Hall (2013, p. 67-68), denomina de novos localismos:

[...] que não é autossuficientemente particular, mas que surge de dentro do global, sem ser simplesmente um simulacro deste (HALL, 1997). Esse ‘localismo’ não é um mero resíduo do passado. É algo novo - a sombra que acompanha a globalização: o que é deixado de lado pelo fluxo panorâmico da globalização, mas retorna para perturbar e transtornar seus estabelecimentos culturais.

Sonia Alvarez (2009, p. 745) considera que as Américas Latinas, como chama, são uma formação cultural transfronteiriça e os próprios feminismos são práticas multilocalizadas construídas por feministas que transitam por uma série de espaços “familiares, libidinais, culturais, financeiros, políticos e trabalhistas, dentro de e atravessando diferentes locais da América Latina e além”. Em um contexto de “aprisionamento de culturas”, no fluxo global de crescente homogeneização cultural, como informa Hall (2013), de capital e mercadoria,

“surge a necessidade de um engajamento, por parte das feministas, em diálogos e negociações produtivas através de múltiplas fronteiras geopolíticas e teóricas” (ALVAREZ, 2009, p. 745). A construção de epistemologias conectantes (LAÓ-MONTES, 2007, *apud* ALVARES, 2009, p. 748)⁸², mesmo entre feministas que compartilham uma mesma língua e cultura, possibilita a formação de alianças, considerando que as mulheres latino-americanas:

partilham um ‘contexto comum de luta’, como Thayer aponta, então ‘seus conflitos com as ‘hegemonias espalhadas’ representadas por Estados, indústria, capital global, fundamentalismos religiosos e relações de mercado criam poderosos, mesmo que parcialmente sobrepostos, interesses e identidades que tornam possível e ainda mais premente o projeto de tradução entre eles’ (ALVAREZ, 2009, p. 748).

Para compreender esses fluxos discursivos entre local e global, seus tensionamentos dentro desse sistema homogeneizante e suas resistências também constitutivas, utilizarei a ideia de tradução cultural a partir das contribuições da pesquisadora brasileira Cláudia de Lima Costa, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com quem tive o prazer de aprender sobre teorias feministas, a perspectiva decolonial e a virada ontológica em uma das disciplinas que ministrou no Programa de Pós-Graduação em Literatura. Em diálogo com o campo dos estudos culturais e perspectivas pós-coloniais, Costa amplia a discussão em suas produções mais recentes a partir do feminismo decolonial e de teóricas que empreendem em pensar um novo materialismo, onde discursos e corpos, conhecimento e matéria, cultura e natureza, animais humanos e não humanos entram em cena para promover físsuras no sistema moderno colonial.

Costa (2020, p. 323) aciona a tradução no intuito de refletir sobre as subversões promovidas pelos feminismos latino-americanos ao discurso do feminismo hegemônico, considerando a existência de “rotas alternativas para expor conexões parciais entre as várias formações feministas nas Américas” e que os marcos interpretativos utilizados por elas estão “enraizados em circunstâncias históricas, discursivas, institucionais e políticas mais amplas” (COSTA, 2010, p. 53).

A priori, não existe possibilidade de encontrarmos discursos feministas acadêmicos produzidos “na periferia”, o Sul Global, puros ou não contaminados pelo hegemônico. E esse fenômeno não ocorre somente com os discursos acadêmicos, mas nas teorias e saberes que estão presentes dentro do movimento social e ativista no arcabouço dos feminismos e que

⁸² LAÓ-MONTES, Agustín. “Afro-Latinidades: Bridging Blackness and Latinidad.” *In*: MIRABAL, Nancy R., and LAÓ-MONTES, Agustín (eds.). *Technofuturos: Critical Interventions in Latina/o Studies*. New York: Lexington Books, 2007.

dialogam com as proposições acadêmicas. E essa pressuposição é importante quando da interpretação dos saberes produzidos dentro da RIPVG sobre gênero e jornalismo. São fluxos complexos de inclusão e exclusão que a tradução cultural nos faz considerar, não simplesmente adaptação ou apropriação.

Segundo Costa (2010), o conceito de tradução em um sentido não apenas linguístico, mas também ontológico, se tornou central para a discussão dentro da teoria cultural, em uma virada tradutória. Nesta mudança, o ato de enunciação se torna central, em que falar já significa traduzir e abrir-se ao outro, uma mistura entre identidade e alteridade, de desenraizar-se momentaneamente, de ir e vir, estar em deslocamento. Em um ato não apenas de apropriação, mas de resistência, nas viagens entre teorias do Norte para o Sul e do Sul para o Norte Global, as feministas se engajam nesses deslocamentos discursivos e trocas entre diferentes localidades geopolíticas. Costa cita o exemplo da política de tradução criada por latino-americanas e latinas residentes nos Estados Unidos que utilizam conhecimentos produzidos por perspectivas pós-coloniais do Norte para suas análises sobre contextos do Sul global. E o mesmo acontece de maneira inversa:

A prática do “world-traveling” evidencia como a tradução transcultural é indispensável, em termos políticos e teóricos, para a formação de alianças feministas pós-coloniais/pós-ocidentais, já que a América Latina – entendida mais como uma formação cultural trans-fronteira e não como espaço territorialmente delimitado – deve ser vista como translocal. A noção de translocalidade possibilita, por sua vez, a articulação da colonialidade do poder/gênero em várias escalas (locais, nacionais, regionais, globais) com diferentes posições de sujeito (de gênero, sexual, etno-racial, de classe, etc.) constitutivas da identidade (COSTA, 2010, p. 54).

Assumindo que o contexto atual é de constantes deslocamentos fronteiriços, não apenas geográficos, incluindo os discursos, teorias e conceitos, Costa (2020) considera que a tradução é um espaço único para observar a transculturação ou intersecções entre o local e o global, das assimetrias de poder na construção de imaginários sociais. Ao agregar o conceito de equívoco, oriundo do perspectivismo ameríndio (VIVEIROS DE CASTRO, 2018), considera que a construção de conhecimentos outros, como é a proposta do feminismo decolonial, envolve não apenas uma outra epistemologia, mas leva em consideração outras ontologias, outras formas de ser e estar no mundo.

Assim, a autora propõe pensar gênero e outras categorias da diferença enquanto equívocas, o que significa imaginar o compartilhamento do mesmo conceito, mas com referentes distintos. A partir de práticas contestatórias aos paradigmas eurocêntricos, Costa (2020) vislumbra essas como pré-condição para o projeto de descolonização do gênero e das

epistemologias feministas, pois “É a partir de traduções equivocadas e politicamente motivadas que podemos interconectar parcialmente a pluralidade de mundos sem torná-los comensuráveis” (COSTA, 2020, p. 330).

É nessa junção de diferentes contextos e identidades, que pretendo olhar para a formulação da perspectiva de gênero dentro da rede, entendendo que as fronteiras não são somente geográficas e muito menos fixas e que as diferenças são radicais (COSTA, 2020), por isso qualquer tentativa de tradução comporta assumir que muitas coisas são intraduzíveis. Por entender que essa visão feminista sobre o jornalismo é composta por trânsitos e deslocamentos e por múltiplas identidades, a definição cabal de uma prática com perspectiva de gênero se torna impossível, sendo permitido as que empreendem nesse intento apenas tatear pontos de conexão e diálogos localizados.

Com esse intuito, tomei como problema de pesquisa a tecitura de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional pelas integrantes da RIPVG, buscando perceber se a formulação dessa visão comporta as múltiplas experiências das jornalistas em seus contextos específicos, mas em diálogo internacional, no intuito de subverter as lógicas masculinistas, racistas, heterossexistas, capitalistas e antropocêntricas deixadas pela matriz de dominação colonial no território geográfico e político hoje denominado de América Latina. Lógicas presentes também no jornalismo e que afetam diariamente o exercício da profissão. O objetivo geral da pesquisa foi, desta forma, compreender a tecitura de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional em construção por jornalistas feministas organizadas em rede a partir de múltiplas experiências em seus contextos específicos e em diálogo internacional. E os objetivos específicos foram: 1) Apresentar o panorama histórico do surgimento da *Red de Periodistas con Visión de Género* (RIPGV), identificando os eixos que compõem a formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero; 2) Perceber como são as práticas de tradução cultural na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero em sua proposta internacional a partir das especificidades de diferentes contextos locais, compreendendo que gênero é uma categoria equívoca (COSTA, 2020); e 3) Entender se a rede funciona também enquanto “rede de resistência e proteção”, possibilitando o exercício da profissão.

Para responder ao problema e atender aos objetivos desta pesquisa de cunho qualitativo, e assumindo que a metodologia é composta por uma série de escolhas e eliminações ao longo de todo o percurso de investigação (LOPES, 2014), aciono como lente teórico-analítica as contribuições do feminismo decolonial (SEGATO, 2011; LUGONES, 2014), e o desafio da tradução cultural (COSTA, 2020) e feminista (ALVAREZ, 2009), conforme informado anteriormente. E entre os procedimentos metodológicos escolhidos, está

a técnica de análise documental dos documentos disponibilizados pela RIPGV, sendo estas fontes primárias importantes para “contextualizar fatos, situações, momentos” (MOREIRA, 2005, p. 278). Foram escolhidos para análise a declaração de fundação da RIPVG, contendo os objetivos da rede; e os diagnósticos produzidos por redes nacionais do Brasil, Chile, Argentina, México e Colômbia, sobre os contextos locais após 25 anos do Capítulo J, da Plataforma de Pequim; e os pronunciamentos da RIPVG sobre a violência contra jornalistas. Todos os documentos acessados estão disponibilizados no site da rede internacional⁸³.

O segundo procedimento metodológico foi a entrevista individual em profundidade com nove jornalistas de diferentes países latino-americanos integrantes da rede, etapa considerada fundamental na tentativa de compreender “informações, percepções e experiências de informantes” (DUARTE, 2005, p. 62). A escolha das jornalistas, entre as cerca de 300 vinculadas à RIPVG, aconteceu a partir da identidade latino-americana e da ocupação de cargos decisórios e organizativos durante o período da pesquisa. Assim, foram entrevistadas duas jornalistas brasileiras, três mexicanas, duas argentinas, uma colombiana e uma chilena. A nacionalidade das jornalistas não foi necessariamente uma escolha feita por mim, mas apresenta relação com a própria forma de organização da rede e sobre quem ocupa os cargos de maior atividade organizativa. Poucas jornalistas que ocupavam esses cargos não eram de países latino-americanos. Das 23 que ocupam esses cargos e a coordenação de comissões específicas, somente quatro não são latino-americanas, sendo três delas espanholas e uma jornalista sueca.

A utilização da entrevista em profundidade, segundo Duarte (2005), busca percepções de cunho mais subjetivo dos entrevistados sobre um fenômeno complexo. Assim como objetiva conhecer “como” determinado tema é percebido pelas pessoas e, a partir da realização de uma série de entrevistas, identificar “as diferentes maneiras de perceber e descrever fenômenos” (p. 63), assim como a multiplicidade de motivações. O autor complementa que nos estudos qualitativos, privilegia-se mais a densidade e qualidade das entrevistas do que a quantidade de pessoas entrevistadas. A realização das entrevistas, iniciadas em dezembro de 2021 e concluídas em março de 2022, resultou em mais de nove horas de gravação e 80 páginas de transcrição.

Considerarei que os procedimentos escolhidos foram adequados porque acreditava, antes mesmo de iniciar a pesquisa, que os manuais e textos que contemplam a perspectiva de gênero, apresentados no segundo capítulo, são uma parte dessa construção, mas não refletem

⁸³ Disponível em <http://www.redinternacionaldeperiodistas.com>

as diferentes visões que sustentam uma prática cotidiana jornalística e os desafios locais das jornalistas feministas, que estão em constante transformação. Além disso, sabia e pude perceber mais nitidamente durante o campo, que as definições de gênero que perpassam os pressupostos dessa pesquisa não são necessariamente um consenso entre as interlocutoras de pesquisa.

As teorias feministas, em suas múltiplas vertentes, nos ajudam a direcionar o olhar, a nos sustentarmos epistemologicamente frente à complexidade da vida, das experiências, e sem esse repertório teórico estaríamos à deriva e carentes de interpretação quando discutimos gênero. Por outro lado, essas mesmas teorias não são estanques e o conhecimento produzido não está apenas na academia, mas no movimento social, no ativismo, nas práticas profissionais, e por isso, em constante modificação e atualização. Perspectivas são acionadas por circunstâncias, rechaçadas por outras, atualizadas e contestadas dentro de grupos de aliadas. Por isso, tentei tornar o processo de escuta das minhas interlocutoras de pesquisa o mais aberto possível, na busca por compreender seus pressupostos e suas motivações, com quem seus diálogos eram estabelecidos, quais distanciamentos eram criados, que conhecimento era compartilhado.

Acompanhando o trabalho da RIPVG desde 2019, quando ainda não havia iniciado oficialmente o trabalho de campo, notei que o tema da violência contra jornalistas era o centro da discussão mais atual sobre a perspectiva de gênero no jornalismo, tema que será bastante discutido durante a análise. Ao participar de um encontro promovido pela *Alianza Global de Medios y Género* (GAMAG) e pela Rede Internacional, em Montevideo, no Uruguai, em maio de 2019, percebi que as questões sobre a construção de estratégias e a formulação sobre essa outra prática jornalística estava presente. Porém, a urgência sobre a violência, os ataques e assédios contra profissionais era o foco da preocupação das participantes. Por esse motivo, percebi que seria impossível desprezar esse fator considerando que é uma demanda do próprio campo.

Quando estava preparando o relatório apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa, aprovado no final de novembro de 2021, e formulando o roteiro de perguntas que seria utilizado durante as entrevistas, notei que seria importante questioná-las se haviam passado por alguma situação de violência no exercício da profissão e que as respostas poderiam conter situações que colocassem as interlocutoras novamente em risco se revelada a identidade delas, em um movimento que algumas denominam de revitimização. Assim, mantive os nomes das jornalistas em anonimato, criando nomeações fictícias, mesmo sabendo dos limites dessa opção ao relacioná-las a certas funções dentro da rede e abordar suas trajetórias. Importante

ressaltar que essa medida não foi uma solicitação vinda das entrevistadas e certamente a sua adoção implica em invisibilidades. Elas foram apenas informadas antes do início das entrevistas de que eu optaria pelo anonimato das participantes da pesquisa e seguiria as recomendações éticas do próprio comitê de pesquisa, que cobra corretamente a responsabilidade da pesquisadora sobre qualquer risco que a investigação possa gerar na vida das pessoas.

A antropóloga Cláudia Fonseca (2008) discute a questão do anonimato em pesquisas etnográficas, mas suas reflexões cabem para outros métodos e estudos construídos a partir do diálogo com pessoas. Segundo ela, por muito tempo essa questão foi tratada como detalhe técnico, e não como problema ético e político. Antes uma defensora do anonimato na pesquisa etnográfica, Fonseca se deparou mais recentemente com vários questionamentos de orientandas que recusavam essa estratégia em suas pesquisas por considerar que ela gera um apagamento, principalmente quando esconde nomes de integrantes de movimentos sociais, em sua atuação de resistência, e de grupos formados por maiorias subalternizadas. Ao mesmo tempo, entende que “A desigualdade política – entre quem descreve e quem é descrito – é parte integrante do texto” (FONSECA, 2008, p. 48), e por isso não temos total controle dos efeitos do texto após publicado. Assim, não se trata de uma vontade de universalização, de tomar um caso com o intuito de generalizá-lo para outros contextos mas, junto com a necessidade de primar pela segurança e intimidade de participantes, “O uso de pseudônimos em nossos textos é uma maneira de lembrar a nossos leitores e a nós mesmos que não temos a pretensão de restituir a ‘realidade bruta’ [...]” (FONSECA, 2008, p. 49).

Nossas interpretações, o que perguntamos, transcrevemos, recortamos, reorganizamos e montamos enquanto texto, é fruto de um encontro, entre pesquisadora e grupo pesquisado, mas também do lugar que ocupamos enquanto pesquisadoras, da nossa maneira de entender os fenômenos. Da mesma forma, considerar a impossibilidade da neutralidade científica significa que as nossas intenções devem estar ainda mais explícitas para quem é convidado/a a fazer parte de qualquer estudo. Com o intuito de tornar explícitos os pressupostos e os objetivos da pesquisa, apresentei para todas as participantes o referencial teórico-analítico utilizado e os procedimentos metodológicos a serem adotados. Por isso, antes de iniciar o campo da pesquisa, realizei uma reunião com as coordenadoras da rede internacional, apresentando o problema e os objetivos de pesquisa, o referencial teórico que eu estava acionando para olhar para esta organização e como era a minha proposta de análise, a partir de documentos, da realização de entrevistas, e da observação de eventos da rede - etapa metodológica que foi descartada após as entrevistas pela densidade de material já coletado,

pelas contingências da pandemia da Covid-19 e pelo entendimento de que realizar mais uma etapa de pesquisa poderia atrasar a análise e defesa da tese.

Frente ao que foi apresentado, elas se mostraram muito abertas à investigação e se colocaram disponíveis para conseguir qualquer material que eu precisasse e para intermediar o contato com outras jornalistas da rede. Além disso, uma das coordenadoras assinou um documento solicitado pelo Comitê de Ética que autorizava o início da pesquisa. Após os trâmites do Comitê, enviei uma lista de nomes de jornalistas latino-americanas que ocupavam cargos importantes na organização da rede. Prontamente, fui informada que haviam realizado uma primeira conversa com as possíveis entrevistadas da pesquisa, explicando quem eu era, e que elas estavam aguardando o meu convite. Recebi também os números de telefone e os e-mails das jornalistas. Importante destacar que o primeiro contato que fiz com as coordenadoras foi intermediado por uma integrante da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça, da qual faço parte.

Logo depois, iniciei o contato com as nove interlocutoras presentes na lista inicial. Apenas uma delas não participou da pesquisa porque me informou que não era jornalista e que acreditava não poder contribuir com os objetivos propostos. Assim, optei por incluir mais uma jornalista entre as entrevistadas, uma brasileira, integrante da rede construída aqui, por entender que seria importante trazer mais uma perspectiva sobre o tema no Brasil, mesmo ela não fazendo parte de algum cargo organizativo da rede internacional, sendo apenas filiada.

Durante a realização desta etapa de contatos e entrevistas enfrentei alguns desafios. O primeiro deles, já citado, foi em decorrência da pandemia do Coronavírus e do contexto econômico e político no Brasil. Quando ingressei no doutorado e já pretendendo realizar uma pesquisa com jornalistas de outros países, minha ideia era tentar fazer algumas entrevistas de forma presencial. Após o decreto da pandemia em 2020, desisti da proposta não apenas pela questão sanitária, pois na época em que as entrevistas foram realizadas já contávamos com uma boa cobertura vacinal, mas pela insegurança financeira, o alto custo das passagens e também a incerteza de novas variantes do Coronavírus que pudessem impactar no planejamento da pesquisa.

Ao realizar a parte de campo da pesquisa de forma remota senti que as plataformas de reunião online, o Meet nesse caso, permitia uma facilidade no agendamento das conversas, em que as diferenças de fuso horário eram superadas por uma maior flexibilidade de agenda, ao mesmo tempo em que gerava um distanciamento maior entre nós. Quando realizei as entrevistas da dissertação, algumas em cafés e outras na própria casa das entrevistadas, percebia que a conversa fluía mais informalmente.

No contexto da tese, além de questões linguísticas já explicitadas acima, precisávamos contar com a boa qualidade da Internet para que fossemos compreendidas. Contudo, em apenas uma oportunidade não foi possível prosseguir com a entrevista, pois a jornalista ficou sem bateria em seu celular, e só conseguimos retomar o contato dias depois. A disponibilidade e interesse das entrevistadas em colaborar com a investigação fez com que, mesmo reféns da tecnologia, todas as conversas contivessem informações relevantes sobre a construção de uma perspectiva de gênero pelas integrantes da RIPVG, e sobre episódios de suas longas trajetórias enquanto jornalistas feministas, que generosamente elas me contaram.

O segundo desafio foi o da tradução em um sentido linguístico. Logo no início da escolha do tema de pesquisa sabia que a língua seria uma questão desafiadora e interessante na elaboração da pesquisa. Desde 2019 venho estudando com mais afinco a língua espanhola em curso específico para tentar estabelecer um diálogo minimamente confortável com as jornalistas entrevistadas. É sabido que o inglês tem sido a língua estrangeira mais presente dentro do ensino formal no Brasil e nos cursos extra oficiais. Mesmo com a legislação de 2005 que prevê o oferecimento optativo nos currículos do Ensino Médio, a língua espanhola continua não recebendo a atenção merecida (MELLO, 2018).

Durante minha formação básica, na escola, tive poucos semestres com um currículo que contemplasse o espanhol, longe de ser o suficiente para o conhecimento mais aprofundado da sua gramática e que pudesse ser utilizado para a conversação. Cabe destacar que por ter nascido e vivido por quase 30 anos no Rio Grande do Sul, estado que faz fronteira com a Argentina e o Uruguai, muitas expressões em espanhol são conhecidas por mim, pois compartilhadas principalmente pelo deslocamento de pessoas entre fronteiras. Além disso, já havia visitado a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Paraguai, mas sempre fazendo uso de um restrito vocabulário durante a estadia.

Foi exatamente após as decisões sobre a pesquisa, que senti a necessidade de estudar de modo mais aprofundado a língua. Sabemos, entretanto, a variedade linguística que o espanhol assume dentro de contextos específicos, assim como acontece com o português, pois “Na atualidade, a língua espanhola é reconhecida na sua heterogeneidade linguística e cultural pela própria comunidade dos países que a falam como materna”, contudo, “Quando ensinada como estrangeira [...] ainda emanam inequívocos traços do colonial nas explicações da língua” (PEDROSO, 2013, p. 38). E por tão estrangeira que a língua se torna nos moldes do ensino no Brasil, a identificação linguística, cultural e política com os países que nos são vizinhos é prejudicada. Somente para ilustrar essa afirmação, Mello (2016) recorre à recente pesquisa de 2015 do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP)

na qual somente 4% dos brasileiros se auto identificaram como latino-americano quando questionados sobre adjetivos pátrios.

Nesta relação de proximidade e distância, de países tão próximos geograficamente e aparentemente tão distantes linguisticamente, e sendo o Brasil o único país da América Latina que fala português⁸⁴, e considerando todas as suas variações e importantes contribuições da influência indígena e negra – o pretuguês (GONZALEZ, 2018), estabelecer essas pontes de contato é um ato que considera a língua política e também compreende que as possibilidades de articulação política perpassam as relações no âmbito linguístico.

Por esses motivos, me esforcei, mesmo que precariamente, a conversar em espanhol com as interlocutoras da pesquisa, pedindo desculpas desde o primeiro contato pelos meus erros de pronúncia e gramática. Além disso, sabemos que muitos termos são compartilhados pelas duas línguas, o que historicamente, segundo Pedroso (2013, p. 40) “reforça o reconhecimento da existência de uma fina trama linguístico-cultural” entre ambas, o que torna algumas traduções até mesmo intuitivas ao conhecer o contexto em que palavras são acionadas.

As perguntas formuladas foram traduzidas com antecedência, mas durante as nossas conversas existiram inúmeras situações em que precisei pedir mais detalhamento sobre determinado tema ou uma pergunta nova surgiu durante alguma resposta delas. E de forma muito tranquila foi possível estabelecer diálogos produtivos com as entrevistadas, com alguns pontos de incompreensão, em que era preciso repetir a fala mais calmamente ou buscar sinônimos para que os significados se tornassem mais nítidos.

O mesmo ocorreu durante a transcrição das entrevistas, que fiz manualmente sem auxílio de softwares de tradução por medo de perder algumas nuances das falas. Dependendo do ritmo de cada uma das entrevistadas e de algumas expressões que ficaram inaudíveis na gravação, o processo envolveu escutar múltiplas vezes as mesmas frases, recorrendo em alguns momentos aos tradutores disponíveis na internet no sentido de confirmar se a escolha pela palavra traduzida era a mais adequada.

⁸⁴ De acordo com a pesquisadora Angel Corbera Mori (2016), a América Latina apresenta uma grande diversidade etnolinguística. A Bolívia, por exemplo, “reconhece como idiomas oficiais do Estado Boliviano o castelhano e também os 36 idiomas das nações e povos indígenas originários” (MORI, 2016, p. 57). O Equador, em sua constituição, estabelece o castelhano como língua oficial e o *kichwa* e o *shuar* como idiomas oficiais de relação intercultural. Já o Peru prevê que todas a diversidade etnolinguística do país é considerada oficial e o castelhano segue como língua oficial do estado. Outra situação de reconhecimento linguístico é o caso do Paraguai, com uma grande maioria da população bilingue e, por isso, considera o guarani a língua oficial do país junto ao espanhol.

Optei em alguns poucos casos em não traduzir determinadas palavras, uma delas em específico por não encontrar tradução adequada para uma expressão que revela toda a sua graciosidade na sonoridade que provoca ao ser pronunciada. Encontrei traduções que explicavam uma variação que parece ser próxima. A palavra em questão é *amamacho*, proferida diversas vezes por uma interlocutora de pesquisa, mulher indígena Nahua, da região de Guerrero, no México. Até mesmo em conversas que tivemos por WhatsApp ela recorreu ao seu uso quando estávamos nos despedindo: “*Besos y amamachitos*”. A palavra que encontrei tradução foi *apapacho*, uma expressão que significa algo como abraços do papai. A variação para *mamá*, a mamãe, pode ser uma possível explicação. De toda forma, mantive a palavra sem tradução, pois é impossível não perceber o poder da colonialidade na tentativa exaustiva de traduzir algo que não apresenta um significado semelhante. Como afirma Lugones (2014, p. 944), “Por isso, se não traduzo e você pensa que entende menos, ou que nada entende, acho que você pode entender melhor, porque isto funciona como um exemplo de pensamento na diferença colonial”.

Outra situação que optei por manter em espanhol foi o termo *desplazamiento*, utilizado pelas jornalistas no contexto em que são obrigadas a sair dos locais em que vivem por conta de ameaças relacionadas ao exercício da profissão. Ao buscarmos a tradução no dicionário Michaelis Online⁸⁵, encontramos as palavras deslocamento e movimento. O tradutor do Google indica o mesmo sentido para *desplazar* como deslocar. Já o dicionário da Real Academia Espanhola indica outras possibilidades, como trasladar, e um significado mais próximo do que acredito ser o utilizado pelas interlocutoras de pesquisa, que é “Mover ou remover alguém ou algo do local onde está” (Tradução minha)⁸⁶, exatamente por exprimir que a ação de saída do lugar em que se estava foi impulsionada por uma força externa e não por uma vontade de quem se move. Como resultado, todas as consequências são sentidas por quem precisa realizar esse deslocamento/movimento/translado obrigatório para salvar a sua vida e a de seus familiares. *Desplazar* apresenta consequências irreversíveis e por isso decidi manter a palavra não traduzida, pois traduzir me parecia reduzir a sua força. Apresento agora no próximo tópico as jornalistas integrantes da rede internacional que participaram da pesquisa a partir de um olhar para a construção identitárias delas enquanto jornalistas e feministas, uma construção que se refere à gênero, raça, sexualidade, geração e nacionalidade/territorialidade.

⁸⁵ Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/>

⁸⁶ Disponível em <https://dle.rae.es/desplazar?m=form>

3.1 As interlocutoras da pesquisa - a complexa trama das identidades na América Latina

As identidades construídas dentro da América Latina são perpassadas por um complexo entroncamento entre imposição e subversão e pelas intrincadas relações entre gênero e raça. A América, assim chamada em derivação ao nome de Américo Vespúcio, foi representada em diversas imagens como uma mulher indígena e passou a figurar nos mapas a partir do século XVI como o Novo Mundo, comportando um vazio original em que só havia lugar para o futuro (PRADO, 2015). Segundo McClintock (2010, p. 51), “Investido da prerrogativa masculina de nomear, Vespúcio torna a identidade americana uma extensão dependente da sua e atribui direitos territoriais masculinos e europeus a toda ela, e por extensão, a seus frutos”.

Já a denominação América Latina é bem posterior. Segundo Maria Ligia Coelho Prado (2015, p. 12), é no século XIX que surge a denominação em meio a disputas políticas e ideológicas, e a origem dela é ainda polêmica:

Para uma corrente, os franceses propuseram o nome como forma de justificar, por intermédio da identidade latina, as ambições da França sobre essa parte da América. Para outra, foram os próprios latino-americanos que cunharam a expressão para defender a ideia de unidade da região.

Endossando a segunda opinião, é atribuída a José Maria Torres Caicedo, ensaísta colombiano, em seu poema *Las Dos Américas*, publicado em 1856, a primeira utilização do termo. Mas o termo ser cunhado por latino-americanos, não representou necessariamente uma subversão, pois, “América Latina ainda é uma América que se vê europeia – latina – e, com isso, silencia grupos sociais e nações que longe estavam da latinidade, exceto por sofrerem os desdobramentos imperiais que tão marcadamente caracterizam a tradição eurocêntrica” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 27).

Mais recentemente, os povos originários vêm impulsionando o termo *Abya Yala*, que significa a Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento na língua do povo Kuna, em oposição à América e com um sentido de pertencimento. Figura, então,

como parte de um processo de construção político-identitário em que as práticas discursivas cumprem um papel relevante de descolonização do pensamento e que tem caracterizado o novo ciclo do movimento indígena, cada vez mais um movimento dos povos originários (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 28).

Após a crise do sistema colonial no século XVII, as lutas de emancipação, ainda não completamente concluídas, foram promovidas pelas elites que detinham o controle das terras,

mas também pela resistência de indígenas e negros escravizados. Consequentemente, após a independência, a ideia de nacionalidade foi sendo construída aos poucos. Inicialmente, mesmo independente, nas diferentes regiões “O poder político tinha caráter local ou regional e esse poder não representava qualquer sentimento de nacionalidade” (WASSERMAN, 2003, p. 180) e eram mantidas muitas vezes instituições e tradições coloniais.

Prado (2011), assinala o intento, após a independência, de construção de identidade a partir da ideia de nação com a criação de uma visão de passado que pudesse legitimar sua existência. Assim, “Após a independência, a elite hegemônica articulou uma estratégia política de criação de uma nação, no sentido cultural, concebida como uma comunidade de identidade comum feita com base numa memória compartilhada” (PRADO, 2011, p. 118). E o objetivo era a unificação de uma população bastante heterogênea, movimento que foi fortemente contestado durante o século XX, momento de uma reinterpretação do passado latino-americano com um olhar para a diferença intrínseca a cada um dos países.

É nesse cenário histórico e cultural, de diferentes discursos sobre o que significa fazer parte de uma nação, que a afirmação de Silva (2000), de que as identidades não são cristalizadas, nem mesmo as nacionais, mas sim disputadas, se torna mais nítida. Raúl Béjar y Héctor Rosales (2005, p. 19), ao tratar sobre a identidade mexicana, destacam que ela é entendida não como uma realidade estanque, mas resultado de um processo histórico sempre aberto à transformação.

É o que também afirma Kathryn Woodward (2000), ao considerar que algumas diferenças que marcam as identidades nacionais são consideradas mais importantes em determinados lugares e momentos particulares. Por isso ela é histórica e comumente apela a aspectos históricos. E ao acionar esses elementos em outro tempo e espaço, possivelmente está se construindo novas identidades, porque “essa re-descoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise” (WOODWARD, 2000, p. 12).

Assim, a ideia de nacionalidade envolve não apenas uma indicação de local de nascimento ou da aquisição de uma cidadania, mas expressa também o sentimento de pertencimento a um arcabouço simbólico que funciona a partir de diversos elementos de ligação. Stuart Hall (2013), ao discutir sobre a identidade cultural na diáspora, explica a construção dos mitos fundacionais, da tradição, que tentam dar conta de uma origem imutável e ahistórica, como se fosse um cordão umbilical que nos liga ao passado e que formam um núcleo relacionado à ideia de nação.

As identidades culturais se relacionam com o pertencimento “a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2005, p. 8). Carregando uma ideia mítica de origem e autenticidade, muitas vezes essa identificação impede de lembrar a complexidade de sua formação e da violência que assolou o que chamamos de América:

Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles os quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram a muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. [...] Não é de surpreender que na famosa gravura de van der Straet que mostra o encontro da Europa e da América (c. 1600), Américo Vespúcio é a figura masculina dominante, cercado pela insígnia do poder, da ciência, do conhecimento e da religião: e a “América” é, como sempre, alegorizada como uma mulher, nua, numa rede, rodeada dos emblemas de uma – ainda não violada – paisagem exótica (HALL, 2013, p. 33).

Neste trecho, o autor sinaliza as relações de poder contidas nas representações que perpassaram os imaginários colonizadores, em que a expropriação, o genocídio e a escravidão são parte do que denominamos nações. Assim como são nítidas as concepções de gênero e raça. A feminização do “outro” dentro da história das sociedades, como tão bem demonstrou Joan Scott (1995), pode ser observada nas representações da colonização e nos processos de produção de identidade e diferença.

De acordo com McClintock (2010, p. 47), “Nestas fantasias, o mundo era tornado feminino e espacialmente exposto para a exploração masculina, e então remontado e organizado no interesse do poder imperial massivo”. Ao nomear a terra como fêmea, inúmeras consequências recaíram sobre as próprias mulheres, relegadas a uma condição a-histórica e de propriedade dos homens, sendo destituídas de capacidade de intervenção política e mantidas fora “das disputas masculinas sobre terra, dinheiro e poder político” (MCCLINTOCK, 2010, p. 58).

Além da construção de gênero nas colônias, o caráter histórico que mostra a diversidade de povos que habitam um mesmo território, inicialmente os povos originários, e depois os trajetos por diferentes rotas – o tráfico de africanos escravizados e as diversas imigrações, principalmente, formam parte da construção das identidades em nosso continente. E as culturas “sempre se recusaram a ser perfeitamente encurraladas dentro das fronteiras nacionais. Elas transgridem os limites políticos” (HALL, 2013, p. 39), admitindo que dentro de cada global existe um local e de que cada local é perpassado pelo global, refutando uma possível dicotomia, como explicou Ella Shohat, em entrevista para Maluf e Costa (2001).

Considerando que o colonialismo também foi uma forma de globalização, pela ampla circulação das ideias eurocêntricas e não apenas em termos econômicos, Shohat ressalta de

forma ilustrativa sobre a imbricação entre local e global, pois “Mesmo os [indígenas] Kaiapó não são isolados; suas lutas os colocam no interior de discursos e de leis que estão situados ao mesmo tempo na Nação-Estado brasileira e na arena internacional” (MALUF; COSTA, 2011, p. 51).

É para tratar dessa multiplicidade de locais que cada nacionalidade latino-americana comporta, e em diálogo global, assim como a complexidade que envolve as formações identitárias, que apresento a trajetória das jornalistas entrevistadas e os aspectos que dizem respeito ao contexto em que exercem o jornalismo e o ativismo feminista, considerando que esses múltiplos posicionamentos são relevantes para a prática cotidiana de um jornalismo feminista. Como afirma McClintock:

Uma identidade singular (seja de gênero, raça, classe ou preferência sexual) não pode garantir correção política. A atuação feminista deve ser procurada [...] através de uma política de organização e de uma estratégia que leve em consideração a miríade de diferenças e lealdades que atravessam a vida das mulheres com paixões conflitantes (MCCLINTOCK, 2010, p. 452).

As nove jornalistas participantes da pesquisa apresentam identidades distintas. Não apenas nasceram e vivem em países latino-americanos diferentes, mas foram provocadas a partir de um pequeno questionário a informar como se identificam a partir de outros marcadores sociais da diferença. A nacionalidade foi um dos temas de interesse, assumindo que a ideia de nação, enquanto comunidade imaginada, ainda é fortemente ligada à construção das identidades, mas não é a única forma de identificação (HALL, 2013). Questões étnico-raciais, de geração e sexualidade também estiveram presentes no formulário criado após uma situação de estranhamento, detalhada a seguir.

Inicialmente, a ideia era conhecer essas questões no momento da entrevista, conversando diretamente com as jornalistas. Após a primeira entrevistada ter dificuldades para responder sobre sua identificação étnico-racial, optei por enviar o questionário com as questões identitárias por e-mail, proporcionando um tempo maior de reflexão. Esse acontecimento já indica que não existe necessariamente uma resposta pronta ou definitiva sobre os marcadores da diferença que envolvem a construção dos sujeitos e que afirmar uma identidade demanda uma reflexão prévia, o contato com o tema e também um posicionamento político.

Isso fica mais nítido principalmente entre sujeitos que se enquadram dentro da norma social, como pessoas brancas, heterossexuais, cisgêneras e que dificilmente experienciaram situações de preconceito pela diferença. Como ressalta Silva (2000, p. 83), “Numa sociedade

que impera a supremacia branca, por exemplo, ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial”. Um dado que parece relevante é o fato de que a *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* não possui mapeamento com esse teor sobre as integrantes que compõem a organização. Assim, a identidade mulher e jornalista parece ser o elemento central da unidade. Cabe ressaltar, contudo, que as identidades não são construídas por uma identificação “mestra”, nos termos de Stuart Hall, mas interpelam os sujeitos e são interpeladas por eles de diferentes formas, dependendo do contexto em que estão inseridos.

A produção da identidade e da diferença é um processo hierárquico, uma criação linguística cultural e social e merece ser problematizada. Fruto de uma série de negações, a identidade expressa a priori o que eu sou e é sempre dependente da sua negação – quem eu não sou. Se, como exemplifica Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 75), quando dizemos sou brasileiro está implícito que não sou argentina ou chinesa, podemos considerar que a “identidade e [a] diferença são, pois, inseparáveis”.

Silva (2000, p. 76) propõe ainda que construção da identidade não é o processo primeiro, mas sim a produção da diferença, “enquanto ato ou processo de diferenciação”, que resulta tanto na diferença quanto na identidade. E mesmo quando fixadas resvalam na instabilidade da linguagem. Ser brasileiro não apresenta um referente fixo e só pode ser compreendido na sua diferenciação com outras identidades nacionais que também não apresentam significado definitivo, sendo, portanto, “tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem” (SILVA, 2000, p. 80).

Essa incerteza da linguagem, dependendo de uma gama de significações culturais e sociais, fica nítida nas respostas das jornalistas em suas autoidentificações de gênero, geração, sexualidade e, principalmente, étnico-racial. Como já informado em ocasiões anteriores, as interlocutoras da pesquisa responderam sobre suas nacionalidades: duas delas são brasileiras, três mexicanas, duas argentinas, uma colombiana espanhola – nascida e residente na Colômbia, mas se exilou na Espanha nas décadas de 1980 e 1990 – e uma chilena. Todas elas residem hoje nos países em que nasceram, local em que atuam no jornalismo e militam no feminismo.

O objetivo de questionar sobre marcadores identitários foi tentar refletir sobre as relações de poder e posições de privilégio e desigualdades presentes nos distintos âmbitos sociais e contidas em cada posição de sujeito, ainda que organizados em grupos e coletivos. Essa é também uma forma de mapear interesses, propor uma discussão sobre as vivências e corpos, sobre as políticas que nos constituem e que constituímos ao declarar quem é o eu, mesmo sabendo que esse enunciado pode ser provisório. As perguntas contidas no questionário foram: nome completo; idade; nacionalidade; país onde reside; identificação

étnico-racial; orientação sexual; área de atuação/especialização no jornalismo; e ano de incorporação na rede internacional.

Considerei ao ler as respostas das jornalistas que três marcadores identitários merecem maior destaque nessa discussão por nos dar indicativos não apenas sobre a posição de sujeito quando da enunciação das respostas, mas também sobre o contexto de lutas feministas e do exercício do jornalismo. Foram eles: a autoidentificação étnico-racial, a geração das interlocutoras, e a relação entre nacionalidade e trajetória jornalística e ativista. Das nove jornalistas entrevistadas, sete forneceram informações identitárias. Logo no envio do questionário, escrevi que elas se sentissem à vontade para não responder qualquer pergunta que o conteúdo não as deixasse confortáveis e algumas optaram por não responder todos os itens do formulário.

Frente aos dados coletados, é possível dizer que todas as jornalistas se identificam com o gênero feminino ou mulher; são em sua grande maioria heterossexuais – apenas uma informou se identificar enquanto bissexual; e suas idades variam entre 38 e 69 anos. Desta forma, identidade neste trabalho não é trabalhada a partir de um sentido de essencialista, mas político; não é entendida como biológica, mas histórica. Sigo o entendimento de Stuart Hall (2005; 2013) de que mesmo aparentando suposta estabilidade, a identidade é fragmentada e descentrada. Isso significa que assumimos diferentes identidades em distintas ocasiões e “à medida que em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2005, p. 13).

Além disso, é difícil continuar nos guiando pela ideia de que os indivíduos se identificam com apenas uma identidade que poderia ser o balizador para seus interesses e suas reivindicações políticas - como já foi a classe social e o entendimento de que ela era a identidade mestra, responsável pela estratificação das sociedades e das posições de privilégio e opressão. Esse fraturamento das paisagens políticas por “identificações rivais e deslocantes” surge como resultado da emergência de novas identidades a partir da luta dos movimentos sociais, como por exemplo o feminismo e o movimento negro (HALL, 2005, p. 21).

Ao contrário da posição liberal, que McCKintock (2010, p. 27) chama de pluralismo de lugar comum, voltado para a ideia de diversidade que desconsidera as assimetrias de poder constituintes das diferenças, trabalho com a perspectiva de que cada uma das categorias da diferença estão em relação uma com a outra, mesmo que de forma contraditória, pois “o poder raramente é distribuído por igual – diferentes situações sociais são sobredeterminadas pela

raça, pelo, gênero, pela classe, ou por cada uma dessas categorias por sua vez”. Como nos ensina o pensamento feminista negro, segundo Patricia Hill Collins (2019), as experiências vividas por diferentes grupos de mulheres são perpassadas por “opressões interseccionais de raça, classe, gênero, etnia, nação e religião” (COLLINS, 2019, p. 43). Assim, os paradigmas interseccionais nos permitem perceber que “a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (COLLINS, 2019, p. 57).

A discussão geracional ganha muita relevância dentro de uma análise de práticas feministas, pois as relações intergeracionais estão ligadas à própria pluralidade dos feminismos, suas agendas de ação, e a conceitos que circulam entre a teoria e o ativismo se seguirmos a tradição feminista que nos “ensina a não separar teoria e prática” (GONÇALVES; FREITAS; OLIVEIRA, 2013, p. 1). Além de ser nítido que as interlocutoras da pesquisa apresentam uma longa trajetória profissional e ativista, os contextos que influenciaram sua atuação também são perpassados pelos discursos construídos historicamente dentro do movimento feminista e dos estudos que lhe são subsequentes. Como propõe Simone Pereira Schmidt (2015, p. 484), os feminismos podem ser pensados como a casa materna “de onde nascem os estudos de gênero, queer, LGBT e seus desdobramentos”.

Se algumas das entrevistadas tiveram contato com a perspectiva feminista nas décadas de 1980 e 1990, dentro da educação básica ou da universidade, outras passaram a conhecer de maneira mais profunda as questões de gênero a partir dos anos 2000, trazendo possíveis indicativos sobre quais pressupostos se coadunam e se tensionam na formulação de uma perspectiva de gênero no jornalismo. Exatamente porque as proposições teóricas e ativistas não se mantiveram estáticas, mas perpassadas por constantes tensionamentos ao longo deste período.

Isso não significa que uma idade possa estar relacionada diretamente com a adesão a uma determinada onda ou vertente feminista, mas pode ser um indicativo do contato com determinadas reflexões sobre mulheres e gênero na sua formação feminista e de um encontro intergeracional dentro da rede. Além disso, a figura de jornalistas *ancestras* dentro da RIPVG indica a valorização de uma transmissão de saberes sobre a perspectiva de gênero no jornalismo, algo extremamente necessário dentro de organizações duradouras, pois “Se não há um mecanismo de transmissão, os ideais, valores e práticas que caracterizam um movimento não serão assegurados”, fazendo parte “da dinamicidade de qualquer movimento, o processo de formação de novos atores e atrizes (GONÇALVES; FREITAS; OLIVEIRA, 2013, p. 10).

Se na década de 1970, a discussão sobre a violência contra as mulheres foi a tônica do movimento, a partir da concepção de que o pessoal também era político, na década de 1980 o próprio sujeito do feminismo, caracterizado como a mulher, passou a ser problematizado (SCHMIDT, 2015). A suposta unidade do movimento, garantida pelo sujeito mulher, entra em crise no momento em que feministas negras, lésbicas e dos chamados na época de países de terceiro mundo reivindicam sua presença e a consideração de especificidades camufladas na hegemonia branca, heterossexual, ocidental e de classe média do feminismo.

Outra grande ruptura ainda muito discutida dentro da militância feminista, é o entendimento de que gênero não é sinônimo de mulheres (SCOTT, 1995) e diz respeito ao poder que estrutura as relações sociais e as próprias instituições e que a sua análise precisa ser feita com a articulação de outros marcadores da diferença (CRENSHAW, 2012). Perspectivas que influenciam os caminhos dos feminismos a partir da década de 1980, mas que se tornaram ainda mais presentes na militância feminista contemporaneamente. Assim, surge a “a necessidade de se pensar sistemas múltiplos e complexos de subordinação e opressão de maneira associada, articulando gênero, raça, classe, orientação sexual, território, idade, e outros marcadores” (SAAVEDRA, 2020).

E as próprias formas de articulação também se modificaram nestas três décadas, marcando a trajetória dos feminismos. Em uma das entrevistas, a jornalista Tereza, que será apresentada em breve, me conta que a organização da RIPVG percebe uma mudança geracional em curso no que se refere às formas de comunicação e articulação, com predominância do WhatsApp e das redes sociais para a manutenção dos vínculos entre as integrantes. Um desafio para as jornalistas que utilizam os fóruns de e-mail como principal meio para enviar comunicados para as filiadas.

O uso das plataformas digitais tem sido anunciado pela mídia como um marco para o chamado “novo feminismo”, considerado menos político, acadêmico e sério que o “antigo” (SAAVEDRA, 2020, p. 3). A pesquisadora Renata Franco Saavedra (2020, p. 3) considera que, além de armadilhas antifeministas contidas em alguns discursos neofeministas, a ideia de um novo movimento está ligada ao polêmico debate interno de gerações, “um debate que está especialmente aquecido no atual contexto de ampliação e diversificação da luta feminista”.

A questão geracional dentro dos feminismos se tornou mais nítida, segundo Saavedra (2020,) a partir dos anos 2000, quando feministas jovens se organizaram enquanto um grupo de agentes no interior do movimento, reivindicando voz e espaço. Isso fica mais demarcado neste momento exatamente porque passamos a ter cerca de três décadas de articulação feminista mais coesa, possibilitando a interação entre mulheres com longas trajetórias de

militância e as mais jovens. É interessante que Julia Zanetti (2011), com quem Saavedra dialoga, compara esse tensionamento trazido pelas feministas jovens latino-americanas, sobre hierarquias geracionais, como um processo semelhante ao que foi o feito pelas mulheres negras e lésbicas nas décadas de 1990 em uma crítica ao feminismo branco, de classe média e heterossexual.

Uma das grandes contribuições, desse diálogo intergeracional, que não compreende uma superação de perspectivas e pautas, mas da inclusão de maneiras complexas de observar as questões de gênero é que “nos discursos e pautas dessas jovens, é cada vez mais difícil que a questão de gênero seja pensada isoladamente – ou, se for, não tardará para surgir uma crítica que pontue a necessidade de pensar o gênero em articulação com outros marcadores sociais de diferença, sobretudo a raça, no caso do Brasil” (SAAVEDRA, 2020, p. 4). E junto ao uso das redes, possibilitando a criação de novas linguagens, talvez uma das maiores contribuições das novas gerações de feministas seja essa noção de interseccionalidade, “que englobam tanto uma postura política quanto um paradigma teórico e metodológico” (SAAVEDRA, 2020, p. 4).

Desta forma, longe de pensar uma dicotomia entre velho e novo, a questão geracional dentro da rede internacional, em especial das jornalistas que ocupam cargos organizativos, é um dado relevante porque indica que elas apresentam grande experiência profissional e em articulações feministas, um arcabouço de conhecimentos feministas construído ao longo de muitos anos, entre uma e quatro décadas, segundo as entrevistadas. Ao mesmo tempo, enfrentam desafios na criação de novas linguagens, com o uso de ferramentas e plataformas digitais, e na articulação de perspectivas que contemplem outros marcadores da diferença, como raça, classe, sexualidade, como veremos na análise sobre a questão do jornalismo e dos direitos humanos das mulheres. Além disso, as diferenças geracionais entre as integrantes possibilitam que estratégias sejam pensadas, contemplando experiências e trajetórias, saberes e conhecimentos em uma resposta feminista “contundente aos desafios do presente” (SCHMIDT, 2015, p. 483)

Sobre a questão étnico-racial, a maioria das entrevistadas se identifica enquanto mulheres não brancas, apenas uma respondeu branca e as outras identidades foram: mestiça, negra, indígena e parda, o que indica a pluralidade de identificações étnico-raciais no interior da rede internacional. Se identificar enquanto uma mulher *mestiza* no México ou na Colômbia não é o mesmo do que no Brasil, pois os sentidos da palavra são carregados de outra história, de diferentes especificidades no processo de colonização e seu uso ou desuso faz parte de outro contexto de lutas, de outros sistemas de diferenciação, de outras relações de poder.

A discussão de identidade a partir de raça ou etnia é complexa, como salienta Kabengele Munanga (2020), ao tratar da negritude, e difere dependendo de quem atribui a identidade: se um grupo de estudiosos a partir de critérios definidos, se por autodefinição ou uma identidade imposta por outro grupo social. Aqui, a discussão racial das jornalistas, como já informado, é trabalhada a partir da autodefinição ou autoidentificação nas respostas informadas por elas.

Se intrinsecamente ligada ao processo colonial, como discutido no primeiro capítulo desta tese, em um sistema de imposição de diferenciações hierárquicas perpassadas pela religião e, posteriormente, pelo racismo científico, numa crença na “existência de ‘raças’ hierárquicas dentro da espécie humana (MUNANGA, 2020, p. 15)”, hoje a identidade está relacionada a um processo de afirmação política. Refutando qualquer diferenciação de ordem biológica, justificativa utilizada em tantos momentos da história para a exclusão e o racismo contra pessoas não brancas, a identidade coletiva de um grupo é atravessada, segundo Munanga (2020, p. 12), por fatores históricos, linguísticos e coletivos.

Sendo o primeiro relacionado ao compartilhamento por um povo de um sentimento de continuidade histórica, um fio que os liga intrinsecamente ao passado, presente em direção a um futuro compartilhado e transmitido para outras gerações. Pela importância do fator histórico, o autor ressalta que “o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela escravidão e pela colonização para destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados”. O fator linguístico se refere a diferentes formas de comunicação, como práticas religiosas na manutenção de uma linguagem esotérica entre humanos e deuses, estilos de cabelo, músicas, danças, e expressões presentes no vocabulário de uma língua, sendo estes elementos de ligação identitária. Munanga reflete ainda sobre o fator psicológico, não enquanto características de uma personalidade individual, mas consequência de processos históricos de organização e de estruturas sociais comunitárias:

Poder-se-á dizer, em última instância, que a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outro grupo para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta (MUNANGA, 2020, p. 13).

E essa distinção identitária, influenciada por esses diversos fatores que visam a formação de uma coletividade, varia dependendo do contexto sociocultural em que os sujeitos estão inseridos. Quando as duas jornalistas – uma colombiana e uma mexicana – informam que se identificam enquanto *mestizas* e uma jornalista se identifica enquanto parda, está explícito que os processos de construção dessas identidades diferem em seus contextos

históricos, culturais e de afirmação. A ideia da mestiçagem na América Latina é algo muito presente nas discussões sobre questões étnico-raciais que vêm sendo feitas há muitas décadas nos diferentes países.

Segundo Porto-Gonçalves (2009), a ideologia da mestiçagem, ao criar uma identidade mestiça, tentou minimizar ou excluir a tensão entre os diferentes grupos que foram racializados durante o sistema colonial. “Afinal, aqui na América não havia índios, assim como na África não havia negros. Foi o encontro colonial – La Boétie chamou-o de mal-encontro –, que classificou o outro pela cor da pele e, com isso, instituiu um sistema de classes sociais racializado, conforme Aníbal Quijano (2000) nos esclarece” (PORTO-GONÇALVES, 2009, p. 27).

A chamada ideologia da mestiçagem esteve presente em muitos países latino-americanos, como Colômbia, Equador, Brasil e México, principalmente na formação de uma ideia de nação independente, ganhando em algumas delas, como no Brasil e no México, um entendimento de positividade a partir de uma série de estudiosos que defendiam uma ideia de nação enquanto entidade mestiça (WADE, 2003, p. 275). Segundo Lilia Schwarcz (1995), os discursos, por vezes negativos, por vezes positivos, recorrentemente associariam a identidade nacional com uma “mestiçagem peculiar, uma mestiçagem que, de racial e detratória, se faz moral e nacional” (p. 2). E neste sentido, “o pardo, ou mestiço, aparece como o representante dessa mistura – em certo sentido, é compreendido como o brasileiro em sua essência” (SILVA; LEÃO, 2012).

No Brasil, a ideia de mestiçagem está relacionada ao apagamento da tensão informada por Porto-Gonçalves (2009), a uma exclusão racista da população preta e indígena, aos discursos da miscigenação que supostamente constituiria a população brasileira e também a uma “prática de embranquecimento sustentada pela ideologia de democracia racial fundamentada na dupla mestiçagem biológica e cultural” (MUNANGA, 2020).

Dea Merlini (2021) analisou obras canônicas de autores considerados intérpretes da cultura nacional, como Gilberto Freyre, no intuito de observar como estes textos moldaram a construção da identidade nacional. Sobre *Casa-grande & Senzala*, de Freyre, a autora destaca que a obra inaugura uma abordagem sobre o caráter multirracial do Brasil não como algo impeditivo ao desenvolvimento da nação, mas como algo que marca a sua originalidade. Assim, “estabelece o caráter híbrido da população brasileira como especificidade da identidade nacional” (MERLINI, 2021, p. 19).

Ao mesmo tempo, a miscigenação aparece como uma aptidão característica da colonização portuguesa e não é pensada a partir das relações de poder e da violência, pois

“Silencia-se, ao mesmo tempo, que a tão valorizada união sexual foi, em grande medida, o resultado da violação de mulheres negras e indígenas por homens brancos” (MERLINI, 2021, p. 22). Mesmo que a obra de Freyre tensione o caráter negativo com que eram atribuídas anteriormente as matrizes negras e indígenas para a sociedade brasileira, Merlini questiona se esta narrativa realmente tem grandes diferenças das que postulam a defesa do branqueamento do Brasil:

Com Gilberto Freyre, este caráter explícito cai e inicia-se a atitude conciliadora que virá a constituir o chamado ‘racismo à brasileira’ (cfr. DaMatta, 1981: 58-85). Cristaliza-se também a mitificação do ‘mestiço’, em particular do ‘mulato’ que caracterizará muitas das narrativas posteriores e que, como veremos, tem sido confrontada asperamente pelo discurso da negritude que veio a formar-se no país a partir do fim dos anos ’70. A questão a ser colocada é até que ponto esta narrativa difere do branqueamento, na medida em que não discute profundamente as hierarquias entre as raças e as culturas a estas associadas (MERLINI, 2021, p. 59).

A análise racial no país com a maior população negra das Américas, em uma sociedade que se constitui sob o berço da escravidão, deve considerar a força da ideologia do branqueamento, de acordo com Lélia Gonzalez (2018). Entre os defensores desta ideologia, está João Batista Lacerda, que profetizava um país inteiramente branco, "Graças a esse processo de redução étnica é lógico supor que, na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós." (LACERDA, 1911, p. 18-19 *apud* SCHWARCZ, 1995, p. 4).

Aliada a essa ideologia, a ideia de que os negros após a abolição da escravatura, em 1888, foram absorvidos em condições de relativa igualdade provocou um ocultamento da questão de raça que conseqüentemente é alicerçada pelo mito da democracia racial. Mito esse construído a partir dos “casamentos inter-raciais”, que no Brasil, como destaca Gonzalez, eram o resultado da violação de mulheres negras. A desigualdade de raça e gênero se articula dentro do continente e impacta na discriminação das mulheres não-brancas, tornando as amefricanas e ameríndias as mais oprimidas e exploradas na região “dependente do capitalismo patriarcal-racista” (GONZALEZ, 2018, p. 314), que transforma as diferenças em desigualdade.

Atualmente, a identidade racial parda é trabalhada no país enquanto categoria censitária, mas também faz parte dessa ampla discussão sobre a ideia de mestiçagem e principalmente sobre a composição de uma sociedade multirracial como a nossa. Silva e Leão (2012) consideram que a perspectiva dos brasileiros pardos no Brasil ainda é pouco explorada, mesmo sendo esta identidade a que mais cresceu nos últimos censos. Em diferentes

estudos, a classificação parda encontra tanto uma defesa na sua afirmação, na possibilidade de visibilidade de uma identidade pertinente para a compreensão da complexidade das relações raciais no país, quanto críticas no sentido de ser uma consequência da falta de conscientização dos indivíduos (SILVA; LEÃO, 2012). A pesquisa com 160 pessoas que se identificam enquanto pretos ou pardos, com análise de dados de *surveys* e de entrevistas semiestruturadas, demonstrou para Silva e Leão (2012, p. 131) que “os pardos não são simplesmente menos negros (ainda que alguns se definam como pardos porque não brancos e não negros)”, sendo observada uma multiplicidade de significados que a identidade comporta, perpassadas por questões econômicas, percepções sobre discriminação e desigualdade, entre outras.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) distingue as classificações de cor e raça no Brasil como branca, indígena, preta, amarela e parda. Segundo dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 42,7% dos brasileiros se autodeclararam brancos, 46,8% pardos, 9,4% pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Já a categoria negros, enquanto classificação censitária, une os percentuais entre pretos e pardos, entendendo que as formas de discriminação variam dependendo do fenótipo e da cor da pele, mas são reflexo de uma mesma matriz de exclusão que afeta tanto pessoas pretas quanto pardas. No Brasil, além da autoidentificação, para fins de políticas afirmativas, como as reservas de vagas, a heteroidentificação⁸⁷, vem sendo utilizada como forma complementar à autodeclaração a partir de uma leitura fenotípica dos traços e cor da pele dos sujeitos. O consultor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Rafael Osorio (2003), explica as modificações das categorias do IBGE a partir de mudanças nos próprios usos da sociedade brasileira:

O Censo de 1872, portanto, simplesmente lançou mão das categorias que a sociedade brasileira utilizava corriqueiramente como forma de classificação e hierarquização racial de seus membros. No segundo Censo brasileiro, o de 1890, o termo pardo foi substituído por mestiço. Os Censos subsequentes ignoraram a raça até 1940, quando a cor da população voltou a ser coletada quase segundo as mesmas categorias. O termo designador dos mestiços voltou a ser pardo e, em razão do fluxo de imigração asiática, foi criada a categoria amarela. Não havia uma categoria específica para indígenas. Desde então, a única alteração no sistema classificatório, que não foi empregado no Censo de 1970, foi justamente o acréscimo da categoria indígena na década de 1990. É interessante notar que, do Censo de 1940 até o de 1991, a classificação era só de “cor”. Foi com a inclusão da categoria indígena, a partir do Censo de 1991, que a classificação passou a ser de “cor ou raça”, ganhando suas cinco categorias atuais (OSORIO, 2013, p. 18).

⁸⁷ Identificação realizada por outras pessoas, normalmente feita por uma comissão formada por sujeitos com diferentes marcadores identitários.

A pluralidade e fluidez das categorias raciais, mesmo quando se tornam consensuadas para o âmbito institucional e de políticas, principalmente no que se refere à classificação parda, faz parte de uma aproximação com a caracterização sociocultural local que não visa a precisão de tipo “biológico”. Por isso, segundo Osorio (2013, p. 23), “Sendo fluidas as linhas de fronteira que separam as três grandes zonas de cor – preta, parda e branca –, a classificação ganha a capacidade de apreender a situação do indivíduo classificado em seu microcosmo social, no contexto relacional que efetivamente conta na definição da pertença ao grupo discriminador ou ao discriminado”.

As cinco categorias, embora aparentemente efetivas na construção de políticas, não abarcam as possibilidades de identificação de pertença racial existentes no país. Além disso, existe uma instabilidade temporal nos significados que as diferentes identidades adquirem ao longo da história e seus tensionamentos. Assim como a categoria parda foi substituída pela mestiça no Censo, retornando posteriormente a constar nas pesquisas do IBGE, a identidade *mestiza* em outros países latino-americanos é perpassada por essa mesma instabilidade de significados.

Ao discutir a ideia da identidade *mestiza* no México, López-Beltrán e García Deister (2013) destacam que esta categoria colonial faz parte da formação de uma identidade nacional, assim como no Brasil, e de uma matriz racial civilizatória que persiste mesmo após a independência, na figura do índio-mestizo, o mestizo de índio e espanhol, que serviu como elemento organizador de políticas e interações étnicas. Discursos médicos e antropológicos atuaram com seus estudos sobre as populações na elaboração de descrições diferenciadas do que é ser índio e do que é ser mestiço, “contribuindo tanto para uma noção cientificista do mestiço, arraigada em porcentagens de ancestralidade indígena, europeia e africana” (LÓPEZ-BELTRÁN; GARCÍA DEISTER, 2013, p. 391, tradução minha)⁸⁸.

Reconhecendo a força do racismo científico na construção da ideia de raça desde o século XIX, mas considerando também que a identidade não é apenas imposta, mas tensionada e as múltiplas definições que apresentam as categorias raciais (CADENA, 1997), observamos novos sentidos que cada uma dessas definições adquire a depender dos espaços em que é acionada e das proposições políticas a que se pretende o seu enunciado. Chandra Moranty já nos alertou na década de 1980 que precisamos mirar não para a existência de uma opressão comum como fator de união entre as mulheres de diferentes localidades, culturas e

⁸⁸ No original: contribuido tanto a la construcción de una noción cientificista del mestizo arraigada en porcentajes de ancestría india, europea y african.

localizações sociais, mas para a contínua resistência e luta contra o colonialismo, a partir de contextos culturais e históricos específicos. Por isso, a afirmação das variadas identificações étnico-raciais é relevante para refletir sobre articulações e tensionamentos políticos.

Se no Brasil, a utilização da palavra mestiça na formulação de identidades não faz parte do vocabulário do movimento de reivindicação de direitos e do combate ao preconceito de pessoas não brancas, a afirmação de uma identidade *mestiza* segue presente na América Latina, na luta de mulheres e dentro do próprio pensamento feminista. Na década de 1990, Marisol de La Cadena, ao analisar os processos de identificação raciais no Peru, observou que frente a identidade imposta por uma elite masculinista para mulheres nomeadas “cholas”, termo que passa a comportar durante o projeto neo-indigenista do século XX, segundo a autora, uma carga bastante erotizada, o uso da categoria *mestiza* se tornou uma forma de afirmação e resistência. Uma recuperação do componente indígena presente na classe trabalhadora ex-campesina e urbana, que fala castelhano e que apresenta certo êxito econômico, pois “Mesmo que ‘mestiza’ seja aparentemente apenas o ‘rótulo’ que serve para identificar um grupo social, a importância deste nome é que serviu como ponto de partida para redefinir a significação dominante do ‘mestizo’ (CADENA, 1997, p. 6, tradução minha)⁸⁹.

E nesses processos históricos e culturais locais que trazem novos significados às identidades e forjam novas identidades⁹⁰, em que gênero não é o único marcador identitário que gera desigualdade e resistência, sendo as questões étnico-raciais também elementos influentes na ligação e possibilidade de alianças, as traduções estão presentes. Ao defender um projeto de “tradução como traição do conhecimento/sensações/experiências hegemônicas a partir da localização geo/corpo/política das mulheres indígenas e/ou mestiças” (COSTA, 2020, p. 332), Costa (2020) retoma o pensamento de Gloria Anzaldúa, sobre a consciência mestiça, construído na década de 1980. Também não posso deixar de lado essa que considero ser uma das contribuições mais importantes dentro das teorias feministas e que está totalmente

⁸⁹ No original: Aunque “mestiza” es aparentemente sólo la “etiqueta” que sirve para identificar un grupo social, la importancia de este apelativo es que ha servido como punto de partida para redefinir el significado dominante de “mestizo”.

⁹⁰ Tornay-Márquez discute outro exemplo de construção identitária de resistência, desta vez na Venezuela, relacionada as estratégias de *cimarronaje*, “término con el que se denomina a los procesos y estrategias de liberación de población esclava para escapar de las plantaciones hacia territorios aislados y protegidos por su difícil acceso” (TORNAY-MÁRQUEZ, 2017, p. 271). Segundo a pesquisadora, a denominação está relacionada a preservação identitária de povos africanos, em seus valores, modos de vida e cosmologias, que foram trazidos à força para a América, e centraliza o importante papel de manutenção e transmissão destes legados na atuação das mulheres. O êxito coletivo e o fracasso do colonizador perpassam a ideia de *cimarronaje*. Este processo de resistência e criação de identidade tem semelhança com o que no Brasil conhecemos como quilombos (MENDES, 2020).

em diálogo com a ideia de tradução e das migrações pelos “entre-lugares da diferença” (COSTA, 2010).

Durante todo o processo de entrevistas com as interlocutoras da pesquisa, seu texto clássico (2005) não saiu da minha cabeça. Quando as jornalistas contam sobre a importância de não se sentirem sozinhas e não deixarem outras sozinhas - mesmo nas dores dos *desplazamientos* forçados por conta de suas matérias jornalísticas críticas aos poderes locais, da violência cotidiana, das ameaças de morte, do machismo dentro das redações, que tentam torná-las ilhadas umas das outras, relaciono com o que Anzaldúa chama de *amasamiento*, um ato de juntar e unir que produz não a soma do já estava ali, mas novos significados.

Em um contexto em que não são somente os corpos que migram, mas as fronteiras que se modificam, faz “um escrutínio (geo)político das mestiçagens e hibridismos presentes na explosiva zona de contato que caracteriza a fronteira entre México e Estados Unidos” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 693). Ao dialogar com jornalistas feministas de diferentes países, que apresentam diferentes idades e se identificam racialmente enquanto mestiza, negra, indígena, parda, branca, articuladas em rede, lembro da consciência mestiça formulada por Anzaldúa. Consciência essa que a autora afirma ser a possibilidade de desmonte e transcendência da dicotomia sujeito-objeto que aprisiona e o início de uma longa luta cheia de esperanças: “Soy un *amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (ANZALDÚA, 2005, p. 708).

Segundo Costa e Ávila (2005, p. 695), esse *amasamiento* para Anzaldúa está ligado exatamente à tradução cultural que visa ao não assimilacionismo e a ambiguidade inerente ao ato de traduzir, abalando as dicotomias centro/periferia e tradição/modernidade, sendo ela “produto da transculturação, sincretismo e diáspora que criam disjunções entre tempo e espaço (a fronteira) e deslocamentos dos discursos sobre ‘origens’ e essências”. Nessa articulação entre política identitária e organização social, as autoras consideram que “formar alianças é um processo que requer estratégias flexíveis e transitórias, históricas, contingentes a cada circunstância específica” (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 697).

Gênero e raça/etnia são definitivamente elementos influenciadores e possibilitadores da formação de projetos coletivos e alianças feministas, assim como a geração parece ser uma questão importante na formulação de uma perspectiva de gênero na Rede Internacional e na própria composição do grupo. Apresentarei agora as trajetórias profissionais, acadêmicas e feministas das interlocutoras de pesquisa a partir das informações que elas me contaram durante as entrevistas. Apesar das diferenças temporais e espaciais nos seus contatos com os

feminismos, fica nítido nos relatos que a visão de gênero transformou profundamente suas vidas e impactou definitivamente suas escolhas e a atuação profissional a qual elas se dedicam.

3.2 As trajetórias profissionais e feministas das integrantes da RIPVG

Antonia, 48 anos, chilena, se auto identifica com uma mulher branca⁹¹

Antônia, de nacionalidade chilena, identifica como sua área de atuação no jornalismo os direitos humanos. Se incorporando a RIPVG em 2018, considera ter uma trajetória longa no trabalho formal jornalístico e também no ativismo junto a organizações feministas e organizações de mulheres a nível local, no Chile, com enfoque nas temáticas vinculadas à violência misógina e de gênero contra as mulheres. Com pós-graduação em Comunicação Política, a profissional relata que as reflexões feministas entraram em sua vida por duas vias. Uma delas no âmbito pessoal, no contato cotidiano com uma sociedade machista: “Creio que boa parte das mulheres que se declaram feminista tem a ver com experiências pessoais, de viver ou conviver em espaços onde o machismo e a violência machista está muito presente, está instalada, está naturalizada. A experiência pessoal é muito determinante” (ANTONIA, 2021, tradução minha)⁹².

A outra via diz respeito ao trabalho jornalístico e à formação universitária. Antônia diz que já na universidade sentia certas inquietudes a partir de conhecimentos teóricos que teve contato nesse momento e que possibilitaram refletir sobre “desigualdades que são tão arbitrarias e violentas entre mulheres e homens” (ANTONIA, 2021, tradução minha). Ela considera que houve um ponto de inflexão em sua trajetória quando da sua saída dos meios de comunicação depois de cerca de sete anos atuando em veículos, e o início do trabalho em organizações feministas. É a partir desse momento que começa a estudar, a investigar e conhecer uma outra história, a história das mulheres. “Quer dizer, quando começamos a perceber que temos vidas, realidades em comum, experiências em comum e que isso também tem relação com processos históricos e políticos do Chile” (ANTONIA, 2021, tradução minha). A construção do movimento feminista no Chile é marcada pelo período da ditadura

⁹¹ As informações apresentadas foram respondidas pelas jornalistas em questionário. Nem todas responderam ao questionário completo, até mesmo porque reforcei que se sentissem livres para responder apenas questões que fossem confortáveis para elas. Por isso, existe uma diferença nas respostas.

⁹² Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2021.

chilena (1973-1990) e pelas lutas em defesa da democracia e dos direitos humanos. Como afirmam, Woitowicz e Pedro (2009), foram essas experiências autoritárias vividas na América Latina em uma história recente que os movimentos sociais se desenvolveram e o movimento feminista teve papel crucial em construir uma luta que trouxe para o centro do debate questões específicas sobre as mulheres em sua relação com a busca pela democracia. No Chile, o movimento “renasce como produto da necessidade de resistir às formas de opressão impostas pelo governo autoritário de Pinochet” (WOITOWICZ; PEDRO, 2009, p. 48), com fortes orientações políticas de esquerda e imbuído da tarefa de criar formas alternativas de comunicação, reivindicando liberdade de expressão e de imprensa.

Antonia afirma que conhecer a partir de seus estudos sobre essa vivência horrorosa, de uma violência política sexual sobre as mulheres enquanto método de tortura, abriu caminho para processos formativos e autoformativos no feminismo, sempre vinculada ao trabalho ativista. Por considerar indissociável a militância coletiva e o feminismo, Antonia se mostra crítica aos movimentos mais recentes, principalmente os que se desenvolvem globalmente nos últimos cinco anos, como o *Me Too*, que muitas vezes de forma centrada no indivíduo acionam teorias de gênero e feministas. Considero que essa análise da jornalista sobre essas campanhas feministas que se dão principalmente nas redes também está relacionada a crítica a um discurso homogeneizador do feminismo, que desconsidera muitas particularidades locais e a própria historicidade das lutas. “Eu creio que o medular, o cimento disso tem a ver com o ativismo, tem a ver com ser capaz de denunciar e de se articular aos movimentos, as organizações, trabalhar na reivindicação de direitos. Bom, estar nas ruas” (ANTONIA, 2021, tradução minha).

Assim, diz que sua vinculação à RIPVG diz respeito à possibilidade de gerar tecido, de construir ações políticas coletivas. “Também existe um tema de pertencimento, como se sentir parte de uma articulação, de um grupo, de uma rede onde podemos ter interesses comuns, formas de vida comuns também, porque o feminismo não vive apenas na teoria, é como uma prática cotidiana, e compartilhar as nossas realidades” (ANTONIA, 2021, tradução minha). Ela crê que mesmo sendo de nacionalidades distintas, existem muitas coisas em comum entre as integrantes da rede, assim como realidade locais muito desafiadoras. “A realidade do Chile não é a mesma realidade do México, por exemplo, a realidade da Argentina não é a mesma realidade do Chile. E não somente falo em realidade só de país, mas também da construção dos movimentos” (ANTONIA, 2021, tradução minha). Esta diferença na construção dos ativismos impacta na forma como o jornalismo com perspectiva de gênero é pensado em cada um dos países, pois diz respeito a um arcabouço de saberes históricos, não apenas

conhecimentos teóricos, mas também eles, que direcionam as práticas ativistas renovadas. Em cada contexto, existem momentos históricos de maior efervescência política e militante e normalmente impulsionados por situações vividas dentro da política local, mesmo que se acione e traduza discursos e referências feministas exógenas para buscar reivindicações próprias.

Sobre o contexto do Chile, Antonia relata que por muitos anos era vivenciada uma herança de movimentos sociais e sociedade civil debilitados, de pouca capacidade organizativa. E há um pouco mais de uma década, a articulação começou a ser reavivada, registrando em 2019, o que ela chama de “revolta social”. Durante o segundo mandato do presidente Sebastián Piñera, a crise social que o país enfrentava tornou-se muito nítida. As reformas neoliberais implementadas ainda na época do regime militar de Augusto Pinochet, geraram grande impacto principalmente em direitos trabalhistas e previdenciários⁹³. Segundo matéria do *El País*⁹⁴, a mobilização iniciada há mais de 10 anos por estudantes contra o sistema educacional da época da ditadura se espalhou pela sociedade e culminou em uma série de protestos contra as políticas econômicas e sociais vividas no país, gerando grandes desigualdades, e foram duramente reprimidos pela polícia. O objetivo, posteriormente aprovado em plebiscito, foi a criação de uma nova constituição. O movimento feminista teve grande influência na mobilização popular, como destaca reportagem do Portal Catarinas⁹⁵ ao denunciar o caráter masculinista na opressão do Estado e os estupros ocorridos por agentes da polícia contra as manifestantes presas nos protestos. Em setembro de 2022, contudo, a maioria dos chilenos que participaram de um novo plebiscito rejeitaram o texto que propunha uma constituição atualizada para o País, calcada na construção de novos direitos sociais, entre eles a paridade de gênero nos órgãos do Estado, e do reconhecimento da autonomia deliberativa dos povos originários.

Antonia considera que a mobilização da sociedade chilena na última década pegou de surpresa as ativistas de outros países. “Quando nós conversamos com colegas da Red e de outros locais ninguém entendia como novamente nos tornamos um país revolucionário. Porque sempre nos viram como muito calados, muito ordenados, muito apegados a

⁹³ Em entrevista ao portal jornalístico Sul 21, o economista Andras Uthoff, economista e professor da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile, explicou que o sistema de capitalização chileno resulta em uma responsabilização exclusiva do trabalhador pela sua previdência sem auxílio do governo ou dos empregadores. Mesmo com modificações durante os mandatos da presidenta Michelle Bachelet, 80% dos idosos recebem menos de um salário mínimo e 44% estão abaixo da linha da pobreza. Essa situação vem sendo estudada como uma das motivações para a alta taxa de suicídios de pessoas acima dos 70 anos no país.

⁹⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/23/internacional/1574543096_923129.html

⁹⁵ <https://catarinas.info/o-papel-do-movimento-feminista-chileno-para-enterrar-o-legado-do-ditador-pinochet/>

instituição, então uma surpresa, explodiu a onda” (ANTONIA, 2021, tradução minha). Considerar essas mudanças importantes dentro das diferentes sociedades e poder refletir e compartilhar com outras jornalistas feministas gera um sentimento de pertencimento, segundo a jornalista, e possibilita a elaboração de estratégias políticas, pois a resistência também é aprendida. “E se sentir parte de um mesmo grupo é certo que gera estratégias de resistência, não somente de como resistir a uma institucionalidade ou a uma sociedade, ou a um entorno que é refratário, conservador ou reacionário, mas também resistir a nós mesmas, a como construímos uma rede, uma organização, como podemos trabalhar em conjunto” (ANTONIA, 2021, tradução minha).

Laura, 69 anos, colombo-espanhola, se auto identifica enquanto uma mulher *mestiza*

Laura, de nacionalidade colombo-espanhola, participou do processo de formação da Red Internacional de Periodistas con Visión de Género. Foi durante a *Conferencia Latinoamericana de Mujeres Periodistas*, realizada no Rio de Janeiro em 2004 e promovida pela Federação Internacional de Jornalistas que Laura propôs a criação de uma rede internacional. Neste momento, ela estava representando a Cimac e à Rede Europeia de Mulheres Jornalistas. Sua trajetória de vida e profissional é marcada pelo longo e complexo conflito armado colombiano e por sua vivência nos dois países – Colômbia e Espanha, propiciando a articulação entre jornalistas feministas das duas regiões. Como destacado no capítulo anterior, as vivências de feministas no exílio marcaram os movimentos feministas na América-Latina. A partir do trânsito de discussões, teorias e estratégias políticas entre os diferentes continentes, redes discursivas foram criadas e contribuíram para o avanço das lutas por aqui. Laura, considerada uma *ancestra* dentro da RIPVG, viveu exilada na Espanha durante 20 anos, a partir de 1986, em decorrência de ameaças. Contribuiu ativamente para a articulação de feministas e jornalistas na Colômbia e em outros países da América Latina, como demonstra o seu papel na consolidação da Rede Internacional.

Com 40 anos de experiência no jornalismo, diz que sua área de atuação no jornalismo é gênero, direitos das mulheres, inclusão e não discriminação no uso da linguagem e da imagem, além de análise política e de conjuntura. Ao longo dessas quatro décadas, trabalhou como jornalista freelancer, repórter, chefe de redação e correspondente internacional, publicou livros, entre eles sobre a violência política na Colômbia, testemunhando sua experiência nesta imbricação entre exílio, militância política e trabalho jornalístico. Também produziu investigações sobre jornalismo e mulheres, entre elas uma sobre como mulheres

imigrantes na Espanha são representadas nos meios de comunicação e outra sobre o tráfico de mulheres colombianas e equatorianas nos serviços domésticos e sexuais. Atualmente, é colunista em um jornal colombiano. Para ela, foi a realização do seu doutorado em Sociologia e Ciências Políticas na Universidade Complutense de Madri que lhe possibilitou estabelecer essa relação entre jornalismo, pesquisa e academia.

Foi durante o período vivido na Espanha que Laura passa a conhecer e a se envolver no movimento feminista. Antes disso, já realizava trabalhos sobre os direitos humanos das mulheres, mas de forma apartada da militância política. “Nesse cenário se lia Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, quer dizer, havia uma incidência, mas isso não significava, toda via, que tivesse uma mirada feminista. Era uma defesa pelos direitos das mulheres, mas sem esse outro ingrediente. Digamos que isso vem a somar na Espanha” (LAURA, 2022, tradução minha)⁹⁶.

Essa dificuldade em assumir uma perspectiva feminista foi bem presente na América Latina nas décadas de 1970 e 1980, principalmente pela centralidade dos movimentos de esquerda que entendiam que a libertação da população, incluindo as mulheres, se daria exclusivamente pelo socialismo. Naquele momento, “as feministas latinoamericanas eram descartadas como mulheres de classe média alta, interessadas em problemas irrelevantes para a vasta maioria das mulheres da região (STERNBACH E NAVARRO-ARANGUREN *et al*, 1994, p. 255).

Em contrapartida, foi exatamente a influência desse contexto de repressão, resistência e luta de classes que moldaram nossos feminismos, trazendo especificidades muito próprias no que se refere à discussão de classe e sobre os autoritarismos. O “autoritarismo, proclamavam as feministas, representava "a forma mais elevada" da opressão patriarcal” (STERNBACH E NAVARRO-ARANGUREN *et al*, 1994, p. 259). A influência de discussões tecidas em outros países, como Estados Unidos e da Europa, mas também da América Latina, como por exemplo do México, estão presentes principalmente por conta do exílio. Como destacou Pedro (2010), muitas mulheres da região tiveram o seu primeiro contato com o movimento neste contexto.

Experienciando a efervescência do movimento feminista espanhol, Laura passou a se dedicar a ações no contexto em que vivia, participando de conferências e eventos, integrando o grupo *Mujeres por Colombia* e um coletivo chamado María Zambrano, com mulheres de diferentes países e voltado para a criação literária.

⁹⁶ Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2022.

Se respirava um ambiente totalmente feminista, os lugares que foram sendo criados lá, havia todo um ambiente que permitia e havia muita criação conceitual. E logo após disso, me vinculo a colegas diretamente do México. [...] Tudo isso foi se somando e realmente me meti à fundo, comecei a escrever com uma linguagem inclusiva, páginas em branco, ‘e por onde sigo?’. ‘Isso está bom?’ e ‘Isso está ruim?’. Então digamos que encontrei nas conferências, nas leituras, e me deu uma mirada totalmente distinta, e você sabe que quando começa com esse olhar, dificilmente olha de outra maneira (LAURA, 2022, tradução minha).

Ao regressar à Colômbia, após essa interlocução com feministas de diferentes países, Laura atua na missão de formar uma rede nacional, a *Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género*, criada em 2007. Segundo ela, naquele momento, o Capítulo J da Plataforma de Pequim, que trata sobre os meios de comunicação e gênero, era bastante desconhecido no país, e era difícil tratar o tema da violência no exercício profissional. Hoje ainda é. Em outros países da América Latina, o enfoque de gênero no jornalismo já apresentava avanço. “Na Espanha realmente havia um avanço quilométrico em relação ao que acontecia na Colômbia. No México, na Argentina, também havia um avanço que estava incidindo de uma maneira forte no que hoje denominamos enfoque de gênero” (LAURA, 2022, tradução minha)⁹⁷”.

Desta forma, ao chegar à Colômbia trouxe o desafio não só de construção da rede nacional, mas também de organizar o terceiro encontro internacional da RIPVG em Bogotá:

Os desafios são sempre bons. Eu havia realizado a primeira apresentação justamente no Rio de Janeiro sobre a importância de criar uma rede internacional. E daí nós fomos ao México criar a rede internacional e fizemos o primeiro encontro fundacional no México. O segundo encontro foi em Oviedo, nas Astúrias, Espanha, e o terceiro decidimos que faríamos em Bogotá para apoiar as mulheres de um país em conflito armado e para contribuir com a construção de uma rede de jornalistas (LAURA, 2022, tradução minha)⁹⁸.

Hoje, depois de mais de 16 anos da rede internacional e 15 anos de rede colombiana, Laura ressalta o vínculo entre as duas, os cruzamentos de fronteiras necessários para a organização delas, a atenção aos contextos políticos que reforçaram a necessidade da formação em rede e a presença de jornalistas colombianas na rede internacional. Atualmente, como conselheira *ancestra* junto com as outras jornalistas que coordenaram a RIPVG logo na sua formação, atua no aconselhamento dos trabalhos e atividades. “O nosso papel é

⁹⁷ Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2022.

⁹⁸ Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2022.

acompanhar, ajudar a direcionar se nos pedem, se necessitam, então, há um vínculo permanente” (LAURA, 2022, tradução minha)⁹⁹.

Carmen, mexicana, se auto identifica como uma mulher *mestiza*

Ao lado de Laura, Carmen, de nacionalidade mexicana, também foi cofundadora da Rede Internacional em 2005. Iniciando sua trajetória na área em jornais estudantis, “esta é uma paixão que tenho desde muito jovem” (CARMEN, 2022, tradução minha)¹⁰⁰, estabelece como central a sua atuação no suplemento *Doble Jornada*, do jornal *La Jornada*, iniciada em 1991, para as reflexões sobre jornalismo feminista. Neste momento, a jornalista que já se considerava feminista tinha acabado de cursar Sociologia e viu que o conhecimento adquirido em sua formação acadêmica era uma grande ferramenta para o exercício do jornalismo.

Desde o ensino médio, cursado no início da década de 1980, Carmen já mantinha contato com o feminismo, pois “havia um grupo forte de feministas e muitas de minhas professoras eram feministas. Então, aproveitavam sempre suas aulas para fazer a reflexão do impacto da desigualdade nas mulheres (CARMEN, 2022, tradução minha). Foi nesse contexto receptivo para as discussões de gênero, que ela e um grupo de colegas se reuniram e decidiram criar um espaço chamado *La casa de la mujer*, no qual eram realizadas leituras e discussões feministas. Além disso, o grupo de companheiras estudantis passou a publicar um jornal feminista no colégio. Segundo ela, o objetivo era abordar temas a partir de um eixo importante: a história do movimento feminista, “como surge o 8 de março, por que é importante, como fomos conquistando os direitos das mulheres e algumas personalidades feministas, pois nos parecia importante que as estudantes dessa época as conhecessem” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Ao longo dos anos se envolveu mais profundamente com formação e militância feminista, e foi no suplemento *Doble Jornada*, quando já trabalhava profissionalmente, que o jornalismo se tornou um elemento central da sua vida profissional e ativista, passando a considerá-lo um como um instrumento de disseminação de informações sobre os direitos humanos das mulheres. O jornal *La Jornada* surgiu em 1984 com a proposta de ser um veículo de comunicação crítico e comprometido com a denúncia social e, posteriormente, em 1987, o

⁹⁹ Entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2022.

¹⁰⁰ Entrevista realizada em 31 de janeiro de 2022.

Doble Jornada foi o primeiro suplemento feminista de larga tiragem no México (CARBALLIDO; TÉLLEZ, 2013).

Jornalistas com muita experiência e também jovens profissionais se uniram na publicação, compartilhando diferentes perspectivas sobre a luta das mulheres. De acordo com Carballido e Téllez (2013) ao resgatarem a história do suplemento, a produção jornalística do *Doble Jornada* era formada pela:

nova geração do jornalismo que se alimentou da luta e vitórias de uma década e meia atrás, mas que se dividia entre aquelas que não acreditavam muito no feminismo e outras que estavam convencidas de que era um tema para desenvolver no jornalismo, e das teóricas e militantes feministas que ainda estavam ativas e aspiravam a uma melhor e maior presença pública (CARBALLIDO; TÉLLEZ, 2013, p. 7)¹⁰¹.

Carmen fez parte da formação desse grupo plural e ao lado de jornalistas feministas com longa trajetória e reconhecimento começou a refletir sobre questões centrais nas discussões sobre a perspectiva de gênero no jornalismo. Carmen relata que questionavam “por que os meios não tratavam como agenda informativa os direitos humanos das mulheres, e dois por que nós repórteres e as jornalistas em geral, tínhamos essas condições de desigualdade no dia a dia, para as coberturas, para ascender as chefias, suscetíveis ao assédio sexual?” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Por outro lado, conversavam também sobre estratégias para tentar tornar o jornalismo um instrumento de transformação social, tratando dos direitos humanos das mulheres, e refletindo sobre “o que o patriarcado, a desigualdade, a misoginia gerava nas mulheres e no desenvolvimento das nações” (CARMEN, 2022, tradução minha). Ela considera muito importante que esses debates sobre gênero começassem a aparecer nas páginas dos jornais pelo alcance que começaram a ter. “Nesses meios, como era o periódico *La Jornada*, que era um jornal de esquerda, muito de caráter social, com muita recepção principalmente nos movimentos sociais” (CARMEN, 2022, tradução minha).

A importância do suplemento *Doble Jornada* para as discussões sobre jornalismo e gênero no México geram impactos até a atualidade, pois impulsionou as jornalistas na criação da *Comunicación e Información de la Mujer* (Cimac) em 1998, em que Carmen atua ainda hoje. O objetivo era construir um espaço voltado tanto para a produção de notícias quanto para a

¹⁰¹ No original: nueva generación del periodismo que había abrevado de la lucha y ganancias de una década y media atrás pero que se dividía entre quienes no creían mucho en el feminismo y otras que estaban convencidas de que era una temática a desarrollar en el periodismo, y de las teóricas y luchadoras del feminismo que continuaban en activo y aspiraban a una mejor y mayor presencia pública.

formação de jornalistas. Como veremos nas próximas páginas, a Cimac formou profissionais integrantes da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género*, sendo um espaço em que elas tiveram o primeiro contato com essa perspectiva. E foi esse percurso que fez a jornalista participar da criação da RIPVG e passar atuar na produção jornalística sobre os direitos humanos das mulheres, tornando-se uma especialista no tema das jornalistas mulheres no exercício da profissão.

Margarida, mexicana

A trajetória de Margarida é marcada pela resistência e pela enorme vontade de exercer o jornalismo. De acordo com ela, desde 1987, pratica o jornalismo de maneira ininterrupta mesmo em circunstâncias em que corria risco de vida. “Agora que tive o *desplazamiento* pelas ameaças de morte o que fiz foi seguir escrevendo ainda que não assinasse o conteúdo para não saberem onde estava localizada, por razão de segurança, mas nunca deixei de escrever (MARGARIDA, 2022, tradução minha)¹⁰²”.

De nacionalidade mexicana, iniciou a faculdade de Relações Públicas porque na região em que vivia não existia curso de jornalismo e, por isso, decidiu ingressar em uma área que pudesse aproveitar a grade curricular para posteriormente cursar o que desejava. Durante o terceiro ano na universidade, quando tinha 19 anos, fez uma oferta a um jornal local, oferecendo trabalhar com o objetivo de conhecer a prática jornalística. “Naquele momento me aproximei do jornal *El Mercurio*, na Ciudad Vitória e pedi oportunidade para praticar. Não fui pedir emprego, mas pedir para aprender, e afortunadamente me deram oportunidade, e três meses depois já começaram a pagar meu primeiro salário, me deram páginas para editar” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Neste jornal, que ela explica ser influente e de grande circulação na região, começou a trabalhar na editoria de saúde, “esse momento é 1987, 1988, e me permitiu fazer a cobertura do primeiro transplante de coração, muitas coisas que me permitiram aprender e praticar, claro que sempre tive um respaldo ali dos editores, porque eu era muito jovem, não tinha nem 20 anos” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Sua área de trabalho mudou quando ingressa em 1989 no rádio, atuando a partir daí em muitos correspondentes. Segundo ela, sua vida profissional se dividiu entre o rádio e a imprensa escrita e permitiu que viajasse para muitos locais realizando coberturas

¹⁰² Entrevista realizada em 25 de março de 2022.

principalmente sobre temas políticos. “Ao longo de 18 anos foram todos os temas legislativos, crônicas parlamentares, na Câmara dos Deputados” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Nos anos 2000 passa a conhecer um grupo de jornalistas feministas da Cimac. Elas foram para Ciudad Vitoria, no estado de Tamaulipas, que faz fronteira com os Estados Unidos, local em que Margarida nasceu e vivia na época, oferecendo formação para jornalistas. Esse foi o início do seu contato com a perspectiva de gênero no jornalismo:

foi a primeira vez que recebemos esse curso de jornalismo não-sexista. E pessoalmente, mudou a minha perspectiva das coisas. Me dei conta que não estava olhando para a metade da população e que nunca me haviam falado na universidade, muito menos na escola, em nenhuma etapa dos meus estudos haviam falado do feminismo e muito menos do jornalismo feminista (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

É importante destacar que enquanto Carmen, também de nacionalidade mexicana, teve contato com o feminismo logo durante a escola, Margarida se depara já na vida adulta, demonstrando a diferença das experiências e do acesso a certas perspectivas que vão transformar suas visões em distintos momentos da vida e possibilitar o encontro das duas na formação de alianças e na atuação militante por um jornalismo com perspectiva de gênero.

Segundo Margarida, é a partir daí que “assumo a Cimac como minha escola, uma escola permanente, porque é uma escola de formação que tem tarefas muito claras de ir aos estados, de ir impulsionando a criação de redes de jornalistas com essa perspectiva feminista. E a partir de então se torna parte da minha vida” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Ao adquirir uma visão de mundo perpassada pelo feminismo, lembra questionamentos seus desde a infância em que não entendia os motivos da desigualdade de gênero e não recebia respostas para explicá-la. Aos 11 anos, por exemplo, queria ingressar em uma equipe de futebol, pois sempre gostou muito do esporte, mas lhe diziam que era coisa de menino. Ao tentar formar um time com colegas do secundário, foi impedida. “E eu perguntava o motivo e não tinha uma explicação” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Com o passar do tempo, entendeu que o direito de escolher até mesmo suas formas de diversão, de socialidade, precisariam ser conquistadas e que o feminismo era a chave desta luta.

Por isso, Margarida segue engajada na luta para que direitos sejam garantidos e outros adquiridos na minimização da desigualdade de gênero. “Eu te digo que minha vida desde 2000 tenho dedicado grande parte dela a este tecido de redes, estar sempre tecendo redes, a estar ajudando na construção dessas alianças entre mulheres, que não necessariamente somos grandes amigas, vamos sair de férias juntas, mas estou segura que temos pontos de

coincidência, que podemos trabalhar juntas (MARGARIDA, 2022, tradução minha)”. No estado de Tamaulipas redes locais vão sendo formadas. Essas estratégias de articulação na região são formas de ampliar o conhecimento e formação das jornalistas sobre a perspectiva de gênero, mas também de resistir a um contexto de extrema violência que enfrentam trabalhadores da imprensa no exercício profissional e que vem se intensificando ainda mais nos últimos anos. Segundo dados da organização de Direitos Humanos Artigo 19 - México y Centroamérica, em 2021, se documentaram 644 contra jornalistas no México, sendo 28 deles no estado de Tamaulipas. A organização ressalta que os números podem ser muito maiores, pois existem zonas de silêncio em que os jornalistas se autocensuram e não denunciam as agressões sofridas por medo de novos ataques (ARTICLE 19, 2021)¹⁰³.

Margarida atuou, então, na fundação da rede estatal de mulheres jornalistas de Tamaulipas, que nasce aderida a *Red Nacional de Periodistas*, no México, tecida pelo Cimac e atua também como colaboradora da agência de notícias Cimac, enviando matérias sobre temas que considera ser de impacto para ganhar maior visibilidade pela grande circulação que a organização tem no México e em outros países. Por conta do *desplazamiento* em decorrência das ameaças sofridas por seu trabalho e sua atuação política na construção de redes e formação de jornalistas feministas, vive hoje em outra localidade, mas segue na mesma luta. “Hoje já tenho mais claro que naquele momento [das ameaças] eu coordenava a Red de Mujeres Periodistas de Tamaulipas e também era parte da coordenação colegiada da Red Nacional e em Tamaulipas éramos pelo menos 130 mulheres jornalistas organizadas (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Durante esses mais de 20 anos de atuação no jornalismo com perspectiva de gênero, Margarida observa que as novas gerações de profissionais já estão chegando aos veículos e também nas redes de jornalistas com uma visão mais teórica, com um crescimento na abordagem de gênero dentro da própria formação na universidade. Segundo Margarida, tudo foi um processo, fruto de um trabalho muito grande das *ancestras*, as “mestras”, em circunstâncias consideradas por ela como muito mais difíceis do que hoje no que se refere à capacidade de comunicação e articulação. “As novas tecnologias têm coisas positivas e negativas, uma das boas é essa, que facilitou de alguma maneira a comunicação e nos facilita nisso, seguir enredando-nos nessa causa que nos une, que é o jornalismo feminista” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

¹⁰³ Disponível em: <https://articulo19.org/periodista-es-golpeado-amedrentado-y-bloqueado-durante-la-cobertura-de-un-desalojo-en-tamaulipas/>

Martha, 40 anos, mexicana, se auto identifica como mulher indígena

Martha, jornalista indígena do povo Nahua, também de nacionalidade mexicana e oriunda do estado de Guerrero, teve seu contato com a perspectiva de gênero no jornalismo a partir da formação do Cimac, assim como Dolores. Após a capacitação ministrada pela organização, em 2015, em que aprendeu a desconstruir o jornalismo e depois reconstruí-lo, ela e outras jornalistas passaram a organizar uma investigação sobre a violência contra mulheres jornalistas em seu estado, sobre a impunidade que existe lá e sobre companheiras que sofreram *desplazamiento* por conta das ameaças sofridas. De acordo com um dos informes da organização Artigo 19 - México y Centroamérica, de 2021, o estado de Guerrero continua sendo um local de grande risco para o exercício da profissão, se encontrando em quarto lugar como entidade mais violenta para o exercício do jornalismo e da liberdade de expressão com nove comunicadoras atacadas durante o ano passado por funcionários do governo ou pessoas relacionadas ao crime organizado. (ARTICLE 19, 2021)¹⁰⁴.

Durante esse importante trabalho de investigação, Martha não apenas conheceu mais profundamente a realidade de jornalistas que exercem a profissão em contexto de violência, mas também foi convidada para integrar a Red Nacional de Periodistas do México e ali encontrou jornalistas que compartilhavam visões muito próximas da sua. Ao construir uma identidade jornalística perpassada pela “defesa de mulheres defensoras jornalistas, repórteres defensoras, logo consegui com as companheiras me assumir como uma defensora de direitos humanos” (MARTHA, 2021, tradução minha)¹⁰⁵.

Ao ser convidada a ingressar na rede nacional, entre 2014 e 2015, relata que já tinha uma visão a respeito do feminismo, mas custava um pouco para ela se compreender e se reconhecer enquanto feminista. Hoje, jornalista especializada em temas de gênero, mulheres, acesso à justiça e à liberdade de expressão, lembra que foi dentro da sua família que conheceu uma dinâmica de muita coletividade entre mulheres e que essa relação moldou a sua visão sobre as relações de gênero e a necessidade de construção de alianças. “Creio que desde que era muito pequena, por ser neta de mulheres que viveram em um entorno de mulheres, eu sempre via minhas avós em uma dinâmica, com minhas tias, minha mãe, em uma dinâmica de coletividade entre mulheres” (MARTHA, 2021, tradução minha).

¹⁰⁴ Disponível em: <https://articulo19.org/cimac-a19-y-rnp-condenan-la-violencia-del-estado-de-guerrero-contra-mujer-periodista-de-el-sur/>

¹⁰⁵ Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2021.

Talvez por essa sua característica de compartilhamento, aprendida desde muito nova, agendou a entrevista comigo no dia do seu aniversário e, de forma muito generosa, me recebeu através das câmeras com uma colorida coroa de flores e me proporcionou participar um pouco dessa data festiva e alegre para ela e seus amigos presentes. Nessa ocasião, ela me contou que sua formação feminista foi construída a partir de alguns pilares – as particularidades de sua família, o contato com o cinema, a música e o jornalismo e, a partir de 2014, o seu trabalho com mulheres indígenas e a capacitação pelas jornalistas da Cimac, que lhe apresentaram o enfoque de gênero no jornalismo.

Além disso, ao experienciar situações de violências em seu trabalho, contou com uma perspectiva feminista para refletir sobre elas e atuar no combate desse tipo de prática cotidiana no âmbito do jornalismo. “Creio que a gente não se torna jornalista feminista apenas por nossa própria história, mas pela história das demais. Mas no meu caso eu sofri violência a partir da relação dentro da redação, no ambiente jornalístico por companheiros, jornalistas, outros colegas, sendo vítima reiterada destas violências que parecem menores” (MARTHA, 2021, tradução minha).

Segundo Martha, a discussão sobre as relações desiguais de gênero dentro das redações, fez com que ela percebesse que não era a única a vivenciar esse tipo de experiência, ao mesmo tempo em que se deparou com uma tentativa dentro do ambiente de trabalho de invisibilizar a violência laboral que as mulheres jornalistas enfrentam. “Violências laborais que não tem somente relação com o direito das mulheres, mas também com o direito das trabalhadoras, como por exemplo o pagamento das mulheres, violência na forma como se referem a nós, sobre os companheiros serem chefes dentro das redações” (MARTHA, 2021, tradução minha).

Três anos depois, em 2018, Martha ingressa na rede internacional com o objetivo de investigar e atuar no registro de violências contra jornalistas não somente no Estado de Guerreiro, mas em outras localidades, e produzir mecanismos que possam chegar em jornalistas que estejam vivenciando essa situação. Como ela mesma destacou, ser uma jornalista feminista parece envolver tanto um movimento pessoal quanto o reconhecimento de que outras pessoas são afetadas pelas mesmas lógicas violentas e desiguais que continuam vitimando tantos sujeitos ainda hoje. Vivência individual e olhar coletivo motivam Martha a seguir trabalhando enquanto jornalista independente, fotógrafa, escritora e também locutora de rádio. “Não somos somente jornalistas, mas somos ativistas, jornalistas defensoras dos direitos humanos das mulheres, das meninas e dos meninos” (MARTHA, 2021, tradução minha).

Teodora, argentina

Teodora, de nacionalidade argentina, ingressa no jornalismo a partir da sua formação inicial em psicologia. Durante muitos anos atuou como analista feminista, tendo se formado na universidade por professoras que pós o regresso à democracia na Argentina, nos anos de 1980, começam a construir uma articulação entre psicologia, psicanálise e os feminismos. Segundo ela, essa perspectiva era nova na Argentina e já vinha sendo discutida por algumas estudiosas da Espanha e também no México. Países esses que influenciaram a formação de perspectivas teóricas e ativistas na América Latina e que já foram citados por Laura anteriormente como referências nessas discussões na década de 1980.

Por ser o que ela chama de comunicadora inata, foi convidada para atuar enquanto colunista em programas de televisão. “Me convidavam para falar sobre certos temas, a princípio sobre o que se denominava ‘temas de família’, amores, divórcios, noivados. Assim comecei como jornalista, como colunista nos meios, nesse lugar de psicóloga” (TEODORA, 2022, tradução minha)¹⁰⁶. A medida em que seu trabalho foi sendo reconhecido nos meios de comunicação, no final dos anos de 1980, início dos anos de 1990, foi convidada a participar de um noticiário enquanto colunista, no horário do meio-dia, em um dos canais de maior audiência da República Argentina. Foi nesse momento que decidiu fechar seu consultório de psicologia e se dedicar exclusivamente ao jornalismo.

Era uma experiência muito interessante porque os noticiários têm uma estrutura patriarcal, misógina e machista. E nesse tempo, os noticiários eram conduzidos por um homem e uma mulher jornalista que na realidade era um adorno que o homem tinha ao lado e os temas políticos, econômicos, os chamados temas fortes, eram apresentados pelo homem. Os outros temas, quem apresentava era a sua companheira (TEODORA, 2022, tradução minha).

Estar todos os dias na tela, falando de temas de família cada vez mais com uma perspectiva feminista foi muito importante, segundo ela, para a agenda dos feminismos em um programa de audiência massiva na televisão argentina. Mesmo não tendo a concordância pessoal do jornalista que conduzia o noticiário com algumas posições que ela trazia, Teodora teve liberdade para escolher os assuntos que abordaria em sua coluna e levou para as casas argentinas, inclusive, a temática do aborto.

¹⁰⁶ Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2022.

De acordo com ela, as questões de gênero apresentam muito impacto para quem trabalha com os meios audiovisuais. Por um lado, temos a desigualdade no lado de dentro das redações, com o assédio e a dificuldade de ocupar um cargo decisório e ter o poder de decidir sobre o que se publica e como se constrói a notícia. Por outro lado, Teodora ressalta que os meios audiovisuais são construtores de sentido e reproduzem muitas vezes um sentido comum que é capitalista, patriarcal, colonial e machista. Por isso aposta na presença de jornalistas feministas dentro dos veículos de comunicação para transformar essa lógica.

O sentido comum é fortemente conservador e os meios constroem sentidos para a população que os escutam. Ou seja, cada vez que alguém feminista, uma mulher feminista ou alguém da dissidência sexual pode ocupar um lugar em um meio massivo de comunicação, faz um aporte a construção de outro sentido, que vai na contracorrente do sentido comum (TEODORA, 2022, tradução minha).

Munida desta perspectiva e de uma longa trajetória feminista, Teodora ingressa na RIPVG em 2007, no segundo encontro internacional realizado em Oviedo, na Espanha, e desde este momento atua ativamente nesta articulação, tendo participado inclusive da fundação da rede nacional na Argentina. Para ela, estar todos esses anos participando das atividades, indo em praticamente todos os encontros internacionais organizados pela RIPVG lhe possibilitou conhecer outras realidades e refletir a partir desses diferentes diálogos propiciados pela articulação em rede, pois “Imersas nas nossas próprias dificuldades, cremos que o que nos passa não passa do outro lado” (TEODORA, 2022, tradução minha).

Além de conhecer muitas jornalistas de diferentes países latino-americanos e como a desigualdade de gênero afeta o cotidiano delas, Teodora teve contato com realidades de países europeus que ela considerava livres dessas hierarquias e que muitas vezes figuram no imaginário social como tendo superado essas questões. “Descobri que na Suécia existem problemas do patriarcado e disse: ‘uau, na Suécia!’. Que nós aqui na Argentina imaginamos que esse mundo europeu é perfeito e isso não é verdade” (TEODORA, 2022, tradução minha).

Graças a integrantes europeias, as jornalistas latino-americanas se inteiram do que acontece em locais distantes geograficamente, “que as irmãs palestinas, as irmãs marroquinas e as irmãs europeias em geral, que vem de um mundo diferente do latino-americano e que sofrem também, sobretudo na Espanha, por exemplo, feminicídios e abusos sexuais” (TEODORA, 2022, tradução minha)¹⁰⁷. Ela cita como um problema presente em muitos países e que teve conhecimento nessa interlocução com integrantes de diferentes regiões do mundo o que chama de “mães protetoras”. São mulheres que tentam proteger seus filhos e

¹⁰⁷ Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2022.

filhas de pais abusadores, mas são descredibilizadas pelo sistema judicial. Segundo ela, este é um fenômeno muito forte na Europa, principalmente na Itália e Espanha, mas também em países latino-americanos. “Então para mim foi uma descoberta, saber que esse ‘coração do patriarcado’, esse ataque às mulheres e dissidências, existe ainda no século XXI, naqueles países que considerava que haviam conseguido vencê-lo” (TEODORA, 2022, tradução minha)¹⁰⁸.

Mesmo considerando que países da Europa compartilham algumas características desse sistema desigual e violento contra as mulheres, Teodora ressalta que a atuação na América Latina trabalha a partir das especificidades desses países, como por exemplo, no acompanhamento de jornalistas feministas e defensoras de direitos humanos em países onde o risco de vida é muito alto, como no México. Foi através das jornalistas mexicanas Margarida e Carmen que Teodora atuou em uma comissão que se ocupava da proteção dos direitos de mulheres jornalistas em risco, atuando enquanto rede para “fazer visível o nome das pessoas em risco e em muitos casos temos conseguido salvar suas vidas” (TEODORA, 2022, tradução minha).

Atualmente, Teodora é secretária de mulheres, política de gênero e diversidades de um município de quase três milhões de pessoas, na província de Buenos Aires. Sua atuação no jornalismo não é tão intensa quanto antigamente, mas ainda participa de um programa de televisão nas noites de domingo.

Tereza, 47 anos, argentina, se auto identifica como mulher branca

Tereza, integrante da RIPVG desde 2013, nasceu na cidade de Formosa, município que se situa a uma distância de mais de mil quilômetros da capital argentina. Trabalhou no jornalismo por alguns anos em sua cidade natal e, posteriormente, se mudou para Buenos Aires, atuando nos âmbitos públicos e privados. Hoje, trabalha na comunicação da área de infância e gênero da defensoria da capital e cursa o mestrado em Políticas e Estudos de Gênero. Ela relata que o contato com as perspectivas feministas fez com que compreendesse situações de desigualdade no passado, dentro do próprio âmbito familiar. “

Minha família não é feminista, creio que fui me aproximando do feminismo quando fui crescendo, na minha formação acadêmica, e comecei a entender que isso que se

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2022.

passava na família era machismo. Meu irmão podia sair na durante a tarde para jogar livremente e eu não podia porque era mulher (TEREZA, 2022, tradução minha)¹⁰⁹.

Ela se dedica além do trabalho, do mestrado e de sua atuação na rede internacional a uma tarefa pouco reconhecida no âmbito comunicacional, a de wikipedista, e que demonstra a sua dedicação à produção de conhecimento feminista não somente no jornalismo. “Porque esse saber que é distinto do acadêmico também necessita de feministas, necessita de editoras de gênero, o que não é nada fácil. Mas sabemos que temos de estar e também saber as regras do jogo para poder mudá-las” (TEREZA, 2022, tradução minha).

A enciclopédia livre conta com milhões de verbetes escritos de forma colaborativa por voluntários ao redor do mundo e é um espaço não só de pesquisa, mas de disputas de narrativas. Em 2015, as edições no verbete sobre a feminista francesa Simone de Beauvoir precisaram ser restringidas após uma questão sobre sua obra cair na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foram incluídas informações falsas em seu perfil, com acusações de nazista e pedófila, o que a própria Wikipedia classificou como vandalismo (IHU, UNISINOS, 2015)¹¹⁰.

O caso é emblemático das intencionalidades que perpassam a produção de informações na ferramenta. Por isso, agregar não apenas uma perspectiva feminista, mas jornalística na apuração dos dados que são inseridos ali é contribuir com o conhecimento que circula na sociedade. Segundo Tereza, além de uma perspectiva masculinista, a Wikipedia é repleta de invisibilidades. “A história das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, por exemplo, quase não existe na Wikipedia. Porque a cada dez pessoas, duas são editoras mulheres, imagina que são 8 homens digitando, e em outros espaços também, precisamos ir somando e multiplicando (TEREZA, 2022, tradução minha)”.

E somar e multiplicar a perspectiva feminista no âmbito que as integrantes da rede dominam, que é o espaço comunicacional, é também reconhecer que o jornalismo apresenta seus limites. De acordo com a jornalista, a Argentina já apresenta uma cobertura midiática mais sensível aos direitos humanos, mas ainda possui muitas falhas, principalmente porque a mudança dos sentidos sobre gênero perpassa a atuação de muitas instituições sociais que estão refletidas na prática jornalística. “Não é com o jornalismo feminista que mudamos todas as coisas, não, os estados necessitam políticas proativas em prol dos direitos humanos. Uma lei que se aprove, se regulamente e que se aplique. E por isso precisamos de juízes e juízas com

¹⁰⁹ Entrevista realizada em 15 de março de 2022.

¹¹⁰ Matéria na integra: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/548469-apos-enem-filosofa-francesa-ganha-acusacoes-de-nazista-e-pedofila-na-wikipedia>

perspectiva feminista. Para evitar os feminicídios, precisamos trabalhar com distintas coisas” (TEREZA, 2022, tradução minha)”.

Tereza conta que na Argentina existe educação sexual integral desde a primeira infância para que as crianças conheçam os seus direitos, um avanço muito grande que infelizmente não é a realidade de muitos países, incluindo a do Brasil. Muito pelo contrário, a educação brasileira vem sofrendo grande perseguição quando sugeridas abordagens destas temáticas no ensino básico, principalmente a partir de 2015, momento em que surgiram propostas para a inclusão de discussões de gênero nos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Graças a uma longa luta do movimento feminista e LGBTQIAP+, a Argentina tem alcançado grande vitórias nos marcos legais sobre gênero e sexualidade, figurando como um exemplo na busca por direitos na América Latina. Além da educação sexual integral para toda a rede de ensino, pública e privada, a Argentina conseguiu aprovar em 2020 uma lei que descriminaliza o aborto. Mais recentemente, se juntaram ao Uruguai, Argentina e Cuba, o México e Colômbia na descriminalização. E o jornalismo atua neste sentido na visibilidade desses direitos, denunciando qualquer forma de retrocesso.

“O que faz o jornalismo é um aporte, nossa produção comunicacional com perspectiva de gênero e direitos humanos, com uma linguagem inclusiva, com uma diversidade de vozes, com uma diversidade de fontes, isso tem a ver com comunicação e jornalismo e esse é o nosso aporte. Não somos juízas, não estamos no Estado, somos muito conscientes disso (TEREZA, 2022, tradução minha)”. Assim, a RIPVG atua na incidência dentro das redações, no trabalho jornalístico e na academia dentro desse escopo comunicacional e jornalístico. “Esse grão de areia, que faz uma praia, e que vai se somando à história do feminismo e isso nós sabemos. É por isso que a cada dia, cada uma de nós seguimos trabalhando” (TEREZA, 2022, tradução minha)”.

Leila, 40 anos, brasileira, se auto identifica como mulher parda

Professora universitária e pesquisadora na área de Comunicação e Jornalismo na perspectiva de gênero, Leila se incorpora a rede internacional em 2019, integrando uma comissão responsável pela elaboração de pesquisas e, em 2020, funda ao lado de outras jornalistas feministas a Rede Brasileira de Jornalista e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça. Seu contato com o feminismo teve início durante a sua graduação em Comunicação, com habilitação em jornalismo, na Universidade Federal do Tocantins. “Meu primeiro contato

com redes feministas foi com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), através de uma ONG aqui do Tocantins, a Casa da Mulher 8 de março. Depois veio o meu interesse na pesquisa, na questão da mulher, e aí a minha monografia no curso de jornalismo foi sobre a imagem da mulher na TV” (Leila, 2021)¹¹¹. Seguindo na militância, ela continuou pesquisando sobre questões de gênero durante o mestrado e o doutorado realizado na área de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UNB).

Leila relata que seu envolvimento com o feminismo se entrecruzou com outra militância, a que busca a democratização da comunicação. Participou de conferências municipais e estaduais no Tocantins, eventos preparatórios para a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em que foi delegada nacional. “Tudo que eu participei lá foi voltado para as questões de gênero na comunicação” (LEILA, 2021). Ela critica que até hoje essa questão não é uma das bandeiras prioritárias dos movimentos feministas no Brasil. “Aqui nós temos problemas maiores. Não estou dizendo que a comunicação é menor, mas assim a questão da morte das mulheres, a violência, ainda é o carro-chefe de toda a luta. Continuamos sendo assassinadas e a pandemia tornou isso uma coisa bem descarada” (LEILA, 2021).

Infelizmente, a comunicação acaba não sendo considerada um elemento fundamental, inclusive para a prevenção e redução da violência contra às mulheres. Além desta não centralidade nas lutas feministas, Leila ressalta a dificuldade de emplacar mudanças que estejam relacionadas à produção de sentido e a linguagem. Segundo ela, a sociedade brasileira é tão conservadora e tão machista que pautas como a criação de manual para flexão de gênero na linguagem nas universidades não estão prontas para vingar. A falta de uma política de comunicação densa, que inclua questões de gênero, é uma consequência, de acordo com a pesquisadora, com o contexto social e político que vivemos. “Se você observar a Argentina, por exemplo, eles foram nas ruas, ocuparam as ruas pela lei dos meios. Quando que no Brasil nós vamos para a rua lutar por criar aqui uma lei dos meios de comunicação? Não. Infelizmente, nesse ponto eu sou bem pessimista, por isso que eu penso que a militância, a organização profissional, tem que tentar fazer essa incidência no governo” (LEILA, 2021). E para fazer essa incidência é preciso de mobilização e organização política.

Considerando a importância dessa incidência na formulação de políticas, ela participou das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, uma delas enquanto observadora e outra enquanto delegada, buscando incidir a questão da comunicação nesse espaço. E em 2008, ao participar do Seminário Nacional de Controle Social da Imagem da Mulher na

¹¹¹ Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2021.

Mídia, realizado em São Paulo, conheceu outras jornalistas feministas latino-americanas e foi através de um grupo de e-mail formado na ocasião que conheceu o trabalho da RIPVG.

Em 2019, Leila participa do evento da rede internacional em Montevidéu, passou a integrar a RIPVG e conhece outras jornalistas brasileiras com quem se articula na formação da rede internacional. Foi neste contexto que conheci Leila, no Uruguai e, após trocas de e-mails, passei a conversar com ela e outras profissionais sobre a consolidação da nossa rede. “Já tinha um interesse de criar a rede e tinha a questão da urgência que era relacionada aos ataques contra jornalistas mulheres no Brasil. Então, juntou várias questões que fizeram com que isso pudesse se realizar” (LEILA, 2021).

O apoio que ela considera irrestrito da coordenação da rede internacional também foi fundamental para a criação da rede brasileira, principalmente no cenário que enfrentamos atualmente, de crescente violência contra jornalistas, uma violência autorizada pela própria conduta do ex-presidente da República Jair Bolsonaro¹¹² (NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2022). “Não é à toa, por exemplo, quando teve a arena paralela da conferência da condição da mulher na ONU, no início do ano, elas conseguiram um painel e aí convidaram a rede brasileira porque entenderam que: ‘Olha, vocês têm que denunciar o que está acontecendo aí’” (LEILA, 2021). O evento paralelo da ONU é organizado pelos movimentos sociais e feministas e é um ambiente relevante porque tem visibilidade mundial. “Isso é importante para a nossa consolidação, porque nós somos uma rede nova, tem muito chão ainda para conquistar, uma militância, uma organização mais estruturada, não é fácil” (LEILA, 2021).

Pelo relato que faz sobre sua trajetória, fica nítido que seu posicionamento ativista perpassa a sua atuação enquanto pesquisadora e docente e impacta na maneira como constrói uma reflexão sobre o contexto em que está inserida. “Essa seria uma pequena biografia, eu não consigo dissociar a prática política da militância da pesquisa” (LEILA, 2021). Em seu doutorado realizou uma análise das narrativas jornalísticas do feminicídio na Amazônia. Sendo esta “outra parte da minha trajetória, que é o fato de que estou no Tocantins e o Tocantins faz parte da Amazônia Legal. Então, ultimamente eu tenho me debruçado muito sobre essas questões aqui na Amazônia” (LEILA, 2021).

¹¹² Quando da realização da entrevista Jair Bolsonaro ainda era presidente do Brasil.

Beatriz, 38 anos, brasileira, se auto identifica como uma mulher negra

A trajetória profissional e feminista de Beatriz foi marcada por sua atuação na comunicação sindical e política e por sua participação em organizações do movimento social. A piauiense, hoje servidora pública, estava na faculdade quando, aos 18 anos, começou a estagiar no programa diário de rádio Revista Popular Sindical, da CUT Piauí. As pautas em que trabalhava como produtora e apresentadora se voltavam para questões trabalhistas, sem uma perspectiva de gênero.

Eu já tinha uma proximidade com a militância porque meu pai era sindicalista, era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) na época. Então eu já tinha uma aproximação com esses temas, não com o feminismo, pelo contrário. Era uma perspectiva bem masculina, sindical. E no programa também, no Revista Popular Sindical, eram questões trabalhistas bem básicas (BEATRIZ, 2022)¹¹³.

Após o programa de rádio, Beatriz passa a atuar, em 2004, no Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido, um braço da Articulação do Semiárido do Piauí, quando estava no auge do programa de construção de cisternas e outras alternativas de convivência com a seca. A articulação é formada por vários grupos de movimentos sociais ligados à questão da terra e da água. Segundo ela, até trabalhar em Brasília, primeiro na comissão nacional pró Conferência Nacional de Comunicação e, posteriormente, como assessora parlamentar da deputada Luíza Erundina (PSOL-SP), as questões de gênero estavam presentes de forma muito tangencial no seu trabalho, não sendo um grande enfoque de abordagem.

Já no Distrito Federal, seu contato com questões de gênero foi perpassado também pela discussão de raça, quando ela passa a integrar o coletivo de comunicação Intervezes, que conta com uma instância setorial de gênero e uma comissão de jornalistas pela igualdade racial. Segundo Beatriz, por um bom tempo também participou da Irmandade de Mulheres Negras Pretas Candangas, no Distrito Federal que tem “um entendimento desse feminismo em disputa, os feminismos negros” (BEATRIZ, 2022), considerando que a luta das mulheres negras é anterior ao que se convencionou chamar de feminismo.

Sua trajetória feminista e profissional foi marcada ainda pelo seu trabalho na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada 2003 durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas extinta quando Michel Temer esteve na presidência, e no Conselho Nacional dos Direitos Humanos. “Essas questões estavam muito pulsantes,

¹¹³ Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2022.

principalmente por causa do momento em que a gente estava vivendo, toda a história do Impeachment da presidenta Dilma, e aí a discussão de gênero pulou assim nesses ambientes de uma forma muito interessante, importante e necessária, talvez atrasada” (BEATRIZ, 2022). O caráter misógino dos discursos contra a presidenta Dilma Rousseff durante o golpe de 2016 realmente foi um marco para as discussões sobre a violência e desigualdade de gênero dentro da política.

Segundo Beatriz, as hierarquias de gênero e raça eram muito nítidas durante o tempo os anos em que atuou em Brasília. “Além da questão pessoal, a observação do que se passa com outras mulheres também. Eu trabalhei diretamente com a Erundina, como assessora, estava na cola dela o tempo todo, e com a ministra Nilma Lino Gomes, da Seppir, que depois virou aquele ministério lá das mulheres, igualdade racial, direitos humanos” (BEATRIZ, 2022). De acordo com ela, as dificuldades enfrentadas pela ex-ministra Nilma Lino Gomes estavam relacionadas com essa lógica hierárquica de gênero e raça que, infelizmente, ainda estrutura as instituições sociais. “E ela estando nesse lugar, mulher negra, você vê vários obstáculos, não tem outra palavra, várias portas que são fechadas e que não seriam se ela fosse um homem branco, se ela fosse de São Paulo” (BEATRIZ, 2022).

Seu envolvimento político e profissional com as questões de gênero e raça refletiu na escolha de seus temas de pesquisa na academia. Durante o mestrado pesquisou sobre a situação dos movimentos negros na primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), e agora no doutorado continua a investigar a mobilização social, mas com foco na Marcha das Mulheres Negras e Marcha das Mulheres Indígenas. Atualmente, além do doutorado, Beatriz trabalha na associação de arte, cultura e comunicação que criou com seu companheiro no Pontal do Coruripe, interior de Alagoas, e integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira).

A jornalista e comunicadora foi uma das fundadoras da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça e considera simbólica a inclusão da visão de Raça no nome da rede, indicando talvez uma modificação no olhar, uma reeducação da própria militância sobre a necessidade de discutir as questões de raça de forma indissociável das questões de gênero. “Todo esse processo que se deu via pressão, que se deu via questionamento, algumas vezes até por boicote, rupturas, rachas, foi necessário para moldar o nosso olhar” (BEATRIZ, 2022). Ao mesmo tempo, ela ressalta que o feminismo de forma geral ainda não consegue fazer uma articulação adequada entre essas questões, pois muito recentemente existia muita resistência em contemplar a questão racial na sua agenda.

Isso ainda tem marcas, por mais que já haja inclusão, por mais que já haja abertura para discutir. Não é orgânico, não é uma coisa que vem da percepção de uma necessidade, mas talvez venha mais da pressão externa por essa inclusão[...]. Mas eu acredito que a gente está em um momento de transição, isso ainda está começando a ser entendido e assimilado como algo necessário mesmo (BEATRIZ, 2022).

Além da própria configuração de uma rede brasileira, Beatriz considera muito importante a presença de integrantes brasileiras na RIPVG e acredita que “a gente só avança em articulação” (BEATRIZ, 2022). Ela destaca que ainda impera uma falsa separação entre Brasil e América Latina e que essa presença em uma rede internacional com forte participação de jornalistas latino-americanas é uma possibilidade de maior envolvimento com os debates da região e com profissionais de diferentes países. “Embora haja especificidades nas nossas questões, tem muita coisa que nos une também, muitas coisas que a gente pode aprender umas com as outras, que a gente pode trocar, pode passar esse aprendizado, essa experiência. Acho que é isso que me motiva” (BEATRIZ, 2022). O diálogo com jornalistas de diferentes países são motivadores do engajamento na articulação, conectando diferentes trajetórias, experiências e formações.

4. DIÁLOGOS EM REDE - JORNALISTAS FEMINISTAS ATIVISTAS POR UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO JORNALISMO

A *Rede Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG) surgiu em 2005, em um contexto relacionado ao agravamento de uma crise mundial, que se torna mais expressiva e sentida em diferentes países a partir de 2008. Entre as consequências desta desestabilização está o crescimento de comportamentos regressivos e intolerantes nas diferentes sociedades, representando uma série de retrocessos nas conquistas feministas, das políticas de gênero tão importantes para a luta pela inclusão e não discriminação. Figura neste cenário, ainda, o “recrudescimento do machismo em suas formas mais marcantes: violência contra as mulheres, feminicídio, abolição dos direitos sexuais e reprodutivos, exploração, discriminação e sexismo” (RIPGV, 2020, S/N, tradução minha)¹¹⁴.

Os anos 2000 foram emblemáticos no que se refere ao âmbito político latino-americano. Se entre 1980 e 1990 é vivenciada a vitória eleitoral de partidos à direita, a década seguinte evidencia “a ascensão das esquerdas e o declínio da direita” (FERNANDES, 2017, p. 34). Seja enquanto uma reação às políticas sociais destes governos ou ainda uma consequência da crise econômica mundial que se torna mais nítida em 2008, Fernandes (2017) detecta novamente o fortalecimento de projetos sociais e econômicos mais à direita.

Além do aumento de bancadas conservadoras, a utilização das redes sociais por grupos mobilizados reflete a pulverização desse ideário de forma mais ampla dentro da sociedade. Gaudichaud (2019, p. 83) também pondera que essa ascensão é um reflexo de uma não transformação mais estrutural das relações de produção e distribuição pelos governos de esquerda “de modo que o poder econômico, cultural e midiático das oligarquias permaneceu amplamente intacto e, mesmo sob vários aspectos, reforçados, particularmente no setor financeiro e agroindustrial”.

Segundo Soares, Simões e Romero, o fortalecimento de partidos de direita nos anos 2000 é percebido em outros países como Estados Unidos, mesmo durante o governo do democrata Barack Obama, entre 2009 e 2017, Reino Unido, França, Japão e Áustria, se ampliando ao redor do mundo nos últimos anos. “Indubitavelmente, percebe-se que a retórica do ultraconservadorismo emerge em todo o mundo; não há dissociação dessa ideia quanto ao poder ou forma dos Estados; a extrema direita cresce a cada dia e está sendo exercida,

¹¹⁴ No original: recrudescimento do machismo em suas formas mais marcantes: violência contra as mulheres, feminicídio, abolição dos direitos sexuais e reprodutivos, exploração, discriminação e sexismo.

indiscriminadamente, do norte ao sul, especialmente, nos Estados Unidos, países da Europa e da América Latina” (SOARES; SIMÕES; ROMERO, 2020, p. 215).

Os discursos antidireitos e a caçada contra as temáticas de gênero se tornam mais explícitos em 2010, mas a América Latina, especialmente, ou melhor, as feministas latino-americanas, já estavam na mira do Vaticano e de seus aliados antigênero desde a década de 1990 (CORRÊA, 2018). Ainda na preparação da IV Conferência Mundial das Mulheres (Beijing), em março de 1995, o Vaticano já começa a reagir sobre o tratamento das questões de gênero, inaugurando uma série de perseguições e produzindo uma “vasta literatura de repúdio ao gênero, assinada por autoras e autores não clericais, seguida de uma também muito extensa crítica teológica elaborada pelo Vaticano já nos anos 2000” (CORRÊA; PARKER, 2021, p. 11).

Como afirma Dora Barrancos (2022), uma postura reacionária era percebida na região já nos anos de 1990 contra o conceito de gênero, o que levou a teórica Judith Butler a afirmar em uma estada ao Brasil, em 2004, que o termo era mais repulsivo aos ouvidos reacionários do que a própria palavra sexo. Na Argentina, o atual papa, na época arcebispo de Buenos Aires, atuou contra a proposta de mudanças curriculares no âmbito educacional que propunha a inclusão de uma perspectiva de gênero. Para a Igreja Católica, gênero “implicava desrespeito às regras da natureza impostas pela transcendência divina” (BARRANCOS, 2022, p. 259). Esse exemplo demonstra o quanto a perseguição ao gênero pela Igreja circulou por diferentes países, sobretudo na América Latina, conforme destaca Barrancos:

Não pode deixar de ser mencionado o significado crucial que teve para a Igreja católica o papado do teólogo Joseph Ratzinger, sob o nome de Bento XVI, e que havia sido regente da Congregação para a Doutrina da Fé, centro onde foram impostas condutas que condenam a ideologia de gênero (2022, p. 259).

Soma-se a isto o surgimento das novas igrejas cristãs, a partir do século XIX, formando um arcabouço que foi chamado de evangelismo e que a partir de uma leitura literal de textos bíblicos dão sentido ao que passa a se denominar fundamentalismos e se torna mais proeminente na segunda metade do século XX. E, para Barrancos (2022, p. 260), sem dúvida “outra fonte significativa de combate a ideologia de gênero vem da religiosidade evangélica”, devota de uma perspectiva de ordem natural refletida na demarcação biológica, tornando qualquer dissidência sexual ou de gênero uma “abdução demonológica”. São essas visões que passam a ser chamadas de antidireitos.

Em 1999 e 2000, as críticas às temáticas de gênero se intensificam dentro das negociações para as principais conferências mundiais sobre o tema e “Sempre que o termo

surgia no debate, questões eram levantadas quanto ao seu significado e as delegações mais diversas pediam sua eliminação dizendo que ele remetia a homossexualidade, pedofilia e outras ‘perversões sexuais’” (CORRÊA, 2018, p. 11). Soma-se a esse contexto de ataques a crise econômica mundial, que foi para Soares, Simões e Romero (2020, p. 212) mais um elemento crucial para a “ascensão de regimes populistas de extrema direita que atuam, em regra, na defesa de valores conservadores”, considerada a defesa de valores religiosos, a defesa da família e da moral como uma saída rápida às crises complexas do capitalismo.

O final do século passado vivenciou uma dura luta na internalização dos direitos humanos. Já as duas primeiras décadas do século XXI foram perpassadas por um paradoxo no que se refere a implementação de políticas públicas concretas que visam a atender as especificidades das maiorias minorizadas, ao mesmo tempo em que se observou o crescimento de ataques contra essa temática, em uma nítida relativização e debilitação desses direitos (SOARES; SIMÕES; ROMERO, 2020).

E essa violência não se refere apenas à esfera discursiva. Segato (2021) analisa o crescimento de crimes brutais contra os corpos feminizados, o que ela considera serem novas formas de guerra. Uma guerra que interliga a expansão do mercado e da modernidade com o aumento da crueldade contra mulheres, sendo que “tal ocupação predatória de corpos feminizados vem sendo praticada como nunca antes e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos” (SEGATO, 2021, p. 88). Apesar do aumento de normativas que se constituíram enquanto direitos humanos das mulheres a partir da década de 1990, é possível “sem dúvida, falar de uma barbárie crescente do gênero colonial-moderno, ou do que algumas pessoas já chamam de ‘genocídio de gênero’” (SEGATO, 2021, p. 89).

Discursos e instrumentalização dos discursos caminham juntos. Assim, na América Latina, os ataques de grupos antidireitos se referem especialmente a demandas voltadas para as mulheres e dissidências de gênero e sexualidade (BARRANCOS, 2022). Fica, então, explícita a continuidade do padrão colonial-moderno observada nos preconceitos morais que os direitos humanos buscam combater (SEGATO, 2021). Discursos sexistas e homofóbicos “são de fato modernos e, novamente, descobrimos que a modernidade apresenta um antídoto legal para os males que introduziu e continua a propagar” (SEGATO, 2021, p. 113). Além do paradoxo no avanço dos direitos humanos, que vem impulsionando uma grande reação contrária, Segato (2021) aponta esta grande contradição intrínseca à formulação de normas pelo estado-modernizador que visam a minimizar os estragos causados por ele próprio no que se refere à violência de gênero e sexualidade, como apontado no primeiro capítulo desta tese e retomado de modo mais aprofundado no próximo.

Nesta conjuntura de avanços e retrocessos, é observada ainda uma atualização das matrizes de sentido com que o gênero é atacado. Atualmente, novas estratégias vêm sendo utilizadas na cruzada contra o gênero, como explica Barrancos (2022, p. 262), ocultando o viés religioso em discursos supostamente científicos, “tais como as apreciações da evolução fetal em caso de aborto ou as inexoráveis características neurais e de personalidade baseadas em repertórios biológicos inquestionáveis”. Isso demonstra que embora os atores integrantes do fundamentalismo religioso sejam parte importante desses ataques, eles não são os únicos, pois:

Existem vigorosas conformações mentais que, mesmo partidárias do civilismo – do princípio do poder do Estado de agir sem o consentimento da igreja -, constituem pedreiras resistentes que são centralmente patriarcais, que se opõem à consideração igualitária das mulheres e que condenam as derivações sexuais (BARRANCOS, 2022, p. 265).

Estas conformações podem ser observadas em muitos discursos produzidos por governos de direita na região, considerados neoliberais (na economia), mas que, segundo Barrancos (2022), são nitidamente conservadores com muitos traços autoritários e que fazem proliferar políticas regressivas com grande impacto principalmente na vida das mulheres de classes populares, pessoas transexuais e outras dissidências.

Esse cenário demonstra que a criação da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG), e o destaque ao uso da palavra gênero em seu nome e não mulheres, por exemplo, demarca o posicionamento dessa aliança frente a este cenário. Se relaciona, ainda, ao intuito de pensar estratégias de enfrentamento aos retrocessos crescentes no âmbito dos direitos, incluindo o das mulheres. Exatamente porque essa soma de fatores apontados anteriormente, “com uma virada para a direita, acompanhadas pela hegemonia capitalista global, pelos processos de privatização e pelo aumento de ódios religiosos, étnicos e raciais, representam desafios muito concretos para as feministas” (MOHANTY, 2020, p. 80).

Seguindo o alerta da feminista pós-colonial Chandra Mohanty (2020), olho para essa formação entendendo que não é a existência de uma opressão comum o fator de união entre as mulheres de diferentes localidades, culturas e localizações sociais, mas uma contínua resistência e luta contra a colonialidade de gênero, a partir de contextos culturais e históricos específicos. A busca por uma solidariedade através de fronteiras, em uma relação entre o que difere e o que é comum:

Ao conhecer as diferenças e as particularidades, podemos perceber melhor as conexões e os pontos em comum, porque nenhuma fronteira ou limite é sempre completa ou rigidamente determinada. O desafio é ver como as diferenças nos

permitem explicar melhor e de maneira mais acurada as conexões e os cruzamentos de fronteira; como especificar as diferenças nos permite teorizar as preocupações universais de modo mais completo. É esse movimento intelectual que possibilita meu interesse por mulheres de diferentes comunidades e identidades a fim de construir coalizões e solidariedade para além das fronteiras (MOHANTY, 2020, p. 73).

Não podemos desconsiderar também que esse cenário de ascensão de discursos reacionários afeta diretamente o exercício profissional das jornalistas e os próprios sentidos que o jornalismo coloca em circulação, visto que muitos grupos conservadores passam a deter a propriedade de empresas de mídia. Desta forma, a rede pode ser pensada enquanto uma rede de jornalistas ativistas feministas que lutam pela defesa tanto do jornalismo quanto do feminismo. Em outras palavras, jornalistas mobilizadas por uma transformação do jornalismo, mas também pelo próprio exercício profissional.

Durante minha dissertação de mestrado e, posteriormente, no livro *Jornalistas e Feministas* (GUSTAFSON, 2019), defendi que a identidade enquanto jornalistas e feministas não era contraditória, embora em alguns momentos gerasse conflitos. Exatamente pelos pressupostos que sustentam discursivamente a profissão, como a objetividade, a imparcialidade, a neutralidade e busca por uma suposta verdade. Como tratei no primeiro capítulo desta tese, principalmente a ideia de verdade apresenta uma forte ligação com uma visão de mundo que gerou tanta violência durante a intrusão colonial, no apagamento de saberes diversos e continuou se perpetuando a partir de uma matriz de poder que une raça e gênero.

As dicotomias contidas na ideia de objetividade, que a aparta não só da subjetividade, mas do corpo, enquanto característica primeira dos sujeitos da razão, foram confrontadas no estudo que desenvolvi no mestrado pelo conceito de objetividade corporificada, de Donna Haraway (2005), em que são o engajamento e um posicionamento ético e político que produzem a possibilidade de alguma objetividade na produção do conhecimento, inclusive o jornalístico, e não o distanciamento. Desta forma, a atuação de jornalistas feministas, posicionadas, já incide em uma ruptura ou, ao menos, um tensionamento aos pressupostos arraigados na institucionalização da profissão.

Contudo, nesta pesquisa atual, o ativismo a que as jornalistas estão envolvidas as une de uma maneira que parece bastante específica, tanto em um projeto de formação de profissionais com uma perspectiva de gênero, quanto na denúncia de um sistema desigual, profundamente machista e misógino, que afeta as mulheres e outras maiorias sociais minorizadas ao redor do globo, incluindo as próprias jornalistas. Assim, buscam fazer da rede uma articulação que provoque incidência política nos mais diferentes âmbitos, incluindo a

formulação de documentos que impactam na construção de tratados internacionais e políticas públicas locais, como veremos nos relatos delas transcritos neste capítulo. Formação, prática jornalística e incidência política reverberam em uma atuação que não é apenas de jornalistas, no sentido de uma estrita atuação na produção de notícias, mas de jornalistas engajadas e enredadas que entendem que a militância é a chave para câmbios culturais e institucionais mais amplos.

Destaco já logo no início deste capítulo esta análise sobre a atuação da rede por considerar que ela tensiona e também reflete alguns fenômenos que vêm sendo discutidos no âmbito do jornalismo. Um deles é a feminização da profissão, ao mesmo tempo e, contraditoriamente, em que pesquisadores observam uma desfeminização da mesma, pois quando em contextos de crise as mulheres são expulsas com mais frequência de um jornalismo ainda muito masculinizado (MICK; KIKUTI, 2020). No Brasil, a categoria é formada majoritariamente por mulheres (PERFIL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2021), contudo, elas seguem sendo as mais vulneráveis em um contexto de precarização da profissão, como discutem Mick e Kikuti (2020).

De acordo com Chaer e Pedraza (2018), a estrutura de trabalho segue sendo masculina nos meios de comunicação de boa parte do mundo. Veiga da Silva (2014) já apontava o caráter masculinista da prática profissional na reprodução das relações de poder que circulam na sociedade dentro das hierarquias do jornalismo. E os dados mundiais indicam que essa máxima está presente também na distribuição dos cargos e permanência dentro da profissão. Chaer e Pedraza (2018) discutem os indicadores da única investigação global que olhou de forma ampla para as estruturas das redações de 522 empresas de comunicação em 59 países do mundo, a pesquisa de Byerly, de 2011.

Os resultados da pesquisa indicaram que 73,5% dos cargos gerenciais mais altos das empresas eram ocupados por homens e que esse percentual aumenta quando são cargos altos diretamente relacionados ao trabalho jornalístico, chegando a 80%. Já na ocupação geral de cargos dentro do jornalismo, as mulheres representavam apenas 35,1% da categoria no mundo. Na América, 121 empresas de 13 países foram analisadas, e mesmo com diferenças entre cada região, a pesquisa de Byerly (2011) demonstra uma sub-representação das mulheres nas redações, com maior destaque para Argentina, Chile, Costa Rica, República Dominicana y Ecuador, com dois homens para cada jornalista mulher.

A simples menção a suposta feminilização da profissão esconde uma série de nuances sobre a experiência das mulheres no jornalismo, como a alta taxa de formação nas graduações da carreira que não se reflete na mesma proporção dentro dos meios de comunicação

(CHAER; PEDRAZA, 2018), e os processos de expulsão das mulheres da profissão (MICK; KIKUTI, 2020). Clemente (2005) destaca as seguintes situações que evidenciam uma “pseudofeminização” da profissão na Espanha: a presença das mulheres dentro da profissão é marcada por uma série de abandonos; suas posições nas empresas são em sua maioria as mais desprestigiadas; e suas trajetórias são marcadas por mudanças entre os espaços profissionais, principalmente para os mais compatíveis com a vida privada, e, conseqüentemente, com menor visibilidade.

Além destes elementos, Thales Vilela Lelo (2019) ressalta que a desigualdade de gênero no jornalismo extrapola a disparidade salarial, a dificuldade de chegar aos cargos de chefia e as duplas jornadas de trabalho que culmina no abandono precoce da profissão, pois há

um expressivo volume de arbitrariedades que impacta negativamente as carreiras das comunicadoras e que não são detectáveis em investigações sociodemográficas porque dizem respeito à experiência qualitativa do gênero em uma sociedade marcadamente sexista – a exemplo da discriminação sofrida por mulheres casadas e com filhos em empresas de mídia, a idealização da masculinidade nas culturas organizacional e profissional, a segregação horizontal, a avaliação de desempenho calcada em padrões estéticos, além da intimidação, do assédio e da violência sexual (LELO, 2019, p. 11).

Os resultados das pesquisas apresentadas nos ajudam a compreender a centralidade que as questões de gênero alcançaram para a compreensão da profissão. Os estudos da área por muito tempo olharam para o conteúdo produzido pelo jornalismo e a produção de sentidos sobre gênero. Nos últimos anos, agregam um elemento a mais, e de extrema importância, passando a analisar os impactos de gênero na vida das próprias profissionais da notícia (NUNES, 2021; GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI, 2017; LELO, 2019; SILVA; FONTES; MARQUES, 2021).

O cenário contemporâneo envolve não apenas a produção de pesquisas acadêmicas, mas uma reflexão das próprias jornalistas sobre as especificidades da sua atuação. Este novo momento da relação entre jornalismo e gênero que acontece na Rede Internacional, está sendo também mais expressiva em outras organizações como os próprios sindicatos e de maneira bem recente, indicando que o elemento condutor impulsionador da mobilização e articulação de profissionais se multiplicou. A identidade de trabalho, como comumente era tratada dentro dos sindicatos, se soma a outras questões que compõem as identidades, como questões de gênero e raça, por exemplo. Ainda mais interessante é que no caso da rede internacional, a imbricação é motivada não somente pela identidade de jornalista e mulher, mas jornalista e feminista com uma visão crítica não apenas sobre o que se passa na sociedade, mas com uma autoconsciência do quanto gênero impacta nas suas vidas e no seu trabalho cotidianamente.

E para construir esse tipo de articulação, a rede destaca a necessidade de marcar uma diferença da sua atuação frente a dos sindicatos. Seja por considerarem a articulação em rede uma proposta mais coletiva, como destacou Huerta (2021), diretora da Cimac, em entrevista realizada para esta tese, ou por se oporem a “estrutura patriarcal de sindicato” (tradução minha), considerada mais masculina e voltada para a figura do dirigente, as jornalistas organizadas estão há 17 anos. Discutindo e incidindo sobre questões que dizem especificamente à profissão, à formação e defesa do exercício profissional, sempre com uma perspectiva de gênero.

Se muitas vezes escutamos que os jornalistas são uma categoria desmobilizada sobre questões que lhes tangem, talvez estejamos olhando somente para as formas mais tradicionais de mobilização. Organizadas em redes, coletivos, núcleos de estudos, articulações e grupos não institucionalizados, as jornalistas de diferentes áreas profissionais tecem produções e saberes sobre a desigualdade de gênero que afeta tantas sujeitas e a si mesmas. Há séculos as feministas nos ensinam que sem luta não há avanço e se hoje conseguimos discutir jornalismo e gênero com tanta profusão é sinal de que muitas jornalistas e pesquisadoras feministas encontraram suas próprias formas de ativismo, algumas com mais ou menos sucesso em determinado momento, mas cruciais para que fossem nomeadas questões que afligiram e afligem tantas de nós.

4.1 A construção da rede internacional - 17 anos de história

A RIPGV se descreve enquanto um espaço que conta com jornalistas de 36 países e tem como propósito promover jornalismo com perspectiva de gênero, evidenciando a situação das mulheres nos meios de comunicação com o intuito de modificar a atual condição delas na sociedade. Afirma que são “jornalistas que buscam dar visibilidade às mulheres na mídia, promover seus direitos humanos, contar com elas como fonte e usar uma linguagem inclusiva. Somos uma rede feita de interesses comuns e vontades compartilhadas” (RIPVG, 2021, S/N, tradução minha)¹¹⁵

Fundada por jornalistas de 14 países: Alemanha, Espanha, Itália, Peru, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Cuba, Estados Unidos e México,

¹¹⁵ No original: Periodistas que buscamos visibilizar a las mujeres en los medios de comunicación, promover sus derechos humanos, contar con ellas como fuente y el uso de un lenguaje incluyente. Somos una red hecha a partir de intereses comunes y voluntades compartidas.

destaca que desde “a sua formação, a RIPVG impulsiona uma agenda informativa com perspectiva de gênero, defende a erradicação de todo tipo de violência contra mulheres jornalistas, promove os direitos humanos das mulheres à comunicação, informação e a liberdade de expressão” (RIPVP, 2021, S/N, tradução minha)¹¹⁶.

De acordo com a jornalista argentina Tereza, entre as grandes impulsionadoras da formação da rede internacional - chamada por ela de *la madre*, a rede mãe, – estiveram as jornalistas Carmen, do México, e Laura, da Colômbia. “Digamos que feministas de muita trajetória. Que com o correr dos tempos e gerações podemos compartilhar espaços. Foram elas que consideraram que era necessária a conformação de uma rede internacional de jornalistas com visão de gênero” (TEREZA, 2022, tradução minha).

Em sua declaração fundacional, escrita no dia 12 de novembro de 2005, as jornalistas reunidas em Morelia, no México, afirmam que a rede nasce para ser um espaço de confluência de profissionais de diferentes locais do planeta com o propósito de promover o jornalismo com perspectiva de gênero. Destacam que: “Diante da globalização e conscientes da necessidade de promover o trabalho das redes para tornar visível o problema da condição social das mulheres, e levando em conta os esforços e conquistas de outras redes nacionais e regionais em diversos países, decidimos promover uma ampla rede intercontinental” (RIPVG, 2005, s/n, tradução minha)¹¹⁷. Esta afirmação nos informa que a atuação local se faz importante para o combate das assimetrias de gênero e de poder dentro das determinadas sociedades, contudo, o momento, dada a sua gravidade, pede uma convergência de forças visto que muitas pautas do nosso tempo são compartilhadas por diferentes atores em diferentes locais do globo.

Se em determinadas décadas, os países do Sul global foram vistos também a partir de uma imagem hierárquica e colonialista como locais privilegiados para a violação de direitos, os últimos anos nos demonstraram que mesmo as grandes potências não conseguem garantir a perenidade das vitórias alcançadas a partir de lutas históricas dos grupos subalternizados. O surgimento de núcleos criminosos e racistas que defendem abertamente a supremacia branca e o porte de arma para a defesa dos “cidadãos de bem”, nos Estados Unidos, as marchas pela família contra o casamento homoafetivo e o aborto, na Europa, em países em que se

¹¹⁶ No original: Desde su fundación, la RIPVG impulsa una agenda informativa con perspectiva de género, defiende la erradicación de todo tipo de violencia contra mujeres periodistas, promueve los derechos humanos de las mujeres a la comunicación, a la información y a la libertad de expresión.

¹¹⁷ No original: Ante la globalización y conscientes de la necesidad de potenciar el trabajo de las redes de visibilizar la problemática de la condición social de las mujeres, y tomando en cuenta los esfuerzos y logros de otras redes nacionales y regionales en distintos países, decidimos impulsar una amplia red intercontinental.

imaginava que essas pautas reacionárias e violentas já estavam superadas, já nos alertavam para uma crescente e gigantesca onda de retrocessos planetária. E essa onda modifica não apenas as formas de mobilização social, mas a própria relação entre os ativismos do Norte e do Sul global.

Se os países latino-americanos têm conseguido vitórias expressivas no campo de gênero e sexualidade, como fica explícito na questão da descriminalização do aborto, ainda não de forma generalizada, mas demonstrando o fortalecimento do impacto das lutas feministas no âmbito legislativo e institucional, a recente decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, no dia 24 de junho, acendeu o alerta vermelho sobre os impactos dessa onda que mistura religião, política e controle dos corpos, principalmente das mulheres e meninas, que vem crescendo há décadas nos diferentes países.

Após quase 50 anos do direito constitucional ao abortamento, os juizes estadunidenses suspenderam essa possibilidade, deixando aos estados o poder de decisão. Além disso, em épocas como a nossa, em que a defesa mais básica dos direitos humanos, que trataremos com mais detalhamento no próximo capítulo, é motivo de ataques por diversos setores, a união intercontinental, como a RIPGV define a sua articulação, é a possibilidade de unir forças em prol de um elo coletivo e transnacional.

Elas escrevem ainda que a união internacional conforma o trabalho de mais de uma década de organizações de classe e organizações feministas que tiveram como principal intenção “revalorizar as palavras, ações, condições e problemáticas das mulheres e de visibilizá-las em diferentes meios de comunicação” (RIPVG, 2005, s/n, tradução minha)¹¹⁸. Tanto na declaração de fundação quanto no site¹¹⁹ da RIPVG é possível encontrar um resgate histórico sobre as iniciativas que antecederam a criação da rede internacional, demonstrando a existência de uma caminhada para a consolidação desta articulação maior. Antes da RIPVG, temos a *Red Nacional de Periodistas* (México), a *Red Centroamericana y del Caribe*, e outras redes locais. Na Europa, elas indicam como precursora a *Asociación de Mujeres Periodistas de Cataluña*, a *Red Europea de Mujeres Periodistas* e a *Asociación de Mujeres de la Comunicación*, que junto com as integrantes do CIMAC¹²⁰ em Madrid/Espanha, criaram em 2005, a *Red Internacional de Mujeres y Comunicadoras del Estado Español*.

¹¹⁸ No original: revalorizar las palabras, acciones, condiciones y problemáticas de las mujeres, y de visibilizarlas en los diferentes medios de comunicación.

¹¹⁹ <http://www.redinternacionaldeperiodistas.com/>

¹²⁰ A organização Comunicación e Información de la Mujer A.C (CIMAC), foi fundada na década de 1990, no México, e é considerada pioneira nas discussões sobre a agenda dos meios de comunicação e gênero.

A Rede Internacional de Jornalistas com Visão de Gênero (RIPVG) nasceu do compromisso de jornalistas de diferentes países do mundo em intercontinentalizar as experiências, esforços e conquistas das redes nacionais e regionais existentes. É a união de jornalistas, que individual e coletivamente, já vinham trabalhando há mais de uma década na construção do jornalismo com perspectiva de gênero e a visibilidade da condição social da mulher através dos meios de comunicação em diferentes países do mundo (RIPVG, 2021, S/N, tradução minha)¹²¹.

A jornalista mexicana Carmen ressalta que a relação entre as redes nacionais filiadas à rede internacional, algumas delas nascendo anteriormente e outras posteriormente a 2005, forma uma grande articulação marcada por uma importante característica feminista, que é a horizontalidade, não existindo chefias em suas organizações e gerando impacto entre elas. Na declaração de fundação já está expresso que a organização da rede será descentralizada, autônoma, horizontal, flexível, inclusiva e respeitosa com os processos internos de organização de jornalistas de cada país que integre a RIPVG.

Em 2005, a Cimac ficou responsável neste primeiro momento de consolidação da rede por ser a instância que realizaria a comunicação, facilitando o diálogo entre os países. Não somente a Cimac foi uma das grandes impulsionadoras neste processo, mas a Rede Nacional no México teve um importante papel para formação da RIPVG anos depois, demonstrando a forte participação de jornalistas mexicanas na consolidação de uma perspectiva de gênero no jornalismo na América Latina. Tanto por já reunir um grande número de profissionais interessadas na perspectiva quanto pelos objetivos propostos já na década de 1990: “de construir um jornalismo não sexista e transformar o jornalismo e falamos também de democratizar os meios de comunicação em toda essa discussão. Temos claríssimo que desde *Doble Jornada* ou desde a nascente Cimac era isso, dois pontos que era importante somarmos” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Para a formação da rede mexicana, que hoje conta com mais de 1,5 mil integrantes, foram mobilizadas jornalistas de diferentes entidades federativas, algumas delas do suplemento jornalístico *Doble Jornada*, “que tinham uma larga trajetória nos meios de comunicação, que conheciam perfeitamente a lógica dos meios, mas também que tinham ou que eram referência para as correspondentes das diferentes entidades. Isso serviu para dialogar com as jornalistas das entidades federativas” (CARMEN, 2022, tradução minha).

¹²¹ No original: La Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG), nace ante la apuesta de periodistas de diversos países del mundo por inter continentalizar las experiencias, esfuerzos y logros de las redes nacionales y regionales existentes. Es la unión de periodistas, que en forma individual y colectiva, ya venían trabajando desde más de una década antes, en la construcción de un periodismo con perspectiva de género y la visibilización de la condición social de las mujeres a través de los medios de comunicación de distintos países del mundo.

Neste processo de agregar profissionais com interesse em uma rede feminista de jornalistas, Carmen ressalta que descobriram que existiam muitas profissionais interessadas em discutir questões de gênero dentro da prática jornalística. Em cada convocatória feita mais e mais mulheres chegavam para participar dessa tecitura. Depois de cinco anos desse processo de criar vínculos com outras jornalistas, em 1995 a rede mexicana finalmente foi nomeada como tal, se tornando um grande sistema nacional de comunicação.

Este tempo de maturação das discussões foi necessário também para gerar confiança nas profissionais, pois, segundo Carmen, o México vinha de um processo muito desgastante junto às entidades de classe na tentativa de defender direitos laborais. Um movimento importante para a consolidação de Rede Nacional foi a aproximação com a academia em um momento em que os centros de pesquisas na área de gênero passaram a se consolidar e ter mais visibilidade na América Latina. “E esse contato entre jornalistas feministas e a academia se torna um grande círculo virtuoso, de ter informação exclusiva e as jornalistas vão descobrindo dentro dos direitos humanos das mulheres suas próprias especializações, novos temas que começamos a seguir” (CARMEN, 2022, tradução minha).

A rede mexicana se torna, assim, um modelo de articulação, intercambiando um sentimento de que “Algo está nascendo nas mexicanas que está sendo potente de alguma maneira” (CARMEN, 2022, tradução minha) e outros países começam a replicá-lo. Elas começam a produzir um intercâmbio do trabalho que estavam fazendo e isso começa a ser impulsionado em outros países, como Guatemala, El Salvador e Nicarágua.

Após a fundação da rede internacional, outras redes foram se formando e se vinculando à rede internacional. “Eu te diria que é um momento em que vamos colocando na mesa toda a diversidade. E nessa internacionalização também vamos percebendo as condições de vantagem que têm outros países, com muito mais avanço em termos de igualdade e de direitos humanos que nossas próprias nações” (CARMEN, 2022, tradução minha). De acordo com Carmen, cada integrante da rede enfrentava questões muito complexas perpassadas por diferentes situações históricas vivenciadas em seu país: “Penso em Guatemala, El Salvador, pois os próprios conflitos armados que viveram se sustentaram muito pelo rádio. Então deixaram uma estrutura radial que as feministas aproveitaram para poder fazer rádio. O que descobrimos, claro, é que cada jornalista foi se adaptando à realidade para poder fazer jornalismo” (CARMEN, 2022, tradução minha).

A jornalista Tereza concorda que a troca entre as redes possibilita que estratégias sejam compartilhadas entre países que enfrentam situações semelhantes, pois “aprendemos com o feminismo que precisamos compartilhar fórmulas. O que no teu país funcionou e é

parecido com o meu contexto, as soluções que foram aplicadas, essa experiência tua nos ajuda” (TEREZA, 2022, tradução minha). Ela destaca que a presença das Avós e Mães da Praça de Maio, por exemplo, são um movimento muito importante na Argentina para manter a lembrança dos horrores da ditadura. O mesmo não acontece em outros países que viveram a mesma violência. O México, em que a perseguição de jornalistas é mais grave, também promove uma reflexão mais antiga sobre essas situações de violência, diferente de outros países, e auxilia no entendimento dos contextos em que a escalada de ataques é mais recente. “Bom, que estratégias pensar, pois a Argentina não vive isso, o Brasil hummm... agora com essa situação da Marielle Franco, não era jornalista, mas uma referência em direitos humanos. É gravíssimo o que se passou, invisibilizado por um tempo nos meios de comunicação, mas pelas feministas não” (TEREZA, 2022, tradução minha).

Na Argentina, junto à *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género en Argentina* (RIPVG Argentina) existe a Rede PAR - *Periodistas de Argentina en Red por una Comunicación no Sexista*, fundada em 2006. De acordo com Teodora, os avanços alcançados no país nas questões de gênero, como a *Marea Verde* pela descriminalização do aborto, foram vitórias que desde a década de 1980 estão sendo reivindicadas pelas feministas e dissidências sexuais e também refletem uma alteração da produção de sentido sobre gênero dentro da mídia. Segundo a jornalista, os meios precisaram fazer eco sobre os discursos trazidos pelas fortes mobilizações feministas dos últimos anos, embora alguns discutam as temáticas em tom de crítica.

Quer dizer que podemos encontrar na totalidade dos meios expressões que acompanham e expressões que rechaçam e contrariam. Isso significa que uma mudança desde a época em que eu comecei, sim, uma mudança, pois naquele momento não havia, havia um grande movimento de mulheres, mas não havia uma *Marea Verde*, e não havia redes de jornalistas que acompanhassem” (TEODORA, 2022, tradução minha).

A utilização da internet a partir dos anos de 1990 também foi crucial não apenas para a circulação do conteúdo produzido por jornalistas de fora da grande mídia, mas para o estabelecimento da comunicação entre organizações feministas de diferentes países, principalmente com o uso de grupos de mensagens por correio eletrônico, o e-mail, que possibilitou a manutenção de vínculos e o estabelecimento de debates entre as integrantes (WOITOWICZ, 2019). Desta forma, “se entende que a ocupação de espaços de atuação no campo dos meios, ao demandar um novo tipo de apropriação da cultura digital por parte das

feministas, contribuiu para tensionar as relações de poder e incluir determinadas demandas na agenda pública” (WOITOWICZ, 2019, p. 105, tradução minha¹²²).

Além do uso das tecnologias, principalmente as redes sociais de forma mais recente, cruciais para a circulação da produção do jornalismo feminista e não apenas da grande mídia, Teodora considera que a existência das redes, a RIPVG-Argentina e a PAR, também foi muito importante para uma mudança substancial na cobertura dos meios de comunicação na Argentina sobre as ações do movimento feminista. “São duas grandes redes que estão em todo o país, com jornalistas de todas as províncias, e isso sem nenhuma dúvida gera um movimento onde a notícia, ou por um caminho ou por outro caminho, termina ocupando lugar” (TEODORA, 2022, tradução minha).

Dois anos após a construção da rede internacional, é a vez das jornalistas colombianas construir a sua articulação. *A Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género* afirma que sua atuação está voltada para a promoção da paz, da inclusão, equidade, autonomia e representação democrática das mulheres, assumindo os acordos internacionais na promoção de direitos firmados pela Colômbia. É importante que o enfoque de gênero é acionado na denúncia de que os atores do conflito armado vivido no país, sejam eles guerrilha, paramilitares ou força pública, tornaram os corpos das mulheres um campo de batalha, sendo as violações crimes contra a humanidade que merecem a atenção dos meios de comunicação. “Dar um rosto e um nome à violação dos direitos das mulheres que são geradas em meio ao conflito armado, é começar a lhe dar um fim” (RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, p. 25, tradução minha)¹²³

Ao sediar na Colômbia o terceiro evento da rede internacional, em 2009, a rede nacional auxilia na elaboração do manifesto de Bogotá, que entre outras coisas protesta contra a violência no País. O texto manifesta a solidariedade e respeito das participantes, jornalistas de 17 países de quatro continentes, aos profissionais que exercem o jornalismo na Colômbia, reconhecendo os riscos que implica trabalhar em um contexto de conflito armado, reafirmando o compromisso do jornalismo com a liberdade e paz.

No documento, integrantes da rede internacional ainda ressaltam que a história não é linear e que sempre existem riscos de retrocessos em direitos conquistados.

¹²² No original: Se entiende que la ocupación de espacios de actuación política en el campo de los medios, al demandar un nuevo tipo de apropiación de la cultura digital por parte de feministas, contribuyó para tensionar las relaciones de poder, e incluir determinadas demandas en la agenda pública.

¹²³ No original: Ponerle rostro y nombre a la violación de los derechos de las mujeres que se generan en medio del conflicto armado, es empezar a ponerle fin.

Que destacamos em maiúsculas o combate à violência de gênero, feminicídio, tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual e abusos contra mulheres em conflitos armados. Essa impunidade distorce nossas democracias, mina nossas sociedades. É na distribuição de significados onde reside o verdadeiro poder e introduz a semente da violência que dará seu pior fruto: a impossibilidade da paz (RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, p. 33, tradução minha).¹²⁴

As jornalistas reunidas em Bogotá exigiram ainda o cumprimento das leis, a denúncia das violações de direitos humanos das mulheres e o controle do comportamento dos governos. Convoca as profissionais a serem auto exigentes com os próprios meios de comunicação em que trabalham, não descuidando da linguagem, não deixando ela “envelhecer sem incorporar os novos usos que as mulheres lhe dão, que a reinventemos para que nela entremos todas, que não descuidemos dos nossos valores, das nossas responsabilidades” (RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, p. 33, tradução minha)¹²⁵

A Red Internacional de Periodistas con Visión de Género, segundo a Rede Colombiana, criou um sentimento de pertencimento a jornalistas de diferentes cantos do mundo, promovendo um compromisso com a transformação de uma cultura excludente. Esse sentimento impulsiona a criação de novas redes, que atendem a realidade de seus países, mesmo sabendo que não é fácil a manutenção de uma articulação autônoma, e se inspiram nas estratégias promovidas pela rede internacional e nas conclusões dos encontros promovidos discutidas por integrantes de diferentes países, adaptando-as aos contextos locais.

Como escrevem as jornalistas colombianas, elas não são nem uma organização, nem um partido, nem um sindicato, nem uma fundação, “mas pessoas que estão ligadas a uma equipe e a outra e a outra, que nos enredamos como uma teia de aranha, somamos, aprendemos sororidade, nos formamos tendo gênero enquanto ferramenta de análise, debatemos, discordamos e que podemos entrar e sair desta Rede quando desejarmos” (RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, p. 8, tradução minha)¹²⁶.

Laura, uma das fundadoras da Rede Colombiana, conta que as discussões sobre jornalismo e gênero na Colômbia eram inexistentes há 15 anos e que a articulação promoveu

¹²⁴ No original: Que destaquemos en mayúsculas la lucha contra la violencia de género, el feminicidio, la trata de seres humanos con fines de explotación sexual y los abusos contra las mujeres en conflictos armados. Que la impunidad falsea nuestras democracias, mina nuestras sociedades. Es en la distribución de los significados donde reside el verdadero poder e introduce la semilla de la violencia que dará su peor fruto: la imposibilidad de la paz.

¹²⁵ No original: envejecer sin incorporar los nuevos usos que las mujeres le dan, que lo reinventemos porque en él entramos todas, que no descuidemos nuestros valores, nuestras responsabilidades.

¹²⁶ No original: pero sí personas que nos vinculamos a un equipo y a otro y otro, que nos enredamos cual telaraña, sumamos, aprendemos sororidad, nos formamos con el género como herramienta de análisis, debatimos, disintimos y que podemos entrar y salir de esta Red cada vez que lo deseemos.

uma série de atividades que começaram a fazer “muito ruído” no país, como conferências, oficinas e se dedicar à formação de profissionais. Segundo ela, nem a ONU e muito menos os Estados estavam interessados em rastrear a situação das mulheres nos meios de comunicação dos diferentes países, ficando a cargo da sociedade civil este trabalho. Hoje, a partir dessa atuação, ela observa que a mídia está mais permeável às temáticas de gênero:

Se nota que há mudanças, há propostas de incluir sessões sobre mulheres, de visibilizá-las, depois que fizemos o programa *Ni Reinas Ni Cenicientas*, apareceram outras experiências o que me parece que é muito positivo, há uma exigência e uma demanda nas redes sociais por uma linguagem inclusiva ou um enfoque determinado com o qual eu creio que tem que ver com uma mudança. Não tenho a ilusão de pensar que houve uma mudança editorial absoluta, mas creio que foi permeando, se permeou os meios. Por isso se dá mais espaço e se visibiliza mais as mulheres, e se cuida mais de como fazer isso. Não acredito que essa seja toda a tarefa, não, mas houve sim um avanço, se não teríamos perdido tempo (LAURA, 2022, tradução minha).

O programa que Laura se refere *Ni Reinas Ni Cenicientas*¹²⁷, lançado em 2012 é uma iniciativa pioneira da rede da Colômbia e foi um grande sucesso ao discutir questões de gênero e os direitos das mulheres na televisão aberta. Os mais de 130 capítulos, ainda disponíveis no Youtube, foram transmitidos no Canal Capital ao longo de anos. Elas ainda produziram, em 2018, uma radionovela, chamada *Lazos Invisibles*¹²⁸, sobre violência contra mulheres em situação de *desplazamiento* que foi transmitida por uma série de emissoras. Laura considera que essa é uma das formas de gerar impacto na mídia a partir do trabalho em rede. “Então, creio que se gerou um impacto, um impacto na medida em que não somente eu faça, eu escreva, eu mostre, mas também que se comece a investigar e a conceituar” (LAURA, 2022, tradução minha). Para a jornalista, o sucesso da empreitada está ligado a duas condicionantes: “Uma delas é o ativismo, que é necessário, mas o ativismo somente não chega a dar claridade. Então creio que é necessário utilizar o exercício do uso da palavra e da imagem, mas também o trabalho de formação de apoio, de dar elementos aos demais colegas” (LAURA, 2022, tradução minha).

A profissional considera, assim, que a rede também pode ser pensada enquanto uma escola porque é preciso incidir não só com produção própria, mas dentro das redações jornalísticas. Formando e impactando as profissionais e os pouquíssimos profissionais homens integrantes na rede no âmbito pessoal. “E esse impacto pessoal é porque não se pode ser um bom jornalista sendo uma má pessoa. Então, na medida que esses elementos

¹²⁷ Em português: Nem rainhas, nem Cinderelas.

¹²⁸ Em português : Laços invisíveis.

conceituais também incidem nas transformações pessoais, apostamos nas mudanças culturais” (LAURA, 2022, tradução minha). Laura ressalta ainda que essa produção conceitual sobre outra mirada no jornalismo produzida pela articulação nacional é aportada para a Rede Internacional, gerando trocas entre os dois núcleos.

Sobre o contexto brasileiro, Leila destaca que o sucesso da rede internacional ao longo destes anos inspira a sua atuação na construção da rede brasileira, surgida em 2020, mas ainda em processo de consolidação. Segundo ela, em nenhum dos espaços em que militou antes da RIPVG a questão de gênero era um elemento central para pensar a comunicação. “E com certeza a rede me inspira até hoje por tudo o que elas conquistaram, pelos países que elas alcançaram, pelos estudos que elas realizaram, pelo apoio que elas prestam às jornalistas que são vítimas de violência em vários países do mundo” (LEILA, 2021).

Isso mostra para Leila que é possível ter uma rede no Brasil que possa reunir jornalistas que tenham essa mesma visão ou até que não tenham, mas que querem entender e compreender o que é ser uma jornalista com perspectiva de gênero.

E eu acho que juntar pessoas que tenham esses interesses, que compartilham dessas angústias, dessas inseguranças, seja no campo da pesquisa, seja no campo sindical, porque a gente tem tudo isso. A gente tem gente da pesquisa, do campo sindical, do movimento social, tem do jornalismo independente, então, assim, a diversidade ali no grupo fundador é grande, mas precisa ser mais. A gente precisa agregar mais gente, precisa de mais diversidade, porque a partir do momento que você tem a diversidade ela passa a gerar ações políticas (LEILA, 2021).

Convidada para representar a rede brasileira em um evento promovido pela RIPVG, Beatriz percebeu a existência de um interesse muito grande em entender o Brasil por parte das integrantes de outros países. Segundo ela, um país com as dimensões continentais como é o nosso já gera interesse pela sua complexidade. Contudo, nos últimos anos, em que passamos a viver uma situação política muito complicada, “a gente está sendo uma vergonha mundial em vários aspectos, não só no enfrentamento à Covid e a questão da vacina” (BEATRIZ, 2022).

O ingresso de jornalistas brasileiras na rede internacional e a criação de uma rede nacional por aqui foram recebidos com muita disposição pelas jornalistas de outros locais e pela própria RIPVG enquanto organização autônoma, segundo Beatriz. “Por isso que eu quis estar presente para levar a experiência também do Brasil, da nossa rede brasileira, de contemplar e honrar esse espaço porque eu acho que ele nos acolhe bem e ele tem muito a oferecer pra gente enquanto articulação recente no Brasil” (BEATRIZ, 2022).

Desde o início da criação da rede internacional, sete encontros foram realizados em diferentes países, com o intuito de construir acordos e manifestos, reafirmar objetivos e

estabelecer uma agenda de trabalho: I Encontro em Morelia, em Michoacán (México) 11 e 12 de novembro de 2005; II Encontro em Oviedo, nas Astúrias (Espanha), em 18 de novembro de 2007, III Encontro em Bogotá (Colômbia), em novembro de 2009; IV Encontro em Fez, (Marrocos), em 2011; V Encontro em Mérida, Yucatán (México), em 2013, VI Encontro em Barcelona (Espanha), em abril de 2016, e VII Encontro em Montevideo (Uruguai), em maio de 2019. O Brasil chegou a ser cogitado como um dos países que receberia o encontro da rede em 2019, porém, o contexto político e financeiro foram fatores que prejudicaram a concretização da proposta. “Porque uma das características da rede internacional é em cada dois anos fazer um encontro internacional na sede do país que se elege e que possa dar suporte, infraestrutura, porque na militância se necessita dinheiro não tem, e nesses países que não tem uma rede nacional, o Brasil não tinha, nós iríamos ali” (TEREZA, 2022, tradução minha).

Logo que a RIPVG foi criada já havia a proposta de que além do relacionamento virtual entre as integrantes de diferentes países, a realização de encontros presenciais seria privilegiada, com a realização dos eventos a cada dois anos em algum lugar do planeta para: “Nos conhecermos, olharmos nos olhos, saber como somos, o que pensamos ou como queremos continuar construindo a Rede internacional” (RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, p. 23, tradução minha). Essa mesma proposta deveria ser buscada pelas redes nacionais e locais.

Neste esforço de engajar jornalistas de diferentes continentes, considerando suas próprias especificidades, a rede internacional formulou uma série de objetivos que servem como guias de atuação. Desta forma, a RIPVG informa que o seu objetivo geral é promover os direitos das mulheres à comunicação, informação e liberdade de expressão, assim como vigiar a implementação do Capítulo J, da Plataforma de ação de Pequim, da ONU, definida em 1995. O referido capítulo trata da proposição de ações para aumentar a participação das mulheres na circulação de ideias e o poder de decisão delas nos meios de comunicação, assim como a apropriação de novas tecnologias. O documento é de suma importância para os caminhos que foram trilhados desde a década de 1990 para a construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, exatamente porque: “A Conferência Mundial de Mulheres em Pequim (1995) considerou a mídia como uma das doze áreas de especial interesse para atingir o objetivo de alcançar oportunidades iguais para homens e mulheres” (CHAHER; SANTORO, 2007, p. 11).

A RIPGV incorpora as ações de Pequim e destaca entre seus objetivos específicos a busca por cooperação e solidariedade entre as mulheres jornalistas; o impulsionamento de

uma agenda informativa com perspectiva de gênero; a defesa pela erradicação de qualquer forma de violência contra as jornalistas; o protagonismo das mulheres enquanto fontes; a promoção de um tratamento jornalístico sem estereótipos e com linguagem inclusiva e não sexista; a promoção de conteúdos que tratem sobre a não discriminação por gênero, assim como de cursos de capacitação sobre a temática; a defesa do acesso aos cargos decisórios dos veículos; o incentivo de pesquisas sobre essa visão de gênero com o apoio da rede; o fomento para a criação de redes em países em que elas não existam; e a manutenção do vínculo com o movimento de mulheres, realizando a cobertura de suas ações.

Mesmo que ao longo do tempo esses objetivos permaneçam, pois as diretrizes da plataforma estão longe de ser alcançadas – estima-se que levaremos pelo menos mais 67 anos para que alcancemos a igualdade de gênero dentro dos meios de comunicação tradicionais do mundo¹²⁹ - as jornalistas observam uma mudança nas tarefas mais urgentes. Uma das grandes frentes de trabalho da RIPVG, considerada de suma importância para a consolidação de uma perspectiva de gênero, é a incidência política. E isso significa estar presente no maior número de eventos e conferências possíveis, principalmente as que apresentam maior visibilidade internacional.

De acordo com Tereza, é preciso que se busque inclusão nos documentos internacionais de questões que se passam com as jornalistas, pois esses textos figuram como referência para a formulação de tratados internacionais que por consequência servem de base também para a formulação de políticas em diferentes países. Além de estar inteiradas sobre os eventos importantes, se faz necessário buscar meios para integrá-los e estar com uma proposta bem estruturada para ser apresentada. A participação em alguns desses espaços também envolve a busca por recursos, normalmente do próprio bolso das jornalistas, pois o ingresso no evento é pago. “Em 2020, na reunião da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) tivemos a oportunidade de participar. Mas também vamos passando nas portas e dizendo ‘olha, há um encontro interamericano de jornalistas e *muchachas* com que documento vamos? Qual é nossa bandeira?’” (TEREZA, 2022, tradução minha). De acordo com a jornalista, é possível fazer informes longos, com dados, números, mas “se você consegue que no documento final se inclua uma oração tua é uma conquista” (TEREZA, 2022, tradução minha).

¹²⁹ Dados do último relatório do Projeto de Monitoramento Global dos Meios, de 2020, que averigua alguns indicadores: número de pessoas nas notícias, quais temas e quais fontes, participação das pessoas como repórteres, número de especialistas escutadas e sua presença nas áreas de economia e política, entre outros.

Informar ao mundo sobre a situação das jornalistas é um dos objetivos da rede, buscando visibilidade para as denúncias de violação. Ao palestrarem em uma sessão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, aprenderam “que toda vez que podemos ir nesses encontros em nível internacional, poder tomar a palavra, mesmo que sejam três minutos, sabemos que nesses três minutos podemos falar sobre coisas que se passam com a gente, com as jornalistas e comunicadoras” (TEREZA, 2022, tradução minha). Ao participar dos eventos, elas pressionam para que seja incluída nos documentos produzidos a partir das discussões ao menos uma frase: “que haja a proteção das defensoras de direitos humanos e jornalistas” (TEREZA, 2022, tradução minha).

Um exemplo diferente dessa incidência foi a criação de um painel virtual, intitulado “*Justicia climática, medios de comunicación y género*”, em março de 2022, organizado pela rede em paralelo com a sessão da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas. Nele, se discutiu estratégias para a busca da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas no contexto das mudanças climáticas, assim como políticas e programas ambientais e de redução de risco de desastres.

É a terceira vez que temos possibilidade de fazer um evento paralelo e abrir ao público e romper o nicho, para que mais público e organizações da sociedade civil saibam o que está se passando, o que se sucede nas redações dos meios de comunicação e como nós consideramos que podemos trabalhar em prol de outra comunicação (TEREZA, 2022, tradução minha).

Em um evento sobre justiça climática, elas introduzem, assim, o tema da comunicação. Atualmente, a incidência política da rede tem versado principalmente sobre um grande problema que afeta as jornalistas, que é a garantia da segurança delas para o exercício da profissão, tema que será tratado no próximo capítulo. Margarida considera que esse segue sendo o maior desafio da RIPVG, não só a proteção das jornalistas, mas a busca por Justiça. “Você sabe que temos mais de 120 assassinatos de mulheres jornalistas nos últimos 20 anos, existem também muitas mulheres jornalistas encarceradas no mundo, falamos em mais de 60, somente por exercer o jornalismo” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Contudo, outras frentes seguem sendo trabalhadas por elas, como os preocupantes resultados do Monitoramento Global dos Meios, que mostrou que entre 1995 e 2020, só se avançou de 17% a 25% as coberturas jornalísticas que trazem as mulheres como protagonistas da informação, em todos os meios, impresso, rádio e televisão. Outro dado impactante do estudo foi a invisibilidade de pessoas indígenas e pertencentes a povos tradicionais, que figuram como

fontes em apenas 3% da produção da produção comunicacional na América Latina, e destes só um em cada cinco são mulheres.

O monitoramento critica a falta de correspondência entre a população presente na região e a sua representação na mídia, pois “no mundo real, estima-se que os povos indígenas constituem pelo menos 8% da população da região e as mulheres são pelo menos metade da população indígena. Os resultados demonstram a marginalização múltipla das mulheres com base em suas identidades subordinadas em seus respectivos contextos” (GMMP, 2020, p. 2). O presente dado demonstra tanto quem são as fontes privilegiadas pelo jornalismo na região quanto parece indicar a constante produção de sentidos hegemônicos que desconsidera os indígenas e povos tradicionais enquanto vozes legítimas para os enquadramentos jornalísticos. Ainda nos provoca a lembrar que somente uma análise de gênero, sem considerar as especificidades não apenas das mulheres, mas também de outros grupos sociais, implica em desconsiderar a lógica persistente dos meios de comunicação que ainda subalterniza os mesmos sujeitos afetados pela violência epistêmica que persiste há tantos séculos.

Então, há muito o que se fazer nesse aspecto que é seguir lutando pela igualdade de gênero nos meios de comunicação, pois se segue ainda reproduzindo estereótipos, temos que seguir avançando. A invisibilidade histórica das mulheres indígenas, migrantes, das refugiadas, dos grupos que tradicionalmente têm sido discriminados, existe uma dívida com elas, com essas populações, que precisam ser atendidas pela agenda midiática (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Margarida ressalta que as demandas para buscar essa igualdade de gênero nos meios de comunicação são imensas e que todo o trabalho realizado dentro da rede é voluntário, sem o financiamento de qualquer organização. Ela destaca que uma característica importante para a manutenção da rede ao longo desses 17 anos que é o fato de que as jornalistas integrantes e articuladas na RIPVG são as mesmas que estão participando na criação de protocolos dentro dos espaços que trabalham, que estão participando de monitoramentos, observatórios cidadãos, que estão propondo reformas nos mais diferentes âmbitos de informação. Elas “são jornalistas que estão comprometidas desde o exercício jornalístico com a defesa dos direitos à comunicação, à informação, à liberdade de expressão, à proteção de dados, ao acesso à internet, a todas as mulheres” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Por estarem tão engajadas com essas temáticas, as profissionais conseguem perceber o que muitas vezes passa despercebido dentro do exercício do jornalismo, que é o quanto a violência de gênero, as assimetrias e hierarquias afetam também as próprias jornalistas.

Porque geralmente nós jornalistas falamos, escrevemos, opinamos, informamos do que se passa com todas as demais pessoas, às vezes não com o equilíbrio que queremos em relação às mulheres, mas falamos de todos e todas, só não falamos de nós. De nós que estamos no impresso, nas rádios e na televisão, às vezes em condições tão adversas e nós também somos mulheres. Então estamos em um duplo risco ou em um triplo risco, porque somos mulheres, somos jornalistas, às vezes indígenas, às vezes migrantes. Essas questões têm impactos diferenciados nas mulheres e isso que queremos refletir quando escrevemos (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Além de ser um espaço em que podem refletir sobre a prática jornalística, buscando uma transformação nos sentidos produzidos, as jornalistas se reúnem para pensar sobre o seu próprio lugar enquanto profissionais, sabendo que gênero definitivamente tem consequências nas instituições em que trabalham, na remuneração salarial, na relação com fontes e leitores, no acesso à informação e na insegurança que enfrentam no cotidiano de trabalho. Longe de ser um sindicato ou associação, a rede propõe ser um enlace acolhedor, sem contrato fixo, mas garantido por motivação, em que se possa discutir e incidir sobre as nuances de prática jornalística exercida em sociedades marcadas pelo machismo, racismo, colonialismo e homofobia.

4.2 Trajetórias locais, diálogos internacionais

A forte sintonia entre o trabalho da rede internacional com as diretrizes do Capítulo J da plataforma de Pequim, da ONU, construídas em 1995 durante a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizada na China, e aprovadas por consenso entre os Estados-membros das Nações Unidas, segue presente na atuação das jornalistas. Além da visibilidade de seus eixos, elas lutam pelo cumprimento das recomendações. Ao assinarem o documento, os governos se comprometeram em promover ações para a implementação das medidas e o resultado da conferência foi considerado “um marco internacional para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento da mulher” (LOPES, 2017, p. 1).

De acordo com Lopes (2017), a plataforma tem um caráter bastante prático, diferente da declaração também construída no evento, e informa aos membros da ONU a forma de alcançar os objetivos propostos. E segue “relevante, pois os seus mecanismos, tanto para impacto doméstico quanto internacional, ainda são utilizados” (LOPES, 2017, p. 3) na construção de políticas que visam a igualdade. As diretrizes, que deveriam ser revisadas a cada cinco anos pelos governos, entraram novamente em discussão em 2015, 20 anos após a assinatura do primeiro documento, durante a 59ª Sessão Anual da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW), a Pequim + 20, e realizada nos Estados Unidos.

O contexto, para Lopes (2017), havia mudado bruscamente nessas duas décadas e, frente a um cenário de bastante ebulição das questões sociais em 1995, a perspectiva se tornou muito mais conservadora 20 anos depois, ao mesmo tempo em que houve uma maior institucionalização do tema dos direitos humanos das mulheres. Mas o resultado foi frustrante, pois assuntos discutidos na década de 1990, como direitos reprodutivos e sexuais não foram abordados em 2015, “Por conta desse enfraquecimento, em vez de se avançar com a matéria, aprofundando os compromissos e as metas, a comunidade internacional reproduz a realidade de 1995” (LOPES, 2017, p. 8).

O resumo deste escrutínio sobre as diretrizes foi de que nenhum dos Estados-membros da ONU cumpriu o estabelecido na conferência, sendo necessário um esforço para buscar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres até 2030. O mais importante dessa revisão foi, segundo Lopes (2017), o diálogo entre os governos, que reafirmaram seu compromisso com a Plataforma, instituições e integrantes da sociedade civil sobre iniciativas que trouxeram bons resultados e poderiam ser replicadas em outros contextos.

Além da Plataforma de Pequim contar com uma grande mobilização dos movimentos feministas, mesmo que não necessariamente presentes diretamente na formulação da posição dos governos apresentada na ONU, ela trouxe uma inovação no que se refere à discussão sobre a importância da comunicação para a redução da desigualdade de gênero e para a promoção dos direitos das mulheres, dentro do Capítulo J do documento (Apêndice 3). As reflexões sobre o sexismo existente nos meios de comunicação já estavam presentes dentro dos estudos de comunicação latino-americanos desde a década de 1970, segundo Chaer (2012), mas foi durante a conferência de Pequim que a temática passa a se institucionalizar e a mídia passa a figurar “como uma das 12 áreas de ação prioritária para combater a desigualdade entre mulheres e homens” (CHAER, 2012, p. 1.705).

E esse combate deveria ser feito a partir de dois eixos estratégicos centrais, sendo um deles a participação e o acesso das mulheres nos meios e na apropriação das tecnologias da comunicação e, o outro, sobre o fomento de representações mais qualificadas e equilibradas sobre as mulheres, superando os estereótipos. Embora tenha tornado mais visível a necessidade de repensar a comunicação, Chaer (2012) ressalta que durante as revisões da Plataforma, o Capítulo J, intitulado “A mulher e os meios de comunicação” foi o que ganhou menos atenção e gerou menor interesse da comunidade mundial.

A RIPVG incorpora os objetivos do Capítulo J, como afirmado anteriormente, sendo a sua criação também um atendimento a uma das estratégias definidas no documento sobre a importância do fomento a redes que envolvam organismos não governamentais, organizações

femininas e de profissionais da mídia. Além de estar relacionada ao estímulo pelo diálogo entre Sul-Sul e Norte-Sul globais para a promoção dos direitos das mulheres e redução da desigualdade. Ao longo dos anos de sua atuação, a visibilização dos eixos estabelecidos no documento, a formação de profissionais, a construção de conteúdos não-estereotipados e o fomento à criação de redes em outros países, que passam a produzir materiais didáticos, como manuais sobre a perspectiva de gênero no jornalismo e na comunicação, fizeram parte do trabalho dessa articulação internacional.

Recentemente, em 2022, ao observarem “resultados tão lentos na agenda global para a igualdade nos meios” (MARGARIDA, 2022, tradução minha), a RIPVG estimulou a produção de diagnóstico pelas integrantes de redes nacionais vinculadas à internacional para saber como estava a implementação do Capítulo J. “Foram a do Brasil, a do México, a Argentina, a da Colômbia, a do Chile e a da Catalunha. Essas redes fizeram diagnósticos, o que se chama de informe sombra, que são informes paralelos aos que os governos apresentam à ONU sobre a Plataforma para a Igualdade e a Plataforma de Pequim” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

De acordo com a jornalista mexicana, elas observaram com muita preocupação que, ao apresentarem seus informes à ONU, os governos não mencionam o Capítulo J. E isso ocorre “porque não estão fazendo nada, fazem conferências, oficinas, uma ou outra atividade, mas não há uma política pública que modifique o estado das coisas, que permita um avanço substancial sobre a desigualdade nos meios de comunicação” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Ao se depararem com essa falta de interesse dos governos em discutir o tema da comunicação e gênero em seus países, elas produziram seus próprios diagnósticos para a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), e com base nesse trabalho foi elaborado um decálogo de recomendações para os governos, para os meios de comunicação, e para as universidades, estas últimas consideradas indispensáveis para a transformação da comunicação que temos hoje.

Elas [as universidades] estão convocadas desde 1995 a formar jornalistas com uma perspectiva de gênero e não estão fazendo. Eu acredito que uma das maiores dívidas com o Capítulo J é a da universidade, da academia, que não está atendendo ao chamado de formar jornalistas feministas ou com enfoque nos direitos humanos das mulheres. Também estamos nos dirigindo aos profissionais da comunicação e aos meios de comunicação e essas recomendações são produto de muitos meses de trabalho, de análise, de pesquisa nesses países para chegar a esse documento, que agora está em três idiomas: inglês, espanhol e sueco (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Analisarei agora os diagnósticos produzidos por jornalistas dos cinco países latino-americanos que integram os interesses desta pesquisa para compreender os principais desafios que eles ainda enfrentam para a busca da igualdade de gênero a partir da comunicação e da construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo.

4.2.1 Os diagnósticos produzidos por jornalistas do Brasil, México, Argentina, Colômbia e Chile.

Os diagnósticos apresentados pelos diferentes países¹³⁰ demonstram uma tendência geral de pouco avanço no que se refere à abordagem de gênero nos meios de comunicação. Apesar das diferenças sobre os pontos que merecem mais atenção dos diversos setores sociais que se interrelacionam com o âmbito comunicação em cada país, parece ser consenso a pouca energia e atenção investida sobre uma esfera tão importante para a construção dos sentidos e dos arcabouços culturais compartilhados pelas sociedades. Como escreve a Rede Argentina, as atividades realizadas pelos meios são de “interesse público e a sua natureza é essencial para o desenvolvimento sociocultural das pessoas. É o direito humano inalienável de expressar, receber, divulgar e investigar informações, ideias e opiniões” (RIPVG ARGENTINA, 2021, s/n, tradução minha). Sendo a sua atuação crucial para a redução das assimetrias que subalternizam e promovem a violência e a desigualdade entre diversos grupos sociais.

Como destaca a Rede Brasileira, o comprometimento das jornalistas com os princípios da igualdade entre os gêneros de forma interseccional, articulado com outros marcadores sociais como raça, classe e sexualidade “está ancorado no entendimento de que a construção da democracia requer a adoção da comunicação na perspectiva de gênero e da própria democratização dos meios” (RIPVG BRASIL, 2021, s/n, tradução minha).

E mesmo em países em que as legislações sobre questões de gênero avançaram consideravelmente e contam com o fortalecimento dos movimentos sociais e feministas, que seguem dando conta de promover e provocar mudanças sociais, isso pouco se reflete na atuação da mídia, que segue construindo narrativas a partir de uma “pedagogia patriarcal”. Esse é o caso da Argentina, que além de leis específicas sobre a questão das mulheres, aprovou leis sobre o matrimônio igualitário e a identidade de gênero -, e da Colômbia – com a implementação de uma política pública nacional de equidade de gênero e um plano integral

¹³⁰ Os diagnósticos completos podem ser encontrados no site da RIPVG: <http://www.redinternacionaldeperiodistas.com/>

para a garantia de uma vida livre de violência para as mulheres, além de uma série de leis contra violência e discriminação e garantia de acesso à justiça. O Brasil também conta com algumas legislações importantes, ainda bastante restritas à questão da violência, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015).

Contudo, os diagnósticos demonstram que mesmo frente às previsões legais, os meios de comunicação avançaram sim no tratamento das questões de gênero, mas de forma muito mais lenta do que a própria sociedade que eles se inserem.

Embora as ações positivas tenham sido aceitas por grande parte da sociedade argentina, pouco se avançou nesses quase 25 anos para romper efetivamente a barreira de gênero na mídia, que ainda mostra resistência na implementação da linguagem inclusiva, promoção de uma imagem positiva das mulheres e de todos os dissidentes, juntamente com a paridade de cargos nas empresas de mídia (RIPVG ARGENTINA, s/n, 2020, tradução minha).

A rede colombiana considera que embora avanços tenham sido percebidos desde a vigência do Capítulo J da Plataforma de Pequim, a falta de orçamento e de continuidade em ações e programas, assim como uma não atenção constante aos conteúdos veiculados pela mídia, impossibilitaram uma contribuição mais contundente para uma mudança estrutural. Algumas “organizações sociais e iniciativas de meios dão conta de programas sobre direitos das mulheres e que por sua vez as visibilizam, mas na maioria dos casos não contam com financiamento e nem mecanismos que lhes permita uma permanência” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha).

Por esses motivos expostos, as jornalistas dos cinco países apostam na continuação do debate sobre as questões de gênero e mídia, principalmente no que diz respeito à formulação de políticas públicas. Um reconhecimento da comunicação, como enfatiza a rede brasileira, enquanto um direito que precisa ser efetivado a partir de regulamentações que prevejam a questão de gênero no seu escopo, visto que “o machismo, o sexismo e a misoginia ainda estão presentes nos meios de comunicação de massa, impedindo uma representação justa e plural das mulheres brasileiras” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha). Além disto, impossibilitam condições dignas de trabalho e o desenvolvimento da carreira das jornalistas mulheres.

4.2.2 A criação de políticas públicas

Os diagnósticos produzidos pelas jornalistas feministas dos cinco países analisados demonstram a existência em quatro deles de pelo menos alguma legislação específica que

trate das questões de gênero nos meios de comunicação – é o caso do México, Chile, Argentina e Colômbia. O Brasil é um ponto fora da curva no que se refere à construção de políticas públicas que entendam a necessidade de que a comunicação e o jornalismo contemplem uma perspectiva de gênero em sua atuação. “No Brasil, não há legislação ou política voltada para a comunicação na perspectiva de gênero na mídia”. (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha), destaca o documento, ressaltando ainda uma série de mobilizações e articulações ao longo das últimas duas décadas para pressionar os governos na criação de legislação específica.

Um dos movimentos pioneiros neste sentido foi promovido pela Articulação da Mulher e a Mídia de São Paulo, em 2009, que realizou o I Seminário O Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia, resultando na criação da Rede Mulher e Mídia, que tinha entre seus principais objetivos incidir no governo federal para a criação de políticas públicas sobre comunicação e gênero. Porém, “A rede não avançou em sua proposta inicial, levando em conta a força do monopólio das comunicações no país, a fragilidade do tema como diretriz estratégica de atuação dos movimentos feministas brasileiros e a indisponibilidade do governo em garantir o debate e a proposta de políticas para a democratização das comunicações” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha). Mesmo assim, realizou nove edições do seminário, organizados pelo Instituto Patrícia Galvão, eventos importantes para a discussão entre movimento feminista e jornalistas.

Seis anos antes, foi criada a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, da Presidência da República, logo no início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Neste momento, surgiu a expectativa de que a comunicação seria um dos eixos estratégicos da pasta. Infelizmente, não foi o que ocorreu e o tema não ganhou o destaque esperado. A RIPVG Brasil ressalta que a mais importante iniciativa institucional sobre comunicação ocorreu em 2009, que foi a Conferência Nacional de Comunicação e também as conferências municipais e estaduais preparatórias ao evento nacional. Resultado de um esforço conjunto entre a sociedade civil, movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, organizações não governamentais, governo federal, governos estaduais e municipais e também setor empresarias, sendo possível realizar uma discussão ampla sobre a criação de um Plano Nacional de Políticas da Comunicação.

Apesar da forte mobilização “ela não teve sucesso em sua implementação e se tornou um documento totalmente esquecido” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha). Mesmo que no documento final da conferência muitas propostas para a igualdade de gênero na mídia tenham sido aprovadas, “não houve avanços nessa área após dez anos da conferência, uma

vez que o documento não foi adotado para a elaboração de políticas de comunicação pelos municípios, estados ou governo federal” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha).

A rede brasileira destaca ainda que organizações sociais estão atuando pela democratização dos meios no Brasil há décadas, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que se tornou um dos principais eixos de articulação de atores sociais comprometidos com o tema. Uma de suas lutas é aprovação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, que ainda precisa de assinaturas suficientes para ser encaminhado formalmente ao Congresso Nacional.

O referido projeto aborda as questões de gênero no que diz respeito à necessidade de: controlar conteúdos veiculados pela mídia que afetem direitos, promovam discriminação de gênero, étnico-racial, classe social, orientação sexual ou crença, idade, condição física, região ou país ou qualquer manifestação de intolerância relacionada a esses atributos (RIPVG BRASIL, 2020, tradução minha).

O Brasil conta com uma série de leis sobre os meios, muitas delas desatualizadas, mas algumas contemplam, por exemplo, restrições sobre o conteúdo, como é o caso da proibição de publicidade infantil. O que os movimentos sociais seguem buscando é a construção coletiva de uma política que reflita sobre o tipo de comunicação que queremos no Brasil, visando a modificar as históricas relações sobre quem detém o poder sobre os meios e seus conteúdos, produzindo sentidos e muitas vezes contribuindo com as desigualdades sociais, incluindo as de gênero. Busca-se legislações e políticas públicas mais atualizadas, eficientes e contínuas. É sobre essa perspectiva que o país se demonstra atrasado.

Já a rede mexicana escreve em seu diagnóstico que desde 2007 o país conta com um avanço significativo sobre o tema com a publicação da *Ley de Acceso a una Vida Libre de Violência*, que prevê a atuação dos meios de comunicação. Em seu capítulo II, consta que “A mídia não deve promover a violência contra as mulheres e deve favorecer a erradicação de todos os tipos de violência, para fortalecer o respeito aos direitos humanos e à dignidade da mulher” (RED MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha).

A partir da publicação desta lei, diversas iniciativas sociais foram realizadas no México tanto pelo movimento feminista quanto pelos observatórios de meios que buscaram ser espaços de capacitação profissional. Além disso, o documento considera como avanço a atuação das redes de jornalistas, que seguem incidindo para modificar a comunicação sexista e também a criação de veículos especializados nas temáticas de gênero, principalmente na internet e no rádio.

Outro caso em que o debate sobre a comunicação avança a passos lentos no que se refere à formulação de políticas é o Chile, como demonstra o diagnóstico feito pela jornalista Fabiola Gutiérrez¹³¹, integrante da *Red de Periodistas y Comunicadoras Feministas de Chile* e da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género*. Segundo o diagnóstico chileno, o avanço mais recente no tema foi a implementação em 2014 da *Ley de Televisión Digital*, que faz referência sobre a diversidade social cultural, étnica e de gênero. Além de prever a paridade de conselheiras e conselheiros no *Consejo Nacional de Televisión*. “No entanto, os avanços são menores, pois na modificação da lei de imprensa realizada em dezembro de 2013 não há uma única referência a essas questões” (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha).

O documento cita ainda duas ações institucionais sobre questões de gênero na comunicação, sendo uma delas apresentada em 2016, pela *Secretaría de Comunicaciones*. Trata-se de um guia ilustrado de combate aos estereótipos de gênero que foi distribuído a todos os serviços públicos e agências de publicidade. A outra consistiu em uma campanha em vídeo com o mesmo tema feito pelo governo do Chile e que foi transmitido nas redes sociais e na página do *Ministerio da Secretaría General de Gobierno*. Ainda durante a construção do *Plan Nacional de Acción en Violencia Contra la Mujer*, entre 2014 e 2018, foi considerada a responsabilidade social dos meios de comunicação que resultou na elaboração de um guia sobre o tratamento televisivo a meninas e mulheres vítimas de violência. Esta foi uma iniciativa conjunta entre *Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género*, o *Consejo Nacional de Televisión* e a *Red de Asistencia a Víctimas*.

A falta de adesão dos meios de comunicação chilenos às ações propostas são uma das grandes barreiras para a transformação dos conteúdos. Em 2017, diversas jornalistas e meios de comunicação foram convocadas pelo *Ministerio da Secretaría General de Gobierno*, o *Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género* e a ONU Mulheres para participarem de um pacto que objetivava garantir maior atenção aos direitos das mulheres mediante uma cobertura e decisões editoriais mais qualificadas e práticas corporativas sensíveis às questões de gênero. Porém, a iniciativa não teve grande incidência nos veículos, não representando grandes mudanças nas práticas editoriais sobre crianças, mulheres, adolescentes e outras dissidências. “Observamos com preocupação que, enquanto não houver um trabalho sustentado com a mídia e os currículos não forem modificados, não haverá progresso para uma mídia não sexista” (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha).

¹³¹ O nome da jornalista chilena é referenciado ao tratar do diagnóstico do Chile, pois, ao contrário dos documentos dos outros países, a sua elaboração teve autoria creditada somente a ela e não as redes de jornalistas.

No caso do Chile, a existência de estratégias pontuais ainda não impactou na formulação de uma política pública duradoura. Contudo, é consenso nos documentos dos países que apresentam mais mecanismos legislativos que eles ainda têm pouca efetividade dentro das empresas de comunicação, sendo insuficientes para alterar o cenário de desigualdade. É o caso da Colômbia.

Considerado o maior avanço normativo no país sobre a proteção e direitos das mulheres, a Lei 1.257 de 2008 trata da sensibilização e da punição pela violência e discriminação contra as mulheres e prevê a atuação dos meios de comunicação no que concerne ao tema. Em seu capítulo IV determina que o *Ministerio de Comunicaciones* elabore “programas de divulgação que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas para garantir o respeito à dignidade da mulher e promover a igualdade entre homens e mulheres, evitando qualquer discriminação contra elas” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha). Entretanto, segundo as jornalistas que elaboraram o diagnóstico, a lei não estabelece instrumentos para regular a sua aplicação e nem prevê a necessária articulação entre o estado, a sociedade civil e os meios de comunicação que poderiam auxiliar na transformação dos imaginários culturais.

Outro avanço considerado expressivo no que se refere a normativas foi uma sentença da Corte Constitucional sobre o uso de uma linguagem inclusiva pelos meios de comunicação, emitida em 2006, que contrariou o sentido do Código Civil da Colômbia que previa que os termos masculinos considerados universais como homens e adultos se referiam a indivíduos “da espécie humana” independente do gênero. Mesmo sendo um reconhecimento jurídico do apagamento provocado pela linguagem com o uso de termos masculinos para nomear toda a sociedade, a sentença passou a ser mais uma norma não cumprida no âmbito do judiciário.

A Colômbia ainda conta com uma *Política Pública Nacional Equidad de Género*, criada em 2013, estruturada em seis eixos temáticos: 1) Construção da paz; 2) Autonomia econômica; 3) Participação nos espaços de poder e de tomada de decisões; 4) Saúde e direitos reprodutivos e sexuais; 5) Enfoque de gênero na educação; 6) Plano integral para garantia às mulheres de uma vida livre de violências. A política prevê que uma transformação cultural e comunicacional será transversal à normativa, ressaltando que os meios de comunicação devem atuar na divulgação do reconhecimento dos direitos das mulheres, com um destaque ao combate dos “papéis e estereótipos de gênero, trabalhando em nível simbólico sobre as subjetividades e identidades de gênero” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha). A rede conclui que mesmo com ações importantes no que se refere ao tema, todas elas

dependem mais de vontade política ou pessoal dos atores públicos do que um compromisso com o efetivo cumprimento do Capítulo J da Plataforma de Pequim.

O diagnóstico informa que mesmo sem uma política pública ampla voltada para a comunicação, que poderia incluir a perspectiva de gênero em sua formulação, o país conta com outras duas políticas importantes que tratam do tema. Uma delas é a *Política Pública para Mujeres Afrodescendientes*, de 2018, que prevê uma normativa específica sobre comunicação para as mulheres negras e de comunidades tradicionais, tendo como um de seus eixos o acesso às tecnologias da informação. Existe também uma política pública voltada para a comunicação da população indígena, vinculada à *Dirección de Comunicaciones del Ministerio de Cultura* que tem como função:

fortalecer os processos de comunicação dos povos indígenas, por meio do desenvolvimento de estratégias de formação que possibilitem, a partir de seu contexto e particularidade, o acesso e a apropriação dos meios de comunicação e das novas tecnologias de comunicação, a produção e circulação de conteúdos culturais que tornem visíveis suas linguagens, conhecimentos, tradições, problemas e propostas (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha).

O diagnóstico afirma que a política pública de comunicação indígena foi protocolada pelo governo nacional em 2017 e em 2020 apresentava um plano de ação formulado. Agora falta fortalecer um enfoque de gênero dentro dessas ações. Percebemos assim, que as iniciativas colombianas são de suma importância pelo teor da política abordada voltada a grupos específicos, mas ainda carecem da construção de uma articulação entre gênero, comunicação e outros marcadores da diferença, como raça e etnia.

Ao olhar para os cinco diagnósticos, a Argentina parece ser o país com o maior número de mecanismos normativos no que se refere à tratativa da comunicação a partir de uma perspectiva de gênero. Um dos mais expressivos avanços sobre o tema foi a implementação em 2009 da lei 26.522 - *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*. A legislação “manifesta explicitamente a promoção de imagens equilibradas e variadas de homens e mulheres na mídia, considerando a diversidade cultural, linguística e das identidades locais” (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha). O tratamento plural que deve ser promovido pelos meios visa a combater discriminações baseadas em gênero e na orientação sexual dos sujeitos. A lei ainda responsabiliza os produtores, distribuidores e emissores de conteúdo comunicacional a “velar pelo respeito a uma série de leis nacionais, incluindo a lei sobre violência contra as mulheres”. (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha).

Para garantir a eficácia desta lei e promover os direitos das audiências, foi criada ainda, em 2012, a *Defensoría del Público de Servicios Audiovisuales*, uma iniciativa inédita no mundo, de acordo com a RIPVG Argentina, que permitiu não apenas a fiscalização da legislação, mas teve uma função pedagógica sobre as representações midiáticas. Contudo, como sabemos, os avanços também estão sujeitos a retrocessos, principalmente quando da troca de governos. Esta é a situação que a rede destaca sobre a *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*. Quando Mauricio Macri assumiu a presidência da Argentina, a *Defensoría del Público de Servicios Audiovisuales* foi sucateada e comandada por uma pessoa sem experiência ou conhecimento na área da Comunicação e Direitos Humanos. Com a nova troca de governo em 2020 e a presidência de Alberto Fernández, o órgão passou a ser comandado por uma nova defensora e se aguardava para saber os rumos do órgão com essa mudança em sua gestão.

Mesmo com a existência de previsões legais sobre a perspectiva de gênero na comunicação, o diagnóstico argentino aponta como desafios atuais uma articulação delas com outras políticas importantes como as que tratam de uma perspectiva intercultural, como é a voltada para a população indígena, prevista dentro da legislação de serviços audiovisuais¹³². Em seu artigo 151 estabelece que: “Os povos indígenas poderão ser autorizados a instalação e operação de serviços de comunicação audiovisual por meio de radiodifusão sonora com amplitude modulada (AM) e frequência modulada (FM), bem como de transmissão de televisão aberta, nos termos e condições estabelecidos nesta lei” (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha). Essa previsão rompe com uma proibição expressa durante a ditadura militar argentina ao não apenas indicar a possibilidade da utilização dos serviços

¹³² Importante destacar que os países analisados apresentam uma composição étnico-racial de suas populações bastante diferenciada, perpassada também por invisibilidades nas pesquisas, e isso pode refletir em diferenças nas previsões das políticas públicas. O Censo brasileiro de 2010 trouxe as seguintes informações: Dos 191 milhões de brasileiros na época da pesquisa, 91 milhões se autodeclararam brancos, 82 milhões pardos, 15 milhões pretos, 2 milhões amarelos e 817 mil indígenas (IBGE, 2013). Já últimos dados do censo da Argentina indicavam que em 2010, apenas 150 mil pessoas se autodeclararam afrodescendentes (termo utilizado no censo), número que foi considerado muito baixo e que não expressa a realidade da população do país, que se estima ser composta por cerca de 2 milhões de afrodescendentes. Por outro lado, quase 1 milhão de habitantes se identificou enquanto indígena ou descendente dos povos originários, de uma população total de 40,1 milhões de habitantes na época (INDEC, 2010). Aplicado em 2022, o censo mais recente realizado na Argentina passou a contemplar perguntas específicas sobre as questões raciais e étnicas da população, mas os dados consolidados ainda não foram divulgados. No Chile, 12% da população se autodeclarou indígena no Censo de 2017. Já a população afrodescendente chilena não foi incluída no questionário e apenas 9,9 mil pessoas marcaram o item “outras” e informaram se identificar nesta categoria, ou seja, 0,056% da população total (SEGIB, 2020). Na Colômbia, o censo de 2018 estimou que cerca de 9,34% da população se enquadrava na categoria censitária negra, afrocolombiana, raizal e palenquera (NARP) e 4,4% se autodeclararam indígena (DANE, 2019). Por fim, no México, 2,2% da população se autodeclarava afromexicanas, negras ou afrodescendentes e 19,4% se autodeclararam indígenas (INEGI, 2020).

audiovisuais, mas reservando uma frequência para cada comunidade nas diferentes localidades.

Além disso, em 2013, foi criado um fundo para redistribuir recursos dos próprios meios de comunicação quando do pagamento de multas e outros ônus judiciais para o fomento dos meios de comunicação comunitários e de povos originários. A Argentina conta com 34 povos indígenas cadastrados nacionalmente e vivendo em 1.653 comunidades e para ampliar ainda mais o acesso à comunicação, em 2014, foi criada ainda uma linha de financiamento, chamada *Comunicación con identidad* para a criação de emissoras próprias ou produção de conteúdos transmitidos em outros canais.

Espaços de capacitação para a produção de conteúdo audiovisual para comunicadores indígenas também fazem parte desta política. A RIPVG Argentina reconhece a importância dessas iniciativas para que os diferentes povos, com suas diferentes histórias e modos de vida, possam contar com meios de comunicação próprios. Ressalta ainda que

Algumas comunidades têm caciques, mas também há cacicas, que compõem uma história comum que deve ser respeitada e considerada em sua diversidade, por isso o uso da mídia é fundamental para alcançar políticas de comunicação indígena que fortaleçam as diferentes comunidades (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha).

A experiência da Argentina demonstra alguns caminhos importantes para a efetivação de uma comunicação que rompa com a desigualdade de acesso e de representação nos meios dos diferentes grupos sociais. Seja com um olhar voltado para produção da mídia tradicional ou no fomento de novas iniciativas, que ainda precisam ser mais bem articuladas e ter garantia de permanência, o cenário argentino demonstra que elas não podem ser somente previsões normativas, mas contar com estratégias de implementação, como órgãos específicos que garantam a devida atenção ao seu cumprimento e recursos destinados especificamente para isto.

Os diagnósticos apresentam diferentes contextos sobre a existência de políticas públicas que tratem de uma perspectiva de gênero na comunicação e fica nítido que apenas contemplar conteúdos ou olhar para as representações não é suficiente para uma transformação social mais profunda. A distribuição dos meios e sua necessária democratização faz parte de uma demanda que vai muito além da criação de leis. Infelizmente, o não cumprimento das poucas normativas existentes nos diferentes países foi uma das principais críticas contidas nos documentos dos diferentes países.

4.2.3 A formação de jornalistas e as representações estereotipadas

O entendimento já defendido no Capítulo J da Plataforma de Pequim de que o sucesso de uma comunicação com perspectiva de gênero demanda a formação de jornalistas e comunicadoras sobre o tema, compreendendo que as temáticas de gênero e sexualidade são áreas de estudo densas, em constante atualização, esteve presente também em alguns dos diagnósticos elaborados pelas redes. Isso se refere tanto à presença das discussões de gênero nos currículos dos cursos de jornalismo, de forma transversal, quanto da formação continuada de profissionais já em atuação.

A RIPVG Brasil foi enfática ao destacar que no Brasil é praticamente inexistente uma perspectiva de gênero nos planos de ensino dos cursos de jornalismo. Pontualmente, temos algumas universidades que já contemplam os temas com disciplinas específicas. Um dos exemplos é o curso de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que conta com disciplina obrigatória. Entretanto, a maior presença da temática nos cursos de jornalismo e comunicação ainda está em projetos de pesquisa da pós-graduação ou de extensão. Mesmo ainda não sendo contemplada de maneira transversal nos currículos de jornalismo, é nítido nos últimos anos uma maior conscientização sobre a importância das discussões de gênero, sexualidade, raça, classe na formação jornalística, que tem sido promovida principalmente pelas próprias estudantes que demandam esse conhecimento no ensino da profissão. Esse foi o caso da emergência da disciplina existente na UFSC, que surge por uma demanda estudantil e se consolida ao longo dos anos se tornando uma obrigatoriedade no curso (BERTASSO; NASCIMENTO; GUSTAFSON; 2020).

A presença do crescimento das temáticas de gênero nos Trabalhos de Conclusão de Curso nos últimos anos também são indicativos desse aumento de interesse tanto de professores quanto de estudantes (BIANCHI; WOITOWICZ; 2016). Contudo, em análise de trabalhos científicos apresentados em evento da área, Martinez, Lago e Heidemann (2022) detectam o aumento quantitativo nos últimos anos (2015-2020) da abordagem do tema, mas uma baixa presença de discussão conceitual a partir dos Estudos de Gênero e uma predominância de análises descritivas pouco aprofundadas.

A rede brasileira considera que umas das iniciativas mais amplas de formação dentro do campo foi o curso voltado para estudantes e profissionais intitulado Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas, promovido pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), em 2011, nas seguintes capitais: Belém, Recife, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Fortaleza e Porto Alegre. O evento foi realizado a partir da cooperação entre a FENAJ e a ONU

Mulheres, “com o objetivo de contribuir para a formação continuada dos jornalistas profissionais para que, a partir de uma postura crítico-reflexiva, ética e humanizadora, seja possível produzir notícias qualificadas, com profundidade jornalística e com recorte de gênero, raça e etnia” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha). A iniciativa resultou ainda em um guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia, com ampla circulação entre os sindicatos de jornalistas do País.

Na Argentina, a presença de uma perspectiva de gênero nos cursos de jornalismo e comunicação também é um processo recente. Mesmo reconhecendo que o interesse das instituições de Ensino Superior pelas questões de gênero seja bem mais antigo, a rede argentina detecta um contexto diferente hoje, com a crescente implementação de políticas de gênero dentro das universidades. Ou seja, o Ensino Superior passa a se interessar e se comprometer de forma institucional com essas temáticas, o que deve ajudar a construir outro tipo de comunicação nos próximos anos.

Além da formação de estudantes, a Argentina presencia um aumento das editoras de gênero em distintos veículos de comunicação. Embora considere esse outro avanço, a rede destaca a limitação destas iniciativas pois “como as redações e espaços de trabalho da mídia não possuem formação e educação com perspectiva de gênero, as mudanças são registradas por gotas” (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha). No Chile, o diagnóstico indica que a capacitação de profissionais é impulsionada por sindicatos ou pelo trabalho individual de algumas profissionais, estando a Educação Superior muito ausente no que se refere ao empenho desta demanda.

Pela falta de formação adequada de profissionais, as representações estereotipadas de mulheres e outros grupos sociais subalternizados segue presente nos cinco países analisados, assim como uma persistente assimetria de visibilidade, segundo os informes feitos pelas jornalistas. Embora os meios de comunicação já tenham superado, em sua maioria, o uso de termos como “crime passionnal” para designar os feminicídios, na Argentina, a cobertura segue sendo sexista e estereotipada, com um olhar ainda bastante classista, machista e colonialista, segundo a RIPVG Argentina. Assim, continua o “tratamento estereotipado e machista nos noticiários, a desigualdade trabalhista nas empresas, escassa formação dos profissionais em questões de gênero e feminismo, informação ignorando a diversidade territorial e as histórias que compõem o solo argentino, com nula visibilidade da informação de migrantes, afrodescendentes e de povos originários” (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha).

A rede colombiana também percebe esse mesmo modelo de representação no País, que segundo estudos consultados, envolvem estereótipos que aludem a passividade ou a

agressividade das mulheres, assim como favorecem a sua objetificação. Ao realizarem uma análise sobre a cobertura das eleições presidenciais de 2018 em três jornais de ampla circulação no País, perceberam que apenas 20% das fontes ouvidas em 651 matérias e editoriais foram mulheres e o tema dos direitos das mulheres foi contemplado em apenas 0,61% do corpus analisado. Por outro lado, a cobertura sobre violência contra mulheres segue presente nos noticiários, porém ainda produzem sentidos que revitimizam mulheres e meninas.

Embora diversos manuais sobre o tratamento da informação respeitando os direitos das mulheres e outros grupos subalternizados circulem no meio profissional da Colômbia, a formação continuada dos jornalistas seria uma das principais ferramentas para modificar essas representações, conforme o diagnóstico das jornalistas. “Nesse sentido, as equipes jornalísticas precisam de uma formação aprofundada na perspectiva dos Direitos Humanos da Mulher, em gênero e linguagem inclusiva, para construir e divulgar histórias que respeitem os direitos” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha).

O monopólio dos meios de comunicação evidencia que poucos consórcios, como o TELEVISA e o Grupo Salinas, que concentram grande número de empresas e veículos, revistas, canais de televisão, rádio e jornal impresso, é apontado pela rede do México como um dos problemas para a superação das representações estereotipadas. Segundo as jornalistas, isso acontece tanto pela rotina de produção quanto pelas concepções culturais dos donos dos principais consórcios de mídia e da própria sociedade. Frente aos poucos meios de comunicação culturais, é difícil a disputa de sentido com os grandes canais de televisão que “utilizam o corpo da mulher para publicidade ou programas de entretenimento” (RED MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha).

Os meios impressos também seguem não representando as mulheres enquanto pessoas sujeitas de direitos. Por isso, a rede ressalta que é imperativo que os meios de comunicação e a publicidade reflitam o cenário atual de mulheres em atuação nos mais distintos âmbitos sociais. Assim como destacam que o público pode deixar de consumir conteúdos em que ainda persista uma representação misógina e de natureza androcêntrica de homens e mulheres, reafirmando as históricas posições de dominação e subordinação. É frequente ainda uma espetacularização da violência contra as mulheres, e em alguns casos se “viola os direitos das vítimas, ou de seus familiares, ao ser fotografadas, por exemplo, em acidentes de trânsito ou atos violentos” (RED MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha), um ato que fere a própria dignidade das pessoas envolvidas nas notícias. A espetacularização dos meios promovida pelo

que consideram um ensino machista e a constante busca pela audiência se sobrepõem à ética jornalística, contribuindo para um olhar violento e discriminatório sobre as mulheres.

Uma constatação interessante trazida pela rede mexicana é que os estereótipos sobre as mulheres não permanecem os mesmos ao longo dos anos, a mulher restrita ao ambiente doméstico é pouco vista nas representações. Contudo, o que muitas vezes pode ser considerado como uma mudança positiva na mídia, segue contendo a mesma relação de poder entre os sujeitos. “No estereótipo feminino, nos meios de comunicação de massa no México, particularmente na televisão e na imprensa, as mulheres ainda são representadas como pessoas que existem para os outros, ou seja, que são submissas às necessidades dos outros” (REDE MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha).

Se as representações mudaram, mas seguem refletindo as mesmas relações de poder que fundam as relações de gênero, o diagnóstico do Chile destaca uma mudança de comportamento das audiências, menos tolerantes e mais críticas aos conteúdos publicados pela mídia, chamada no diagnóstico de uma sanção social massiva. Em 2019, uma matéria da *Televisión Nacional de Chile* (TVN) sobre o assassinato de uma jovem, traçando o suposto perfil psicológico dela, gerou grande mobilização social e resultou em um pronunciamento do *Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará*, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O comunicado expressava a preocupação com o tratamento jornalístico de alguns veículos de circulação nacional sobre casos de violência contra a mulher e feminicídios e foi enfático

ao apontar que nada justifica a violência contra a mulher e que os meios de comunicação que relacionam esses graves casos a escândalos amorosos, crimes passionais, infidelidade ou que divulgam detalhes da vida pessoal das vítimas para justificar seus assassinatos, não contribuem de alguma forma na luta para erradicar a violência que tantas mulheres sofrem no Chile (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha).

Muito pelo contrário, a falta de um enfoque de gênero “normaliza a violência contra elas, mas também distorce conceitos, desinforma leitores e telespectadores, confunde a opinião pública e aumenta a tolerância à violência contra as mulheres por parte dos cidadãos” (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha). O diagnóstico chileno ressalta ainda uma maior consciência social das audiências, que são muito presentes nas redes sociais, mas que também incidem no *Consejo Nacional de Televisión*, órgão que controla o serviço de televisão. Essa mudança, considera o documento, é o resultado também da atuação de organizações de direitos humanos, movimento feminista e da sociedade civil que há muitos anos estão

cobrando a responsabilidade social dos meios de comunicação, dada a importância deles na cobertura destes temas.

4.2.4 A situação laboral das jornalistas

A constatação de que o número crescente de jornalistas dentro das redações de jornalismo não alterou significativamente a forma de produção, a desigualdade de gênero intrínseca à profissão e os conteúdos produzidos, levam os diagnósticos a construir uma crítica sobre a situação laboral das jornalistas. Embora as mulheres provavelmente não sejam maioria na maior parte do jornalismo latino-americano, pois existem nítidas diferenças entre as composições nos distintos países, a formação da categoria se transformou nas últimas décadas e o aumento da participação delas é, certamente, um dado relevante. A partir da pesquisa realizada pelo projeto *Worlds of Journalism Studies* (WJS), entre 2013 e 2015, com jornalistas de sete países, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Ecuador, El Salvador e México, descobrimos que o perfil do jornalista na América Latina seguia sendo homem, branco ou mestiço¹³³ e jovem, com cerca de 30 anos (AMADO *et al.*, 2016).

O Brasil modificou essa tendência. Desde 2012, quando publicada a primeira pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, sabemos que formamos a maior parte da categoria. Na última edição da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (2021) temos dados de que a categoria é formada em sua maioria por mulheres, 58%, entretanto, são elas majoritariamente brancas, 68,4%. A rede brasileira baseia a sua análise do diagnóstico na pesquisa anterior, de 2012, que segue com constatações próximas da atual, de que a remuneração das mulheres, sobretudo jovens, é menor do que a dos homens, assim como a de jornalistas brancos é maior do que a dos jornalistas negros, demonstrando uma desigualdade não apenas de gênero, mas também racial.

Como afirma a rede brasileira, “A desigualdade de gênero no jornalismo é um tema que merece reflexão, tendo em vista que a atuação expressiva das mulheres na profissão não tem sido suficiente para reduzir a desigualdade salarial, o racismo, o sexismo, o assédio moral e sexual, entre outros” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha). Sobre esses aspectos, dados da pesquisa realizada em 2017, pela organização Gênero e Número e a ABRAJI, com a participação de mais de 500 mulheres, demonstraram o machismo enfrentado pelas jornalistas dentro da profissão. Das respondentes, 86,4% relataram ter passado por situações de discriminação de gênero e 70,2% conheceram relatos de colegas que foram assediadas durante

¹³³ Nomenclatura utilizada no estudo.

o trabalho. Esse estudo embasa a discussão da rede brasileira sobre o caráter masculinista e violento das redações brasileiras.

No México podemos constatar algumas proximidades e outras disparidades em relação ao contexto brasileiro. O diagnóstico das jornalistas não aponta percentuais sobre a composição da categoria no país, ao contrário do elaborado pela rede brasileira, mas em outro estudo podemos encontrar alguns indicativos de 2015, em que as mulheres figuravam como apenas 31,8% da categoria e somente 10,7% dos profissionais se identificou como indígena enquanto na população mexicana geral esse índice era no ano estudado de 21,5% (MÁRQUEZ-RAMÍREZ; HUGHES, 2016). Ficam explícitas as desigualdades tanto de gênero quanto étnico-raciais.

A rede mexicana indica, porém, que há um crescimento em andamento na participação das mulheres e tece um questionamento sobre a relação entre composição da categoria e as representações produzidas pelo jornalismo, “por que, se há um número maior de mulheres na mídia (televisão, rádio, imprensa e cinema), as mensagens ainda não refletem uma imagem humana da mulher?” (REDE MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha). Segundo a análise, o reforço aos estereótipos que subordinam as mulheres e sua objetificação como se fossem produtos de consumo masculino seguem fortes. “Então, pouco progresso foi feito para eliminar o conteúdo misógino derramado na mídia” (REDE MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha). O motivo trazido no diagnóstico para a manutenção destas produções, mesmo que a presença de mulheres nos meios de comunicação nos últimos 30 anos tenha crescido consideravelmente no México, é o compartilhamento de um imaginário coletivo em que os homens e seus direitos são considerados universais, envolvendo tanto a esfera privada como a social e comunitária.

Essa universalidade masculina implica, de acordo com as jornalistas, em uma exclusão intrínseca das mulheres mesmo nos ambientes em que elas estão presentes, pois as instituições são pensadas e mantidas por e para eles. Os considerados papéis tradicionais que devem ser desempenhados por homens e mulheres continuam sendo reproduzidos por esse ideário compartilhado pelo jornalismo, “apesar da intenção de cobrir a imagem feminina com um verniz de modernidade e apresentar seus papéis profissionais em desenvolvimento” (REDE MEXICANA, 2020, s/n tradução minha).

Na Colômbia, encontramos um cenário ainda mais desigual no que se refere à composição da categoria, com 70% da categoria sendo formada por homens em 2019, de acordo com o diagnóstico. De acordo com as jornalistas, a profissão reproduz a exclusão pública existente na sociedade, que impõe grandes obstáculos para que as mulheres não

participem do debate público, “e as impedem de exercer seu direito de expressar publicamente suas ideias e opiniões e de receber informações nas mesmas condições que os homens” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha).

Um panorama histórico é apresentado por elas, destacando que desde o surgimento dos meios de comunicação no país, em 1785, as relações de poder estão presentes em seu acesso, privilegiando homens brancos e de classes altas. Ao longo do tempo, o jornalismo colombiano não abriu espaços para as mulheres, como demonstra a participação delas de apenas 30% na categoria. Mesmo com a existência histórica de veículos que abordam especificamente os direitos das mulheres e projetos recentes dentro de algumas empresas para melhorar a representação delas, eles ainda apresentam pouca expressão frente aos sentidos massivos produzidos pelas grandes empresas.

Desta forma, como já identificado nos outros países que produziram diagnósticos, os entraves se referem à manutenção do poder que estrutura a sociedade dentro do jornalismo e da comunicação, pois a imprensa segue dominada por homens com poderes econômicos e ligados aos poderes políticos local e nacional, sobretudo de origem urbana. Essas relações se expressam na concentração da mídia, em que 57% dela está nas mãos dos três homens mais ricos da Colômbia.

Muitas das barreiras e práticas são manifestações de discriminação com base no gênero, além de outros fatores, como raça, etnia, religião ou crença, idade, classe, orientação sexual e identidade de gênero, que as mulheres da região sofrem e que continua a gerar disparidades no exercício do direito à liberdade de expressão em relação aos seus pares masculinos” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha).

Um dos principais reflexos desta desigualdade se dá na violência sofrida por jornalistas e ativistas de direitos humanos, perseguidos por alçar uma voz crítica na arena pública, com maior peso, segundo a rede, sobre mulheres afro-colombianas e indígenas. Por esse motivo, em 2018, a *Comisión Interamericana de Derechos Humanos* (CIDH) solicitou que a Colômbia interviesse para a proteção desses atores sociais.

Soma-se ainda ao contexto enfrentado pelas jornalistas, as demissões em massa observadas nos últimos anos, com registros de 1,1 mil demissões de profissionais homens e mulheres entre 2016 e 2019. “O medo de perder o emprego é fator determinante na autocensura, na censura, na pluralidade de informações, que de fato intervém na garantia da liberdade de expressão” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha). Além das disparidades de gênero apresentadas, as dificuldades enfrentadas pela profissão agravam ainda

mais o cotidiano de trabalho das jornalistas e contribuem para uma desqualificação da informação.

Sobre o Chile, a jornalista chilena Fabiola Gutiérrez também destaca no diagnóstico que as redações são locais em que persiste a exposição ao assédio, sexismo e censura. Além disso, a falta de mecanismo para a realização de denúncias agrava a situação das jornalistas. “As expressões sexistas ainda estão presentes em redações, estúdios de televisão, departamentos de comunicação de instituições, entre outros espaços de trabalho e são projetadas em jornais, matinais e noticiários, reproduzindo mais uma vez a desigualdade entre mulheres e homens” (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha).

Segundo a análise, a concentração de propriedade, formada por um duopólio - Copesa (*La Tercera*) e o grupo Edwards (*El Mercurio*), que detém mais de 80% dos meios do país - agrava ainda mais a situação na configuração de uma mercantilização dos direitos básicos. “Em outras palavras, os setores mais heteronormativos do país controlam a agenda midiática, o que dificulta, em certa medida, uma sociedade pluralista com visão ampla da realidade local” (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha).

No diagnóstico chileno, além da concentração dos meios, uma série de elementos demonstram a desigualdade que impacta na situação laboral das jornalistas, como diferenças salariais, desproteção da maternidade, assédio e violência. Além disso, esse cenário é perpassado pela falta de perspectiva de gênero e dos direitos humanos, assim como a invisibilidade do movimento feminista e das dissidências sexuais, com maior prevalência no pouco enfoque de mulheres lésbicas e trans enquanto sujeitas políticas. Uma última questão apontada é a falta de segurança que as jornalistas enfrentam no cotidiano de trabalho, não recebendo respaldo das empresas para amenizar as violências laborais.

Por fim, a análise sobre as questões de gênero no jornalismo produzida pela rede da Argentina atualiza a discussão ao trazer mais um elemento de precarização, que é o impacto da pandemia da Covid-19 nos meios de comunicação. De acordo com o diagnóstico, o contexto pandêmico tornou evidente a situação laboral das jornalistas e agravou ainda mais os riscos da profissão, pois a comunicação foi considerada uma atividade essencial no país, situação que trouxe grande vulnerabilidade ao contágio.

Já a opção pelo trabalho remoto, “resultou na ampliação da jornada de trabalho, repasse dos custos do serviço aos trabalhadores, perda de privacidade, doenças profissionais ligadas à falta de infraestrutura adequada nos domicílios e alto nível de estresse na demanda por hiperprodutividade” (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha). Sem uma regulamentação específica da modalidade, os antigos problemas enfrentados pela atividade se

potencializaram, com mais contratos temporários e redução dos salários, assim como a diminuição de mulheres jornalistas nos quadros das empresas e o aumento da discriminação de gênero no exercício profissional.

Os diagnósticos apresentados demonstram que os elementos que impactam na situação laboral das jornalistas são recorrentes nos distintos países, mesmo naqueles com maior presença de mulheres integrando a categoria. Neste sentido, as jornalistas percebem que são as estruturas sociais e jornalísticas os fatores cruciais para a desigualdade de gênero e raça na profissão, que se intensifica ainda mais com a precarização da profissão percebida tanto nas demissões quanto nos baixos salários e ainda mais potencializada pelo contexto de pandemia, em que a implantação do trabalho remoto tornou as relações trabalhistas muito mais inseguras, as cargas horárias mais intensas, afetando principalmente as mulheres jornalistas e de forma ainda mais drástica as mulheres jornalistas que são mães¹³⁴.

4.2.5 Violência e risco de vida

A América Latina figura entre as regiões mais violentas para o exercício do jornalismo no mundo, com cifras crescentes que demonstram o agravamento do problema. Segundo dados da organização Repórteres Sem Fronteiras¹³⁵, o México, o Brasil, a Colômbia e Honduras foram os países em que aconteceram 80% das mortes entre os anos de 2010 e 2020, totalizando 139 mortes. Os diagnósticos das jornalistas destacam essa situação alarmante e discutem a violência específica que as jornalistas mulheres enfrentam em seus países e que muitas vezes culmina na perda da vida.

A violência contra jornalistas, principalmente quando se fala em assassinatos, difere bastante entre os países, mesmo assim a situação é destacada em todas as análises, demonstrando a importância da denúncia e a atenção das redes nacionais ao tema. A RIPVG Argentina informa a partir de dados da UNESCO que entre 2012 e 2017, 125 jornalistas foram assassinados na América Latina e no Caribe, mas nenhum registro se refere ao crime na

¹³⁴ Em importante pesquisa realizada pela Comissão de Mulheres da Fenaj, em 2020, intitulada “Mães jornalistas e o contexto da pandemia”, é discutida a invisibilização da sobrecarga de trabalho que penaliza as mulheres jornalistas que são mães e os impactos desta situação em seus cotidianos, culminando no abandono de planos de vida em função das horas abusivas de trabalho no modelo remoto somadas ao trabalho doméstico. A pesquisa destaca que “os rearranjos familiares durante a pandemia, o isolamento tem deixado as mães, jornalistas ou não, à beira da exaustão – o que em um futuro próximo poderá, inclusive, se converter em adoecimento e recomendações de afastamento laboral” (FENAJ, 2020, p. 21). Link para acesso da pesquisa na íntegra: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/08/PESQUISA-MULHERES-JORNALISTAS-NA-PANDEMIA-WEB.pdf>.

¹³⁵ <https://rsf.org/pt-br/2011-2020-balan%C3%A7o-dos-assassinatos-de-jornalistas-confirma-import%C3%A2ncia-de-fortalecer-pol%C3%ADticas-de>

Argentina. Além disto, destaca o grande índice de impunidade, em que apenas 11% apresentam resolução e que esse índice aumenta ainda mais o risco ao exercício profissional, sendo fator de estimulação para novas violências.

Sobre a situação específica das mulheres jornalistas, a rede da Argentina destaca que além das conhecidas violências, como o assédio sexual nas redações e outros espaços durante coberturas jornalísticas, o assédio no âmbito digital está crescendo nos últimos anos. O relatório da UNESCO, informam elas, “indica que raramente foram iniciadas investigações sobre esses ataques, e esta situação de impunidade dos perpetradores influencia negativamente a liberdade de informar e expressar opiniões”. (RIPVG ARGENTINA, 2020, s/n, tradução minha).

A rede colombiana também alerta para o aumento da violência contra as jornalistas na internet. Citando informações do estudo *Derechos de la mujer en línea*, da *Fundación Karisma*, as profissionais destacam que existe uma nítida violência por razões de gênero nesses ataques, fator que muitas vezes é ocultado quando a problemática é tratada. “O papel das mulheres na internet, mesmo de mulheres instruídas com perfis ativos online, tem que ser passivo e tranquilo, não deve romper com o status quo ou, caso contrário, ter voz e expressá-la nas plataformas digitais será motivo de violência” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha). Essa argumentação trazida por elas indica a existência de uma violência específica de gênero, que apresenta diferentes características, sendo algumas delas ofensas de cunho sexual, exposição da vida privada, vazamento de fotos e dados, ameaças ampliadas para familiares (SILVA; FONTES; MARQUES, 2021) e a desqualificação da autoridade das jornalistas enquanto agentes participantes e influentes nos seus âmbitos de trabalho e de sua capacidade intelectual (NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2022).

É interessante a argumentação trazida no diagnóstico colombiano de que esse tipo de violência fica camuflado por uma naturalização que acontece a partir do próprio jornalismo. Assim: “A violência se naturalizou nessa profissão e a violência não é reconhecida como violência de gênero, mas como parte do trabalho jornalístico” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha). O desconhecimento sobre a situação tanto por profissionais quanto pelas autoridades e a sociedade prejudica a criação de mecanismos de prevenção de novas investidas. Normalmente, os casos só ganham notoriedade quando passam de ameaças para violência física, principalmente o assassinato.

O diagnóstico apresenta uma lista de jornalistas mulheres que perderam a vida pelo exercício profissional, segundo dados da *Fundación para la Libertad de Prensa* (FLIP):

Mariam Ruíz Castañeda (1987), Marta Luz López (1989), Silvia Margarita Duzán (1990), Diana Turbay Quintero (1991), Amparo Leonor Jiménez (1998), María Helena Salinas Gallego (2000), Elizabeth Obando (2002) y Flor Alba Núñez (2015) [...]. A este relato se somam duas mulheres assassinadas por motivos relacionados ao exercício de sua profissão desde 2014. Em 10 de setembro de 2015, a jornalista Flor Alba Núñez foi assassinada em Pitalito, departamento de Huila, sudoeste da Colômbia. Em 8 de outubro de 2017, Efigenia Vásquez Astudillo, jornalista da rádio indígena Renacer Kokonuko, foi assassinada na região de Cauca, na Colômbia (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha).

Além dos assassinatos, foram muitas as denúncias de assédio, ameaças, abuso de poder e intimidações sofridas por jornalistas durante o desempenho de seu trabalho, fatos que motivaram a rede colombiana a lançar a campanha #PeriodistasSinAcoso (Jornalistas Sem Assédio). Elas afirmam que “A violência sexual tem sido uma arma de guerra contra as mulheres no contexto do conflito armado interno colombiano, e as mulheres jornalistas foram vítimas de repressão por exercerem o jornalismo” (RED COLOMBIANA, s/n, 2020, tradução minha).

Em um caso emblemático, citado no diagnóstico, a jornalista Jineth Bedoya foi sequestrada por paramilitares e posteriormente estuprada e torturada, motivando diversas ações de combate a este tipo de violência. As jornalistas lembram que, de acordo com a CIDH, é dever do Estado proteger jornalistas deste tipo de situação, trazendo um enfoque de gênero e interseccional no combate aos ataques. Esse contexto motivou a criação de um protocolo específico da *Unidad Nacional de Protección de Colombia*, por meio do *Comité de Evaluación de Riesgo y Recomendación de Medidas de Mujeres* (CERREM), que conta com a participação de órgãos governamentais e de movimentos de mulheres, assim como integrantes internacionais como é o caso da ONU Mulheres.

Dados da *Fundación para la Libertad de Prensa* (FLIP), de 2019, mostraram um crescimento entre o triênio 2014-2016, quando 257 jornalistas foram ameaçados, para 583 entre 2017 e 2019, triênio posterior aos Acordos de Paz, que objetivaram dar fim ao conflito armado de décadas no país. O motivo desse salto, segundo o diagnóstico, foi as disputas de grupos pelo narcotráfico e outras atividades ilegais em algumas regiões da Colômbia.

O relatório da FLIP, entretanto, pouco trata das questões de gênero que perpassam essas situações, o que invisibiliza e impossibilita o conhecimento destes dados, assim:

Embora os capítulos do Relatório da FLIP se refiram a casos e cite opiniões de mulheres jornalistas que foram ameaçadas, censuradas, assediadas judicialmente, entre outras, os dados apresentados neste Relatório não são discriminados por sexo, de modo que não é possível um panorama quantitativo dos efeitos dirigidos às mulheres jornalistas (RED COLOMBIANA, s/n, 2020, tradução minha).

A situação no México no que se refere à violência contra jornalistas é a mais grave entre os países estudados, figurando entre os países do mundo que mais registram assassinatos de profissionais. Dados do relatório da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) revelam que, em 2021, 15 jornalistas foram mortos na América Latina, sendo dez deles no México, o que o coloca como o país mais perigoso do continente (FIJ, 2022, p. 29). Mobilizadas contra esse contexto violento, as jornalistas da rede mexicana ressaltam no diagnóstico que: “Decidimos fazer justiça, nos tornar visíveis, nos documentar e, assim, forçar os sistemas judiciais da região a trabalhar para nós e, assim, exercer o jornalismo em liberdade” (RED MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha).

Elas destacam que a violência contra as jornalistas tem se tornado cada vez mais brutal e reiterada na região, perpetrada principalmente por integrantes do Estado, tornando-as vulneráveis e vítimas de campanhas de desprestígio principalmente por agentes dos governos locais, sendo obrigadas muitas vezes a se autocensurarem em suas produções jornalísticas. A autocensura figura enquanto “método de autoproteção” das mais graves situações, como privação de liberdade, ataques de arma de fogo e os feminicídios.

O destaque à palavra feminicídio no diagnóstico mexicano envolve um reconhecimento de que as mortes de jornalistas são em sua maioria motivadas por razões profissionais, mas marcadas explicitamente por razões de gênero. Além disso, seguem o entendimento de que são assassinatos que além de uma violência física promovem um discurso. Para Segato (2006), além da dimensão instrumental, os feminicídios apresentam uma carga expressiva, que se dirige tanto à vítima quanto aos pares que exercem o poder masculinista da violência sobre os corpos das mulheres e o mantém, garantindo a impunidade dos crimes. A teórica destaca que esse processo faz parte da instalação de um sistema de comunicação violento, que se cristaliza, instalando a violência enquanto linguagem.

Segato (2006) propõe essa abordagem ao analisar os feminicídios na cidade de Juarez, no México. Normalmente, crimes de cunho coletivo, reiterados e impunes. Neste sentido, parece possível estabelecer uma ligação com o assassinato das jornalistas, porque além da sua dimensão de gênero, produzem um discurso que visa a estabilizar e manter as relações de poder a partir do silenciamento delas, em sua expressão mais drástica, os assassinatos, servindo também como forma de censura a futuras práticas jornalísticas que possam perturbar seus interesses.

No diagnóstico são trazidos dados compilados pela *Red de Periodistas Guerrerenses con Visión de Género*, do estado de Guerrero, localizada ao sul do México, que indicam não apenas a impunidade, mas a completa desconsideração das agressões, pois a larga maioria

nem chega a gerar um processo judicial. Dos 30 casos conhecidos de agressões contra mulheres jornalistas entre 2014 e 2019, apenas dois tiveram localizados processos de investigação.

Assim, consideram que “é importante expor essas condições em que fazemos jornalismo para integrar e tornar visível no Capítulo J de Pequim para que haja um quadro mais amplo de defesa para as mulheres jornalistas, para falar sobre os impactos psicossociais desses ataques na vida e na liberdade de expressão das mulheres jornalistas” (REDE MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha). A atenção psicossocial é uma demanda expressa no diagnóstico frente às agressões físicas, sexuais e os *desplazamientos* a que estão submetidas as jornalistas. Assim como a devida atenção a todas estas condições que perpassam o cotidiano das profissionais e que ainda são pouco visibilizadas pela falta de dados, como fica explícito no levantamento da rede de Guerrero. O reconhecimento da importância das mulheres jornalistas pelos órgãos internacionais é cobrada na análise mexicana, entendendo que elas fazem parte dos processos de liberdade e justiça da sociedade, assim como são “parte na construção da memória histórica da América Latina” (REDE MEXICANA, 2020, s/n, tradução minha).

Sobre o contexto chileno, o diagnóstico elenca duas situações em que a violência contra as jornalistas é mais recorrente. Uma delas se refere à crise política enfrentada pelo Chile desde 2019, que impulsionou uma série de protestos nas ruas, tornando mais evidente a insegurança das jornalistas durante as coberturas. De acordo com o documento, profissionais do diário *La Estrella de Arica* (Grupo Edwards) sofreram ataques sexuais por parte de agentes de segurança do Estado. No episódio, duas jornalistas “foram obrigadas a tirar a roupa íntima e fazer agachamentos, com a clara intenção de humilhá-las” (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha). Outro caso ocorreu em 2020, durante protestos, quando uma bomba de gás lacrimogêneo atingiu o rosto da fotojornalista Nicole Kramm, resultando na perda de 80% da visão de um dos olhos.

Fora as situações de cobertura de manifestações, o diagnóstico aponta que a editoria de esportes também tem sido uma das áreas em que as jornalistas mais sofrem assédio sexual. Em dois casos, denúncias foram feitas, mas pouco avançaram nas investigações, assim como as empresas de comunicação deram pouco respaldo às profissionais. A mobilização contra esse tipo de assédio partiu da própria categoria, que a partir do incômodo gerado pela naturalização dessas práticas “convocou centenas de jornalistas a aderir a uma carta de reclamação, que exigia o compromisso das empresas jornalísticas em gerar espaços livres dessas situações e protocolos efetivos de prevenção e tratamento de casos de assédio sexual” (GUTIÉRREZ, 2020, s/n, tradução minha). O número de assinaturas poderia ser muito maior,

ressalta o diagnóstico, pois muitas jornalistas não assinaram o documento por medo de represálias.

No Brasil, o contexto foi de crescimento da violência contra jornalistas. A RIPVG Brasil traz dados do informe da FENAJ, de 2019, que demonstra a ação sistemática do ex-presidente Jair Bolsonaro contra a imprensa durante o seu governo (2018-2022). Em 2019, 208 casos de violência foram registrados, sendo 114 de descrédito generalizado e 94 deles de agressões diretas aos profissionais, números que revelam um aumento de 54% em relação ao ano anterior, 2018. O índice mais alarmante do relatório é que em 121 ataques, o responsável pela violência foi Bolsonaro. Do total de casos, 26% das vítimas eram jornalistas mulheres.

A rede brasileira lembra que o ex-presidente chegou a ser denunciado na ONU por ataques contra mulheres jornalistas, a partir da fala da jornalista Bianca Santana, que após escrever sobre a relação de Bolsonaro com acusados do assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, foi acusada por ele de publicar *fake news*. A rede brasileira destaca que: “Desde o início do atual governo, os jornalistas têm sido atacados por meio de estratégias discursivas que os desonram, desacreditam e humilham. [...] Jornalistas brasileiras têm lidado com ofensas sexistas e misóginas, o que mostra que o Estado brasileiro não tem garantido um ambiente seguro para mulheres jornalistas” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha). O diagnóstico ressalta ainda que as posturas hostis dos integrantes do governo acabam em última instância prejudicando o exercício do jornalismo no País, dando sinais de uma postura autoritária que desestabiliza a democracia brasileira.

Como demonstrado nas análises feitas pelos cinco países, nenhum deles está imune à violência contra jornalistas, em seu caráter misógino e que prejudica drasticamente a atuação delas. O que modifica é a intensidade com que ocorrem, tendo como expressão mais grave os assassinatos de profissionais. Essas situações limites devem servir de alerta para o indicativo apresentado pelas redes de que os ataques apresentam crescimento nos últimos anos e que os principais agressores são integrantes das diferentes esferas governamentais, o que agrava a impunidade dos casos.

4.2.6 Soluções e recomendações frente aos problemas detectados

Frente ao cenário apresentado, de alguns avanços pontuais e muitos desafios no que se refere à implementação do capítulo J da Plataforma de Pequim – Mulheres e Meios de Comunicação, inclusive a sua necessária atualização, as jornalistas que produziram os diagnósticos, pertencentes a quatro redes nacionais e uma profissional responsável no caso do

Chile, estabelecem propostas de ações para a resolução de alguns dos problemas apresentados. Essas medidas que convergem entre os diferentes países são destinadas aos governos, às empresas jornalísticas, universidades e também à sociedade, considerando que qualquer transformação da comunicação demandará a atuação de diversos atores e setores.

Os diagnósticos destacam também que iniciativas muito positivas estão em andamento nos distintos países, como a formação de organizações e coletivos dentro e fora de sindicatos, trazendo uma perspectiva de gênero para o tratamento da profissão, assim como a continuidade da atuação de jornalistas feministas de forma autônoma ou em veículos independentes, também estimulados pelo avanço das tecnologias mais recentes, que têm oferecido novos sentidos ao jornalismo.

Um dos exemplos de boas ações citadas pela RIPVG Brasil foi a criação em 2017 da Comissão Nacional de Mulheres pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que conta com mulheres de 19 sindicatos filiados e objetiva ser uma rede em que a discussão sobre o trabalho jornalístico incorpore questões de gênero. Promove ainda pesquisas que ajudem na percepção de dados sobre a desigualdade, assim como auxilie em uma mudança de abordagem jornalística no combate à desigualdade de gênero, raça e etnia no Brasil.

O diagnóstico brasileiro cobra mais incentivos para a criação de mecanismos que possam ajudar na ampliação de “uma abordagem interseccional das pautas jornalísticas, a partir da articulação de outros marcadores sociais como raça, classe e sexualidade, compreendendo que a desigualdade no Brasil está diretamente relacionada com essas variáveis” (RIPVG BRASIL, 2020, s/n, tradução minha). E para isso, considerando a falta de políticas públicas na área, a busca por financiamentos e colaborações para projetos jornalísticos que tragam essa abordagem é crucial e deve ser priorizada.

Na Colômbia, são citadas diversas boas práticas realizadas no país, como as realizadas pela Red Colombiana – o programa de televisão *Ni Reinas Ni Cenicientas*¹³⁶ e a rádio novela *Lazos Invisibles*¹³⁷ - demonstrando a existência de muitos projetos, veículos e iniciativas com perspectiva de gênero, independentes ou apoiadas pelos grandes meios, “a partir da identificação de necessidades particulares de determinados grupos de mulheres, comunidades ou audiências” (RED COLOMBIANA, 2020, s/n, tradução minha). Em sua maioria, objetivam produzir informação responsável sobre os direitos e a representação das mulheres na mídia, oferecendo canais de diálogos antes inexistentes. Contudo, elas destacam a mesma

¹³⁶ <http://www.redperiodistasgenero.org/multimedia/ni-reinas-ni-cenicientas>

¹³⁷ <http://www.redperiodistasgenero.org/lazos-invisibles/>

questão ressaltada pela rede brasileira, falta incentivo e apoio para manutenção e criação de novos projetos, pois os apoios governamentais são escassos, prejudicando a manutenção dessas iniciativas.

O diagnóstico colombiano apresenta 13 pontos para que diferentes esferas participem da redução da desigualdade de gênero na comunicação do país. Alguns deles são: 1) Realizar e divulgar monitoramentos sobre a cobertura midiática, incluindo estudos direcionados para a situação de rádios comunitárias e outros veículos alternativos e sobre a especificidade de diferentes grupos como as mulheres indígenas e de “comunidades afro-americanas”; 2) Garantia pelo Estado dos direitos digitais das mulheres, compreendendo as suas demandas digitais, fornecendo acesso integral à internet e garantindo formação para o uso das diferentes tecnologias; 3) Incluir a formação de gênero e dos direitos humanos das mulheres na formação de estudantes de comunicação e jornalismo; 4) Impulsionar uma cultura de mulheres *libre-parlantes* (livre-falantes), defendendo a sua livre expressão e promovendo o cuidado com as que apresentam atuação na internet, sujeitas à ataques; 5) Promover meios de comunicação livres de assédio e violência, com efetivos espaços de denúncia e com o estímulo à formação de redes de solidariedade; 6) Garantir igualdade de oportunidade, coibindo uma divisão do trabalho por gênero, tanto em relação aos cargos ocupados quanto dos temas tratados; 7) Uso de linguagem inclusiva; 8) Construir uma base de dados com mulheres especialistas nos mais diversos temas visando a equilibrar as vozes trazidas nas coberturas e impulsionar a presença delas nas notícias; 9) Impulsionar a discussão social da violência contra mulheres, ressaltando que se trata de uma violência sistêmica e normalizada e não de casos isolados.

O cenário na Argentina também aponta para a mesma necessidade de financiamento e estrutura para veículos e produções jornalísticas independentes para que elas possam fazer frente aos grandes conglomerados de mídia. E a grande mídia deve ser estimulada a firmar um compromisso com uma produção informativa que contemple a perspectiva de gênero. Ao Estado recomendam ações que garantam a representação paritária nos meios, um enfoque não sexista da informação, criação de políticas de comunicação e gênero e ações para promover a integração das mulheres e pessoas do coletivo LGBTQIAP+ nos meios de comunicação.

Aos veículos demandam a transversalização de gênero dentro das empresas e na produção comunicacional, a participação diversa e igualitária de mulheres e “das diversidades”, principalmente no âmbito de cargos decisórios e estratégicos. Além da capacitação sobre esses temas de todo o quadro profissional, a promoção de uma agenda de

gênero e direitos humanos nos conteúdos e a busca da garantia da liberdade de expressão, buscando mecanismos de proteção para mulheres jornalistas, incluindo a violência digital.

O Chile também apresenta ações específicas tanto para o estado quanto para as empresas. Para o Estado chileno recomendam a implementação de medidas para garantir a representação paritária nos meios de comunicação; a inclusão de um enfoque de gênero interseccional, plurinacional e não sexista da informação; a construção de políticas públicas de comunicação e gênero; uma legislação que garanta três setores da comunicação, não somente o privado, mas o público e o comunitário; e que a nova Constituição do país inclua o direito à comunicação.

As empresas solicita a transversalização da temática de gênero nos conteúdos produzidos; a promoção da participação de mulheres e outras dissidências nos meios, tanto nos quadros funcionais como entre as fontes jornalísticas; a capacitação dos quadros de profissionais para estes temas; e a criação de uma agenda proativa dos direitos humanos e gênero na informação que produz.

As jornalistas mexicanas destacam a importância da atuação da CIMAC e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que está desenvolvendo na América Latina um projeto sobre Gênero e Comunicação, objetivando qualificar a abordagem dos meios de comunicação sobre o tema. Contudo, elencam mais ações para impulsionar uma transformação nos meios de comunicação, principalmente no que se refere à violência contra as mulheres. Para isso, será necessário sensibilizar os profissionais que atuam nas empresas de comunicação e impulsionar uma criticidade maior na audiência para que também cobrem dos veículos uma mudança de postura na cobertura jornalística. A rede mexicana traz ainda a demanda de incluir os cursos de graduação em comunicação e jornalismo nesta tarefa, para que se engajem na formação de profissionais que dominem questões de gênero e uma linguagem inclusiva e respeitosa para com as diversidades aplicadas às suas produções.

Os profissionais e futuros profissionais do jornalismo devem ser capazes de “Olhar a realidade que nos rodeia com diferentes lentes, questionar, ser transmissores de outras notícias, mostrar novas formas de comunicar que contribuam para uma maior igualdade” (REDE MEXICANA, 2020, tradução minha). Em resumo, continuam elas, informar sobre o mundo que nos rodeia, mas também atuar ativamente a partir de um compromisso social com a transformação.

5. DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA – DISCURSOS E PRÁTICAS FEMINISTAS NO JORNALISMO

A perspectiva de gênero no jornalismo defendida pelas integrantes da RIPVG entrevistadas nesta tese é perpassada por uma noção que pouco aparece nos manuais que tratam da temática e que foram analisadas no capítulo 2, indicando que se trata de um elemento muito próprio do contexto em que a articulação surge e dos saberes que são compartilhados. A defesa dos direitos humanos das mulheres esteve presente em muitas respostas quando perguntado sobre como entendiam a perspectiva de gênero aportada ao jornalismo e parece indicar sobre os discursos que influenciam, são negociados e acionados, para a construção desta visão dentro da rede.

É sobre os elementos centrais que compõe o entendimento das interlocutoras da pesquisa sobre o que é esta perspectiva de gênero a qual se dedicam que discutirei neste capítulo, apresentando suas respostas sobre esse questionamento. Sendo assim, trago uma discussão sobre a questão dos direitos humanos das mulheres dentro dos feminismos e do jornalismo e, por fim, abordo sobre a violência contra jornalistas como um importante foco de atuação da RIPVG e contra a violação destes direitos.

Sobre este último tópico, proponho uma reflexão sobre a proteção das jornalistas enquanto uma condicionante que possibilita o exercício da perspectiva de gênero nos moldes que elas defendem e se dedicam, sendo esta forma de resistência um elemento crucial para a compreensão do que significa esta perspectiva dentro da RIPVG. Como nos demonstram as bibliografias que tratam sobre o tema dos direitos humanos das mulheres na América Latina, a violência é um tema central quando da reivindicação deles na região, exatamente pelo entendimento de que o direito à dignidade e à vida das mulheres são a base elementar para o exercício da liberdade em todas as esferas sociais. Sendo assim, o próprio exercício jornalístico envolve a defesa da vida de quem o pratica, como bem ressalta a jornalista mexicana Carmen, ao dizer que “queremos seguir fazendo jornalismo, mas não queremos perder a vida por fazê-lo” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Além disto, influenciada pela afirmação da Rede Mexicana de que o assassinato de jornalistas se enquadra no crime de feminicídio, discuto a ampliação desta tipificação, extrapolando as relações domésticas e intrafamiliares, a partir da teórica Rita Segato, considerando que a violência e o assassinato de profissionais da imprensa produzem um discurso amplo que visa a silenciar outras jornalistas e controlar a atuação das mulheres em espaços de visibilidade e poder.

Seguindo a perspectiva de Segato (2006; 2021), entendo que a ruptura do tecido comunitário que protegia as mulheres quando da intrusão colonial; assim como o agravamento da violência de gênero com a expansão do estado moderno/colonial; e a permanência de uma matriz de poder masculinista, racista e heteronormativa, afeta bruscamente a vida das jornalistas latino-americanas. Frente a isto, considero que elas se dedicam, com os elementos que dispõem, a tecer uma rede de resistência e proteção que possa permitir a atuação jornalística a partir de uma perspectiva de gênero crítica aos poderes que subalternizam as maiorias minorizadas, incluindo elas próprias. Se a ruptura do tecido comunitário tornou as mulheres mais vulneráveis à violência, afastando-as das decisões políticas importantes para a vida em comunidade e destituindo-as de poder, esse fino tecido construído pela RIPVG que envolve múltiplas frentes: incidência política, denúncia, formação e solidariedade, construindo um grande *acorpamiento*, um *amamacho* de proteção entre elas, parece ser uma maneira de promover um novo elo de segurança.

5.1 Gênero, Raça e Direitos Humanos – Tensionamentos à concepção hegemônica da DUDH

A reivindicação histórica de mulheres por direitos, sejam eles sociais, políticos ou civis, faz parte da agenda feminista dos últimos séculos e proporcionou mudanças significativas na vida delas. Esta luta permanente e contínua permitiu a tutela sobre setores fundamentais de sua vida, mesmo que nem todos, e o acesso a instituições que antes as excluía explicitamente, ainda que hoje pelo caráter masculinista de seus funcionamentos, a plena participação das mulheres seja ainda um caminho a ser trilhado. Foi assim com o estudo formal, a igualdade jurídica, o espaço político, com a possibilidade de votar e ser votada, o divórcio, a criminalização da violência doméstica, a posse de bens e uma ainda não completa autonomia sobre seus corpos. É neste âmbito que também observamos tensionamentos importantes dentro do próprio feminismo sobre as políticas de igualdade, assim como sobre a própria contemplação dos direitos humanos no que se refere às mulheres e uma série de problemáticas de gênero que suscitam.

Estes questionamentos sobre a suposta universalidade de direitos aparecem desde muito tempo, sendo referência a crítica feita por Olympe de Gouges, na França, em 1791, pós-revolução francesa. Ao observar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, um dos embriões da Declaração dos Direitos Humanos, desconsiderava a questão das mulheres, Gouges propôs a Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã. Assim, como a carta

dos direitos dos homens, a de Olympe continha 17 artigos e foi enviada para a Assembléia Nacional da França para aprovação (ASSMANN, 2007, p. 1).

Ao considerar que “a ignorância, o esquecimento ou o menosprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolveram expor, em uma declaração solene, os direitos naturais inalienáveis e sagrados da mulher” (GOUGES, 2007, p. 2). No primeiro artigo da declaração, Gouges é categórica ao escrever que: “A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos” (GOUGES, 2007, p. 3) e ao enfatizar a importância de que seja possibilitado o exercício do pensamento e de opiniões das mulheres, direitos considerados os mais preciosos. Como destaca Freire (2010), Gouges defendeu em suas reivindicações que as mulheres tinham o direito de subir no cadafalso assim como na tribuna. Ao subir na tribuna por essas reivindicações, foi mandada ao cadafalso e executada dois anos após a escrita da declaração. A precursora, fazendo alusões à beleza e à proeza reprodutiva, e sabendo que estes temas “gozavam de amplo apego e que algum efeito teriam na comunidade de homens”, só talvez não tenha suposto que “seu direito seria interpretado como uma ameaça gravíssima e que lhe custaria a guilhotina nos dias de Terror” (BARRANCOS, 2022, p. 23).

Ficou de seu legado o olhar crítico ao masculinismo presente na elaboração de direitos, revisitado posteriormente por outras feministas. Mary Wollstonecraft foi uma delas, escrevendo apenas um ano depois a Reivindicação dos Direitos da Mulher, em uma crítica, segundo Barrancos (2022), à misoginia de intelectuais como Rousseau. Sua principal bandeira foi se opor à ideia de que as mulheres eram irracionais, destituídas de inteligência e faculdades mentais. Defendeu, assim, a educação das mulheres, pois só “seriam independentes quando fossem beneficiadas por uma educação mais ampla” (BARRANCOS, 2022, p. 24).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela ONU em 1948, também levanta reflexões sobre a possibilidade de universalidade de direitos frente à especificidade de diferentes grupos sociais e sobre a inclusão das mulheres na categoria ocidental de humano, visto que sua humanidade segue sendo constantemente negada pela misoginia e pelo machismo. Como resultado de uma resposta a duas guerras mundiais, aos horrores promovidos por regimes nazifascistas, de conflitos e extermínios, a DUDH, ao afirmar “uma condição comum de liberdade e igualdade ‘em dignidade e direitos’, extensível a todos os seres humanos ‘sem distinção de qualquer espécie’ constituiu em si a expressão de um extraordinário desenvolvimento moral” (VENTURI, 2010, p. 10-11). Um desenvolvimento que, segundo Venturi (2010), passa a balizar principalmente a atuação das

instituições. Como uma recomendação, não garante o cumprimento dos direitos previstos, mas proporcionou que os sujeitos das mais diferentes nações se reconhecessem como portadores da titularidade e a cada indicativo de violação destes, resistissem em sua defesa (VENTURI, 2010).

Sem minimizar o marco que representou a declaração, a universalidade proposta na DUDH é que vem sendo apontada como dificultadora “do reconhecimento da singularidade dos direitos das mulheres” (FREIRE, 2010, p. 102), principalmente no que se refere à violência específica de gênero (BLAY, 2019). Ao declarar a igualdade de direitos entre homens e mulheres e não tratar das especificidades, camufla uma das principais violações à dignidade das mulheres e ao exercício de todos os outros direitos previstos, que é a violência de gênero. Além disso, mesmo que reconheça a existência dela, torna-a excepcional, como “resultado de patologias particulares de indivíduos isolados, mas não como uma forma de violência normalizada contra os direitos humanos das mulheres” (CASTILLO, 2019, p. 96).

Castillo (2019) avança na discussão sobre como foi definida política e legalmente a palavra humano. Seguindo o pensamento do filósofo americano Richard Rorty, a autora considera que essa definição é perpassada pela construção de fronteiras de alteridade, que definem a humanidade e a não humanidade. A partir da lógica antropocêntrica ocidental, nas margens fora da fronteira do humano estariam o animal, a infância e o não masculino. Como uma representação, essas imagens extrapolam a ontologia, sendo carregadas por significados que foram e muitas vezes ainda são atribuídos a diferentes grupos de sujeitos. Segundo Castillo, aos povos não ocidentais foi atribuída uma correspondência negativa com as crianças, que cresceriam e se tornariam adultos humanos apenas se educados nos valores ocidentais. Esse mecanismo foi muito corrente na atribuição de sentido dos colonizadores aos povos originários. Fica nítida também a forma hierarquizada e inferior com que as crianças são tratadas nesta lógica do pensamento ocidental moderno. A inferioridade dos sentidos sobre a criança também foi atribuída às mulheres, em sua suposta incapacidade para tutelar muitas áreas de sua vida.

Por isso, é difícil para o “feminismo lidar com os direitos humanos pelo fato de que a ideia de ser humano é masculinamente descrita” (CASTILLO, 2019, p. 99). A feminista Catharine MacKinnon (2020) faz outra provocação, considerando que já se passaram mais de 50 anos da assinatura da declaração pelos estados signatários da ONU e da consideração do que era ser um humano no mundo e quais direitos as pessoas tinham enquanto humanos. Frente a todas as atrocidades vivenciadas por elas, como estupros, baixa participação nos

espaços de poder, feminicídio, abusos contra seus corpos, violência doméstica, MacKinnon (2020, p. 16) questiona: “As mulheres já são humanas?”. Porque:

É preciso muita imaginação – e um foco determinado e obcecado pelas exceções das margens privilegiadas – para ver uma mulher real nas majestosas garantias da Declaração Universal sobre ‘o direito de todos’. Depois de mais de meio século, qual a parte de ‘todos’ não nos representa? (MACKINNON, 2020, p. 17).

Os artigos da Declaração Universal passam, assim, nas mãos da teórica, por um olhar detalhista sobre as contradições de suas previsões quando aplicadas à vida das mulheres. Por exemplo, a previsão de remuneração justa pelo trabalho realizado sem a consideração de que além do trabalho formal, as mulheres se dedicam imensamente mais ao trabalho doméstico, sem nenhum reconhecimento ou compensação financeira, quando dentro de suas próprias casas. Quando da ainda atual baixa representatividade nos cargos da política institucional, MacKinnon (2020, p. 18) interroga: “As mulheres estão caladas nos corredores do estado porque não temos voz humana?”.

MacKinnon lembra ainda algo importante, pois não são apenas as mulheres que não possuem os direitos expressos na declaração, mas a maioria da população do mundo. Ao ler a crítica de MacKinnon, é impossível não pensar na desumanização da população negra, como discutido no primeiro capítulo desta tese, e do abismo brutal no quesito de efetivação de direitos que ainda separam as mulheres brancas e negras. Porque essa visão de humanidade segue tendo a cara de um homem branco, cisgênero, heterossexual e ocidental e pensar se ela ainda é frutífera para as nossas reivindicações é de extrema importância para as lutas sociais em curso.

Promovendo este esforço, ao dialogar com a concepção hegemônica dos direitos humanos, com as teorias críticas que tensionam o caráter eurocêntrico deles, com as perspectivas decoloniais e a contribuição de Lélia Gonzalez para pensar o conceito de amefricanidade, Pires (2020) destaca que, além da universalidade prevista por estes direitos, eles são considerados direitos naturais, portanto, a-históricos, com validade a qualquer pessoa em qualquer tempo. Assim: “a universalidade pressupõe uma única possibilidade de natureza humana que, quando compreendida, permitiria que se buscasse proteção suficiente e adequada para a experiência humana plena” (PIRES, 2020, p. 301). O padrão de humanidade construído, calcado na figura do sujeito homem europeu, heteronormativo, cristão, sem deficiência, excluiu outras formas de vida humana. Isso porque o modelo de proteção da humanidade teve como parâmetro a “narrativa histórica dos colonizadores [que] determinou a matriz de humanidade” (PIRES, 2020, p. 301).

Fica nítido que o marco dos direitos humanos se apoia, como destaca Pires, na experiência europeia e com ela a convivência entre um ideário que prega a liberdade, a igualdade e a dignidade e toda uma estrutura de dominação colonial imposta por essa experiência. Desta forma, “a partir do discurso dos direitos humanos, o centro europeu pretendeu salvar aqueles por eles atribuídos como periferia do destino primitivo, selvagem, subdesenvolvido e pré-moderno a que estavam fadados” (PIRES, 2020, p. 302). Pires (2020) ressalta que foi sob esse manto do racionalismo humanista que todas as atrocidades contra os povos colonizados ocorreram, violando sistematicamente os direitos por ele apregoado de liberdade, dignidade e igualdade. Essas relações de dominação foram mascaradas pelo discurso dos direitos humanos.

Maldonado-Torres (2019) também destaca esta relação, considerando que os direitos humanos podem ser pensados enquanto um instrumento da colonialidade. O autor entende que a declaração é um produto discursivo da modernidade ocidental, assim como a visão de diferença ontológica que classificou e hierarquizou seres humanos em humanos e não humanos. Desta forma, “No fundo, o discurso dos direitos humanos procurou implementar a igualdade entre aqueles que eram reconhecidos como plenamente humanos” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 88). Isso pode ser percebido historicamente pelas motivações que levaram a construção do texto, quando da experiência atroz do fascismo, em particular o nazismo no século XX.

As práticas coloniais, genocídio dos povos originários, sequestro, tráfico e escravização de africanos existentes ao longo dos séculos anteriores foram justificadas pelo objetivo considerado legítimo de civilizar os povos colonizados, tendo supostamente uma diferença do nazismo, em que as violências foram perpetradas também contra sujeitos brancos europeus. Por isso, Maldonado-Torres (2019, p. 101) afirma que os direitos humanos do século XX “procurou responder a um conjunto de problemas convenientemente delimitados que a modernidade ocidental tinha criado. Esses problemas manifestaram-se no extermínio de milhões de pessoas e na devastação da Europa”.

Ainda mais complexa é a relação entre a declaração e o contexto vivido em territórios coloniais que buscavam a sua descolonização no período, tendo servido para Maldonado-Torres (2019) como uma forma de abafamento deste processo de lutas anticoloniais. Assim, ele considera que a Declaração dos Homens, do século XVIII, teve um caráter revolucionário, mas a Declaração Universal dos Direitos Humanos “serviu para reprimir lutas revolucionárias” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 104) e no máximo funciona na identificação de expressões de violência mais nítidas, sendo que até a “interpretação dessa

violência parte normalmente de uma ótica colonialista e racista ocidental” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 108).

A questão que surge a partir das críticas é se existe possibilidade de descolonizar, ampliar e reformular a ideia de direitos humanos no sentido de superar as hierarquias e invisibilidades contidas na sua declaração e aplicação. Sem deixar de lado a constatação desta matriz de dominação que caminhou lado a lado com a retórica dos direitos humanos, Pires aposta na possibilidade de “reabilitar a força libertadora e contra-hegemônica” destes direitos (PIRES, 2020, p. 303). Segundo a autora, muitas visões críticas têm demonstrado que os direitos humanos vêm sendo utilizados para camuflar situações de dominação, intervenções, guerras, naturalizações à opressão e servindo para a reprodução do desigual e excludente sistema capitalista. Em uma perspectiva decolonial, mais do que

[...] pôr em questão a escolha pela proteção e pela liberdade, igualdade e segurança, felicidade e dignidade, declaradas nos documentos do período das Revoluções Modernas, questionam-se os contornos que foram conferidos a cada um desses direitos e a desqualificação de perspectivas que poderiam ter indicado outras proteções fundamentais. O silenciamento dessas cosmovisões se justifica na invisibilidade de seus sujeitos e na crença e afirmação de sua inferioridade (PIRES, 2020, p. 308).

É neste sentido que Pires explica sobre a necessidade de impulsionar no âmbito dos direitos humanos a abertura a outras perspectivas, coerentes com a experiência de vida nos diferentes contextos. A ideia de igualdade formal, que segundo ela sacraliza a meritocracia, serve à manutenção de uma supremacia branca em países como o Brasil, em que o acesso a direitos e bens culturais e materiais, ainda é perpassada pela categorização racial e a opressão sistêmica de pessoas negras. Porque “sob o manto da igualdade formal, a suposta indiferença em relação à identidade racial dos indivíduos produziu a naturalização da subcidadania” (PIRES, 2020, p. 314).

No intuito de reverter as armadilhas da igualdade e da universalidade, uma redefinição de preceitos, como os direitos à liberdade, à propriedade e à dignidade, a partir de outras epistemologias e múltiplos modos de ser humano e estar na natureza, é a proposta de Pires (2020), principalmente a partir de saberes críticos que consideram a vida dos grupos da população latino-americana que mais convivem com a violação de seus direitos, como é o caso da população negra e dos povos originários.

Além disto, é importante não reconhecer as lutas que se utilizaram dos discursos dos direitos humanos dentro de suas reivindicações, adaptando-os aos seus propósitos e resultando na construção de direitos efetivos para determinados grupos sociais. Este é o caso

das lutas latino-americanas pelos direitos humanos das mulheres, considerando que ao acionarem esses discursos em seus contextos específicos em busca de objetivos específicos não se trata de uma simples reprodução da matriz moderna e ocidental que o originou.

Foi a partir do final da década de 1970, que as resoluções internacionais passaram mais ativamente a tratar dos direitos específicos das mulheres, formulando uma série de recomendações para o avanço da igualdade de gênero e combate à violência. De acordo com Tamara Gonçalves (2011), a atuação do movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970 tensionou as noções de espaço público e privado, incentivando rupturas que resultaram em uma maior participação das mulheres nas esferas de debate e ação social, além do círculo familiar. Consequentemente, obtiveram mais visibilidade em suas demandas por proteção e pela criação de aparatos jurídicos consonantes com duas demandas. Desta forma, “A ocupação do espaço público pelas mulheres trouxe, portanto, a possibilidade de conferir visibilidade para a transformação de necessidades das mulheres em direitos a serem assegurados” (GONÇALVES, 2011, p. 65).

É neste cenário que a defesa dos direitos humanos das mulheres pelas interlocutoras desta pesquisa se inspira. Fruto de uma intensa mobilização de mulheres e movimentos feministas, tratados e documentos internacionais integrantes do ciclo de conferências da ONU passam a dedicar atenção ao contexto vivido pelas mulheres, como é o caso da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, de 1979, e a Declaração e Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, em 1995 (FREIRE, 2010).

Outro importante mecanismo, com enfoque na violência, foi a Convenção Interamericana para Vigiar, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, aprovada na I Assembleia Extraordinária de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA e realizada em 1994, em Belém do Pará. A existência da convenção tornou a América a única região do mundo a contar com um mecanismo específico para este fim (GONÇALVES, 2011). Sendo ela que “explicitou de maneira definitiva que uma vida sem violência constitui um direito das mulheres” e serviu, por exemplo, como dispositivo para que Maria da Penha Fernandes Maia representasse “contra o Estado brasileiro na apuração dos crimes cometidos contra ela por parte do seu agressor” (FREIRE, 2010, p. 106).

Com a aprovação destas normas específicas para as mulheres, a partir da década de 1970 “observou-se que não era suficiente apenas enunciar os seus direitos, mas era também necessário buscar a afirmação e o reconhecimento dos mesmos perante instâncias internacionais, validando e legitimando estas novas categorias de direitos” (GONÇALVES,

2011, p. 20). Todos os países latino-americanos, graças ao que Barrancos (2022) chama de guarda-chuva da Convenção de Belém do Pará, de alguma forma ampliaram os direitos das mulheres e, em quase todos, legislações foram criadas para coibir as diferentes formas de violência contra as mulheres.

Na América Latina, de acordo com Castillo (2019, p. 95), as “políticas de igualdade para as mulheres” se dividiram em duas grandes frentes, uma relacionada à busca pelos direitos humanos delas e outra relacionada à uma teoria política das capacidades. A primeira se relaciona aos “projetos ligados às organizações não governamentais, com foco em políticas de reparação em casos de violência sexual, no contexto de conflitos armados ou ditaduras na América Latina” (CASTILLO, 2019, p. 95) Já a segunda frente, ligada às políticas de desenvolvimento humano, foi muito presente na relação entre a articulação do local e do global dentro dos feminismos latino-americanos:

‘Feminismo’ e ‘globalização’ hoje são duas palavras distantes, embora até recentemente tivessem um terreno comum. Basta lembrar dos anos de 1980, quando o feminismo latino-americano, por exemplo, foi entendido como uma política particular e como uma rede internacional de ação. Assim, a definição de feminismo não era estranha à organização de redes locais, nacionais, regionais e internacionais (CASTILLO, 2019, p. 104).

Estas duas concepções perpassam os discursos que serviram como pilares na construção inicial do que buscava contemplar essa proposta de jornalismo. Tendo, de acordo com Castillo (2019), como ponto de encontro entre os dois modelos de políticas de igualdade para as mulheres a centralidade dos direitos humanos. A interlocutora da pesquisa Carmen situa exatamente este momento, principalmente na década de 1990, a influência destas conferências para se pensar a atuação jornalística que estava sendo construída no suplemento *Doble Jornada*, criado no final da década de 1980 no México, sendo este uma referência para o início da articulação de jornalistas latino-americanas que se dedicaram à perspectiva de gênero no jornalismo. De acordo com Carmen, o jornalismo é visto naquele contexto como um instrumento fundamental para a disseminação de informações sobre os direitos humanos das mulheres, que não eram abordados pelos meios tradicionais. Discutiam, assim, como “o jornalismo podia ser um instrumento de transformação social ao colocar os direitos humanos das mulheres e a reflexão sobre o que o patriarcado, a desigualdade, a misoginia, gerava nas mulheres e no desenvolvimento das nações” (CARMEN, 2022, tradução minha).

A descoberta de um movimento internacional que reivindicava por direitos das mulheres, assim como a existência de redes feministas que estavam marcando a agenda internacional neste âmbito de grandes debates, foi fundamental para elaborar a prática deste

jornalismo que começavam a se dedicar. “Estou falando de 1991, das conferências do Cairo, por exemplo, ou da própria Conferência da Mulher em Pequim, foram muito importantes nesse debate para entender do que estávamos falando, que concepção de mundo se estava plantando desde as próprias conferências, e porque era importante segui-las” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Nesta época, boa parte das informações sobre essas discussões internacionais era transmitida pela agência de notícias *Inter Press Service*, mas poucos veículos valorizavam as pautas que tratavam dos temas feministas. Foi nestes esforços de obter informações sobre as mobilizações internacionais que começaram a ser tecidos os contatos com jornalistas feministas e com mulheres que participam dos encontros internacionais, assim como dos eventos realizados na América Latina.

Aí já havia um espaço dessas mulheres pioneiras que estava falando que dentro da agenda feminista os meios de comunicação deveriam ter um papel importante. E esse é um preâmbulo do que seria o capítulo J, por isso o capítulo J faz referência às redes de jornalistas, porque nesta época que começam a tecer essas redes internacionais de jornalistas feministas para fortalecer os esforços que cada um estava fazendo (CARMEN, 2022, tradução minha).

Além do início da tecitura das primeiras redes, outro elemento foi fundamental para a elaboração desta perspectiva de gênero que traz em seu centro a defesa dos direitos humanos das mulheres. Este foi a consideração de que as demandas feministas estão ligadas ao avanço democrático em qualquer país, não sendo alheias, porque “não se pode construir uma democracia discriminando as mulheres, não colocando no centro os direitos humanos das mulheres” (CARMEN, 2022, tradução minha). Importante lembrar que muitos países latino-americanos tinham acabado de sair de períodos ditatoriais e a questão da defesa da democracia e dos direitos humanos estava muito evidente e as feministas discutiam a importância de garantia dos direitos das mulheres para a construção dessa democracia recente. Como destaca Barrancos (2022), em referendo realizado em 1988 no Chile, a mobilização de mulheres foi decisiva para a não prolongação da ditadura no País e o slogan que articulava muitos movimentos sociais era “Democracia no país e em casa” (BARRANCOS, 2022, p. 170).

A jornalista chilena Antonia faz esta relação considerando a sua dedicação aos estudos sobre direitos humanos e a importância que as comissões da verdade tiveram no país com o intuito de construir uma memória histórica sobre as violações de direitos humanos no Chile. Ela afirma que mesmo estando em um período democrático, ou no que ela chama de democracia transicional, muitos tipos de violação ainda estão presentes, como por exemplo na

atuação da polícia, principalmente a polícia militarizada, que está ainda muito longe de ser entendida como um modelo de direitos humanos. “E quando estamos longe dos direitos humanos, as pessoas mais afetadas são aquelas que arrastam estas discriminações e exclusões históricas. Como são as mulheres, como são as crianças, e também afeta as dissidências sexuais” (ANTONIA, 2021, tradução minha).

A fala de Antônia demonstra que o discurso dos direitos humanos, muito fortalecido no contexto pós-ditadura, ainda está presente nas denúncias de violação atuais, principalmente perpetradas por instituições e corporações ligadas ao Estado. Outro exemplo da relação entre gênero, direitos humanos e período pós-ditadura é trazido por Barrancos (2019) sobre a condenação de torturadores estupradores, no contexto de terrorismo de Estado vivido na Argentina, entre 1976 e 1983, com o controle das juntas militares.

Após o início da democracia, começaram a ser julgados os responsáveis pela violência vivida no período anterior e as vítimas foram chamadas para prestar seus depoimentos. Entre elas, mulheres que além de outras formas de tortura tinham sido sistematicamente estupradas pelos repressores. E a Justiça, naquele momento, “não concentrou sua atenção nessas vexações” (BARRANCOS, 2019, p. 178). Nem mesmo as próprias mulheres que denunciavam os agressores davam centralidade aos estupros em seus testemunhos e “não se percebia uma subjetividade capaz de desafiar a inibição interpretativa por parte da justiça e da sociedade” (BARRANCOS, 2019, p. 179).

Somente com a retomada dos julgamentos, em 2003, o estupro passou a ser tratado como um crime específico, momento em que a jurisprudência internacional já tinha alicerçado uma conceituação própria e um entendimento de que se tratava de um crime que violava os direitos humanos das mulheres. Segundo Barrancos, as próprias vítimas apresentaram uma outra compreensão sobre o que tinham vivido, motivadas por uma “condição de possibilidade” para a alteração de percepções e sentimentos. Com esse reconhecimento da sociedade e das instituições sobre a gravidade do crime e sua sistemática prática no contexto ditatorial, a punição severa dos estupradores pode acontecer, além da importante admissão de que a violência de gênero faz parte da violação dos direitos humanos, como escrito em uma das sentenças.

Entre os eventos que propiciaram esta modificação de sentido, de acordo com Barrancos (2019), estavam a identificação pelo Tribunal Penal Internacional do estupro como expressão do genocídio em Ruanda e dos crimes sexuais na ex-Iugoslávia. E também os avanços trazidos pela Convenção de Belém do Pará, que cobrou não somente a identificação da violência contra as mulheres, mas a implantação de ações pelos Estados para coibi-la. A

contribuição do feminismo na busca por direitos faz parte dos tensionamentos que refletiram em decisões internacionais, sendo que: “Todos esses antecedentes, no entanto, são baseados na agência sobre os direitos das mulheres que foram trazidos à vida na segunda metade do século XX” (BARRANCOS, 2019, p. 183). Essa afirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos presente na luta feminista do século passado, segue sendo atualizada porque “seja durante as ditaduras ou na redemocratização continuamos a lutar contra a desumanização das mulheres” (BLAY, 2019, p. 24).

Neste sentido, parece importante considerar que a defesa dos direitos humanos das mulheres pelas integrantes da rede internacional não se trata apenas de uma reprodução de prescrições e recomendações formuladas em conferências internacionais e na Declaração da década de 1940, mas de uma inspiração nos debates feministas internacionais de muitas décadas aplicados e tensionados na reflexão de problemas contextuais importantes, assim como de um diálogo com as lutas feministas latino-americanas que efervesceram ainda mais em momentos de crise. Como destaca Ojeda (2018, p. 20): “Os direitos humanos e sua efetivação constituem uma temática social recorrente, principalmente, quando nos deparamos com acontecimentos violadores da dignidade humana”. A própria mobilização jurídica transnacional, que recorre às esferas internacionais, como o sistema interamericano dos direitos humanos, denunciando a inação dos estados frente aos crimes contra a humanidade, envolve a tradução de diferentes gramáticas sobre os direitos humanos das mulheres, permitindo trocas entre diferentes conhecimentos sobre o tema e produzindo novas gramáticas (SANTOS, 2019).

A jornalista mexicana Carmen enfatiza que cada vez mais a relação entre direitos das mulheres e democracia se torna mais nítida. Assim como a relação entre os direitos humanos e o jornalismo, reflexão que foi sendo complexificada ao longo dos anos:

Não era somente fazer notas sobre mulheres, para mulheres, mas construir um jornalismo que interpelara a sociedade em sua concepção e um jornalismo que interpelara os poderes em geral e a hegemonia masculina que havia construído os poderes para manter um sistema de opressão para as mulheres e as meninas. Assim que me parece que encontrar essa confluência internacional não somente essas interseccionalidades estavam claríssimas, mas também o tema político democrático das nações e o avanço do desenvolvimento (CARMEN, 2022, tradução minha).

O tema do desenvolvimento estava muito presente na década de 1990 a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), de 1994, e trouxe grandes discussões sobre o desenvolvimento das pessoas e a busca por igualdade, que também fizeram parte das reflexões para a concepção deste fazer jornalístico. Talvez a grande contribuição destas discussões internacionais para este momento de

elaboração de uma prática jornalística foi a percepção de que não se tratava de um jornalismo que abordava temas específicos das mulheres, como se fossem alheias às discussões sociais amplas. Porque: “Isso é informação geral, isso não são temas das mulheres, é um debate das nações, da democracia, de política, dos direitos humanos. Então, isso foi um processo muito rico em termos de reflexão e debate, e de construção e desconstrução dos próprios cânones do jornalismo” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Nesta desconstrução de pressupostos jornalísticos, a questão da objetividade foi tensionada no questionamento se o que faziam era realmente jornalismo, pois perpassado por uma perspectiva posicionada desde o feminismo. Segundo Carmen, muitas vezes era levantada a possibilidade de haver uma contradição entre se definir como feminista e ser jornalista, porque assim supostamente se perdia a objetividade. “E este mito da objetividade, pois é isso, um grande mito e uma grande ‘*trampa*’” (CARMEN, 2022, tradução minha). Uma armadilha porque a objetividade defendida pelo jornalismo tradicional refletia os interesses de apenas 49% da população, quando muito, destaca Carmen. O restante das pessoas era visto como grupos, setores, sempre com uma perspectiva parcial. “Creio que isso foi muito valioso em termos da história, inclusive as definições do que é notícia, o que é jornalismo, o que é pluralidade, o que é democracia nos meios, etc. Termos que eram muito da época dos anos de 1990 e que hoje existem essas discussões em outros âmbitos, mas creio que temos mais elementos para isso (CARMEN, 2022, tradução minha).

Muitas perspectivas presentes nas décadas de 1980 e 1990 dentro dos feminismos também foram tensionadas, de acordo com Castillo (2019), pela própria obsolescência da ideia do patriarcado nos termos em que era colocado, pois desconsiderava a diferença entre as mulheres e as tratava de uma forma essencialista. Assim, “o feminismo, arriscando a sua própria dissolução, reformulou seu discurso de identidade incorporando a diferença e um conceito de identidade fragmentada” (CASTILLO, 2019, p. 105). E esta parece ser a matriz discursiva mais presente na formulação da perspectiva de gênero entre as jornalistas da rede. A não consideração da existência de uma mulher essencializada, mas da relação entre gênero e os múltiplos marcadores da diferença que impactam na vida das mulheres e a importância de repensar e transformar as representações hierárquicas sobre o feminino e o masculino.

Talvez esse processo de transformação que ocorre dentro das próprias discussões feministas esteja em diálogo com o que Castillo (2019, p. 115) considera ainda ser um desafio para as políticas feministas na América Latina, que é “ir um passo além das bem-intencionadas políticas liberais dos direitos (que geralmente descrevem as mulheres simplesmente como vítimas ou como problemas de desenvolvimento)”. Caminhando, de

acordo com ela, em direção a posicionamentos que questionem as representações do feminino contidas dentro destas políticas e da própria teoria.

5.2 Os direitos humanos das mulheres e o jornalismo

A definição das jornalistas entrevistadas para essa pesquisa sobre o que é a perspectiva de gênero no jornalismo varia, estando presentes principalmente os sentidos de que esta visão torna explícita e luta pela efetivação dos direitos humanos das mulheres, assim como se refere a uma mirada que percebe o quanto gênero impacta de forma diferencial na vida das mulheres e outros grupos historicamente subalternizados, como é o caso das dissidências sexuais e de gênero. O núcleo que organiza a atuação das jornalistas segue sendo a luta contra a assimetria de poder que impacta negativamente na vida das mulheres, com uma consideração de que a experiência delas é múltipla e outros marcadores da diferença, como raça, etnia e sexualidade, devem ser levados em consideração.

Mesmo que gênero seja muitas vezes utilizado como sinônimo de mulheres (SCOTT, 2019), parece existir o reconhecimento de que ele extrapola esta correspondência, podendo ser operacionalizado dentro do jornalismo enquanto uma lente de análise das relações sociais. E o jornalismo, enquanto uma esfera que também constrói o gênero (SCOTT, 2019), é visto como uma prática masculinista, uma instituição em que mesmo quando da inclusão de mulheres, uma exclusão estrutural perpassa suas práticas gerando impactos negativos no cotidiano das profissionais, incluindo a violência de gênero vivenciada no exercício da profissão.

Fica nítido ainda em suas definições sobre perspectiva de gênero no jornalismo uma variação de perspectivas, algumas delas que parecem se referir ao que Teresa de Lauretis (2019) trata como ênfase na diferença sexual, seja ela nos usos dicotômicos dos termos mulheres e homens ou masculino e feminino, não necessariamente a partir de uma diferença biológica, mas também da diferença criada pela proliferação de discursos. Uma das limitações desta visão, segundo Lauretis, é que ela carrega “uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados, ou a mulher como diferença pura e simples, e, portanto, igualmente universalizada)” (LAURETIS, 2019, p. 122).

Ao mesmo tempo, em outras elaborações oferecidas pelas jornalistas é possível perceber a articulação com outra posição, bastante presente nos feminismos da década de 1980, que concebe o sujeito marcado por gênero, mas não somente por ele, tendo importância a diferença sexual assim como representações culturais. Desta forma, “um sujeito

‘engendrado’ não apenas na experiência das relações de sexo, mas também nas de raça e classe” (LAURETIS, 2019, p. 123). Mas esse jornalismo ainda é visto por integrantes da rede como uma prática muito branca e de classe média, que precisa ampliar seus diálogos estabelecendo conexões com o que acontece nos bairros populares e articular de maneira mais intrínseca às questões raciais, como veremos nos trechos de suas falas apresentados a seguir.

Mulheres é uma categoria central na formulação das jornalistas, o que não significa que gênero impacte apenas na vida das mulheres, como afirma uma das jornalistas ao abordar a masculinidade. Contudo, frente a uma longa discussão de quem é o sujeito do feminismo, que para Lauretis (2019, p. 131) segue sendo um sujeito indeterminado presente na teoria feminista, elas apostam em uma reflexão e produção jornalística que tenha como centro um sujeito definido, que são as mulheres “os seres reais, históricos e os sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia de gênero e efetivamente ‘engendrados’ nas relações sociais”.

A jornalista chilena Antonia (2021) considera que esta mirada permite evidenciar a desigualdade de gênero, assim como possibilita abrir a reflexão para outras desigualdades, “não somente a desigualdade binária entre homens e mulheres, mas todas as desigualdades” (ANTONIA, 2021, tradução minha). Ela destaca que o enfoque de gênero permite não apenas reconhecer a reprodução de estereótipos, mas também a construção de ideias estigmatizadas sobre diversos grupos sociais pelo jornalismo. “Como o estigma de ser um ‘delinquente’, o estigma de ser uma pessoa trans, o estigma de ser uma pessoa com deficiência, são estigmas que recaem sobre o corpo das pessoas” (ANTONIA, 2021, tradução minha).

De acordo com a jornalista, as desigualdades e discriminações vão sendo interseccionadas e se “começa a identificar como vão sendo reproduzidos estes temas na agenda, e que têm relação com essa desigualdade” (ANTONIA, 2021, tradução minha). A abordagem de Antonia parece caminhar no sentido de considerar o gênero enquanto uma representação (LAURETIS, 2019), junto com outros sistemas de discriminação, que como ela afirma recaem sobre os corpos, talvez produzindo esses mesmos corpos enquanto desviantes e com consequências materiais em suas vidas.

A lente de gênero seria, assim, uma porta de entrada para a análise de outras assimetrias, a partir de uma perspectiva feminista no jornalismo. A falta de politização ainda presente na cobertura jornalística sobre as temáticas de gênero faz com que, de acordo com Antonia, elas não se instalem de forma decisiva no debate público, possibilitando uma transformação nas próprias instituições sociais.

Obviamente não creio que a responsabilidade seja das feministas ou das organizações de mulheres, mas existe algo que tem que ver com a resistência da institucionalidade e finalmente a resistência a uma institucionalidade que é bastante masculina e refratária e diz que vamos chegar a mudanças, mas somente até aqui. O resto não vão deixar passar. E isso me gera muita inquietude a respeito de como finalmente os meios colaboram com isso, em não ser os atores políticos capazes de manter instalados esses temas (ANTONIA, 2021, tradução minha).

Para Antonia, essa característica dos meios de comunicação se deve principalmente à falta de formação dos jornalistas sobre esses temas, assim como o próprio desinteresse e a negligência de profissionais que já trabalham nas redações. “Todas essas questões sobre os processos de transformações culturais, sobre as mudanças políticas que estão se dando a nível global, as emergências que vivem os feminismos, incorporando reflexões decolonias, interseccionais, não existem” (ANTONIA, 2021, tradução minha). Essa inexistência nas abordagens dos meios de comunicação “é muito problemática estando instalada em toda essa institucionalidade porque empobrece o debate, empobrece o exercício da liberdade de expressão” (ANTONIA, 2021, tradução minha).

A falta de conhecimento sobre direitos humanos também é percebida por ela na atuação jornalística e reivindicada como uma das chaves para a compreensão e denúncia das diferentes desigualdades. Antonia reconhece as críticas sobre as limitações da formulação inicial da declaração dos Direitos Humanos, mas defende que a partir de tensionamentos, principalmente feministas, os discursos sobre esse marco foram se alterando. Ela considera que essa formulação ainda é uma importante ferramenta para o exercício do jornalismo.

Em seu início, essa construção de direitos humanos era androcêntrica, era muito branca, era muito capacitista, mas justamente com a irrupção em diferentes momentos das feministas e das demandas das mulheres, fizeram com que essa conceituação de direitos humanos tivesse outro tipo de desenvolvimento. E que tem relação com a incorporação desse enfoque de gênero percorrendo tudo isso (ANTONIA, 2021, tradução minha).

Desta forma, não se trata, segundo ela, de reconhecer os direitos das pessoas sem distinção, nesta conceituação inicial de universalidade e igualdade que perpassou a formulação dos Direitos Humanos, mas reconhecer os direitos contemplando as diferenças, “com essa distinção de sexo/gênero, que tem a ver com orientação sexual distinta, identificações de sexo/gênero distintas, e formas de expressá-las que também são distintas” (ANTONIA, 2021, tradução minha). É este aporte que ela considera necessário para a prática de um jornalismo feminista, “desde esse jornalismo que se identifica como feminista ou respeitoso dos direitos humanos ou que incorpora uma visão de gênero” (ANTONIA, 2021,

tradução minha)”. Três definições tratadas como muito próximas, convergentes e complementares, no entendimento desta perspectiva sobre o jornalismo defendido por ela.

Laura, jornalista colombiana, traz uma consideração importante sobre essa relação, em que direitos humanos das mulheres e gênero não são entendidos enquanto sinônimos. De acordo com ela, quando iniciou a sua militância política a temática dos direitos humanos das mulheres estava muito presente, mas sem o ingrediente de gênero.

Bom, uma coisa é fazer trabalhos sobre os direitos humanos das mulheres, que vem de muitos anos, e que digamos está a par com a militância política que é a defesa dos direitos das mulheres e isso tem relação também porque nesse cenário se lia Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, quer dizer, havia uma incidência, mas isso não significava, toda via, que tivesse uma mirada feminista. Era uma defesa pelos direitos das mulheres, mas sem esse outro ingrediente (LAURA, 2022, tradução minha).

Além disso, ela reconhece que não é suficiente apenas formalizar os direitos, mas é preciso exercê-los e isso é possível apenas com mudanças nas condições estruturais de vida. Então, “realmente é muito importante tê-los porque nos servem de bandeira, mas são insuficientes” (LAURA, 2022, tradução minha). A normativa não garante que a realidade seja transformada e por isso a luta por transformação não deve ser restrita ao campo dos direitos.

Com o passar dos anos, a concepção de gênero foi sendo conhecida e discutida por ela até um ponto positivo de não retorno, se tornando realmente uma lente analítica de ver o mundo. “Então digamos que encontrei nas conferências, nas leituras, e me deu uma mirada totalmente distinta, e você sabe que quando começa com esse olhar, dificilmente olha de outra maneira”. (LAURA, 2022, tradução minha). Esta nova mirada é trazida para o jornalismo, uma prática que é feita a partir dos direitos humanos das mulheres e com um enfoque de gênero, utilizando uma linguagem inclusiva e não discriminatória. De acordo com ela é esta conceitualização que vem sendo trabalhada dentro da Rede Colombiana e aportada para a Rede Internacional.

Uma perspectiva interseccional, que articule outros marcadores da diferença e que compreenda que outras desigualdades andam juntas (CRENSHAW, 2004) ao gênero, como o racismo, é considerada importante por Laura para a construção do jornalismo, assim como respeitar a autonomia das mulheres em suas próprias práticas comunicacionais, como no caso das mulheres indígenas. “Não se pode falar da mulher, tem que falar das mulheres porque somos diferentes, somos diversas, inclusive poderíamos falar da pluralidade e há mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres rurais, mulheres urbanas etc. E isso inclui também o tema da orientação sexual, é algo que está incluído nos direitos das mulheres” (LAURA,

2022, tradução minha). A jornalista considera também que as mulheres indígenas estão lutando por seus direitos, mas a partir de miradas distintas, falando muito mais a partir de uma ideia de harmonia entre homens e mulheres e o ecossistema. “E há mulheres indígenas também trabalhando pelo tema da comunicação, em muitas comunidades indígenas existem rádios comunitárias, então também a luta é como visibilizar as mulheres. Mas elas também fazem seus próprios processos no interior de seus povos, a partir de suas próprias convicções e suas próprias cosmogonias”. (LAURA, 2022, tradução minha).

A jornalista argentina Teodora concorda com Laura no entendimento de que a perspectiva de gênero é uma maneira de mirar o mundo, “Por isso falamos dos óculos violetas”, observando o que “nos ocultaram durante séculos, que é a possibilidade de mulheres e dissidências sexuais ter acesso a direitos” (TEODORA, 2022, tradução minha). De acordo com ela, essa percepção de falta de acesso a direitos é proporcionada por uma formação em questões de gênero. Entretanto, isso não significa que seja um jornalismo diferente, mas que “requer uma boa formação, que requer estudos, que requer falar e escrever com propriedade, que requer ter a curiosidade de ver notícias jornalísticas onde outras pessoas não veem” (TEODORA, 2022, tradução minha).

Esse conhecimento garante que entrevistas sejam bem conduzidas, perguntando o que os outros não perguntam.

Quando se vai entrevistar tem que saber quem se está entrevistando e tem que saber como jornalista feminista como perguntar aquilo que os outros não perguntam. Qual é a posição do entrevistado e da entrevistada em relação ao aborto? Como valora o trabalho doméstico? A dupla, terceira e quarta jornada laboral? O que pensa sobre a maternidade e o impacto que tem para uma pessoa que é mãe no mercado laboral? Todas essas perguntas, que são perguntas que em entrevistas geralmente não são feitas. Quem faz essas perguntas? Uma jornalista feminista. Ou um jornalista também, eu sou daquelas pessoas que creem que os homens podem ser feministas porque o feminismo é um corpo de ideias, um posicionamento ideológico e ético, que se passa em uma real ideologia (TEODORA, 2022, tradução minha).

A partir das explicações da jornalista argentina é perceptível que ser uma jornalista feminista nos termos dela significa questionar sobre temas que são bastante caros aos feminismos e que estão presentes na construção da desigualdade de gênero entre homens e mulheres, como a questão da maternidade e do trabalho doméstico. Questões essas que afetam diferencialmente a vida das mulheres nos espaços de trabalho, assim como na questão específica do aborto, colocam em risco pessoas com útero que muitas vezes, quando da sua criminalização, recorrem ao abortamento inseguro em locais clandestinos. Por isso, não se trata necessariamente de trazer outras fontes ao jornalismo, mas de promover outros

questionamentos a partir de uma perspectiva feminista. A formação em temáticas de gênero permitiria uma potencialização da prática jornalística ampliando e qualificando as técnicas de apuração, como é o caso da entrevista.

Teodora ressalta que o jornalismo com perspectiva de gênero é jornalismo, mas um jornalismo qualificado e que tem essa mirada que percebe a desigualdade e questiona o que os outros não questionam.

O que opinam vocês que são ministros, por exemplo, de que uma mulher ganhe menos do que um homem no mesmo trabalho? Isso é uma pergunta que em geral só faz um jornalista que tenha formação em gênero. O que opina você que uma menina de dez anos seja obrigada a parir depois de ser violada? Porque claramente uma menina de dez anos grávida foi estuprada. Qual é a tua opinião em relação a isso? Eu creio que fazer jornalismo com perspectiva de gênero, aqui e em qualquer lugar do mundo, é perguntar aquilo que outros e outras jornalistas não perguntam (TEODORA, 2022, tradução minha).

Além das perguntas dirigidas nas entrevistas, a jornalista considera que a linguagem utilizada também marca o seu posicionamento enquanto jornalista feminista. Por isso, a importância de utilização de uma linguagem mais inclusiva. “Quer dizer, tomar como referência que aquilo que não se nomeia está sendo invisibilizado, porque existir existe, mas está sendo invisibilizado” (TEODORA, 2022, tradução minha). Por outro lado, a jornalista argentina percebe alguns desafios na construção desta perspectiva de gênero no jornalismo, principalmente em ampliar a sua produção para além de quem tradicionalmente vem o exercendo, criando novas articulações com outros jornalisismos que vêm sendo produzidos a partir de lugares distintos:

Me parece que o jornalismo com perspectiva de gênero em geral é um jornalismo acadêmico, branco, de classe média e aquelas que tiveram acesso à saúde, acesso à universidade devem dialogar com outros jornalisismos informais. Há jornalismo nos bairros, nos bairros que têm dificuldades, os assentamentos, que são bairros carentes, ali também surge um jornalismo como o *La Garganta Poderosa*, por exemplo, um meio importantíssimo, onde há um grupo de mulheres jornalistas feministas, que são mulheres dos bairros. Há nos povos originários mulheres que têm a possibilidade de comunicar o que acontece no interior dos seus povos e se constituem em jornalistas sem ter buscado, mas por ser quem comunica. Então, para o jornalismo com visão de gênero, estas marcas são marcas que devemos observar e mirar e sair dessa bolha de classe média de mirar o mundo desde um escritório ou um apartamento em um bairro com os serviços pagos. Há um compromisso ético nesse sentido (TEODORA, 2022, tradução minha).

A jornalista brasileira Beatriz faz uma fala neste mesmo sentido, afirmando que mesmo as questões raciais estando mais presentes nas práticas comunicacionais que contemplam uma perspectiva de gênero, ainda não se promoveu uma articulação adequada

entre gênero e raça. E essa dificuldade perpassa a própria relação do feminismo com as temáticas raciais. Porque “primeiro em um passado não tão longe houve bastante resistência a ponto de se criar o feminismo negro, que traz especificidades diferentes, uma luta específica das mulheres negras, das mulheres indígenas” (BEATRIZ, 2022). Ela acredita, então, que este histórico de resistência do feminismo clássico em contemplar as questões raciais na sua agenda ainda apresenta marcas nas próprias articulações feministas. “Por mais que já haja inclusão, por mais que já haja abertura para discutir, para trazer, não é orgânico, não é uma coisa que vem da percepção de uma necessidade, mas talvez venha mais da pressão externa por essa inclusão” (BEATRIZ, 2022).

De acordo com Beatriz, essa pressão que vem possibilitando uma maior emergência das questões de raça não é necessariamente ruim, pois é assim que as conquistas são alcançadas. Contudo, ela considera que esta transformação em específico ainda está em andamento, em um momento de transição, em que se começa a entender a importância da articulação entre gênero e raça nos feminismos de maneira mais ampla. “As nossas conquistas são resultado de muita pressão, muito enfrentamento, de diálogo também. Mas está provocando mudanças importantes. E uma das mudanças que eu acho extremamente importante é essa reeducação do olhar não só para a imagem, mas também a presença”. BEATRIZ, 2022, tradução minha). Se cobrar, se questionar essa presença, essa inserção para além do nome, para além do título e para além da necessidade de somente contemplar é o movimento que impulsiona a transformação, segundo a jornalista. “Não é que tem que colocar porque vai pegar mal, mas porque é importante. (BEATRIZ, 2022, tradução minha).

Leila, jornalista, professora e pesquisadora brasileira, considera que a perspectiva de gênero é a entrada para possíveis outros recortes e que a questão do racismo, enquanto estrutural da sociedade brasileira, precisa estar presente nas discussões para que se compreenda o contexto em que vivemos.

Não é à toa que o nome da nossa rede nasce Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Visão de Gênero e Raça, inclusive foi um reconhecimento do grupo fundador da rede brasileira que entendeu que o nosso contexto não é igual ao da Argentina, o nosso contexto não é igual ao do Uruguai, nós temos outras questões que eles não passam por lá (LEILA, 2021).

Sobre a definição deste jornalismo, Leila aposta na construção de um jornalismo inclusivo, não sexista e plural, “capaz de reconhecer o papel fundamental das mulheres na sociedade” (LEILA, 2021). E esse papel é reconhecido não apenas noticiando as datas específicas da luta feminista, como no dia 8 de março, e nem mesmo tratando sobre elas

somente quando ocorrem casos de violência. Leila também aposta que a perspectiva de gênero proporciona que todas as notícias tragam esse enfoque, demonstrando que por conta da desigualdade os acontecimentos têm impacto diferencial na vida das mulheres. Por exemplo, “que a Covid tem efeitos diferentes para homens e para as mulheres, é um jornalismo que vai dar conta de perceber que uma crise econômica tem impacto diferente para homens e para as mulheres” (LEILA, 2021).

O reconhecimento desta diferença possibilita a busca por outras fontes, trazendo mais equidade nas escolhas.

Na pesquisa do Monitoramento Global eu coordenei uma equipe no Tocantins e a gente investigou um dia no *Correio Braziliense*. Peguei lá uma notícia sobre política internacional, a maioria das fontes eram masculinas, só tinha uma fonte na notícia que era feminina, que era uma mulher, mas ela tinha um cargo, só por isso que ela virou fonte. Mas isso aí é uma coisa a se pensar também, tem mulheres capacitadas aí em diversas áreas, e por que essas mulheres não são chamadas aí para ser fontes das notícias, então são vários caminhos aí que podem ser feitos para a construção de um jornalismo na perspectiva de gênero (LEILA, 2021).

Uma formação que contemple as temáticas de gênero é novamente a chave defendida para que os jornalistas possam enxergar novos caminhos de abordagem em suas práticas. Tereza, jornalista Argentina, define este jornalismo como uma produção comunicacional com perspectiva de gênero e direitos humanos, contemplando uma linguagem inclusiva e a diversidade de vozes e fontes. Ela ressalta que não se trata apenas de trazer a ótica das mulheres, mas também de incluir os homens e trabalhar com as masculinidades. De acordo com ela, “Temos muitos homens que começam a se sensibilizar cada vez mais. E vão se dando conta que o patriarcado, o machismo, também tem consequência para eles” (TEREZA, 2022, tradução minha).

Mesmo que exista uma correspondência direta entre mulheres e feminino e homens e masculino em sua fala, a jornalista contempla as masculinidades na sua definição de gênero, algo que pouco aparece na fala de suas companheiras de rede. Assim, sem excluir os homens desta perspectiva, Tereza reconhece o masculinismo presente no exercício da profissão, percebido principalmente no diálogo com colegas homens e os tensionamentos decorrentes da defesa desta perspectiva. “Mas nós também nos cansamos, cansamos de dizer que basta dessas piadas, que não dá mais. Porque o que se passa, se nós explicamos, ‘uau, vocês explicam tudo’, se não explicamos é ‘como vocês querem que a gente aprenda’” (TEREZA, 2022, tradução minha). Tereza relata uma situação que demonstra os entraves observados na tentativa de diálogo com outros jornalistas, principalmente em um espaço considerado muito

masculinista que são os sindicatos de profissionais de imprensa. Ela diz ironicamente que as reuniões sindicais são muito “graciosas” e conta:

Em uma reunião no Sindicato de Imprensa de Buenos Aires, que sou filiada, mas não tenho nenhum cargo, com delegados e delegadas de distintos meios três homens falaram exatamente o mesmo, sobre precarização, condição de trabalho, e num momento uma companheira pediu a palavra e disse: ‘quero dizer duas coisa, uma é que já sabemos o que está se passando nos meios de comunicação, dois, se não tem nada para contribuir não precisa falar, porque nós mulheres temos que trabalhar’. O que acontece é que os homens estão acostumados a falar e acham nossa voz irritante porque é mais aguda. E sabe por que é irritante? Porque se acostumaram a escutar a voz dos homens. Isso é grave. Então, se um homem eleva o tom de voz, não grita, se uma mulher eleva o tom de voz, grita. E assim, até certo ponto é geracional, mas tem homens jovens com atitudes muito ‘machirulas’, machistas, patriarcais, e como pode ser? E tem homens de 50 e 60 anos, que dizem: ‘porque minha filha me ensinou, minha neta me ensinou’. Poxa, teve que aparecer tua filha, tua neta, tua companheira para isso. Mas não importa, o importante é que avancemos. (TEREZA, 2022, tradução minha).

Tereza destaca em seu relato a dificuldade em ser ouvida exatamente porque os colegas homens, em uma atitude que demonstra as relações de poder no interior dos espaços sindicais e profissionais, dominam as pautas de discussão dentro de locais que deveriam servir para um diálogo mais horizontal entre profissionais. A voz das mulheres é considerada irritante porque pouco ouvida em ambientes decisórios, ficando explícitas as hierarquias que perpassam essas relações. Esta desigualdade de gênero é contemplada dentro da perspectiva que defende, demonstrando ter um olhar bastante crítico sobre as estruturas e relações profissionais.

Margarida, jornalista mexicana, aborda exatamente estas diversas condicionantes que são entraves cotidianos para o trabalho das jornalistas e que motiva a articulação delas a partir de outras bases de discussão. Ela cita algumas situações potencializadas durante a pandemia da Covid-19, como por exemplo mulheres que nos dois últimos anos viram sua rotina de trabalho muito mais precarizadas. “Precarizadas também porque como mulheres seguimos carregando uma carga mais pesada com os cuidados e o trabalho doméstico junto com o trabalho virtual, evidentemente isso afeta as mulheres jornalistas, têm um impacto diferencial nas jornalistas” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Além disso, muitas precisaram realizar cobertura jornalísticas na rua sobre a pandemia e os meios de comunicação em que trabalham não lhes proporcionaram as medidas de segurança necessárias, tendo sido registradas mortes de profissionais.

As demissões em massa, como ocorreu no Chile e em outros países, também figuram entre as condicionantes que agravam as condições de trabalho das profissionais. De acordo com Margarida, uma grande parte dos recursos publicitários que mantinham os meios

tradicionais estão indo para as plataformas digitais, gerando uma grande crise de sustentabilidade nos veículos. Os meios alternativos também sofrem com as dificuldades de financiamento e são eles espaços essenciais para a circulação de uma perspectiva feminista no jornalismo. “Porque criamos meios alternativos para colocar os temas que não apareciam nos meios tradicionais. Como muitos meios estão morrendo, não há quem sustente esse peso, queremos fazer jornalismo feminista, mas o que comemos? Como vivemos? Isso em qualquer jornalismo. A tua prioridade se torna o que vou comer hoje. Porque do jornalismo independente não vai viver” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Este cenário gera um grande índice de desemprego ou a busca por outras atividades profissionais. Segundo Margarida, no estado mexicano em que atuou por muitos anos, jornalistas que exerceram por mais de 20 anos a profissão passaram a buscar alternativas porque não é possível mais viver do trabalho jornalístico.

Elas são jornalistas, mas não conseguem viver do jornalismo, não conseguem contratação e se as contratam pagam 70, 80 dólares por quinzena. Nada. Precisam ter três, quatro trabalhos, isso é muito desgastante. Porque também os meios estão mal. Muitas jornalistas colaboram de maneira voluntária, não recebendo nenhum salário pelo que escrevem. É uma crise terrível e quem perde finalmente é a sociedade porque não tem acesso à informação (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Margarida destaca a importância de trazer para o debate essas condições, falar sobre o trabalho das jornalistas, tornando explícitas as condições adversas que enfrentam para continuar atuando. “Porque geralmente nós jornalistas falamos, escrevemos, opinamos, informamos o que se passa com todas as demais pessoas, às vezes não com o equilíbrio que queremos em relação às mulheres, mas falamos de todos e todas, só não falamos de nós. De nós que estamos no impresso, nas rádios e na televisão, às vezes em condições tão adversas e nós também somos mulheres” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Se todos/as os/as jornalistas são impactados pela precarização, ela considera que é necessário trabalhar a partir dos impactos diferenciais que esse contexto apresenta na vida das mulheres profissionais, assim como quando da análise da violência contra jornalistas, entendendo que elas são sujeitas de direitos dentro e fora das redações. “Então estamos em um duplo risco ou em um triplo risco, porque somos mulheres, somos jornalistas, às vezes indígenas, às vezes migrantes” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Essas questões têm impactos diferenciados nas mulheres e isso é isto que elas querem refletir quando escrevem. “Toda ação pública tem um impacto diferencial nas mulheres. O movimento feminista o que

busca é colocar as mulheres enquanto pessoas, como sujeitas de direitos em qualquer espaço” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

São essas questões que dificultam também a prática de um jornalismo mais qualificado, este que custa caro para ser produzido, e que contemple a perspectiva de gênero. Além disso, os resultados do Monitoramento Global de Meios têm demonstrado que nas últimas décadas a cobertura jornalística caminhou em direção da redução da desigualdade de gênero, mas de forma muito tímida, demonstrando necessidade de muito mais empenho.

De 1995 até 2020, só se avançou de 17% a 25% em coberturas que tragam as mulheres como protagonistas da informação, em todos os meios, impresso, rádio e televisão e a discriminação também se reproduz nas plataformas digitais. Então, há muito o que se fazer nesse aspecto que é seguir lutando pela igualdade de gênero nos meios de comunicação (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Outros dados do monitoramento, feito com a análise de 7.270 notícias de veículos latino-americanos, indicam que temas que versam sobre a temática da igualdade não são de grande interesse do jornalismo da região, tendo ocupado apenas 7% da agenda midiática e apenas 1% destas coberturas foi considerada de destaque (GMMP, 2020). Além disto, a presença de mulheres nos meios ainda se concentra em temas como saúde, sociedade e ciência, com baixa presença nas temáticas consideradas pelos de maior impacto social, como economia e política. Por fim, descobrimos que elas aparecem relacionadas aos seus contextos familiares três vezes mais do que os homens, restringindo as suas vivências ao espaço doméstico e familiar (GMMP, 2020).

A mexicana Martha também defende uma atenção maior do jornalismo para questões que tocam na vida das mulheres, incluindo a das próprias jornalistas. Para ela, esta perspectiva de gênero significa colocar as mulheres no centro do jornalismo, envolvendo tanto uma reflexão sobre a prática jornalística, sobre como se escreve e se fotografa, quanto colocá-las no centro da agenda pública.

E são temas transversais, que atravessam a todas as mulheres, não somente as mulheres jornalistas, mas a todas as trabalhadoras, as mulheres indígenas, as mulheres camponesas, as mulheres rurais, mulheres afrodescendentes, mulheres das cidades, do campo, dos territórios, das comunidades, desde a resistência, todas as mulheres. E o jornalismo com perspectiva de gênero é isso, colocar no centro as vozes das mulheres desde a perspectiva de direitos humanos dessas mesmas mulheres. E que seja narrada a história desde os direitos humanos das mulheres. Isso é um pouco do que posso entender sobre esse jornalismo (MARTHA, 2022, tradução minha).

Conforme a fala de Martha, a transversalidade se refere a uma gama de temas que impactam na vida de todas as mulheres, independentemente de suas diferenças étnico-raciais,

profissionais e de território. Esse cabedal de temas parece ser contemplado exatamente pelos direitos humanos das mulheres, um arcabouço de direitos básicos e amplos, como o direito à saúde, educação, liberdade de pensamento, direitos políticos, escolhas sexuais e reprodutivas e a defesa de vida sem violências e discriminação.

Segundo ela, essa perspectiva de gênero transversal a partir dos direitos humanos das mulheres significa trazer um sentido de justiça à prática jornalística no intuito de reverter as injustiças que os estados praticam contra as mulheres, meninos e meninas. “Creio que não é somente uma ferramenta de mudança, mas de desconstrução do jornalismo, para derrubar as bases arcaicas em que o jornalismo está cimentado” (MARTHA, 2022, tradução minha). O jornalismo com perspectiva de gênero é, assim, uma ferramenta que se faz a partir dos direitos humanos das mulheres jornalistas em defesa e com o reconhecimento das mulheres repórteres, das mulheres comunicadoras, de mulheres fotojornalistas.

Ao considerar que esta ferramenta se faz a partir dos direitos humanos das mulheres jornalistas, Martha aporta à perspectiva a questão da profissão, outra frente bastante importante na atuação da Rede Internacional e já destacada nas falas de Margarida. Isso indica uma percepção da necessidade de lutar não somente sobre como deve ser feito e o que contempla esse jornalismo defendido, mas também sobre as possibilidades de exercício da profissão pelas jornalistas. Reconhecendo o trabalho que Martha vem se dedicando e sua atuação na comissão de alerta da rede mexicana e da internacional, sobre os espaços dedicados ao acompanhamento da violência contra jornalistas, esta proposição parece contemplar o entendimento de que não existe possibilidade de praticar um jornalismo com perspectiva de gênero sem que a violência de gênero contra jornalistas seja considerada e combatida. Tema que será discutido no próximo tópico.

5.3 Violência contra jornalistas – A construção de um grande *acorpamiento*, um *amamacho* de proteção

No dia 16 de dezembro de 2005, a jornalista mexicana Lydia Cacho Ribera era detida em Cancún (México) e durante várias horas permanecia em paradeiro desconhecido. Os alarmes ecoaram nas organizações de mulheres, conhecedoras das ameaças de morte que pesavam sobre a jornalista, autora de um livro que vinculava poderosos empresários com um grupo de exploração sexual e pornografia infantil. De imediato, as redes de mulheres começaram a se movimentar. Em menos de duas horas, através da Internet e do correio eletrônico a notícia se multiplicava nas redações dos meios mexicanos. Também na Espanha, os portais feministas repercutiam e até o diário de maior circulação nacional prestava atenção a notícia. Em cinco horas, o governador do estado mexicano de Puebla dava a conhecer publicamente o paradeiro da jornalista. Este é o poder das redes. Um tecido virtual que não deve ser entendido como um mero transmissor de informações, mas como um entramado que se articula desde a solidariedade e que serve para visibilizar as

mulheres, propor outros modelos e fortalecer-se (OCAMPO, 2015, tradução minha¹³⁸)¹³⁹.

O trecho citado acima faz parte de um texto publicado no site da *Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género* que trata sobre atuação tanto desta rede nacional quanto da rede internacional. A violência sofrida pela jornalista mexicana Lydia Cacho figura como um acontecimento emblemático para estas articulações porque demonstrou a força e o impacto que a mobilização de jornalistas pode ter, evitando uma situação ainda mais trágica para a companheira de profissão sequestrada. A jornalista mexicana Margarida relembra este momento e considera que foi a primeira amostra que tiveram do funcionamento da articulação em rede na proteção de profissionais vítimas de violência. “Me recordo como nos mobilizamos, todas aportando os nossos grãos de areia, desde sua província, seu estado, incluindo mulheres políticas comprometidas que se somaram às redes de apoio para aparição de Lydia, que haviam levado e ninguém sabia para onde”. (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Sem esta mobilização, o destino da jornalista poderia não ter sido o mesmo, ou seja, resgatada com vida. “Sem a mobilização das redes de jornalistas, a nacional e as organizações aliadas, há muitas organizações aliadas à rede, e também a mobilização da rede internacional” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

O agravamento da violência no México contra jornalistas a partir de 2006 intensificou o risco do exercício profissional e, ao longo dos anos seguintes, a atuação da RIPVG ganha novos contornos no sentido de contemplar essa grave demanda de acompanhamento, registro e mobilização. Frente a este cenário, a rede internacional passa a dedicar boa parte de sua atuação a uma série de ações que visam a denúncia dos casos, assim como a busca por estratégias de proteção. Uma comissão específica, chamada de comissão de alerta, é criada em 2009, para dar acompanhamento às agressões contra mulheres jornalistas.

Nestes anos, este núcleo da rede já atuou no acompanhamento de mais de 150 casos de violência contra profissionais. Em entrevistas com as jornalistas da *Red Internacional de*

¹³⁸ No original: El 16 de diciembre de 2005, la periodista mexicana Lydia Cacho Ribera era detenida en Cancún (México) y durante varias horas permanecía en paradero desconocido. Las alarmas saltaron en las organizaciones de mujeres, conocedoras de las amenazas de muerte que pesaban sobre la periodista, autora de un libro que vinculaba a poderosos empresarios con una banda de pederastia y pornografía infantil. De inmediato, las redes de mujeres comenzaron a moverse. En menos de dos horas, a través de Internet y del correo electrónico la noticia se multiplicaba en las redacciones de los medios mexicanos. También en España, los portales feministas tomaban “el testigo” y hasta el diario de mayor tirada nacional prestaba atención a la noticia. En cinco horas, el Gobernador del Estado mexicano de Puebla daba a conocer públicamente el paradero de la periodista. Ése es el poder de las redes. Un tejido virtual que no debe entenderse como un mero transmisor de información, sino como un entramado que se articula desde la solidaridad y que sirve para visibilizar a las mujeres, proponer otros modelos y fortalecerse.

¹³⁹ <http://www.redperiodistasgenero.org/red-internacional-y-red-colombiana-de-periodistas-con-vision-de-genero/>

Periodistas con Visión de Género (RIPVG), a preocupação com o aumento da violência contra jornalistas, envolvendo ataques, assédio e até mesmo assassinatos na América Latina foi um consenso entre as interlocutoras da pesquisa. E o contexto apresentado anteriormente, de uma perseguição a questões de gênero, assim como a reação à maior presença e engajamento crítico das jornalistas parece impactar no agravamento da violência. Desta forma, nenhum dos países estudados está imune a violência contra jornalistas, em seu caráter misógino, e que prejudica drasticamente a atuação delas. O que modifica é a intensidade com que ocorrem, tendo como expressão mais grave os assassinatos de profissionais.

Montiel (2019, p. 60-61) ressalta que os “atos de violência contra jornalistas constituem a forma de ataque mais grave de expressão, a nível individual e social, porque esses ataques vulneram o acesso da sociedade à informação”¹⁴⁰, objetivando o silenciamento de jornalistas sobre diferentes temas, em especial a corrupção. Empresas de comunicação têm responsabilidade sobre a proteção ou a falta dela para o trabalho dos profissionais. Assim como, a partir do entendimento do direito institucional, é um dever do Estado salvaguardar o exercício jornalístico, que vem falhando nitidamente nesta responsabilidade visto não só a grave violência que afeta a categoria - entre 2009 e 2019 foram registrados 200 assassinatos de jornalistas na América Latina (MONTIEL, 2019) -mas também a análise de muitos casos têm mostrado que a violência é perpetrada ou autorizada por agentes que atuam dentro do próprio âmbito do Estado.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), em publicação sobre a violência contra jornalistas, também destaca uma série de responsabilidades atribuídas aos estados no que se refere ao tema. A jurisprudência interamericana define como deveres do Estado: “a obrigação de prevenir, a obrigação de proteger e a obrigação de investigar, julgar e sancionar penalmente os responsáveis por esses crimes” contra jornalistas (LANZA, 2017, p. 69, tradução própria). Além de designar responsabilidades, o caráter estrutural da desigualdade de gênero deve ser contemplado na análise da crescente violência contra jornalistas, em suas formas mais tradicionais, dentro e fora das redações, assim como a violência digital contra as profissionais:

Como a violência de gênero é estrutural, se trata de problema vivenciado por mulheres jornalistas em todos os países da região, mas principalmente naqueles em conflito, o que é evidenciado pelo aumento do número de vítimas e pela gravidade

¹⁴⁰ Los actos de violencia contra periodistas constituyen la forma de ataque más grave contra la libertad de expresión, a nivel individual y social, por cuanto estos ataques vulneran el acceso de la sociedad a la información.

dos ataques contra elas. Essa violência acontece com o consentimento dos governos, o que resulta em um ciclo de impunidade e em contextos em que as indústrias da mídia não estão garantindo condições seguras para as mulheres jornalistas exercerem sua profissão (MONTIEL, 2019, p. 61)¹⁴¹.

Entre as características desta violência de gênero está, segundo Montiel (2019), a prevalência de violências psicológicas, físicas e sexuais, envolvendo tanto assédio quanto casos de estupro, uma maior precarização das condições de trabalho, configurando violência econômica, a violência patrimonial com o roubo de materiais de trabalho e até mesmo a entrada não autorizada em suas casas. Por último, temos a violência institucional gerada tanto pelas omissões em esferas em que os casos são denunciados quanto pela impunidade (MONTIEL, 2019).

Margarida é uma jornalista *desplazada*. Há cerca de seis anos precisou deixar o trabalho, sua casa, boa parte de sua família e a região em que vivia após ser ameaçada de morte, junto com seu esposo e seu enteado, também jornalistas, e seus três filhos. Ela considera que a ameaça foi diretamente motivada pela sua atuação enquanto jornalista e sua trajetória nas redes de jornalistas. “E o pior é que não acontece nada, você perde um patrimônio que é intangível, tua vida, tua saúde, tu constrói uma trajetória ao longo de toda uma vida, te desapropriam disso porque te obrigam a ir para um lugar onde esse patrimônio não está, e como teu trabalho é público, tão pouco você pode trabalhar nisso” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Mas Margarida seguiu escrevendo mesmo sem poder assinar a autoria das matérias para não ser localizada. Recentemente, recebeu a notificação de que a ação penal contra seus agressores não está mais ativa, uma “notificação de inexecução de ação penal contra meus agressores, contra aqueles que agrediram toda a minha família, aos meus filhos, meu esposo que também é jornalista, toda a minha família, foram mais de seis ameaças de morte” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Ela relata que o sentimento é de uma revitimização pelo estado mexicano, exatamente porque não existem garantias para o exercício do jornalismo. Então, “o que fazemos é sobreviver, a autocensura se converte em uma das principais armas de prevenção e proteção, pois o estado não te garante isso” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

¹⁴¹ No original: Puesto que la violencia de género es estructural, se trata de un problema que experimentan mujeres periodistas de todos los países de la región, pero principalmente en aquellos en conflicto, lo que se evidencia en el incremento en el número de víctimas y la gravedad de los ataques en su contra. Esta violencia sucede con el consentimiento de los gobiernos, lo cual resulta en un ciclo de impunidad y en contextos en los cuales las industrias de medios de comunicación no están asegurando condiciones de seguridad para que las mujeres periodistas desempeñen su profesión.

Margarida conta que a Cimac tem realizado o trabalho de documentar a violência contra mulheres jornalistas no México a partir de uma perspectiva de gênero, realizando o acompanhamento dos casos. Nos últimos três anos, foram mais de 600 agressões documentadas.

E eu sinto que esses são os casos denunciados, mas há um grande número de casos de violência contra mulheres jornalistas que não estão nessas estatísticas por muitas razões, porque quando tu denuncias há consequências, há um custo político, isso não significa que vai haver justiça. Pelo que vejo todos os dias entendo completamente as companheiras que decidem não denunciar porque quem denuncia pode sofrer represália até do meio em que trabalha e ficar sem trabalho. Aqui, finalmente, as que pagam o custo de uma agressão são as vítimas e não os agressores (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Um mês antes de Margarida começar a receber as ameaças, a família de uma jornalista na localidade em que morava tinha sido assassinada. Foram “onze integrantes da família de uma companheira jornalista, as executaram em sua casa, eu estava acompanhando o caso dessa amiga, perdeu sua mãe, seu pai, quatro sobrinhos, duas tias, até o cachorrinho” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Por isso, ela conta que não subestimou a ameaça, principalmente porque dirigida também aos filhos. “Não havia opção. E a quem pediríamos proteção ali? É desolador, uma sensação de espanto. E para onde vai? Para onde vai, leva o risco para os demais” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Margarida relata que a falta de confiança nas autoridades, principalmente as locais, agrava a sensação de insegurança e risco iminente. Desta forma, a denúncia do caso só foi feita quando chegaram à Cidade do México, tendo sido escoltados até lá por um mecanismo de proteção federal.

Não denunciamos lá porque nós, falo do meu esposo que é jornalista e no meu caso, sabíamos do que estávamos escrevendo. Eu estava escrevendo sobre pessoas desaparecidas, o que estava sendo feito pelo estado para a busca das pessoas desaparecidas e estava falando do trabalho que estavam fazendo as buscadoras, os coletivos de familiares de pessoas desaparecidas, e meu esposo tinha falado também de alguns temas de corrupção. Então, tudo indicava que a agressão vinha de funcionários, funcionários do estado, então vamos pedir proteção para eles? Não. Poderíamos confiar neles? Não. Então deixamos tudo, nós e meus três filhos, e pedimos ajuda ao governo federal” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Este mecanismo de proteção é, segundo ela, um bom recurso de atenção imediata, mas falta um enfoque familiar e de gênero. Dificuldade de acesso à escola para os filhos, atendimento de saúde, principalmente da área da saúde mental para o acompanhamento do trauma vivido por todos, e auxílio ao retorno ao trabalho não são contemplados por essa

estratégia. “O mecanismo de proteção é para a urgência, mas não está prevenindo e nem facilita que você continue exercendo a profissão. Aqui o mais fácil seria deixar o jornalismo, muitos fazem isso. Por que não garantem teus direitos para continuar exercendo a profissão que você escolheu?” ((MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Muitas vezes Margarida se questionou se valia a pena continuar com esta profissão. “Tenho muitas companheiras que conheço, convivi com companheiras *desplazadas*, com companheiras que foram afetadas por distintos tipos de violência e muitas vezes as famílias as deixam, porque, digo entre aspas, se convertem em um foco, como se elas fossem as culpadas de colocar em risco a família” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Além de toda a intimidação sofrida, a culpabilização das profissionais também é sentida por quem enfrenta essa situação.

Segundo Margarida, uma culpabilização dirigida especificamente para as mulheres, no sentido de afirmarem que “tu poderia estar lavando louças em casa, mas está colocando em risco a vida dos teus filhos” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Fora esses comentários, a jornalista relata que existe um descrédito maior na denúncia feita por mulheres, além de perguntas sexistas e misóginas por parte de quem deveria investigar o caso e “você sente que não acreditam em você ou sente que te subestimam, que não te dão importância” (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Mesmo com um mecanismo que atua na proteção de pessoas que sofreram ameaças, oferecendo muito pouco para a retomada da vida de profissionais *desplazados*, o sentimento de isolamento promovido pelos agressores e sentido pelas jornalistas é muito grande. E encontra na atuação em rede das jornalistas, como é o caso da RIPVG, uma tecitura promovida pelas profissionais que visam a dar acolhimento, apoio e confiança, quando as jornalistas perderam quase tudo e encontram pouco respaldo no Estado para reverter a situação.

Eu sempre acreditei que as redes de jornalistas salvam vidas, incluindo a minha e da minha família. Então posso dizer que tive o privilégio de ter essa rede de apoio e de confiança, porque quando tu está em uma situação dessas de ser perseguida, de ser uma *desplazada*, o que os agressores buscam é te isolar, converter você em uma pessoa de risco para todo mundo que está perto de ti (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

Em 2022, a Cimac lançou um relatório¹⁴² informando que no México existiam 21 jornalistas em situação de *desplazamiento* e sem garantia de retorno ou políticas para garantir o exercício profissional delas abruptamente interrompido pela violência. Desde 2005, pelo menos 19 jornalistas foram assassinadas. No diagnóstico construído pela rede mexicana sobre a implantação do capítulo J no País, as jornalistas utilizam um termo importante ao tratar sobre o assassinato das jornalistas, que é a categorização como feminicídio, um crime de gênero.

Estamos vulneráveis frente ao contexto de violência que se vive nos povos. Somos vítimas de campanhas de desprestígio que partem desde governos locais, obrigadas a autocensura como método de autoproteção em zonas silenciadas por violência, privadas de liberdade, atacadas com armas de fogo e vítimas de feminicídio” (RED MEXICANA, 2020, tradução minha)¹⁴³.

Embora vítimas de um crime que se relaciona com a atividade profissional das jornalistas, o caráter de ódio relacionado ao gênero não pode ser descartado. A antropóloga Rita Segato (2006) nos aponta indicativos importantes para se refletir sobre a ampliação ou diferenciação que o termo feminicídio comporta em situações de assassinatos de mulheres que extrapolam o ambiente doméstico. A meu ver, a contribuição de Segato para a reflexão sobre a violência de jornalistas não se refere apenas à ênfase na brutalidade sistêmica sobre os corpos das mulheres, mas principalmente sobre a produção discursiva promovida quando dos assassinatos que visam a conformar entre os pares o poder sobre elas, mas também inibir amplamente a conduta delas. A relação vertical entre agressores e vítimas depende e é alimentada pela relação horizontal entre o que Segato chama de “irmandade masculina”. Desta forma, “a sanção sobre o corpo da mulher é um lugar privilegiado para significar o domínio e a potência coesiva de uma coletividade, e práticas de longa duração histórica confirmam essa função da capacidade normativa (e até predatória) no corpo feminino como índice da união e força de uma sociedade” (SEGATO, 2006, p. tradução minha)¹⁴⁴

¹⁴² <https://cimacnoticias.com.mx/2022/09/09/21-periodistas-desplazadas-en-mexico-por-violencia-gobierno-omiso-revela-diagnostico-dejar-todo#gsc.tab=0>

¹⁴³ No original: Estamos vulnerables frente a los contextos de violencia que se vive en los pueblos. Somos víctimas de campañas de desprestigio que vienen desde gobiernos locales; obligadas a la auto censura como método de autoprotección en zonas silenciadas por la violencia, privadas de libertad, atacadas con armas de fuego y víctimas de feminicidio.

¹⁴⁴ No original: la sanción sobre el cuerpo de la mujer es un lugar privilegiado para significar el dominio y la potencia cohesiva de una colectividad, y prácticas de larguísima duración histórica confirman esta función de la capacidad normativa (y hasta predadora) sobre el cuerpo femenino como índice de la unión y fuerza de una sociedad.

A autora promove esta discussão a partir dos assassinatos de mulheres ao longo dos anos na cidade de Juárez, no México. Normalmente, crimes de cunho coletivo, reiterados e impunes. A generalidade das cifras de assassinato camufla, no entender de Segato, uma série de crimes de gênero não classificados como feminicídio. Esta categoria foi formulada por Jane Caputi y Diana Russell, na década de 1990 de forma bastante abrangente, sendo o feminicídio considerado o “extremo de um continuum de terror anti-feminino e incluindo uma variedade de abusos verbais e físicos” (CAPUTI; RUSSELL *apud* SEGATO, 2006, p. 3, tradução minha)¹⁴⁵. E todos os assassinatos que emergem a partir do “ódio e desprezo pelo corpo feminino e pelos atributos associados a feminilidade” (SEGATO, 2006, p. 3, tradução minha) apresentam uma dimensão política e punitivista de gênero.

Além da dimensão instrumental, os feminicídios, de acordo com antropóloga argentina, apresentam uma carga expressiva, que se dirige tanto à vítima quanto aos pares que exercem o poder masculinista da violência sobre os corpos das mulheres e o mantêm, garantindo a impunidade dos crimes. A teórica destaca que esse processo faz parte da instalação de um sistema de comunicação violento, que se cristaliza, instalando a violência enquanto linguagem. “Em sua dimensão expressiva, os atos violentos se comportam como uma língua capaz de funcionar eficazmente para os que a entendem, mesmo quando não participam diretamente da ação enunciativa”. É por isso que, quando um sistema de comunicação com um alfabeto violento se instala, é muito difícil desinstalá-lo, eliminá-lo” (SEGATO, 2006, p. 7, tradução minha)¹⁴⁶.

Se entendermos que as múltiplas violências sofridas pelas jornalistas no cotidiano de seu trabalho, como assédio e abuso sexual dentro das redações ou por fontes, disparidade salarial, discriminação durante a vivência da maternidade, ataques na internet que comumente violam a privacidade das profissionais e questionam a capacidade intelectual delas, estupro e violência física durante a coberturas enquanto violências de gênero, o que nitidamente o são, o assassinato das jornalistas parece ser o extremo deste continuum de violência, figurando em feminicídio. Ainda mais importante é que além da dimensão de gênero destes crimes, eles produzem um discurso, nos termos de Segato (2006), que visa a estabilizar e manter as

¹⁴⁵ No original: representa el extremo de un continuum de terror anti-femenino e incluye una amplia variedad de abusos verbales y físicos.

¹⁴⁶ No original: En su dimensión expresiva, los actos violentos se comportan como una lengua capaz de funcionar eficazmente para los que la entienden, aun cuando no participen directamente en la acción enunciativa. Es por eso que, cuando un sistema de comunicación con un alfabeto violento se instala, es muy difícil desinstalarlo, eliminarlo.

relações de poder a partir do silenciamento delas, servindo também como forma de censura a futuras práticas jornalísticas que possam perturbar os interesses dos agressores.

Relembrando Tornay-Márquez (2017) sobre a ainda existente não normalização da presença das mulheres nos espaços jornalísticos, exatamente enquanto interlocutoras autorizadas a participar das esferas de poder, em que “falar em público, opinar, debater, participar, foram atividades tipicamente masculinas por um longo tempo” (TORNAY-MÁRQUEZ, 2017, p. 185, tradução minha), a violência reiterada contra as jornalistas em suas múltiplas formas e perpassadas pela hierarquia de gênero e desprezo pelos atributos femininos são integrantes desse continuum que pode culminar em morte. Enquanto um crime de ódio, essa reação ocorre quando a mulher exerce a autonomia sobre seu corpo ou quando “a mulher acende a posições de autoridade ou poder econômico ou político tradicionalmente ocupadas por homens, desafiando o delicado equilíbrio assimétrico” (SEGATO, 2006, p. 4, tradução minha)¹⁴⁷. Sendo assim, nitidamente, são crimes que visam a manutenção e a reprodução do poder (SEGATO, 2006). Por isso, a gravidade da violência de gênero contra jornalistas em qualquer expressão ou nível é um atentado tanto à liberdade de expressão quanto à vida das mulheres, que sistematicamente e cada vez mais correm risco dentro deste sistema moderno/colonial de gênero.

As jornalistas integrantes da rede, ao serem questionadas sobre o tema, narraram histórias de violência, narrativas diferentes, com consequências diversas, que apresentam como similitude o exercício profissional e a constante do poder masculinista dentro e fora do jornalismo sobre seus corpos e suas vidas, como demonstra a grave situação enfrentada por Margarida no México. Carmen, jornalista mexicana, considera que a normalização da violência e um certo romantismo presente no jornalismo de que se você é um bom jornalista receberá represálias pela sua atuação prejudicaram por muito tempo encarar o problema. “Um jornalista que não era agredido era um jornalista que havia passado medíocre. Então, tinha que se arriscar sempre mais” (CARMEN, 2022, tradução minha). No seu caso, sofreu ameaças durante coberturas jornalísticas sobre temas que tiveram muita importância em sua trajetória profissional.

Uma dessas ameaças aconteceu quando estava investigando a denúncia de uma família sobre o abuso sexual e estupro cometidos contra uma menina por parte de um presidente municipal, cargo comparado ao de prefeito. Carmen e outra repórter foram ao município para

¹⁴⁷ No original: La mujer accede a posiciones de autoridad o poder económico o político tradicionalmente ocupadas por hombres, desafiando el delicado equilibrio asimétrico.

entrevistar o suspeito da violência e “ele nos recebeu com uma pistola no seu escritório. Isso foi em 1991, eu era muito jovem. Não se imagina, pois nós colocamos o gravador e ele a pistola. Era: ‘Uau, creio que estamos em posição de desvantagem’” (CARMEN, 2022, tradução minha). Após o susto, tentaram se recompor e disseram que queriam a versão dele sobre as acusações. Carmen acredita que ele ao ver as duas tão jovens pensou que elas não sabiam onde estavam se metendo e apenas disse que se tratava de uma mentira e que “‘A verdade é que vocês não têm nada para fazer aqui, este lugar é muito inseguro e de noite é pior’. Então saímos e depois falamos ‘creio que ele estava nos ameaçando’” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Outro tema que se dedicou intensamente ao longo de sua carreira foi a prostituição e ao cobrir esse assunto foi construindo estratégias próprias de proteção. Logo no começo da sua atuação como jornalista passou a acompanhar uma zona de prostituição na Cidade do México e que era bastante violenta. “Aprendi também muito rápido que não podia entrar sozinha, que precisava construir minhas estratégias de segurança, que não chamávamos exatamente assim. Então, não podia entrar porque sou mulher, enfim, e que isso gerava muito mais vulnerabilidade” (CARMEN, 2022, tradução minha). Ao longo dos anos seguiu investigando sobre o assunto protegida por organizações e também pelas próprias prostitutas que trabalhavam nos locais em que Carmen estava apurando informações para a escrita de suas matérias. “Então, a gente vai descobrindo, vai dimensionando que esse é um perigo, que tem a ver com você ser mulher e teu trabalho jornalístico. E vai desenvolvendo estratégias, e depois te dando conta de que isso é violência” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Além das ameaças direcionadas a ela, Carmen conta que em duas ocasiões o escritório da CIMAC, em que também atua, foi invadido e levaram os equipamentos da redação que as jornalistas utilizavam e continham informações sobre as pautas. Em uma das situações, em que quebraram as portas do escritório para entrar, elas estavam realizando a cobertura sobre o estupro de jovens por militares, e “tu pensa que a mensagem é de intimidação, a violência com que rompem o teu lugar e tampouco houve uma investigação profunda para dizer o que passou” (CARMEN, 2022, tradução minha). Outras companheiras de profissão passaram por situações violentas, segundo os relatos de Carmen, e todas elas relacionadas à cobertura de pautas que envolviam questões de gênero e sexualidade.

A jornalista mexicana Martha conta que sofreu diversas situações de violência durante o exercício profissional, sendo uma delas bastante traumática vivida em 2017 enquanto cobria uma manifestação pelos direitos das mulheres policiais. Com a voz embargada, ela relata que era a única jornalista mulher realizando a cobertura e ficou sozinha entrevistando algumas

peessoas que participaram do ato. Então, foi abordada, rendida e sofreu violência física e agressões verbais durante cerca de meia hora por pessoas que não estavam uniformizadas.

Creio que foi o momento mais difícil que passei sozinha, e apesar de ter digamos os mecanismos de defesa nas mãos não consegui falar, não pude compartilhar. E depois quando tornei isto público, fui vítima constante de bullying por colegas de trabalho, não somente desde este aspecto, mas de outros aspectos, por ser mulher, por ser diferente, por ter formas diferentes de fazer jornalismo, por levantar a voz, fui vítima de bullying constante por parte de meus companheiros. E vivi de forma muito solitária todas essas agressões (MARTHA, 2022, tradução minha).

As múltiplas violências sofridas por Martha ao longo de sua trajetória profissional, dentro e fora das redações, mobilizam a jornalista em sua atuação em rede. Integrando a comissão de alertas da RIPVG, ela denuncia os casos que outras companheiras seguem enfrentando, na luta para que essas situações não sejam silenciadas ou ocultadas e que as vítimas não experienciem novas violências quando denunciam as agressões que sofreram, como ocorreu no seu caso.

A perpetração da violência por agentes detentores de poder político e integrantes do aparato institucional parece ser uma constante entre os relatos das jornalistas. Essa também é a situação enfrentada no Brasil. Em mapeamento sobre os ataques bolsonaristas às jornalistas no Brasil, inserido em um contexto de cruzada antigênero, Fernanda Nascimento e Jessica Gustafson [eu] (2022), encontramos 30 ataques dirigidos contra 22 jornalistas mulheres, dois homens e dois portais de imprensa feministas, ocorridos entre janeiro de 2018 e novembro de 2021. Nosso objetivo foi compreender o caráter antigênero das agressões, que consideramos estar inseridas na cruzada antigênero vivida no país e promovida por “diferentes empreendedores morais empenhados na supressão de direitos conquistados e em tensionar o debate público em torno de pautas relacionadas às discussões de gênero e sexualidade” (NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2022, p. 1).

Nossa hipótese naquele artigo foi de que o cenário de cruzada antigênero agrava o contexto de violência contra as jornalistas e que o Estado, que deveria garantir a proteção, é o impulsionador da violência, especialmente a partir da figura do ex-presidente Jair Bolsonaro - responsável por 18 ataques entre os estudados -, além de seus filhos, ministros ou interlocutores. “A cruzada antigênero não é composta apenas pelos seguidores do presidente Jair Bolsonaro, denominados como bolsonaristas. Uma miríade de atores com diferentes motivações encampa o movimento [...]. Mas, considerando a proeminência adquirida a partir do movimento bolsonarista, vamos nos deter nos atores desse movimento” (NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2022, p. 3).

Consideramos, assim, que a violência misógina contra as jornalistas visa a prejudicar o exercício profissional do jornalismo, em sua atuação de crítica e denúncia de atos do governo e ratificar as normas de gênero que subalternizam as mulheres, mas não apenas, e restringem a ocupação delas nas áreas de maior visibilidade social. Com a análise dos casos ocorridos presencialmente, percebemos a reprodução de um discurso que “desqualifica o trabalho das jornalistas e afirma uma suposta incapacidade delas para a prática jornalística, negando a autoridade e a capacidade intelectual das profissionais para esse exercício e o reconhecimento na produção de discursos válidos” (NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2022, p. 14). Observamos ainda em alguns casos que o desprezo pelo gênero das profissionais foi ainda mais explícito, sendo proferidas falas sobre a aparência das jornalistas e assim como nas outras situações analisadas, desviando o foco do assunto perguntado pelas profissionais.

Já nos ataques que aconteceram em redes sociais ou em *lives* do ex-presidente e que repercutiram fortemente entre os apoiadores de Jair Bolsonaro, detectamos que os

mecanismos de perseguição consistiram na disseminação de fake news, criação de conta falsa em nome da profissional, fotos, dados pessoais e profissionais vazados, além de ameaças de violência contra si e seus familiares, incluindo ameaça de morte. Essas são estratégias intimidatórias que se utilizam de elementos de suas vidas profissionais e pessoais, fazendo menção até mesmo à vida sexual. E que estão no cerne da disseminação da cruzada moral antigênero que atinge o país (NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2022, p. 20).

As análises dos casos demonstram, assim, o grave contexto que as jornalistas enfrentam para exercer a sua profissão no País, de crescimento da violência oriunda de integrantes do Executivo ou Legislativo, que se somam às corriqueiras formas de assédio e abuso dentro das redações. Além disso, um caso emblemático de criminalização ao trabalho jornalístico com perspectiva de gênero segue em andamento no estado de Santa Catarina¹⁴⁸. Após uma série de matérias escritas em parceria entre o *Portal Catarinas* e o *The Intercept Brasil* sobre a situação de uma menina de 11 anos, vítima de estupro e que teve seu direito de acesso ao aborto negado pela Justiça do estado, só conseguindo realizá-lo após mobilização social resultante do trabalho de jornalistas dos dois veículos, foi instaurada uma CPI na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em outubro de 2022. Os principais alvos da investigação são os sites jornalísticos que noticiaram o caso. Organizações da sociedade civil acionaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA denunciando a inconstitucionalidade da CPI e a perseguição contra as jornalistas autoras das reportagens.

¹⁴⁸ <https://catarinhas.info/organizacoes-acionam-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-contra-a-cpi-do-aborto/>

A jornalista e professora universitária Leila é enfática ao considerar que as jornalistas brasileiras continuam sofrendo com a desigualdade de gênero no exercício profissional e muitas vezes não têm nem a percepção de que são vítimas de violências. Essa consciência, de acordo com ela, perpassa também um conhecimento da perspectiva de gênero para refletir sobre as relações cotidianas. Assim, uma mulher que passa por uma situação de assédio ou abuso “vai ter um outro olhar que mostra como entender o problema pessoal que ela tá vivendo como algo que não teria que viver” (LEILA, 2021).

O dossiê *Mulheres no Jornalismo Brasileiro* (2017), organizada pela Gênero e Número e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, com o apoio do Google News Lab, apontou que 73% das entrevistadas relataram ter sido alvo de comentários ou piadas de natureza sexual no trabalho; 64% delas já sofreram abuso de poder ou autoridade por parte de seus chefes ou fontes entrevistadas, 83% foram vítimas de violência psicológica e 70,4% já receberam cantadas ao exercer o jornalismo. Os dados demonstram a grande insegurança vivenciada pelas profissionais brasileiras no ambiente de trabalho.

Já em um contexto de violência mais amplo, o relatório *Violência de Gênero contra Jornalistas*, publicado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), com apoio do Global Media Defense Fund da UNESCO, com dados de 2021, explicita os ataques públicos “contra mulheres, cis e transgênero, meios de comunicação voltados para pautas feministas e agressões com características sexistas, homofóbicas, transfóbicas ou misóginas”, sendo estes classificados como “‘ataques de gênero’ e que podem vitimar homens e mulheres (cis ou trans) e pessoas não-binárias” (ABRAJI, 2021, p. 3). Foram 119 casos de violência detectados, sendo que 38% deles se configuraram como ataques de gênero. “Esses registros incluíram, principalmente, ataques à moral e reputação de jornalistas mulheres (32 casos) e ataques homofóbicos (8) e transfóbicos (1)” (ABRAJI, 2021, p. 4). Dois casos de violência física contra profissionais mulheres foram também registrados.

Para a pesquisadora brasileira entrevistada, a grande questão a ser discutida no momento é como apoiar as jornalistas que sofrem agressões, porque “faltam espaços de proteção para essas mulheres que são agredidas na Internet no exercício da profissão” (LEILA, 2021). Leila destaca ainda que não são apenas as jornalistas que vivenciam este contexto, mas pesquisadoras da área de gênero. Ela, que realiza pesquisa no campo do Jornalismo, afirma não postar muito nas redes sociais sobre seus estudos por medo de ser atacada. Além disso, Leila relata que percebe essas hierarquias e o masculinismo dentro do ambiente acadêmico e universitário que ocupa, sendo que “o principal é o homem tomar a voz, tem horas que eu digo ‘oh cara, deixa eu terminar de falar’, tem horas que eu estou mais

cansada aí eu deixo, não deveria, né, mas enfim, isso é o que eu mais sofro cotidianamente, que é eu tá falando e o cara pegar ali pra concluir” (LEILA, 2021).

O comportamento que Leila percebe nas relações de trabalho na universidade é denominado *manterrupting*¹⁴⁹, termo que se refere à interrupção constante da fala das mulheres por homens, dificultando que elas consigam apresentar suas ideias e posições nestes espaços. “Machismo dentro da universidade pra mim é incompatível com aquilo que eu estudo e milito. Mas eu vivencio sim, vejo o machismo dentro da universidade. A universidade é um espaço que infelizmente tem essas práticas, né?” (LEILA, 2021).

Na universidade, nas redações, na política e em outros locais de trabalho, as jornalistas detectam as relações hierárquicas que muitas vezes operam de formas sutis, mas também podem ser mais explícitas, e que parecem funcionar na tentativa de gerar um sentimento de inadequação sobre a presença delas no espaço que ocupam. A jornalista brasileira Beatriz considera que ainda existe uma não normalização das mulheres nos cargos de maior poder e chefia.

Aos 23 anos, Beatriz já atuava como coordenadora da comunicação do estado do Piauí e lembra que tinha um colega que era mais velho que ela, entre uns 35 e 40 anos que não se sentia confortável com a sua presença enquanto chefe da equipe.

Ele me respeitava e tudo, mas existia um desconforto, porque era como se tivesse uma inversão de papéis ali. Não estou naturalizando isso, mas era como se tivesse. O nosso imaginário entende assim, porque é isso, o machismo atravessa também a minha existência, a minha formação. Então eu acho que passa também por naturalizar esses espaços como espaços nossos. Lugares em que nossa presença seja natural e não estranha, seja reconhecida pelo que a gente tem para oferecer profissionalmente não pelo que a gente desperta enquanto mulher (BEATRIZ, 2022).

E ela detecta não apenas o machismo presente nos ambientes profissionais, mas também o racismo, trazendo como exemplo o fato de que para estar nos locais de trabalho era necessário alisar o cabelo crespo. Grada Kilomba (2019) analisa que historicamente houve uma desvalorização do cabelo de pessoas negras como forma de estigma e justificativa para a subordinação de pessoas africanas. O cabelo “tornou-se a mais poderosa marca da servidão durante o período da escravização” (KILOMBA, 2019, p. 127). E esse passado deixou marcas ainda muito vivas, pressionando pessoas negras a alisarem seus cabelos, em um processo violento de “fabricar sinais de branquitude, tais como cabelos alisados, e encontrar padrões brancos de beleza, a fim de evitar a humilhação pública” (KILOMBA, 2019, p. 128). Ao

¹⁴⁹ <https://azmina.com.br/reportagens/mansplaining-e-manterrupting-o-que-e-e-de-onde-vem-os-termos/>

mesmo tempo, o cabelo se tornou o símbolo mais forte de resistência e consciência política, em que mantê-lo crespo e o uso de múltiplos penteados africanos “transmitem uma mensagem política e fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial” (KILOMBA, 2019, p. 127).

Além da necessidade de adequar seus cabelos a um padrão racista considerado o esperado em alguns locais em que trabalhava, Beatriz traz em seu relato outro componente que é a sexualização das mulheres nos ambientes de trabalho, não sendo vistas como meramente profissionais. Na época, há cerca de um pouco mais de dez anos, ela trabalhava em uma rádio católica, voltada aos temas de cidadania, e passou por uma situação que hoje entende como constrangedora e até mesmo violenta. “Foi assim que eu comecei a trabalhar, eu tava me achando o máximo, eu tinha escovado o cabelo, naquela época eu usava o cabelo escovado, naquela época era ‘não pode deixar natural’, e eu tava com a minha melhor blusa, tomara que caia, linda, nova, azul claro, e eu fui com essa blusa pro trabalho, era um dia importante” (BEATRIZ, 2022). Ao chegar com a sua melhor blusa foi repreendida por seu chefe na frente dos outros colegas: “por que é que você está com essa blusa? Se você se vestir desse jeito não vai ser respeitada’. Óbvio que foi constrangedor, eu fiquei desestabilizada ali, e eu passei a me vestir diferente e entendi aquilo como se ele tivesse certo” (BEATRIZ, 2022).

A desestabilização relatada por Beatriz e a afirmação de que sentiu como se realmente estivesse errada ao escolher uma determinada roupa decotada para o trabalho ocorreram em um momento de início de sua carreira e que a fizeram modificar a partir dali a sua vestimenta para se sentir mais adequada àquele espaço. Essa é uma forma de violência explícita em que as roupas, o modo de andar, os cabelos, a maquiagem, o corpo das mulheres incidem de forma determinante no julgamento sobre seu desempenho profissional, em uma nítida expressão de machismo e de sexualização dos seus corpos. Para ser respeitada é preciso definitivamente cobri-lo.

Na Argentina, embora os dados de assassinatos de profissionais sejam inexpressivos, a violência contra jornalistas em seu prisma de gênero é perceptível dentro dos espaços de trabalho, em múltiplas formas de assédio, assim como o crescimento dos ataques digitais. A jornalista argentina Teodora, que apresenta uma longa trajetória no jornalismo, ressalta a dificuldade de denúncia destas situações porque “muitas são mulheres que têm filho e os educam e criam sozinhas, e como essa é a única fonte de renda que têm, não se arriscam a denunciar aqueles que têm poder” (TEODORA, 2022, tradução minha).

Ela destaca que durante as décadas em que atuou no jornalismo não sofreu casos sérios de assédio direto, mas sentiu fortemente a desigualdade de gênero em sua permanência dentro das empresas em que trabalhou, aliada à contrariedade com a perspectiva feminista que aportava em seu trabalho.

Me despediram várias vezes por ser mulher, por ser feminista. [...] Quando alguém me pergunta, mas como sabe que te despediram por ser feminista? [respondo que] observo quem colocaram no meu lugar. [...] Se me tiram e quem me substitui tem essas características, jovem, homem, patriarcal, católico, religioso militante, está claro que me tiraram por ser feminista. Não há muita dúvida (TEODORA, 2022, tradução minha).

Não apenas ser mulher no jornalismo, em uma posição de destaque na televisão, mas principalmente ser uma jornalista feminista foram condicionantes que impactam na carreira de Teodora e resultaram em diversas demissões. Ao narrar as características de quem a substituiu, a profissional lembra desta imbricação detectada em muitos países, inclusive no Brasil, entre meios de comunicação e religião, em que os dogmas cristãos seguem sendo veiculados por muitas emissoras de televisão e rádio diariamente. Por esse motivo, temos ainda uma presença pouco expressiva de perspectivas feministas mais demarcadas circulando dentro da mídia tradicional. Teodora relata que outra prática comum neste contexto é “congelar” as jornalistas, não demitindo-as, mas retirando-as do ar. Quando passou por essa situação, ela mesmo se considerou demitida. “Não acontece apenas com as feministas, não. Acontece com qualquer pessoa que se oponha ideologicamente a essa concepção do poder. Mas é pior com as feministas” (TEODORA, 2022, tradução minha).

No Chile, é predominante também a discriminação dentro das redações, motivada por essas relações de poder e pela própria estrutura da mídia, com alta concentração dos meios. O estímulo profissional à competição, tão presente no jornalismo, é um dos fatores, segundo a jornalista chilena Antonia, para a dificuldade de sociabilidade e apoio mútuo entre as próprias colegas de trabalho. Isso “porque temos que defender o trabalho, defender a forma como nos relacionamos com as chefias no interior das empresas jornalísticas, porque de alguma maneira necessitamos ser reconhecidas, validadas entre os pares que em sua maioria são homens e tem uma vantagem estrutural, desigual, diferente das mulheres” (ANTONIA, 2021, s/n, tradução minha).

Outra situação que preocupa no contexto chileno é a violência contra jornalistas ocorrida durante manifestações de rua. A crise política enfrentada pelo Chile desde 2019 impulsionou uma série de protestos nas ruas, tornando mais evidente a insegurança das

jornalistas durante as coberturas, sendo registrados casos de ataques sexuais por parte de agentes de segurança do Estado contra profissionais da imprensa.

Já na Colômbia, a violência pode ser considerada mais explícita. Persistem os casos de assédio e abuso no interior das redações, assim como fazem parte das estatísticas as violações e mortes de jornalistas. A jornalista colombiana Laura considera que os meios de comunicação refletem a sociedade em que se vive. Assim, “se temos um mundo de violência contra mulheres, isso se reflete não somente nas salas de redação, mas em todo o processo jornalístico” (LAURA, 2022, tradução minha). Em pesquisa realizada em 2021 pela *Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género* e *Fundación Karisma*, intitulada *Periodistas Sin Acoso* (Jornalistas Sem Assédio), das 470 pessoas entrevistadas, 34% responderam ter sofrido violência física. Já nos dados de assédio sexual, das 346 mulheres que participaram da investigação, 67% afirmaram ter passado por esse tipo de situação. Sobre os assediadores, os relatos informavam “colegas, chefes, e além das salas de redação, entram as fontes. Então, você tem que recorrer a uma fonte em lugares fechados, cobrir manifestações, cobrir zonas de conflitos, e em todos esses cenários se manifestam violências contra elas” (LAURA, 2022, tradução minha).

Nesta mesma pesquisa, as jornalistas da *Red Colombiana* ressaltam ainda a grave situação enfrentada pelas profissionais no contexto do conflito armado interno, em que a violência sexual é utilizada como arma de guerra contra as mulheres, sendo as mulheres jornalistas vítimas deste tipo de crime como forma de repressão por exercerem o jornalismo. Em um caso emblemático, a jornalista Jineth Bedoya foi sequestrada por paramilitares e posteriormente estuprada e torturada, motivando diversas ações de combate a este tipo de prática brutal que visa, em última instância, silenciar as jornalistas.

Ao ser questionada se havia sofrido alguma violência durante o exercício profissional, Laura é categórica: “Claro, sim, como todas” (LAURA, 2022, tradução minha). Segundo ela, tanto na Colômbia quanto na Espanha sofreu assédio por parte de colegas jornalistas, assédios que estão bastante naturalizados nas relações de trabalho.

Uma vez um chefe, eu era freelancer, sofri assédio muito forte, e na Espanha foi muito recorrente, mais lá do que aqui. E o que se passava é aquilo que hoje dizemos: ‘Fulana diz que não sofreu porque não identifica’. Então, se passa muito isso, mas não se identifica esse tipo de violência e se assume como algo cotidiano (LAURA, 2022, tradução minha).

Frente a este cenário de violências múltiplas, a RIPVG passa a dedicar boa parte de sua atuação a uma série de ações que visam a denúncia dos casos, assim como a busca por

estratégias de proteção. A jornalista mexicana Carmen explica que durante o surgimento das redes de jornalistas, sendo a primeira delas a *Red Nacional de Periodistas*, no México, em 1995, as múltiplas violências nas quais as profissionais estão sujeitas já eram conhecidas. Isso em dois sentidos: “dentro das redações, com as fontes informativas, mas também como um exercício de censura, de limitar a liberdade de expressão das jornalistas” (CARMEN, 2022, tradução minha).

Mesmo reconhecendo a existência, ainda não era percebida a urgência em abrir uma frente específica sobre o tema. Carmen relata que resistências sobre a inclusão de uma perspectiva de gênero na análise dos casos apareceram até mesmo de organizações internacionais reconhecidas na defesa da liberdade de expressão. Assim, se fez necessário começar autonomamente a nomear este tipo de violência específica porque por muito tempo “se decidiu privilegiar o que ocorria com os homens jornalistas, e isso ocorre porque estamos em um mundo patriarcal, as mulheres jornalistas ficaram escondidas na generalidade do que se passa aos jornalistas no México” (CARMEN, 2022, tradução minha)”. A falta de dados sobre o que ocorria com as mulheres foi uma das consequências de tratar de forma generalizada a violência, até porque mesmo as jornalistas tinham dificuldade de identificar e nomear a situação. Havia o medo de ser estigmatizadas enquanto vítimas por conta do masculinismo presente na profissão.

No caso da rede mexicana, elas decidiram “fazer a própria metodologia feminista com perspectiva de direitos humanos das mulheres para evidenciar as violências que estamos vivendo” (CARMEN, 2022, tradução minha). Com o passar dos anos e a constatação dos riscos da atuação jornalística, o tema esteve mais presente na rede do México e, posteriormente, incidiu na rede internacional, “porque começamos a ter cada vez mais casos de companheiras da rede que estavam vivendo em condições de violência extrema” (CARMEN, 2022, tradução minha).

A rede mexicana, enquanto articulação anterior à rede internacional, aporta essa expertise de investigação dos casos e formas de incidência sobre a violência para a RIPVG, que nasce uma década depois, em um contexto de maior recrudescimento da violência contra jornalistas. De acordo com a jornalista mexicana Margarida, a RIPVG nasce para impulsionar uma agenda informativa com perspectiva de gênero e impulsionar essa visão dentro do jornalismo. “Fazíamos formação, formação e mais formação, criando novas redes e alianças” (MARGARIDA, 2022, tradução minha). Contudo, a partir de 2006, o México começa a enfrentar uma alavancada na violência. Foi

a partir dessa declaração de guerra ao narco [que] a violência no México se recrudescerá terrivelmente e se recrudescerá a violência contra as e os jornalistas. E como nos protegemos? Estas redes que haviam sido redes de jornalistas feministas e que haviam nascido para esse jornalismo, esse enfoque mais igualitário, mais democrático, tivemos que criar essas redes, alianças solidárias de autoproteção por conta das omissões do estado mexicano (MARGARIDA, 2022, tradução minha).

A jornalista argentina Teodora relembra que em uma situação foram até a Embaixada do México na Argentina advertir sobre o risco de vida de uma jornalista mexicana que estava sendo ameaçada. Assim, enquanto Rede, tornaram visível a situação vivida pelas profissionais. Tereza também ressalta a importância de tornar visível o que ocorre com as colegas de profissão.

Nós com os anos aprendemos a visibilizar o que está passando, e fazer com que essa companheira continue vivendo junto a sua família. Temos recorrido a embaixadas, temos uma companheira mexicana que teme por sua vida e o que fizemos foi, entre as redes nacionais, mandar uma nota às embaixadas do México em nossos países, e dizer ‘Olhem, a rede quer respaldar o trabalho da companheira e também pede segurança a ela’. Visibilizar a situação ajuda muito (TEREZA, 2022, tradução minha).

De acordo com Tereza, a comissão de alerta é a que apresenta maior demanda dentro da RIPVG, tentando abarcar a situação não apenas do México, que apresenta o contexto mais grave, mas entender as especificidades dos outros países. “‘O que necessita o Brasil?’ Fazemos uma fala, uma oficina, mas sempre respeitando o tempo de cada país, e em cada país, a realidade de cada colega” (TEREZA, 2022, tradução minha). Segundo ela, nem sempre convém denunciar uma situação de violação de direitos humanos, de violência, porque depende da realidade da companheira. “Existem aspectos jurídicos também, que tem um tempo distinto. E se a companheira está só, e se está ameaçada de morte, e se ela não tem uma rede de apoio, nós não podemos esquecer disso” (TEREZA, 2022, tradução minha).

Neste sentido, Margarida considera que o maior desafio da RIPVG hoje é exatamente a prevenção da violência e a segurança das jornalistas, garantindo que elas tenham liberdade para exercer a sua profissão. É neste sentido, talvez, que observamos os maiores impactos da rede internacional na proteção e resistência de jornalistas frente às violências crescentes, pois “digamos que estamos nesse momento cada vez mais convencidas de que as redes são as que podem nos salvar” (CARMEN, 2022, tradução minha). Essa constatação parte exatamente da necessidade de “fazer evidente tanto a violência que tem se incrementado quanto a ausência de proteção” (CARMEN, 2022, tradução minha), reconhecendo a responsabilidade do Estado na falta de proteção das jornalistas e até mesmo a sua omissão quanto a atos perpetrados por agentes integrantes de instituições nos mais diferentes âmbitos públicos.

A RIPVG tem, então, atuado na denúncia das falências do Estado e tem conseguido também que as relatorias de liberdade de expressão assumam a questão de gênero como um tema nodal no âmbito internacional. “E outra questão também é ir desenvolvendo estratégias individuais para as coberturas, queremos seguir fazendo jornalismo, mas não queremos perder a vida por fazê-lo” (CARMEN, 2022, tradução minha). O desenvolvimento de cursos e formação para a proteção das jornalistas, análises de contexto que considerem o risco da prática jornalística, desenvolvendo estratégias de enfrentamento estão entre os objetivos atuais da rede. Além disto, o apoio emocional entre elas está entre os aportes mais importantes da articulação, pois “sobretudo para as companheiras que sofreram *desplazamientos* forçados, que vivem no exílio, e se veem perdendo tudo de um dia para o outro. Saber-se apoiada é muito importante para reiniciar onde está. Tudo isso vai construindo as redes” (CARMEN, 2022, tradução minha).

As jornalistas entrevistadas abordam suas percepções sobre de que forma a RIPVG pode ser considerada uma rede de proteção, oferecendo muitos sentidos sobre esse entendimento. Não apenas em uma atuação mais prática de denúncia como indica o relato de Carmen, Margarida, Tereza e Teodora, mas também em ser uma aliança de solidariedade, coletividade, proximidade e compartilhamento de suas experiências enquanto jornalistas feministas. Como destaca Tereza, é de grande importância manter os encontros presenciais, se unir para discutir questões sérias, mas também vivenciar momentos alegres. “Como no ano que vem na Suécia¹⁵⁰, em que podemos nos abraçar, compartilhar coisas, tomar um vinho, isso nos ajuda a crescer. Porque o trabalho do jornalismo feminista, da comunicação, também vai por esse caminho, pelo desfrute” (TEREZA, 2022, tradução minha). Antonia traz outro ponto interessante sobre a configuração desta aliança no sentido de proporcionar um aprendizado de autocuidado não somente sobre violências externas, mas também de cobranças internas. “Tem vezes que definitivamente eu não consigo cumprir, inclusive com tarefas que eu me comprometi dentro da Rede. E tenho a certeza de que não vão me julgar porque estou sobrecarregada. E isso que se passa comigo, seguramente, acontece com todas”. (ANTONIA, 2021, tradução minha).

Laura destaca uma outra característica da RIPVG enquanto rede de proteção, ressaltando que isso ocorre quando conseguem ser um *altavoz*, um autofalante que potencializa e replica as denúncias, buscando promover outras alianças com diversas organizações, como por exemplo, as que trabalham com liberdade de imprensa, mas ainda

¹⁵⁰ O 8º encontro da rede internacional será realizado na Guatemala em novembro de 2023.

sem uma perspectiva de gênero. Essa relação faz com que se amplifique ainda os posicionamentos críticos sobre a situação enfrentada pelas jornalistas. “Se algo acontece a uma somos um *altavoz*, e fazemos a nível nacional e reproduzimos a nível internacional” (LAURA, 2022, tradução minha). Martha também destaca essa busca por outras alianças, ligando jornalistas aos órgãos que já vem trabalhando mais formalmente com a parte mais prática da proteção, oferecendo, por exemplo, um alojamento temporário para elas quando em situação de risco. Desta forma, proporcionando “às jornalistas mecanismos de defesa que tenham relação com advogadas feministas, com defensoras feministas que possam dar acompanhamento legal, que possam fazer vínculos com outras organizações de defesa, em reconhecimento do trabalho jornalístico, do reconhecimento como vítimas” (MARTHA, 2021, tradução minha).

Os desafios para a manutenção do trabalho em rede são diversos e muitas vezes dificultam a atuação. Teodora considera que a RIPVG já esteve mais ativa, se encontrando com mais frequência, mas ainda mantém o objetivo central de impulsionar uma “agenda feminista, o uso da linguagem, denunciar os feminicídios, denunciar o abuso sexual na infância” (TEODORA, 2022, tradução minha). A questão laboral das mulheres jornalistas também é central para elas, questionando sobre a presença delas nos meios. “Creio que segue sendo um objetivo da construção da rede. A proteção em relação à insegurança, não. E a proteção sindical, em relação às demissões, não. Não formalmente. Talvez porque, no fundo, existia o temor de que fossemos confundidas com um sindicato” (TEODORA, 2022, tradução minha).

Mesmo considerando esses limites nas frentes trabalhadas pela RIPVG e tendo uma opinião um pouco divergente sobre a atuação da rede em relação às suas companheiras entrevistadas, a jornalista argentina diz que existe uma forma de cuidado importante, que é o acompanhamento e o compartilhamento de situações vividas pelas jornalistas.

‘Passou isso, estou com Covid, me despediram do meu trabalho’, este acompanhamento nós fazemos inclusive sem nos conhecer, porque onde há 300 pessoas não se conhece todo mundo, e sempre há dez ou doze mais visíveis, mas de todo modo saber que está num chat com outras 200 companheiras que trabalham no mesmo que você é abraçador. E quero resgatar isso porque é importante. É a nossa fortaleza (TEODORA, 2022, tradução minha).

Martha considera que a RIPVG constrói *acorpamientos* entre pessoas de todas as regiões da América Latina. Ela me explica que em nosso diálogo também estamos construindo um *acorpamiento*, “construindo essas formas de resistência desde a academia, desde todos os espaços que podemos estar, onde vamos construindo um jornalismo finalmente

com perspectiva de gênero”. (MARTHA, 2021, tradução minha). *Acorpamientos* abraçadores que são uma fortaleza, um *altavoz* que faz com que as jornalistas não se sintam isoladas pela violência que as atinge são uma das formas de resistência que a rede internacional se dedica a tecer, considerada uma das mais importantes.

Retomando as contribuições de Segato (2021), ao teorizar sobre a violência contra mulheres na Ciudad Juárez no México e sobre a violência contra mulheres indígenas no Brasil, a antropóloga nos oferece uma chave importante para refletir sobre a construção de brechas e fissuras efetivas que façam frente à colonialidade de gênero e de raça. Se o tecido comunitário que protegia a mulheres nos patriarcados de baixa intensidade dentro do mundo-aldeia vai sendo rompido pela intrusão colonial e sendo dilacerado ainda mais pelo avanço do Estado-moderno, a saída muitas vezes encontrada pelas mulheres diz respeito à tentativa coletiva de suturar algumas tramas, cosendo pequenos nós (SEGATO, 2021) para se manterem unidas. No que se refere à RIPVG, não se trata de um resgate do que foi rompido no passado, mas da formação de novas alianças de resistência que possam dar forma a um novo tecido de proteção. Essa é uma estratégia de mulheres e feministas utilizadas há séculos para resistir às mazelas que lhes são impostas, entendendo que somente juntas e lutando pela coletividade poderemos enfrentar as violentas normas de gênero e sexualidade.

E isso se torna ainda mais necessário frente ao contexto que muitos países vivenciam, pois o que “testemunhamos hoje é o desenvolvimento assustador de novos métodos de ataque contra corpos femininos e feminizados. Essa fúria se expande sem fronteiras” (SEGATO, 2021, p. 88). Mesmo com a “crescente implantação de medidas legais em resposta ao que ficou conhecido como ‘diretos humanos das mulheres’ após a Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, podemos sem dúvida, falar de uma barbárie crescente do gênero colonial-moderno, ou do que algumas pessoas já chamam de ‘genocídio de gênero’” (SEGATO, 2021, p. 89). O impulsionamento deste genocídio tem em sua base uma modificação das relações hierárquicas duais de gênero no mundo aldeia, transformadas/agravadas em relações hiper-hierárquicas e dicotômicas de gênero no mundo moderno. Em que só existe o um e os “outros”, as “sobras marginais” (SEGATO, 2021, p. 107).

Para Segato (2021, p. 102), a vulnerabilidade das mulheres aumenta a partir do momento em que existe uma “superinflação da importância do papel dos homens dentro da comunidade”, dialogando externamente com a administração branca, e uma “superexpansão do espaço público ancestralmente ocupado pelos homens na comunidade”. Como consequência destas duas mudanças decisivas, “a dualidade se torna binarismo porque a

esfera dos homens é definida como a epítome do que é público e político, em oposição à esfera das mulheres, que é despolitizada por ser definida como privada” (SEGATO, 2021, p. 102). As mulheres perdem poder político:

Os laços exclusivos entre mulheres, que orientavam sua solidariedade e colaboração tanto nos rituais quanto no trabalho produtivo e reprodutivo, são desmantelados no processo de encapsular a domesticidade como ‘vida privada’. Para o espaço doméstico e para as pessoas que o habitam significa um colapso total de seu valor e munção política, de sua capacidade de participar de forma significativa nos processos de tomada de decisão que afetam toda a comunidade” (SEGATO, 2021, p. 106).

As jornalistas entrevistadas bem ressaltaram que a violência a que são expostas dentro da profissão está relacionada tanto com a produção jornalística crítica sobre esse sistema dicotômico de gênero, extremamente violento, quanto com a não naturalização da presença delas dentro de espaços de poder, tratando de assuntos que dizem respeito à coletividade. Isso porque essa esfera moderna apresenta um tipo de sujeito muito específico que pode transitar por ela, sendo ele mesmo o criador das regras de cidadania. “Ele é homem, branco, alfabetizado, proletário e *pater familias* (uso esse termo em vez de heterossexual, porque sua vida sexual é desconhecida, mas sua ‘respeitabilidade’ como chefe de família pode ser comprovada)” (SEGATO, 2021, p. 109).

Qualquer tentativa de alcançar uma identidade política pública envolve um processo de assemelhar-se a ele. Ou ainda, qualquer tentativa de deter poder dentro das instituições masculinistas pressupõe assumir suas características. Foi neste sentido que Veiga da Silva (2014, p. 320-321) considerou em sua pesquisa de mestrado que as hierarquias entre jornalistas dentro da redação eram perpassadas não apenas por competências profissionais, tendo relação “com adequação a determinados perfis, cujos atributos de gênero mais valorizados estavam em consonância com aqueles convencionalmente associados ao masculino (força, imposição, coragem, pioneirismo, pró-atividade etc.)”, independente do gênero dos profissionais.

No que se refere aos ataques contra jornalistas no Brasil, Nascimento e eu (2022, p. 20), detectamos que eles apresentam um caráter nitidamente sexista e misógino e visam a “minar o exercício da imprensa, em sua possibilidade crítica e de denúncia sobre os atos do governo, assim como ratificar as normas violentas de gênero que subalternizam as mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e outras minorias, limitando e coibindo sua ocupação na esfera de visibilidade social”, assim como esta violência é perpassada “pela desqualificação da autoridade das mulheres como agentes participantes e influentes em diferentes âmbitos

sociais, incluindo o jornalismo” (NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2022, p. 14). Suponho, pelo depoimento das jornalistas entrevistadas, que os mecanismos de ataque apresentem lógica similar nos outros países estudados.

Desta forma, é no enfrentamento dessas hierarquias que desvalorizam o feminino e, conseqüentemente, as mulheres, mas não apenas elas, dificultando sua atuação em diversos âmbitos sociais, que as profissionais da RIPVG dedicam sua profissão e ao mesmo tempo enfrentam toda a fúria por resistir a elas. E esta violência é perpassada não somente por questões de gênero, mas também de raça, etnia e sexualidade. Um exemplo disto nesta pesquisa é que a única jornalista indígena entrevistada, que vivencia também uma sexualidade dissidente da norma heterossexual, foi também a única que relatou ter sofrido violência física durante o exercício do jornalismo, além de uma série de outras violências psicológicas e morais. A violência é assim agravada dependendo dos corpos aos quais ela se dirige.

Dentro das definições das integrantes da RIPVG discutidas e apresentadas para a elaboração de uma perspectiva de gênero no jornalismo percebemos o trânsito de discursos dos feminismos considerados hegemônicos, oriundos do Norte Global, refletidos, tensionados e ressignificados dentro dos contextos locais, mas ainda bastante marcados pela ideia de igualdade que perpassa o ideal dos direitos humanos e da centralidade da categoria mulheres, embora considerando outros marcadores da diferença. Ao mesmo tempo em que em suas práticas de *acorpamiento* é possível perceber um deslocamento dos discursos hegemônicos, promovendo uma organização que enfrenta a lógica moderno-colonial. Individualismo e empoderamento individual são refutados em busca de alianças menos hierárquicas, da solidariedade, do afeto, “práticas de reciprocidade” (SEGATO, 2021, p. 96).

Como citado anteriormente, Santos e Martins (2019) consideram, a partir da tradução intercultural, que são nestas lutas específicas que os direitos humanos ganham vida e significado, e esta tem sido uma constante na luta de feministas latino-americanas pelos direitos humanos das mulheres. Não se trata, assim, de apenas uma reprodução da matriz ocidental que os originou, mas de uma nova construção discursiva a partir de seus marcos e aplicada a estratégias de resistência específicas, como é o caso da violência contra mulheres na região, incluindo jornalistas.

Em publicação já citada neste capítulo no site da *Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género*, Ocampo (2015) lembra que as redes são tão antigas quanto a sociedade, mas ganharam uma nova dinâmica com a tecnologia, embora ainda careçam da presença, do corpo em proximidade, entre quem se aglutina por objetivos compartilhados.

Na rede se ingressa e se retira livremente; precisa de um motor que dinamize sua ação e que pode ser uma pessoa, um grupo, uma organização, uma entidade que a põe em marcha, mas uma vez que inicia seu próprio processo, decide seus próprios mecanismos, desde que não impliquem ataduras que retardem seu desenvolvimento, dentro do caráter de rede” (OCAMPO, 2015, s/n, tradução minha)¹⁵¹.

A partir deste mecanismo aglutinador de aliança, mas não cerceador, a RIPVG criou um sentido de pertencimento, segundo Ocampo (2015), entre profissionais de 36 países, envolto em um propósito central e comprometida com a criação de uma “nova cultura em que homens e mulheres se pensam a partir de novos símbolos inclusivos, participativos e equitativos, com novas formas de valoração e representação” (OCAMPO, 2015, s/n, tradução minha)¹⁵²

Para seguir com essa proposta, Martha explica que a RIPVG tem *acorpado* com uma intenção, pois o *acorpamiento* é uma estratégia, uma estratégia de proteção entre colegas de profissão, assim como uma ferramenta de articulação para a capacitação sobre o jornalismo, desconstruindo-o para depois reconstruí-lo a partir de uma perspectiva de gênero, formando “essa rede de abraços entre as companheiras e de coincidências”, e “desde o *amamacho* de proteção em cada situação que passem as companheiras”. (MARTHA, 2021, tradução minha).

¹⁵¹ No original: A la Red se ingresa y se retira libremente; precisa de un motor que dinamice su , s/acción y que puede ser una persona, un grupo, una organización, una entidad que la ponga en marcha pero una vez inicia su propio proceso, decide sus propios mecanismos siempre que no impliquen ataduras que frenen su desarrollo, dentro del carácter de red.

¹⁵² No original: nueva cultura en la que hombres y mujeres se piensen desde nuevos simbólicos incluyentes, participativos y con equidad, con nuevas formas de valoración y representación.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta tese reflete a articulação entre muitas trajetórias. Inicialmente o objetivo central desta pesquisa não era apresentar de maneira sistemática a história de uma rede de jornalistas feministas de diferentes países, entretanto, durante o processo percebi que esta era uma história que merecia ser contada. Ao conhecer a construção da *Red Internacional de Periodistas con Perspectiva de Género* notei que ela se constitui sobre experiências específicas de jornalistas ativistas na defesa de um jornalismo com perspectiva de gênero, mas também sobre décadas de resistência militante feminista na América Latina. Observei que ela fala sobre uma profissão complexa, de relevância e impacto social, mas precarizada e ainda amarrada a pressupostos masculinistas forjados desde seu surgimento.

Percebi que diz muito ainda sobre os riscos dessa atividade profissional, principalmente quando os corpos que a exerce são de mulheres e/ou pessoas feminizadas e não brancas, em um contexto de ataques às temáticas de gênero e sexualidade e aos direitos conquistados nas últimas décadas pelas maiorias minorizadas. Conta um pouco sobre os nossos países, alguns deles vizinhos, que apresentam diferenças históricas, mas compartilham identidades, assim como uma carga brutal de violência e poder ainda muito viva desde a intrusão colonial. Trata, principalmente, de uma longa trajetória de resistência coletiva, iniciada muito antes da atuação das interlocutoras desta pesquisa, mas que reflete incontestavelmente nelas, no intuito de propor uma prática jornalística mais respeitosa e atenta às mulheres e às dissidências sexuais e de gênero. Uma luta contínua para que o jornalismo seja uma ferramenta na busca por direitos e um canal de denúncia de suas violações, uma prática que visa mudanças culturais em sociedades tão desiguais.

Analisar o trabalho da RIPVG significou tentar identificar alguns dos sentidos que as jornalistas oferecem sobre essa prática em constante transformação, mapeando o quanto foi possível os discursos que viajam entre países, nos termos de Claudia Lima da Costa (2010, 2020) e se coadunam na formação de alianças estratégicas. Para realizá-la acionei o arcabouço de estudos que tive contato ao longo da minha formação, principalmente durante o mestrado e doutorado. Também recuperei uma memória de militância, quando participei do coletivo Gemis – Gênero, Mídia e Sexualidade, em Porto Alegre, ao lado de outras e outros jornalistas e comunicadoras(es). Nosso intuito era sensibilizar estudantes de jornalismo e profissionais da área sobre o que chamávamos de “trato com a diferença”. O que nos movia nesta atividade sem remuneração, assim como é a atuação da *Red Internacional*, era acreditar que as práticas comunicacionais podiam ser mudadas, transformadas para que vidas como as nossas não

sofressem mais com a violência de cada matéria que nos estereotipava, controlava, diminuía, ridicularizava, subalternizava. Citando Butler (2019, p. 34), éramos um conjunto de relações possibilitadoras, com dinâmicas que incluíam “suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade”.

A RIPVG compartilha essas relações possibilitadoras tão presentes na formação espontânea de articulações que não tem a obrigação de permanecer, apenas estar juntas enquanto houver engajamento e vontade. A própria possibilidade de efemeridade é uma força que move coletivos e testam a sua capacidade de articulação. A capacidade articuladora da rede internacional vem sendo comprovada ao longo dos seus 17 anos de existência. Se como Butler (2019) afirma, o exercício da liberdade é mais comum quando ao lado de outras pessoas, é na busca por esta liberdade coletiva que jornalistas se reúnem há décadas de forma autônoma, atuando na formação de profissionais na perspectiva de gênero, na formulação de uma outra prática jornalística, na denúncia de violência e abusos, na busca por proteção, perpassada pela solidariedade entre elas.

Ao propor refletir sobre as possibilidades de alianças politicamente motivadas no jornalismo e escolhendo como problema de pesquisa a tecitura de um jornalismo com perspectiva de gênero transnacional pelas integrantes da RIPVG, busquei perceber se a formulação dessa visão comportava as múltiplas experiências das jornalistas em seus contextos específicos, mas em diálogo internacional. A formação de redes nacionais, envolvidas com as questões específicas de cada país, indica esta relação entre local e global, considerando a existência de diferenças nos contextos específicos, mas também muitas aproximações no que se refere ao tratamento do jornalismo sobre as questões de gênero. Os diagnósticos elaborados pelas redes demonstram os pontos de atuação e atenção em cada um dos cinco países estudados – Brasil, Chile, Argentina, México e Colômbia, tendo eles se centrado em cinco eixos: A criação de políticas públicas; A formação de jornalistas e as representações estereotipadas; A situação laboral das jornalistas; Violência e risco de vida; e Soluções e recomendações frente aos problemas detectados.

Os avanços ocorridos nos últimos anos não podem ser desconsiderados, pois as temáticas de gênero estão muito mais presentes nos meios de comunicação, demonstrando uma atenção crescente ao que vem sendo discutido pela própria sociedade, pautada em especial pelos movimentos feministas. Contudo, a falta de formulação de políticas públicas amplas que direcionem a atuação da mídia e a continuidade de reprodução de estereótipos dicotômicos de gênero, assim como as dificuldades profissionais vivenciadas por profissionais mulheres são alguns dos desafios que ainda precisam ser enfrentados. Assim, as

redes atuam em diversas frentes e aportam para a rede internacional os aprendizados, compartilham os saberes que vão sendo construídos nesta caminhada e que são capilarizados por esta rede maior, chamada carinhosamente de *la madre*.

Questionei ao longo da tese se estas práticas de articulação visavam a subverter as lógicas masculinistas, racistas, heterossexistas, capitalistas e antropocêntricas deixadas pela matriz de dominação colonial no território geográfico e político hoje denominado de América Latina. Para contextualizar como entendia estas lógicas que estão presentes também no jornalismo, discuti no primeiro capítulo a relação do jornalismo com a modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2014) e com o sistema moderno/colonial de gênero, a partir das contribuições de Rita Segato (2020). Argumentei que os fundamentos que legitimam o jornalismo se referem ao modelo moderno de validação do conhecimento que sustenta o sistema de dominação colonial, a violência subjetiva e epistêmica contra os colonizados. Considerei que a formação de alianças que comportem a diferença (CADENA, 2018) na busca por conexões parciais (HARAWAY, 1995) são uma forma importante de fazer frente à colonialidade de gênero (LUGONES, 2014), como é a atuação da RIPVG.

Para refletir sobre a formação destas alianças, trouxe no segundo capítulo um panorama histórico sobre a articulação feminista em sua atenção à comunicação e ao jornalismo na América Latina (WOITOWICZ, 2019a; WOITOWICZ; PEDRO, 2010). Destaquei a formação de redes de feministas e jornalistas durante o período das ditaduras latino-americanas, momento central para a configuração do movimento feminista nos diferentes países e para o surgimento de publicações jornalísticas que atuaram como redes discursivas transnacionais, responsáveis pelo trânsito de discursos, teorias e denunciando a situação autoritária enfrentada na região (VEIGA, 2009; PEDRO, 2010; WOITOWICZ, 2014).

Considerei ainda que estamos vivendo um novo momento da relação entre o jornalismo e o feminismo, em que a discussão de uma perspectiva de gênero extrapola os limites da imprensa alternativa, sendo percebida também na mídia hegemônica. A articulação delas se volta para o compartilhamento de visões feministas e da própria profissão, independente do veículo em que trabalhem. Trouxe ainda os eixos centrais contidos na formulação de uma perspectiva de gênero a partir de publicações e manuais sobre o tema (CHAHER, SANTORO, 2007; SANTORO, 2010, RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, HERMOSILLA, 2007, RIPVG, 2021).

Essa revisão teórica e documental possibilitou a compreensão das linhas gerais que direcionavam a atuação das jornalistas que se dedicam a esta produção. Mas considerei que

era insuficiente me guiar apenas por esses materiais publicados para compreender a tecitura deste jornalismo, compreendendo que esta formulação não é estanque, mas sim um movimento que compreende tanto uma prática quanto a troca de saberes e discursos entre as jornalistas que se enredam dentro de articulações de jornalistas feministas, incluindo a RIPVG.

As identidades das jornalistas participantes da pesquisa são múltiplas, perpassadas por gênero, raça, etnia, nacionalidade, idade, sexualidade, entre outros marcadores sociais. Considerei que três marcadores identitários mereciam maior destaque na análise: a autoidentificação étnico-racial, a geração das interlocutoras e a relação entre nacionalidade e trajetória profissional e na militância feminista. Entendi que eles eram indicativos sobre a posição de sujeito delas quando da formulação das respostas sobre as questões dirigidas, assim como eram importantes para a compreensão do contexto das lutas feministas em que estavam inseridas e do próprio exercício do jornalismo. Assim, todas as jornalistas que responderam ao formulário enviado sobre informações identitárias (sete das nove participantes) se identificam com o gênero feminino ou mulher, assim como a grande maioria informou ser heterossexual – apenas uma respondeu se identificar enquanto bissexual. Sobre identificação étnico-racial, apenas uma jornalista respondeu ser branca. As outras respostas foram: mestiça, negra, indígena e parda, indicando a pluralidade de identificações étnico-raciais entre as integrantes que ocupam cargos organizacionais dentro da RIPVG.

Sobre a questão etária, as idades das jornalistas variaram entre 38 e 69 anos. Percebi, ao acompanhar o trabalho da RIPVG, que existe uma valorização da transmissão de saberes de jornalistas com maior tempo de atuação dentro das redes, centralizada na figura de *ancestras*, que seguem aconselhando o trabalho das jornalistas mais jovens. A diferença geracional entre elas promove uma relação potente entre experiência e a necessidade de atualização constante frente às novas discussões em curso dentro do arcabouço dos feminismos.

Entendo que a própria nomeação da rede brasileira, criada em 2020, com a inclusão de uma perspectiva de raça e não apenas de gênero, reflete essas transformações em curso. Incluir a temática de raça nas abordagens ainda muito brancas sobre esta perspectiva no jornalismo, como demonstraram os manuais e publicações analisados, parece se referir não apenas a uma compreensão de que as desigualdades brasileiras são definitivamente marcadas por questões raciais, mas também se sintonizar com os entendimentos atuais presentes dentro dos feminismos de que é impossível empreender uma análise das relações de gênero sem

considerar outros marcadores da diferença, principalmente a questão racial e étnica em nossos países.

Dentro do jornalismo, jornalistas negras também estão tensionando as abordagens dentro e fora dos seus espaços de trabalho, cobrando uma real articulação entre gênero e raça na cobertura jornalística. Assim como denunciando a pouca presença de jornalistas negros e negras nos cargos de maior visibilidade na grande mídia. Aportar estas questões à Rede Internacional, criada em 2005, neste diálogo transnacional, parece ser um movimento de constante atualização das abordagens de gênero presentes nos ativismos. Reconhecendo que gênero é uma categoria equívoca (COSTA, 2020), apresentando diferentes significados dependendo de quem o aciona, compreendo, então, que a própria formulação de uma perspectiva de gênero dentro de cada uma das redes comporta estes elementos contextuais diferenciais e históricos das relações de gênero e raça que estruturam cada um dos países.

A partir da teorização proposta por Costa (2020) sobre a tradução cultural, percebi que existiram tanto reproduções quanto subversões aos discursos dos feminismos hegemônicos na formulação de uma perspectiva de gênero no jornalismo, principalmente porque os marcos interpretativos das jornalistas estão tanto vinculados aos contextos locais quanto “enraizados em circunstâncias históricas, discursivas, institucionais e políticas mais amplas” (COSTA, 2010, p. 53). O acionamento de perspectivas feministas hegemônicas fica mais evidente quando boa parte das jornalistas entrevistadas centralizou a atuação na defesa dos direitos humanos das mulheres, uma visão ainda bastante universalista presente na ideia de mulheres e no ideal de igualdade que orienta os direitos previstos. Ao mesmo tempo em que críticas a formulação inicial dos Direitos Humanos foram feitas, principalmente sobre o androcentrismo contido quando da sua proposição e a defesa da sua validade em diferentes momentos críticos em que ainda é necessário lutar contra a desumanização das mulheres.

E ainda, parece se tratar de uma defesa inspirada nos debates feministas internacionais de muitas décadas aplicados e tensionados na reflexão de problemas atuais importantes, assim como indica se tratar de um diálogo com as lutas feministas latino-americanas que efervesceram ainda mais em momentos de crise. Como destaquei, é importante reconhecer a utilização dos discursos dos direitos humanos dentro de lutas específicas, pois elas resultaram na construção de direitos efetivos para determinados grupos sociais. Este é o caso das lutas latino-americanas pelos direitos humanos das mulheres, em que muitas integrantes da rede fizeram e fazem parte. Ao acionarem esses discursos em seus contextos avançam na busca por objetivos definidos no interior dos movimentos em que se inserem, não se tratando de simples reprodução da matriz moderna e ocidental que o originou.

Desta forma, a perspectiva de gênero no jornalismo pelas integrantes da rede apresenta diferentes significados, estando tanto esta defesa relacionada à luta pela efetivação dos direitos humanos das mulheres, quando a um entendimento de que gênero é uma lente de análise das relações sociais que possibilita perceber o quanto gênero impacta de forma diferencial na vida das mulheres e outros grupos historicamente subalternizados, como é o caso das dissidências sexuais. Fica muito nítida a consideração de que a experiência delas é múltipla e perpassada por outros marcadores da diferença, como raça, etnia, sexualidade, nacionalidade, território.

E esta perspectiva que diverge de significado entre algumas delas ganha ainda mais força quando aplicada a uma prática de solidariedade entre jornalistas, na construção de suas articulações, nas conexões parciais que são possibilitadas entre as redes, em que os contextos específicos não são apagados no intuito de uma formulação ou atuação única, mas em movimentos de contato e compartilhamento, proporcionando diálogos, o trânsito de saberes e relações de afeto. É nesta tecitura que percebo que a RIPVG também pode ser considerada uma rede de proteção entre as jornalistas. E mais que isso, esta proteção é uma condicionante que possibilita o exercício da perspectiva de gênero nos moldes que elas defendem e se dedicam, sendo esta forma de resistência um elemento crucial para a compreensão do que significa a perspectiva de gênero para elas.

O tema dos direitos humanos das mulheres na América Latina parece ser tão presente exatamente porque o combate à violência segue sendo uma luta central na região, compreendendo que o direito à dignidade e à vida das mulheres são os direitos mínimos a serem buscados para qualquer proposição que vise a diminuição da desigualdade de gênero. Infelizmente, os dados sobre o assassinato de mulheres ainda são alarmantes. Em pesquisa divulgada em dezembro de 2022, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, das Nações Unidas, contabilizou ao menos 4.473 feminicídios na região no ano de 2021. Outros estudos apresentados nesta tese demonstram que as próprias jornalistas correm risco no exercício da profissão. As entrevistadas foram enfáticas ao afirmar que querem seguir com a prática jornalística, mas não querem perder a vida por conta deste ofício. Frente ao descaso institucional com a situação vivida por elas, até mesmo de organizações que combatem a violência na profissão, mas generalizam os casos ao não aportar um prisma de gênero nas análises, elas atuam autonomamente na contabilização dos casos, na denúncia da violência, na busca por organizações e mecanismos que possam salvaguardar a vida das companheiras.

Por fim, proponho que esta é uma maneira de resistir ao sistema moderno/colonial de gênero, considerando que foi a ruptura do tecido comunitário que protegia as mulheres

quando da intrusão colonial o ponto de agravamento da violência de gênero (SEGATO, 2020). A permanência ainda hoje de uma matriz de poder masculinista, racista e heteronormativa afeta bruscamente a vida das jornalistas latino-americanas e por isso elas se dedicam a tecer uma rede de resistência e proteção que possa permitir a atuação jornalística a partir de uma perspectiva de gênero crítica aos poderes que subalternizam as maiorias minorizadas, incluindo as próprias jornalistas. Se a ruptura do tecido comunitário tornou as mulheres mais vulneráveis à violência, esse fino tecido construído pela RIPVG que envolve múltiplas frentes - como a incidência política, a denúncia, a formação profissional e a solidariedade -, construindo um grande *acorpamiento*, um *amamacho* de proteção entre elas, parece ser uma maneira de promover um novo elo de segurança.

Assim, acredito que a hipótese levantada quando da formulação do problema desta tese, de que a RIPVG, em interlocução com as redes nacionais, está construindo um tipo de jornalismo de conexões e alianças inesperadas, formando articulações criativas na construção de novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas (SEGATO, 2011), foi confirmada. Considero que este intento se refere tanto à formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, refletindo sobre suas características, quanto à possibilidade de jornalistas que atuam a partir de uma perspectiva de gênero exercerem sua profissão.

Estas foram algumas considerações que surgiram ao longo do percurso desta tese. O sentimento que me gera ao ler a pesquisa pronta é de que ainda temos muito a conhecer sobre essas múltiplas articulações que dedicam suas energias a uma transformação da comunicação e do jornalismo. Destaco a grande atuação da organização *Comunicación e Información de la Mujer* (CIMAC) na América Latina, em suas diversas frentes de trabalho ao longo de décadas, sua dedicação até hoje incansável na defesa de uma perspectiva de gênero no jornalismo e sua luta contínua contra violência que vitima tantas jornalistas no México e em outros países da região.

O processo de diálogo com as interlocutoras que participaram deste estudo foi muito frutífero para pensar nas múltiplas redes que se interligam na atuação coletiva de um jornalismo feminista na América Latina e além dela. A participação de outros países na RIPVG, além dos escolhidos, abre possibilidades para futuras indagações e percepções sobre os trânsitos de saberes que confluem para a sua organização. Além disto, as mudanças contextuais em cada um dos países são elementos-chave para a compreensão da atuação de jornalistas a partir de uma perspectiva gênero, indicando avanços e retrocessos ao longo do

tempo. Por isso, acredito que a tecitura desta perspectiva pelas jornalistas integrantes da RIPVG está aberta e em constante transformação.

Ao mesmo tempo, a perspectiva teórica e metodológica utilizada, inspirada na perspectiva decolonial, na epistemologia feminista e na tradução cultural possibilitaram perceber os núcleos de sentido que organizam a formulação deste jornalismo proposto pela rede e, principalmente, ofereceram elementos para refletir sobre os contextos históricos e a atuação localizada das jornalistas em diálogo internacional. Fica nítido que a compreensão desta articulação não se esgota nos resultados desta pesquisa, mas acredito que os apontamentos apresentados aqui indicam que a prática jornalística feminista deve ser pensada a partir do cotidiano profissional, considerando as especificidades de cada país, mas perpassada pelo compartilhamento de saberes que viajam entre as fronteiras e se coadunam em linhas mestras que traçam um caminho a seguir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAJI. **Violência de gênero contra jornalistas** - Dados sobre os ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021. São Paulo: ABRAJI, 2022.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil. *Lumina*, v. 16, n. 3. Juiz de Fora: UFJF, 2022.
- ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti Carneiro de. **A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós- graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972-2015)**. 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- ALCARAZ, María Florencia. **De la perspectiva de género al periodismo feminista: la identidad como manifiesto**. LatFem, Argentina, 07 de novembro de 2019. Disponível em: <https://latfem.org/de-la-perspectiva-de-genero-al-periodismo-feminista-la-identidad-como-manifiesto/>. Acesso em: 10 de junho de 2019.
- ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução feminista. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2009.
- AMADO, Adriana *et al.* Periodismos latinoamericanos: perfil y roles profesionales. In: OLLER-ALONSO, Martín. **El periodismo por los periodistas**. Perfiles profesionales en las democracias de América Latina. Montevideo: FUNDACIÓN KONRAD-ADENAUER, 2016.
- AMARO, Vanessa Fernandes. **Vivendo na pele do outro**. A observação participante para desvendar a favela da Rocinha, no Brasil. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaro-vanessa-pele-outro.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2021.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza a conciencia de la mestiza a conciencia de la mestiza /Rumo a uma nova consciência um a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, n. 13, v. 3, Florianópolis: UFSC, 2005.
- ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCOSUR, **Amenazas a la libertad de expresión en contextos de desinformación** - Voces y experiencias de mujeres periodistas y comunicadoras de Europa y América latina. Montevideo, 2019.
- ASSMANN, Selvino José. Apresentação. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. *Interthesis*, n. 1, v. 4, Florianópolis: UFSC, 2007.
- BARBOSA, Alexandre. Por uma teoria latino-americana e decolonial do jornalismo — critérios de noticiabilidade para o jornalismo latino-americano: o caso da revista Nossa América 2022. *Revista Alterjor*, v. 26, n. 2. São Paulo: USP, 2022.
- BLAY, Eva Alterman. Meio século de feminismo – um balanço da luta contra a desumanização das mulheres. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. **Gênero e Feminismos – Argentina, Brasil e Chile em transformação**. São Paulo: Edusp, 2019.
- BARRANCOS, Dora. **História dos Feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- BARRANCOS, Dora. Violência não excepcional em contextos excepcionais: estupro sob o terrorismo do Estado – Argentina, 1976-1983. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. **Gênero e Feminismos – Argentina, Brasil e Chile em transformação**. São Paulo: Edusp, 2019.

BÉJAR , Raúl; ROSALES Héctor, **La identidad nacional mexicana como problema político y cultural**. Nuevas miradas. Cuernavaca: UNAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2005.

BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. **Revista Estudos Feministas**, v.28, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2020.

BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina Janz. A presença das discussões sobre gênero nos processos de ensino do Jornalismo. **Anais do SBPJOR**, Unisul: Palhoça, 2016.

BITTELBRUN, Gabrielle. **Cores e Contornos – Gênero e raça nas revistas femininas do século 21**. Florianópolis: Insular, 2018.

BOURCIER, Sam. **Homo Incorporated**. O triângulo e o unicórnio que peida. São Paulo: n1-edições, 2020.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In: BRANDÃO, Izabel et al. (orgs.). **Traduções da cultura**. Perspectivas críticas feministas (1970-2010). Maceió, Florianópolis: EdUFAL, EdUFSC, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. Gênero em tradução: além do monolinguismo. **Cadernos De Ética E Filosofia Política**, n. 39, v. 2, São Paulo: USP, 2021.

BYERLY, Carolyn. **Global Report on the Status of Women in the News Media**. Washington: International Women's Media Foundation, 2011.

CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, n.69, São Paulo: USP, 2018.

CADENA, Marisol. **La decencia y el respeto: raza y etnicidad entre los intelectuales y las mestizas cuzqueñas**. Lima: IEP, 1997.

CADENA, Marisol de La. **Deborah Delgado entrevista a Marisol de la Cadena**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YYDGTLB17io&t=183s>> Acesso em: 15 de jul. de 2020

CARBALLIDO, Elvira Hernández; TÉLLEZ, Josefina Hernández. Periodismo y feminismo. El caso del suplemento Doble Jornada. In: **El género es el mensaje. Mujeres periodistas en México**. México: UAEH, 2013.

CARBALLIDO, Elvira Hernández; ROCHE, Mauricio E. Ortiz; HERNÁNDEZ, María de la Luz Nalleli Martínez. **Escribir Periodismo Feminista**. Edähi, n. 14, Pachuca (México): UAEH, 2019.

CASTILLO, Alejandra. Justiça de gênero na América Latina: entre os direitos humanos das mulheres e as capacidades. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia. **Gênero e Feminismos – Argentina, Brasil e Chile em transformação**. São Paulo: Edusp, 2019.

CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CHAEER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo II: herramientas para un periodismo de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.

CHAEER, Sandra. La deconstrucción de la violencia simbólica. **Libro de Actas del I Congreso Internacional de Comunicación y Género**. Sevilla: Facultad de Comunicación. Universidad de Sevilla, 2012.

CHAEER, Sandra; PEDRAZA, Virginia. **Organizaciones de medios y género: igualdad de oportunidades para mujeres y personas LGTTBIQ+ em empresas, sindicatos y universidades**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Asociación Civil Comunicación para la Igualdad, 2018.

CLEMENTE, Jaime Soriano. La incorporación de la mujer a la profesión periodística en España crítica a la hipótesis de la feminización. **F@ro**, n. 1-2, Valparaíso: Departamento de Ciencias de la Comunicación, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53. Campinas: Unicamp, 2018.

CORRÊA; Sonia; PARKER, Richard. Prefácio. In: **Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais / editado por Sonia Corrêa ; tradução Nana Soares**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos**, n. 21, Florianópolis: UFSC, 2010.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. **Revista Estudos Feministas**, v.22, n. 3. Florianópolis: UFSC, 2014.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

COSTA, Claudia de Lima; FUNCK, Susana Bornéo. O antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. **Revista Estudos Feminista**, v. 25, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2017.

COSTA, Claudia de Lima; Ávila, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”, **Revista Estudos Feministas**, n. 13, v. 3, Florianópolis: UFSC, 2005.

CRUZ, Adriana Santa. Fempress: una estrategia de comunicación para la mujer. **Chasqui**, v. 57, n. 1. Quito: CIESPAL, 1997.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.) **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Ministério da Educação, 2005.

CUPANI, Alberto. **Sobre a ciência: estudos de filosofia da ciência**. Florianópolis: UFSC, 2018.

CURIEL, Ochy. Hacia La construcción de um feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderkys E. (org.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: Em La Frontera, 2010.

DANE. **Resultados del Censo Nacional de Población y Vivienda 2018**. Bogotá: Dane, 2019.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade Jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. 133f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis: UFSC, 2009.

DE OLIVEIRA, Dennis. Paulo Freire e uma prática jornalística emancipatória decolonial. **Olhares**, v.8, n. 2. São Paulo: Unifesp, 2020.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e feminista no Brasil – Século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de campo**, n.13, São Paulo: USP, 2005.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Danubia de Andrade. **Mulher, mulata e migrante**. Modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa. 532f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura; Programa de Doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação da Universidade Stendhal Grenoble 3. Rio de Janeiro; Grenoble: UFRJ; UNIVERSITÉ GRENOBLE ALPES, 2015.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo. Direitas partidárias na América Latina do século XXI. **Leviathan -Cadernos de Pesquisa Política**, n. 14. São Paulo: USP, 2017.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2. Brasília: SBPJor, 2018.

FLETCHER, Lea. Hitos en el periodismo de mujeres argentinas: 1830-2007. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane Bertasso, LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. **Verso e Reverso**, n. 58, v. XXV, São Leopoldo: Unisinos, 2011.

FREITAS, Viviane Golçalves. Jornal Mulherio e sua agenda feminista: Primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **história, histórias**, v. 2, n. 4. Brasília: Unb, 2014.

FONSECA, Cláudia. O anônimo e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1 e 2. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FREIRE, Nilcéa. Percepções sobre os Direitos Humanos das mulheres. In: VENTURI, Gustavo (Org.). **Direitos Humanos**. Percepções da opinião pública. Análises de pesquisa nacional. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

GAUDICHAUD, Franck. Refluxo conservador e tensões regressivas na América Latina: os governos “progressistas” em seu labirinto. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 42. São Paulo: PUC-SP, 2019.

GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GMMP. **Proyecto de Monitoreo Mundial de Medios** – América Latina. Informe regional, 2020.

GRILLO, Gabriela Bregolin. **A emoção como dimensão epistemológica do jornalismo como forma social de conhecimento**. 108 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo. Florianópolis: UFSC, 2022.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmodernadescolonial. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, UFSCar: São Carlos: 2012.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; OLIVEIRA, Elismênnia Aparecida. Das idades transitórias: as “jovens” no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3. Salvador: UFG, 2013.

GONÇAVES, Tamara Amoroso. **Direitos Humanos das Mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**: uma análise de casos admitidos entre 1970 e 2008. 267f (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, São Paulo: USP, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras** – Lélia Gonzales em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791). **Interthesis**, n. 1, v. 4, Florianópolis: UFSC, 2007.

GUERREIRO NETO, Guilherme. **O jornalismo como instituição social**. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. São Paulo: Intercom, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **A modernidade negra**. Anais do Encontro da ANPOCS, Caxambu, 2002.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **Jornalistas e xamãs**: a performance na cosmologia ameríndia e a invenção de um jornalismo diferenciante. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, Anais, Porto Alegre, 2019.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **Uma invenção de jornalismo**: ninjas, xamãs e outras perspectivas. 177f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e Feministas**. A construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

HALL, Stuart et al. **A produção social das notícias**: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1999.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras** – Cachorros, pessoas e alteridade significativa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, Campinas: Unicamp, 1995.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**. Bilbao: Consonni, 2019.

HASAN, Valeria; GIL, Ana Soledad. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. **Revista de Estudios de Género – La ventana**, v. 5, n. 43. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2016.

HERMOSILLA, Maria Elena. Prólogo - Las palabras tienen... In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

HUERTA, Lucia Lagunes. Entrevistadora: Jessica Gustafson Costa. A entrevista na íntegra foi realizada para os fins de tese de doutorado da entrevistadora realizada de forma virtual nas cidades de Florianópolis (Brasil) e Cidade do México (México), 2021.

IBGE. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: INDEC, 2010.

INEGI. **Panorama sociodemográfico de México**. Aguascalientes: INEGI, 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF JOURNALISTS. 2021 **Killed List**. Brussels (Bélgica): IFJ, 2022.

JORNALISTAS&CIA, PORTAL DOS JORNALISTAS, INSTITUTO CORDA, *et al.* **Perfil Racial da Imprensa Brasileira**, 2021.

KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme**, n. 11, Porto Alegre: UFRGS, 2000.

KERNER, Ina. “Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo”. **Novos Estudos**, v. 93, São Paulo: CEBRAP, 2012.

LAUDANO, Claudia Nora. Mujeres y medios de comunicación: Reflexiones feministas en torno a diferentes paradigmas de investigación. In: CHAHER Sandra; SANTORO, Sonia (Org). **Las palabras tienen sexo: Herramientas para un periodismo de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.

LELO, Thales Vilela. **A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2019.

LOPES, Ana Luci Paz. Construção da posição do governo brasileiro referente à Plataforma de Ação de Pequim: primórdios e atualidade. Anais. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Women’s Worlds Congress**. Florianópolis, 2017.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LÓPEZ-BELTRÁN, Carlos; GARCÍA DEISTER, Vivette. Aproximaciones científicas al mestizo mexicano. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.20, n.2. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v, 19, n.2, Campinas: Unicamp, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: MIÑOSO, Yuderkys E. et al (eds). **Tejiendo de outro modo: feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales em Aby Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MACKINNON, Catharine A.. As mulheres são humanas? **VirtuaJus**, v. 5, n. 8, Belo Horizonte: PUC Minas, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Da colonialidade dos Direitos Humanos. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena. **O Pluriverso dos Direitos Humanos**. A diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MAFFÍA, Diana. Sujetos, política y ciudadanía. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

MALUF, Sônia Weidner; COSTA, Claudia de Lima. Feminismo fora do Centro: Entrevista com Ella Shohat. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, Florianópolis, UFSC, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1996.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, Mireya; HUGHES, Sallie. In: OLLER-ALONSO, Martín. El periodismo por los periodistas. **Perfiles profesionales en las democracias de América Latina**. Montevideo: FUNDACIÓN KONRAD-ADENAUER, 2016.

MARTINEZ, Mônica.; LAGO, Claudia.; HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: A relação tênue continua. **Revista FAMECOS**, v. 29. Porto Alegre: PUCRS, 2022.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MELLO, Fabiane Cristina de. **Se a língua espanhola está presente na América Latina, a América Latina está presente nos currículos de Letras Português/Espanhol?** 162f (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo: Univale, 2016.

MENDES, Rogério. Pedagogias da Cimarronaje. A contribuição das cosmogonias e cosmovisões africanas e afrodescendentes para a Crítica Literária e Literaturas (Afro) Latino-Americanas. **D'Palenque: literatura y afrodescendência**, v. 5, n. 5, Ventanilla (Peru): D'Palenque Editorial, 2020.

MERLINI, Dea. **Não identidades que definem**. Para uma leitura contrapontual da antropofagia a partir da literatura brasileira de autoria negra. Tese (Doutorado). 274f. Programa de Pós-Graduação em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Universidade de Coimbra, 2021.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; KIKUTI, Andressa. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 2, São Paulo: USP, 2020.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MIGNOLO, Walter. Retos decoloniales, hoy. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo. **Los Desafíos decoloniales de nuestros días**. Pensar en colectivo. Argentina: Editorial de la Universidad Nacional del Comahue, 2014.

MIGNOLO, Walter. O lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, n. 94. São Paulo: ANPOCS, 2017.

MILLÁN, Mária. Revistas y políticas de traducción del feminismo mexicano contemporáneo. **Estudos Feministas**, v.17, n. 3. Florianópolis: UFSC, 2009.

MIÑOSO, Yuderlys, Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista hoje**: Perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MORI, Angel Corbera. Diversidade linguístico-cultural latino-americana e os direitos linguísticos dos povos originários. Anais. **Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística**. Brasília: IPHAN, 2016.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob olhos ocidentais**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTERO, Claudia. El discurso feminista en Chile y las imágenes de la mujer en la República Española. **Revista Estudos Feministas**, n.25, v. 2. Florianópolis: UFSC, 2017.

MONTERO, Claudia. Revistas feministas en Chile y Argentina: escrituras de y para mujeres en los años de entreguerras. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2009. Online. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57693>.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: BOMFIM, Ivan *et al.* **Mídia e Zeitgeist**. Insular: Florianópolis, 2020.

MORIN, Edgar. **O método 4** – as ideias – habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**. Usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUÑOZ, Soledad García. Derechos humanos de las mujeres: marco legal de origen nacional e internacional. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, Florianópolis: UFSC, 2003.

NUNES, Dimalice. **Escalada da precariedade das mulheres jornalistas**. Transformação do trabalho e subjetividade. Florianópolis: Insular, 2021.

OJEDA, Lynara. **DIREITOS HUMANOS NO CIBERJORNAL CAMPO GRANDE NEWS: A construção de sentido na abordagem sobre mulheres, povos indígenas, crianças e adolescentes**. Dissertação. 225f. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Campo Grande: UFMS, 2018.

OLIVEIRA, Luciana de. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. **Questões Transversais**, v. 5, n. 10. São Leopoldo: Unisinos, 2017.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza. **Sci. stud.**, v. 6, n. 1, São Paulo: USP, 2008.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília:IPEA, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEDROSO, Sergio Flores. A relação da língua portuguesa com a língua espanhola (peninsular e latino-americana): reflexos em livros didáticos. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 12, n. 2. Brasília: Unb, 2013

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, São Carlos: UFSCar, 2012.

PIRES, Fernanda Bastos. **Marielle Franco, um acontecimento antropofágico: a comunicação de um corpo incômodo a cultura e política do Brasil**. 142f. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

PIRES, Fernanda Bastos. **O assassinato de Marielle Franco como acontecimento público**. In: I Aquenda de Comunicação, Gêneros e Sexualidades, 2018, Porto Alegre. Anais do I Aquenda Seminário Nacional de Comunicação, Gêneros e Sexualidades. Porto Alegre, 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (Org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PONTES, Felipe Simão. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **Revista E-Compós**, v.20, n.1. Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20. Curitiba: UFPR, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do Sul**. Org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra: Almeida, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO. **Otras miradas para construir, comunicar y analizar la información**, 2011. Disponível em:

<https://www.redperiodistasgenero.org/red-colombiana-de-periodistas-con-vision-de-genero-otras-maneras-de-construir-comunicar-y-analizar-la-informacion/> Acesso em: 24 de janeiro de 2023.

RED INTERNACIONAL DE PERIODISTAS COM VISIÓN DE GÉNERO, S/N. Disponível em: <http://www.redinternacionaldeperiodistas.com>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, v. 4, n. 5, Natal: UFRN, 2012.

RODRÍGUEZ, Marcelo; PEREIRA, Cristiane; BENDER, Greici. Linguística e jornalismo: análise da utilização da linguagem neutra pelo jornal argentino Página/12. **Revista da Jornada de Pós-graduação e Pesquisa**, v. 16, n. 16. Bagé: Urcamp, 2020.

RUIZ, Rosa María Valles; y OLIVER, Azul Kiskey Castelli. Prensa y feminismo en América Latina en las primeras décadas del siglo XX. **Revista Archipiélago**, v. 23, n. 91. Coyoacán: UNAM, 2016.

SAAVEDRA, Renata Franco. Novos feminismos? Conexões e conflitos intergeracionais entre feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3. Florianópolis: UFSC, 2020.

SANTORO, Sonia. La encrucijada del lenguaje no sexista. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo II: herramientas para un periodismo de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.

SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

SANTOS, Cecília MacDowell Santos. Direitos Humanos das mulheres: mobilizações dos direitos e epistemologias do Sul. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MARTINS, Bruno Sena. **O Pluriverso dos Direitos Humanos**. A diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice. SARDENBERG, Cecília. (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: UFBA, 2001.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia** – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHMIDT, Simone Pereira. Ser mulher e outras palavras: o conceito de interseccionalidade revisitado por Avtar Brah e Ann Phoenix [p. 685-691]. In: BRANDÃO, Izabel *et al.* **Traduções da cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Maceió, Florianópolis: EdUFAL, EdUFSC, 2017.

SCHMIDT, Simone Pereira. Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais. In: KAMITA, Rosana Cássia; FONTES, Luísa Cristina dos Santos (Org). **Mulher e literatura**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, São Paulo: Anpocs, 1995.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica [p. 5–22]. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1995.

SEGATO, Rita Laura. “Género y colonialidad: em busca de claves de lectura y de um vocabulário estratégico descolonial”. In: BIDASECA, Karina; LABA, Vanesa V. (orgs). **Feminismos y postcolonialidad**. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Buenos Aires: Godot, 2011.

SEGIB. **Relatório Boas Práticas nas Políticas Públicas Afrodescendentes (2004-2019)**. Madri: SEGIB, 2020.

SILVA, Gisele Barão da.; FONTES, Giulia Sbaraini; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Mulheres jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Como as relações de gênero interferem na produção jornalística? Anais. **VIII Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo**. São Paulo: ABRAJI, 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, O paradoxo da mistura. Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80. São Paulo: Anpocs, 2012.

SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico como tradução cultural. In: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene. **Jornalismo e acontecimento**: Tramas conceituais. Florianópolis: Insular, 2013.

SOARES, Alessandra Guimarães; SIMÕES, Catharina Libório Ribeiro; ROMERO, Thiago Giovani. Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos Direitos Humanos. **Rev. Cadernos de Campo**, n. 28. Araraquara: Unesp, 2020.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOUSA, Américo de. **A retórica da verdade jornalística**. Endereço: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-retorica-verdade-jornalistica.pdf> Acesso em: 07 de julho de 2019.

STERNBACH, Nancy Saporta; NAVARRO-ARANGUREN. Marysa *et al.* Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista Estudos Feministas**, n.2. Florianópolis: UFSC, 1994.

TORNAY-MÁRQUEZ, M^a Cruz. **Comunicación, subalternidad y género**: experiencias comunicativas comunitarias de mujeres afrodescendientes e indígenas en América Latina. 449p. Tese. Doctorado Interuniversitario en Comunicación. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2017.

TRAQUINA, Nelson. Uma comunidade interpretativa transnacional: A tribo jornalística. **Media & Jornalismo**, n. 1, v. 1, Lisboa: FCSH, 2002.

VEIGA, Ana Maria. **Feminismos em rede?** Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970 – 1985). 168f. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis: UFSC, 2009.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade. 276 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MORAES, Fabiana. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero**: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Anais. XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **metafísicas canibais**. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições, 2018.

ZANETTI, Julia Paiva. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações interge-racionais. **Cadernos Pagu**, n. 36. Campinas: Unicamp, 2011.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. **Comunicação & Linguagens**, v. 27, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1993.

WADE, Peter. Repensando el mestizaje. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 39. Bogotá: ICANH, 2003.

WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina**: cinco séculos (temas e problemas). 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e ativismo midiático**: o jornalismo como estratégia de ação política. In: Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Anais, Florianópolis, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: UFSC, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. Direito à comunicação e ativismo feminista: A construção de redes de mulheres na América Latina e o processo de apropriação tecnológica. **Revista Alceu**, v. 21, n. 39, Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2019a.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Periodismo alternativo y militancia feminista**: Experiencias de portales digitales con enfoque de género en Ecuador. Quito: Ediciones Ciespal, 2019b.

WOITOWICZ, Karina Janz; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do; ROCHA, Paula Melani. Decolonialidade na produção jornalística: direitos humanos e interseccionalidade de gênero, raça e classe no site *Elos*. In: MORENO, Sandra Lucía Ruiz; VILLANUEVA, Lina María Manrique. **Mujeres, comunicación y cambio social**. Bogotá: Ediciones USTA, 2022.

Apêndice 1

Roteiro das entrevistas em profundidade

- Nome:
 - Nacionalidade:
 - Gênero:
 - Raça:
 - Sexualidade:
 - Área de atuação no jornalismo:
 - Ano de ingresso na rede:
-
- Conte um pouco sobre quem você é.
 - Como as reflexões de gênero e feminismo entraram na sua vida?
 - Em sua trajetória como jornalista, como percebeu que as questões de gênero impactavam na sua profissão?
 - Necessidades e percepções que você teve no exercício profissional que a levaram a pensar na importância de um jornalismo com perspectiva de gênero.
 - Em qual contexto você notou que o jornalismo existente no seu país não contemplava uma perspectiva de gênero? Citar exemplos;
 - O que é um jornalismo com perspectiva de gênero para você?
 - Essa perspectiva contempla outros marcadores como raça, classe, sexualidade. De que forma?
 - Quais motivações a levaram a integrar a RIPVG?
 - Você já sofreu ataques no exercício da sua profissão?
 - Acredita que esses ataques possam estar relacionados por ser uma jornalista mulher?
 - Acredita que esses ataques possam estar relacionados com a perspectiva que você traz nas matérias?
 - Acredita que a rede é um espaço que pode trazer proteção contra esses ataques?
 - A rede internacional possui algum mapeamento sobre as características de raça e étnicas das suas integrantes?

Apêndice 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: JORNALISTAS EM ALIANÇA - Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero transnacional.

Pesquisador responsável: Jessica Gustafson Costa

Orientadora do projeto: Professora Doutora Daiane Bertasso Ribeiro, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC).

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC).

CONVITE

Por meio deste termo, convido-o(a) a participar da pesquisa de doutorado JORNALISTAS EM ALIANÇA - Tecendo redes de proteção e resistência na formulação de uma perspectiva de gênero transnacional, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, de autoria de Jessica Gustafson Costa, sob orientação da professora Dra. Daiane Bertasso Ribeiro, professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa está situada na relação entre jornalismo e feminismo, tendo como tema a organização de jornalistas latino-americanas na *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG)*, construída em 2005, no México, e formada por integrantes de 36 países. O problema de pesquisa é o diálogo estabelecido dentro da RIPVG, na tentativa de identificar quais alianças (inesperadas) (CADENA, 2018) e conexões (parciais) (HARAWAY, 1995, 2019) as jornalistas feministas organizadas estão tecendo na empreitada de construção de um jornalismo com perspectiva de gênero.

Busca-se perceber se a formulação dessa visão comporta as múltiplas experiências das jornalistas em seus contextos específicos, no intuito de subverter as lógicas masculinistas, racistas, heterossexistas, capitalistas e antropocêntricas deixadas pela matriz de dominação colonial no território geográfico e político hoje denominado de América Latina, presentes também no jornalismo e que afetam diariamente o exercício da profissão.

A pesquisa será concluída em dezembro de 2022 e conta com bolsa de apoio fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculada ao Ministério da Educação.

A pesquisa segue Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 466, de 12 de dezembro de 2012 e n. 510, de 7 de abril de 2016, que informam que o aceite para participar de uma pesquisa deve ser pautado na construção de uma relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, com o devido esclarecimento completo sobre a natureza do estudo e com o registro do consentimento em documento, nesse caso, com duas vias de igual teor.

SOBRE A PESQUISA

Ao refletir sobre a possibilidade destas alianças politicamente motivadas dentro do jornalismo, tomo como enfoque da pesquisa o diálogo estabelecido dentro da RIPGV, na tentativa de identificar quais alianças (inesperadas) (CADENA, 2018) e conexões (parciais) (HARAWAY, 1995, 2019) as jornalistas feministas organizadas em rede estão tecendo na empreitada de construção de um jornalismo com perspectiva de gênero. Uma visão que comporte as múltiplas experiências das jornalistas em seus contextos específicos, no intuito de subverter as lógicas masculinistas, racistas, heterossexistas, capitalistas e antropocêntricas deixadas pela matriz de dominação colonial no território geográfico e político hoje denominado de América Latina, presentes também no jornalismo e que afetam diariamente o exercício de sua profissão e colocam suas vidas em risco.

Me aliando à perspectiva feminista decolonial, minha hipótese é que a RIPVG, em interlocução com as redes nacionais, está construindo um tipo de jornalismo de conexões e alianças inesperadas, construindo articulações criativas na construção de novos tecidos de proteção e resistência, que possam amenizar a violência a que as mulheres foram expostas (SEGATO, 2011). Esse intento parece se referir tanto a formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, refletindo sobre suas características, quanto na possibilidade de jornalistas que atuam a partir de uma perspectiva de gênero exercerem sua profissão.

OBJETIVOS DA PESQUISA

O **objetivo geral** da pesquisa é compreender quais alianças (inesperadas) (CADENA, 2018) e conexões (parciais) (HARAWAY, 1995, 2019) as jornalistas feministas organizadas em rede estão tecendo na empreitada de construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, que comporte as múltiplas experiências das jornalistas em seus contextos específicos.

Já os **objetivos específicos** são:

1) Apresentar o panorama histórico do surgimento da *Red de Periodistas con Visión de Género (RIPGV)*, identificando os eixos que compõe a formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero.

2) Perceber como são as práticas de tradução cultural na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero em sua proposta internacional a partir das especificidades de diferentes contextos locais, compreendendo que gênero é uma categoria equívoca (COSTA, 2020).

3) Identificar quais alianças (inesperadas) e conexões (parciais) as jornalistas estão tecendo ao realizar esta gama de articulações em sua organização, buscando entender se a rede funciona também enquanto “rede de proteção”.

PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

As participantes da pesquisa se inserem no estudo em duas etapas:

- 1) Durante observação participante nos eventos promovidos pela RIPVG. A imersão nas atividades da rede enquanto pesquisadora é previamente informada e autorizada.
- 2) Em entrevista individual em profundidade com jornalistas de diferentes países latino-americanos integrantes da rede. Inicialmente, serão escolhidas três integrantes do conselho permanente, responsáveis pela coordenação da rede, duas jornalistas do conselho colegiado, e uma integrante da comissão de investigação e outra da comissão de denúncias. A escolha é fundamentada pela ocupação de cargos decisórios e também por apresentarem diferentes nacionalidades: Colômbia, Argentina, México, e Brasil. Após as entrevistas iniciais, acredito que outras interlocutoras serão convidadas para participar da pesquisa.

3)

RISCOS PREVISÍVEIS

- 1) A Resolução CNS n. 510/2016 deixa claro que, apesar de não existir intervenção direta no corpo humano, as pesquisas em ciências humanas e sociais têm graus de risco específicos. Desse modo, se faz necessário esclarecer os potenciais riscos. Entende-se por risco da pesquisa toda possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social e cultural do ser humano.

- 2) No caso de estudos de entrevistas e observação, os riscos mais comuns se dão em perguntas sensíveis e no conteúdo relatado, que pode vir a causar: constrangimento, aborrecimento, insatisfação, evocação de memórias desconfortáveis e tomada de consciência de questões emocionais.
- 3) A fim de evitar qualquer um dos riscos citados, o pesquisador responsável irá buscar minimizar desconfortos, garantindo liberdade para que as interlocutoras optem por responder ou não algumas das perguntas elaboradas e decidir quais informações conversadas podem ser divulgadas na pesquisa.
- 4) A utilização do anonimato das interlocutoras da pesquisa poderá ser necessária. Antes da observação e das entrevistas em profundidade será informada a possibilidade de não identificação das participantes.

DIREITOS DOS PARTICIPANTES

São direitos das participantes da pesquisa:

- I. Ser adequadamente informado sobre a pesquisa;
- II. Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III. Ter sua privacidade respeitada;
- IV. Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V. Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI. Ser indenizado por dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Espera-se que a pesquisa seja uma iniciativa que fortaleça os Estudos de Gênero enquanto campo científico, assim como atue na ampliação das articulações entre as áreas de jornalismo e os estudos feministas. Objetiva-se a divulgação da pesquisa em artigos em periódicos científicos das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. De forma geral, acredita-se que a discussão dos temas apresentados nesta pesquisa impacta nas necessárias transformações culturais e profissionais no campo do Jornalismo, assim como na construção de uma sociedade menos desigual.

CONFIDENCIALIDADE

A pesquisadora está atenta à segurança das interlocutoras da pesquisa e seguirá princípios éticos próprios das pesquisas realizadas na área, comprometendo-se a assegurar:

- I. A defesa dos direitos humanos e respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;
- II. A garantia da confidencialidade, da privacidade, da intimidade e proteção da identidade, da imagem e da voz;
- III. A garantia de não uso de informações em pesquisa que possa vir a causar prejuízo ao participante;

Importante ressaltar que pelo enfoque da pesquisa acredita-se que o nome da RIPVG precisará ser divulgado, mas entendemos que a publicização não resultará em riscos às integrantes. Já as participantes da pesquisa podem demonstrar concordância ou não com a divulgação de suas identidades e informações abordadas ao longo do contato com a pesquisadora.

CONSENTIMENTO E ASSINATURA

Declaro que fui informada acerca da pesquisa descrita nesse termo de maneira clara e detalhada e pude ainda esclarecer minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações para motivar minha decisão, se assim o desejar. Em caso de dúvidas ou se desejar me retirar do estudo poderei contatar a pesquisadora no telefone **(51)** ou no e-mail **je.g.costa@gmail.com**

Estou ciente que gravações de imagem e de voz estarão sob a propriedade e guarda da pesquisadora responsável pelo estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Expresso autorização para a divulgação dos resultados da pesquisa, a partir das informações prestadas. Concordo ainda com a possibilidade de o material vir a ser publicado também em congressos e em demais eventos científicos, bem como em periódicos científicos.

Nome completo:

RG:

Data de nascimento:

Telefone:

E-mail:

Assinatura do Participante e Data

E eu, Jessica Gustafson Costa declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura da Pesquisadora e Data

Anexo 1

Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995 – ONU MULHERES

J. A mulher e os meios de comunicação

234. Na última década, os avanços na tecnologia da informação facilitaram o desenvolvimento de um sistema mundial de comunicações que transcende as fronteiras nacionais e tem impacto sobre as políticas governamentais, as atitudes e o comportamento das pessoas, sobretudo das crianças e adultos jovens. Em toda parte haveria a possibilidade de os meios de comunicação prestarem uma contribuição muito mais efetiva para o avanço das mulheres.

235. Embora tenha aumentado o número de mulheres que fazem carreira no setor de comunicações, poucas são as que alcançam posições de decisão ou direção, ou as que integram os órgãos que influem na política dos meios de difusão. A falta de sensibilidade para a questão de gênero nos meios de comunicação é evidenciada pelo fato de não terem sido eliminados os estereótipos com base no sexo que ainda são divulgados pelas organizações públicas e privadas, locais, nacionais e internacionais do ramo.

236. É preciso suprimir a constante projeção de imagens negativas e degradantes das mulheres nos meios de comunicação, sejam eles eletrônicos, impressos, visuais ou sonoros. Os meios de comunicação impressos e eletrônicos da maioria dos países não oferecem uma imagem equilibrada dos diversos estilos de vida das mulheres e da contribuição dada por elas à sociedade num mundo em constante evolução. Além disso, os produtos violentos e degradantes ou pornográficos dos meios de difusão afetam negativamente a participação da mulher na sociedade. Os programas que insistem em apresentar a mulher nos seus papéis tradicionais podem ser igualmente restritivos. A tendência mundial ao consumismo tem criado um clima no qual os anúncios e mensagens comerciais em geral apresentam as

mulheres preferencialmente como consumidoras e se dirigem às moças e mulheres de todas as idades de maneira inapropriada.

237. O poder das mulheres poderia ser fortalecido mediante a melhoria de seus conhecimentos teóricos e práticos e do seu acesso à tecnologia da informação. Assim, aumentaria sua capacidade de combater as imagens negativas das mulheres oferecidas internacionalmente e de desafiar os abusos de poder de uma indústria cada vez mais importante. Torna-se necessário instaurar mecanismos auto-reguladores dos meios de comunicação e fortalecê-los, assim como desenvolver métodos para erradicar os programas com preconceito de gênero. A maioria das mulheres, sobretudo nos países em desenvolvimento, carece de acesso efetivo às vias eletrônicas de informação em expansão e, portanto, não podem criar redes que lhes ofereçam fontes alternativas de informação. É necessário, por isso, que as mulheres intervenham na adoção das decisões que afetam o desenvolvimento das novas tecnologias, a fim de participarem plenamente da sua expansão e do controle do seu impacto.

238. Para a mobilização dos meios de difusão, os governos e outros agentes deveriam promover uma política ativa e transparente de incorporação de uma perspectiva de gênero a suas políticas e programas.

Objetivo estratégico

J.1 Aumentar o acesso das mulheres aos processos de expressão e de tomada de decisões na mídia e nas novas tecnologias de comunicações, aumentar também sua participação nessas áreas, bem como aumentar a possibilidade para elas de expressar-se pelos meios de comunicação e as novas tecnologias de comunicação.

Medidas que devem ser adotadas:

239. Medidas que os governos devem adotar: a) apoiar a educação, a formação e o emprego das mulheres, a fim de promover e assegurar o seu acesso em igualdade de condições a todas as áreas e níveis dos meios de comunicação; b) apoiar a pesquisa sobre todos os aspectos da relação entre as mulheres e a mídia, para determinar as áreas que necessitam atenção e ação, e rever as políticas relativas à mídia, com o objetivo de integrar-lhes uma perspectiva de gênero; c) promover a participação plena na mídia, em condições de igualdade, inclusive nas áreas de gestão, programação, educação, formação e pesquisa; d) visar ao equilíbrio nas designações de mulheres e homens para todos os órgãos consultivos, de gestão, de regulamentação ou de supervisão, inclusive os relacionados com os meios de comunicação privados e estatais ou públicos; e) incentivar esses órgãos a que, na medida compatível com a

liberdade de expressão, aumentem o número dos programas destinados às mulheres e realizados por mulheres, a fim de que as necessidades e preocupações das mulheres sejam tratadas de forma apropriada; f) incentivar as redes de comunicação de mulheres, entre elas as redes eletrônicas e outras novas tecnologias aplicadas à comunicação e reconhecer seu valor como meio para a difusão de informação e o intercâmbio de ideias, inclusive em nível internacional, e apoiar os grupos de mulheres que atuam em todos os setores da mídia e dos sistemas de comunicação; g) encorajar e prover incentivos e meios para a utilização criativa, pelos meios de comunicação nacionais, de programas para a disseminação de informações sobre as diversas culturas da população indígena, e o desenvolvimento dos aspectos sociais e educacionais a elas relacionados, no contexto do direito nacional; h) garantir a liberdade dos meios de comunicação e sua proteção no quadro do direito nacional e incentivar, em consonância com a liberdade de expressão, a participação positiva dos meios de comunicação nas questões sociais e de desenvolvimento.

240. Medidas que os sistemas de comunicação nacionais e internacionais devem adotar: Elaborar, em consonância com a liberdade de expressão, mecanismos reguladores, inclusive voluntários, que permitam aos sistemas de comunicação internacionais e à mídia apresentar uma imagem equilibrada e diferenciada das mulheres e que promovam maior participação das mulheres e dos homens na produção e na tomada de decisões.

241. Medidas que os governos ou os mecanismos nacionais para o avanço das mulheres devem adotar, conforme o caso: a) incentivar a organização de programas de educação e formação das mulheres, visando à produção de informações destinadas aos meios de comunicação, mediante inclusive o financiamento de atividades experimentais e a utilização de novas tecnologias de comunicação, da cibernética, da tecnologia espacial e de satélites, seja no setor público seja no privado; b) incentivar a utilização dos sistemas de comunicação, incluídas as novas tecnologias, como meio de fortalecer a participação das mulheres nos processos democráticos; c) facilitar a compilação de uma relação de mulheres especializadas em meios de comunicação; d) incentivar a participação das mulheres na elaboração de diretrizes profissionais e códigos de conduta ou outros mecanismos apropriados de auto regulação, para promover uma imagem equilibrada e não-estereotipada das mulheres na mídia.

242. Medidas que as organizações não governamentais e as associações de profissionais dos meios de comunicação devem adotar: a) incentivar a criação de grupos de vigilância que possam monitorar os meios de comunicação e com eles realizar consultas, a fim de garantir que as necessidades e preocupações das mulheres estejam apropriadamente refletidas neles; b)

formar as mulheres para que possam utilizar melhor a tecnologia da informação nos campos das comunicações e da mídia, inclusive no plano internacional; c) criar redes entre os organismos não governamentais, as organizações femininas e as organizações de profissionais da mídia e elaborar programas de informação para essas organizações a fim de que sejam reconhecidas pelos meios de comunicação as necessidades específicas das mulheres. Facilitar uma maior participação das mulheres nas comunicações, principalmente no plano internacional.

234. Apoio ao diálogo Sul-Sul e Norte-Sul entre essas organizações, com vistas, a promover os direitos humanos das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens; d) incentivar a indústria dos meios de comunicação e as instituições de ensino e formação do setor a que elaborem, nos idiomas apropriados, formas de difusão destinadas aos grupos étnicos, tais como a narração de histórias, o teatro, a poesia e o canto, que reflitam seus valores culturais, e utilizar essas formas de comunicação para divulgar informações sobre questões sociais e de desenvolvimento.

Objetivo estratégico

J.2 Promover uma imagem equilibrada e não-estereotipada da mulher nos meios de comunicação
Medidas que devem ser adotadas

243. Medidas que os governos e as organizações não governamentais, em medida compatível com a liberdade de expressão, devem adotar: a) promover a pesquisa e a aplicação de uma estratégia de informação, educação e comunicação orientada a estimular a apresentação de uma imagem equilibrada das mulheres e meninas e dos seus múltiplos papéis; b) incentivar os meios de comunicação e as agências de publicidade a que elaborem programas especiais para aumentar o conhecimento da Plataforma de Ação; c) incentivar um tipo de formação para os profissionais dos meios de comunicação, inclusive os proprietários e os administradores destes, que levem em consideração as especificidades de gênero, a fim de estimular a criação e a utilização de imagens não-estereotipadas, equilibradas e diferenciadas das mulheres nos meios de comunicação; d) incentivar os meios de comunicação a que se abstenham de apresentar as mulheres como seres inferiores e de explorá-las como objeto sexual e bem de consumo e que, ao contrário, as apresentem como seres humanos criativos, agentes essenciais do processo de desenvolvimento, que para ele contribuem e que dele se beneficiam. e) propagar a idéia de que os estereótipos sexuais apresentados pelos meios de comunicação são discriminatórios para as mulheres, degradantes e ofensivos; f) adotar medidas efetivas, que

incluam as normas legislativas pertinentes, contra a pornografia e a projeção de programas em que se mostrem cenas de violência contra mulheres e crianças nos meios de comunicação.

244. Medidas que os meios de comunicação e as organizações que se ocupam de publicidade devem adotar: a) elaborar, em medida compatível com a liberdade de expressão, diretrizes profissionais e códigos de conduta e outras formas de auto regulação para promover a apresentação de imagens não estereotipadas das mulheres; b) estabelecer, em medida compatível com a liberdade de expressão, diretrizes profissionais e códigos de conduta que coíbam a apresentação de materiais de conteúdo violento, degradante ou pornográfico sobre as mulheres na mídia, inclusive na publicidade; c) desenvolver uma perspectiva de gênero em todas as questões de interesse para as comunidades, os consumidores e a sociedade civil; d) aumentar a participação da mulher na tomada de decisões nos meios de comunicação em todos os níveis.

245. Medidas que os meios de comunicação, as organizações não governamentais e o setor privado devem adotar, em colaboração, quando apropriado, com os mecanismos nacionais para o avanço da mulher: a) promover a divisão equitativa das responsabilidades familiares, mediante campanhas nos meios de difusão que deem ênfase à igualdade de gênero e à eliminação dos estereótipos baseados no gênero no tocante aos papéis desempenhados pelas mulheres e os homens no seio da família, e que difundam informações destinadas a eliminar o abuso doméstico de cônjuges e crianças e todas as formas de violência contra a mulher, inclusive a violência no lar; b) produzir e/ou difundir nos meios de comunicação materiais audiovisuais sobre as mulheres dirigentes, que informem, entre outras coisas, como elas trouxeram para suas posições de liderança muitas experiências de vida diferentes, principalmente, mas não exclusivamente suas experiências em equilibrar trabalho e responsabilidades familiares, como mães, profissionais, administradoras e empresárias, para que elas sirvam de modelo, sobretudo para as jovens; c) promover amplas campanhas que utilizem os programas de educação pública e privada para difundir informação acerca dos direitos humanos das mulheres e aumentar a conscientização desses direitos; d) apoiar e se for o caso financiar o desenvolvimento de novos meios alternativos de difusão, e a utilização de todas as formas de comunicação para difundir a informação dirigida às mulheres e sobre as mulheres e suas preocupações; e) formular critérios para a análise sob a perspectiva de gênero dos programas dos meios de comunicação e formar especialistas em sua aplicação.